



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS**

LUIZ ANTONIO ALBERTTI

**Teoricamente relevante:
José Honório Rodrigues e seus lugares na história da historiografia brasileira.**

CAMPINAS

2021

LUIZ ANTONIO ALBERTTI

TEORICAMENTE RELEVANTE:

José Honório Rodrigues e seus lugares na história da historiografia brasileira.

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Cultural.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. IARA LIS FRANCO SCHIAVINATTO.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO LUIZ ANTONIO ALBERTTI,
E ORIENTADO PELA PROFA. DRA. IARA
LIS FRANCO SCHIAVINATTO.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

AL14t Albertti, Luiz Antonio, 1981-
Teoricamente relevante : José Honório Rodrigues e seus lugares na história da historiografia brasileira / Luiz Antonio Albertti. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Iara Lís Franco Schiavinatto.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Rodrigues, José Honório, 1913-1987. 2. Historiografia - História. 3. Brasil - Historiografia. 4. Brasil - História. I. Schiavinatto, Iara Lís, 1964-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Theoretically relevant : José Honório Rodrigues and his places in the history of brazilian historiography **Palavras-chave em inglês:**

Historiography - History

Brazil - Historiography

Brazil -History

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Doutor em História **Banca**

examinadora:

Iara Lis Franco Schiavinatto

Karla Adriana Martins Bessa

Karina Anhezini de Araujo

José Alves de Freitas Neto

Iuri Cavlak

Data de defesa: 07-06-2021

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-2265-7287>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3657127710126066>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 07 de junho de 2021, considerou o candidato Luiz Antonio Albertti aprovado.

Profª Dra. Iara Lis Franco Schiavinatto.

Profª Dra. Karla Adriana Martins Bessa.

Profª Dra. Karina Anhezini de Araújo.

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto.

Prof. Dr. Iuri Cavlak.

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico este trabalho ao professor Edgar
Salvadori de Decca
(1946-2016).
In memoriam

AGRADECIMENTOS

A realização do doutorado é um processo que atravessa a vida em sua totalidade. Muitas pessoas são importantes neste processo, citarei algumas tão especiais para mim.

Conheci José Honório Rodrigues (JHR) em 2010. Nunca li um texto seu nem me lembro de referências a ele durante minha graduação e mestrado. Na UNIJALES, procurando o livro *Teoria da História*, do Patrick Gardiner, a bibliotecária disse que o único que tinham era *Teoria da História do Brasil*. Era uma edição de 1968, com as bordas das páginas ainda coladas. Foi na UNIJALEs que conheci JHR e tive meu primeiro registro de professor na carteira de trabalho. Agradeço ao conterrâneo Silvio Luiz Lofego por essa oportunidade.

Fiz o processo seletivo de ingresso no doutorado da UNICAMP, em 2014. Foi uma grande felicidade quando, na entrevista, o professor Edgar Salvatore de Decca expôs meu projeto. Fui aprovado tendo o de Decca como orientador. Para mim, foi um grande encontro. Com potência didática, erudição e gosto de ensinar, tive ótimas aulas com ele. Em 2016, adoeceu, começou tratamentos médicos, continuou orientando; eu acompanhava pelas redes sociais as viagens dele, como a que fez aos EUA para assistir um show dos Rolling Stones, pensei que estivesse recuperando, mas era sua despedida. Faleceu em dezembro do mesmo ano.

Em 2017, a professora Iara Lis Schiavinatto se tornou a minha orientadora. Ainda que essa orientação não tenha surgido dos meios naturais do processo seletivo, a fortuna possibilitou esse encontro e aceitou com disposição o desafio de orientar, ler, debater, sugerir, reler minha tese em todo seu desenvolvimento e conclusão. Erudita, engajada e competente, representando a excelência da pesquisa unicampiana, sua forma de trabalhar e rigor científico são exemplos para mim. Agradeço imensamente, Iara, pela orientação e por ter me possibilitado chegar até aqui. Muito obrigado.

Aos funcionários da UNICAMP, Daniel Gomes Hatamoto e Neiva Gonçalves de Oliveira. Sempre dispostos a resolver as situações com empatia e simpatia.

João Adalberto Campato Júnior, amigo de incomparável erudição, se dispôs a fazer a revisão do texto. Isto é um tipo de gentileza inesquecível, serei sempre grato.

Agradeço ao professor Thiago Lima Nicodemo, que participou da banca de qualificação com valiosíssimas sugestões. Ao professor Wilton Carlos Lima da Silva, um mestre que me inspira desde o tempo de mestrado na Unesp e da república *Kolosso*; a Júlio César Bentivoglio, pela disposição em ler e participar. Aos membros da banca de defesa, Karla Bessa, com quem sempre mantivemos discussões essenciais sobre o desenvolvimento da tese; ao historiador José

Alves de Freitas Neto, extraordinário professor e intelectual admirável; a professora Karina Anhezini, autora de importantes textos e debates no campo historiográfico brasileiro atual; ao professor Iuri Cavlak, intelectual de primeira grandeza e erudito curioso em saber sempre mais.

Agradeço imensamente a José Octávio de Arruda Mello e Amável Targino da Rocha Mello, que são a memória viva do casal Lêda e JHR. Com disposição e gentileza incomuns, as conversas telefônicas e cartas de José Octávio são repletas de alvissareiras informações e abordagens oriundas das histórias de uma amizade, apresentadas com conhecimento profundo da vida e obra de JHR. Muito obrigado.

Agradeço ao amor incondicional e inquebrantável da Família. Meu pai Ernesto Mariano Albertti, minha mãe Inês Galoro Ruiz Albertti, minha irmã Márcia Regina Albertti Vendrame, meu cunhado Gelson Vendrame e meu sobrinho Davi Albertti Vendrame.

Aos amigos do tempo de UNESP-Assis e para sempre, Iuri Cavlak, Cássio Santos Melo, César Augusto Doriguello Júnior, André Lopes Ferreira e saudoso Jorge Luiz Romanello.

Aos amigos de Penápolis, sempre *online*, Clayrmen Peron, Marcelo Ricardo Martelo, João Fernandes, José Carlos Pansonato Alves, Júlio César Rodrigues, Marcelo Gonçalves Rodrigues, Renan Eduardo Moreira.

Aos amigos de Botucatu. Ana Lúcia Martins, André Luis Sabion Martins, Maísa Martins, Sérgio Augusto Martins. Aos saudosos, Sérgio Martins e Luisa Sabião Martins.

Aos amigos niteroienses Rogério Letra Soares, ao Reinaldo de Oliveira Keké Santos Filho e a Maria das Graças Soares Welch, que me hospedaram e acolheram tão bem em Niterói enquanto eu fazia pesquisas no Rio de Janeiro.

Ao amigo da UNICAMP, Davi Rodrigues.

Ao s. Luis e d. Cida, por cuidarem tão bem e carinhosamente de nós e das nossas coisas.

Das instituições em que trabalho, agradeço a FUNEPE (Fundação Educacional de Penápolis), especialmente aos professores Wanderli Bastos, Cledivaldo Donzelli, Fabiana Tanoue Ortiz e Márcio Vieira Borges. Aos Colégios Anglo de Penápolis e de Araçatuba, ao Antonio Francisco Tirintan, ao Waldman Biolcati, Ana Paula Navarro Fraga e Ana Paula Fraga. Carinhosamente, estendo meus cumprimentos às extraordinárias equipes de professores e funcionários dessas instituições.

Com amor, agradeço à Daniele Martins. Da amizade de república, tornamo-nos namorados. Juntos, vivemos e amadurecemos. Compartilhamos muitas experiências, transições, perdas e conquistas. Nem sempre as coisas são fáceis e houve momentos em que penamos, cruas ânsias. Como o corre-corre de quando eu ia para Campinas toda semana fazer

as aulas do doutorado, além das horas *vagas* e férias usadas sempre para *mexer na tese*. Gosto da sua inteligência e do seu modo de lidar com as coisas da vida, do mundo e comigo. Aprendi e aprendo muito com você, que me conhece tão bem. E, juntos ou separados, o afeto não se encerra. A você, Dani, agradeço de coração e com o maior carinho.

Quando entrei no doutorado, o Pedro tinha pouco mais de um ano. Hoje, com 7 anos, cresce sadio, espirituoso e bonito. É minha melhor contribuição para a vida. Com você, Pedro, compreendo o sentido do aforismo de Brás Cubas: “O menino é pai do homem”. Desejo toda felicidade, saúde e sucesso para você, filho. Que tenha humildade e sabedoria para lidar com as pessoas e o mundo.

Ao CNPq, processo nº 153400/2016-1, agradeço por financiar esta pesquisa.

O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez, isso se fará; de modo que não há nada de novo debaixo do sol.

Eclesiástes, 1:9

RESUMO

José Honório Rodrigues (1913-1987) é uma referência na história da historiografia brasileira. Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar como José Honório Rodrigues (JHR) está inserido no campo historiográfico. JHR produziu uma obra erudita e multifacetada; teorizou, conceituou e interpretou a história e os problemas de seu tempo; trabalhou em importantes instituições de pesquisa e ensino; foi reconhecido e premiado. JHR empreendeu uma construção de si com a ambição de ser uma autoridade no campo dos estudos históricos. Esta pesquisa é composta pela análise dos trabalhos de estudiosos do pensamento honoriano, os próprios textos de JHR e de documentos amealhados em instituições arquivísticas. Analiso diferentes gêneros textuais com a finalidade de conhecer as representações e lugares de JHR no campo historiográfico brasileiro de sua época e no século XXI.

Palavras-chave: Historiografia brasileira. História da historiografia. Teoria da História. Campo historiográfico. José Honório Rodrigues.

ABSTRACT

José Honório Rodrigues (1913-1987) is a reference in the history of Brazilian historiography. This research has as main objective to analyze how José Honório Rodrigues (JHR) is inserted in the historiographic field. JHR produced an erudite and multifaceted work; he theorized, conceptualized and interpreted the history and the problems of his time; worked in important teaching and research institutions; he was recognized and awarded. JHR undertook a construction of himself with the ambition to be an authority in the field of historical studies. This research is composed by the analysis of the works of scholars of honorian thought, the texts of JHR and documents collected in archival institutions. I analyze different textual genres in order to know the representations and places of JHR in the Brazilian historiographic field of his time and in the 21st century.

Keywords: Brazilian historiography; history of historiography; theory of history; historiographic field; José Honório Rodrigues.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Carta de Rubens Borba de Moraes à JHR	215
Figura 2: Ordem de Serviço de Josué Montello à JHR	216
Figura 3: Recorte que retrata o clima conflituoso de JHR com Gilberto Freyre.....	217
Figura 4: Foto de JHR aos 28 anos, em 1941.....	218
Figura 5: Bibliografia no Currículo de JHR	219
Figura 6: Recorte do Jornal do Pará – JRH ganha Fardão da ABL (1969)	220
Figura 7: Recorte de artigo sobre a influência de JHR.....	221
Figura 8: Artigo de JHR sobre os perigos do autoritarismo (O Estado de SP, 1973)	222
Figura 9: Atestado para fins de prova (Universidade Federal Fluminense, 1976).....	223
Figura 10: Processo contratual de JHR (Unicamp, 1971)	224
Figura 11: Página Vencimentos do processo contratual de JHR (Unicamp, 1971)	225
Figura 12: Termo de Insubstituição por não comparecimento de JHR para o trabalho (Unicamp, 1972).....	226
Figura 13: Cartas de JHR sobre o Prêmio Nacional de Literatura (1974).....	227
Figura 14: Pedido de parecer de Victor Civita para que JHR sobre coleção lançada (1969).228	
Figura 15: Cheque referente a contratação de JHR com a Folha da Manhã (1984).....	229
Figura 16: Recorte sobre a venda da biblioteca de JHR 1.....	229
Figura 17: Recorte sobre a venda da biblioteca de JHR 2.....	230
Figura 18: Recorte sobre o trânsito de JHR nos meandros do poder de Estado.....	231
Figura 19: Recorte sobre a morte de JHR 1.....	232
Figura 20: Recorte sobre a morte de JHR 2.....	233
Figura 21: Carta de José Octávio de Arruda Mello (2019, pág. 1/4)	234
Figura 22: Carta de José Octávio de Arruda Mello (2019, pág. 2/4)	235
Figura 23: Carta de José Octávio de Arruda Mello (2019, pág. 3/4)	236
Figura 24: Carta de José Octávio de Arruda Mello (2019, pág.4/4)	237

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1. ESTUDOS SOBRE JHR: INTERPRETAÇÕES, SENTIDOS E LUGARES.	30
1.1. RAQUEL GLEZER: O HISTORIADOR, A PESQUISA E O ARQUIVO.	31
1.1.1. O saber, a obra, seu objeto e o método.	32
1.1.2. Categorizando a obra.	36
1.1.3. História Combatente e Revisionismo.	39
1.1.4. JHR em seu contexto.	41
1.1.5. Saber e Fazer.	43
1.1.6. As instituições e as ideias.	45
1.1.7. A formação do historiador JHR e produção do conhecimento histórico no Brasil.	45
1.1.8. Um historiador oficial.	47
1.2. ANA LUIZA MARQUES BASTOS: JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: UMA SISTEMÁTICA TEÓRICO-METODOLÓGICA A SERVIÇO DA HISTÓRIA DO BRASIL.	51
1.2.1. Positivismo e Presentismo em JHR: o documento e a crítica.	51
1.2.2. Gêneros historiográficos: a crônica e história em História da História do Brasil.	55
1.2.3. Breves apontamentos sobre a dissertação de Ana Luiza Marques Bastos.	59
1.3. PAULO ALVES JUNIOR: UM INTELLECTUAL NA TRINCHEIRA: JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, INTÉRPRETE DO BRASIL.	60
1.3.1. Trajetória.	61
1.3.2. Conciliação e conciliadores: a história cruenta na formação da sociedade brasileira.	63
1.3.3. Sobre a política externa.	67
1.3.4. José Honório Rodrigues e os pensadores do Brasil.	68
1.4. ANDRÉ LEMOS FREIXO. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: OS CLÁSSICOS E UMA POSSÍVEL IDENTIDADE HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA (DÉCADAS DE 1949-1980).	71
1.4.1. A historiografia em mudança: primeiros escritos.	73
1.4.2. Por uma história científica: o projeto do Instituto Nacional de Pesquisa Histórica.	75
1.4.3. A experiência norte-americana.	76
1.4.4. Amadurecendo ideias: pensar e transformar o Brasil.	77
1.4.5. Para escrever Teoria da História do Brasil.	79
1.4.6. A História da Historiografia de JHR.	82
1.4.7. Sobre a pesquisa histórica no Brasil.	83
1.4.8. O esforço honoriano de renovação da historiografia brasileira.	85
1.4.9. A arquitetura de JHR segundo André Lemos Freixo.	86
1.5. CONSIDERAÇÕES DESTE CAPÍTULO.	86
2. AS TEORIAS VÃO, OS TEXTOS FICAM: UMA ANÁLISE DE TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL.	88

2.1. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES E A “GERAÇÃO DE 1960”	102
2.2. PARA LER: TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL.....	105
2.3. OS PREFÁCIOS	108
2.4. APÊNDICES.....	112
2.5. UMA HISTÓRIA PARA OS VIVOS.....	127
2.5.1. Os problemas da história e as tarefas do historiador.	128
2.5.2. Desenvolvimento da ideia de história.	136
2.5.3. Filosofia e história: O conhecimento histórico.....	144
2.5.4. Periodização.	151
2.5.5. A periodização na história do Brasil.	154
2.5.6. Diversos gêneros da história.	157
2.5.7. A metodologia histórica.	160
2.5.8. As fontes históricas.	161
2.5.9. Disciplinas auxiliares da história.....	162
2.5.10. Crítica histórica.	163
2.5.11. Autenticação e forjicação.	164
2.5.12. Crítica de atribuição.	165
2.5.13. Crítica de textos e a edição de documentos históricos.	166
2.5.14 Crítica interna.....	168
2.5.15. A compreensão e a síntese históricas.	169
2.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEORIA DA HISTÓRIA.	170
3. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES EM ARQUIVOS: ENTRE DOCUMENTOS PÚBLICOS E O ARQUIVO PESSOAL.	173
3.1 CORRESPONDÊNCIAS.....	194
3.2. PUBLICAÇÕES JORNALÍSTICAS.	202
3.3. VÍNCULOS DE TRABALHO.....	211
3.4 HISTÓRIA EM DOCUMENTOS: AS FONTES DE/SOBRE JHR.....	214
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
BIBLIOGRAFIA.....	242

1. INTRODUÇÃO

Esta tese é um estudo sobre José Honório Rodrigues e suas contribuições na historiografia brasileira. Há, hoje, uma notável expansão na produção de estudos sobre a obra honoriana, cabendo atentar à contribuição destes estudos para compreender o autor. O objetivo principal desta tese é realizar uma análise que compreenda a obra deste historiador carioca e os lugares¹ que as ciências humanas têm criado para JHR nas atuais discussões teóricas e de história da historiografia.

Carioca, nascido em 1913, graduou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1937, no ano seguinte recebeu o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras, pelo livro *Civilização holandesa no Brasil*, escrito em parceria com Joaquim Ribeiro. Trabalhou em instituições de ensino e pesquisas, em arquivos históricos e bibliotecas, tanto no Brasil quanto no exterior. Ao voltar dos Estados Unidos (1943-1944), onde frequentou o curso de história na Universidade de Columbia,² começou a trabalhar no Instituto Nacional do Livro, na Seção de Publicações, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda; foi diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (1944-1958); diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (1958-1964);³ editor da Revista Brasileira de Estudos Internacionais; secretário executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (1964-1968); além de lecionar no Instituto Rio Branco (1946-1956) e em universidades brasileiras e estrangeiras; foi estagiário na Escola Superior de Guerra (1955) e professor conferencista (1956-1964); *imortalizado* pela Academia Brasileira de Letras em 1968; faleceu no Rio de Janeiro em 1987.

¹ O sentido conceitual de *lugar* é inspirado em Michel de Certeau, que define: “O real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar” (CERTEAU, 2011, p. XXIII). Esse conceito de lugar será utilizado para chamar a atenção para os vínculos de *dependência* e reciprocidade que JHR manteve com os poderes estabelecidos; o *domínio* de técnicas, estratégias e modos de fazer dentro do campo historiográfico de sua época; o *jogo* das representações e símbolos que legitimam o discurso e a autoridade da escrita da história.

² Em Columbia, teve como orientador, indicado pela Fundação Rockefeller, o professor Frank Tannenbaum, que “[...] aconselhou-o a matricular-se numa cadeira de Introdução à História, ministrada por diversos professores. Quando terminou esse curso, no início de 1944, Tannenbaum lhe disse: ‘Você já provou sua vocação de historiador; não precisa mais de cursos; cabe-lhe agora pesquisar e publicar’” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 19). A influência da historiografia americana, numa época em que predominavam os referenciais franceses, é destacada reiteradas vezes por JHR.

³ Foi lançada em 2014 a revista *Acesso Livre: Revista da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional*, com o primeiro número dedicado a JHR, “[...] que teve grande importância para a historiografia e para a arquivologia no Brasil” (BARROS, 2014), escreve Diego Barbosa da Silva na *Apresentação* da revista. Orlando de Barros, no artigo *A propósito de “Por que não escrevo história contemporânea”*, comenta o texto de JHR, escrito em 1973, e que é o segundo artigo da revista. O primeiro número da revista *Acesso Livre* dedicado a um de seus antigos diretores é significativo para pensarmos nas contribuições de JHR para as políticas de arquivos no Brasil e para as leituras sobre sua obra.

Em 1937, aos 24 anos, JHR escreveu seu primeiro livro e até sua morte será mais de meio século de produção intelectual, de vida e de história. Pelas dinâmicas inerentes do processo histórico, o Brasil no qual JHR vivia e escrevia tinha características muito diferentes das atuais. Viveu um Brasil de profundas transformações, como a construção de Brasília e escreveu sobre isso em *Aspirações Nacionais: interpretação histórico-política*, que embora fosse “cedo para o julgamento da eficácia histórica da mudança”, preconizava que “não há exemplo histórico de uma civilização criada de costas para o mar, nem é possível substituir de imediato o espírito de unidade nacional que o Rio de Janeiro criou” (RODRIGUES, 1969, p. 85). A população era de 70 milhões de habitantes em 1962. Nesses anos participou ativamente na Escola Superior de Guerra (ESG), que “[...] nessa época era muito aberta, ouvia todas as tendências, e eu vivia até então num ambiente muito fechado, muito erudito [...]” (MOTA, 2010, p. 339). Em 1964, foi demitido. Mais ativo na imprensa e na crítica política, crítico dos militares e da ditadura, continuou escrevendo até o ano de sua morte.

A obra que JHR produziu nesse longo período não é linear e progressiva, mas dividida em conjuntos temático-analíticos distintos; é variada e abrangente, somando mais de 30 livros, centenas de artigos, compilações e catálogos de documentos, organização e direção de arquivos de pesquisa e bibliotecas. Segundo o próprio JHR, sua obra é dividida em três conjuntos: *arquivística, teórica e combatente*. Esses conjuntos são apresentados por JHR como partes de um processo evolutivo, como uma trajetória na qual cada conjunto avança e se desenvolve dando lugar a um novo. Com essa ideia de conjunto JHR elabora uma imagem de si como a do historiador *par excellence*, pois conhece e tem experiência com as fontes documentais, as teorias e, munido dessas capacidades, interpreta o Brasil.

Outras classificações e divisões da obra honoriana foram feitas. Raquel Glezer estabelece com rigor as características, séries de documentos e problemáticas, dentro de três conjuntos de abordagens: *informativa, formativa e interpretativa* (GLEZER, 1977). Mota (2010) e Rodrigues e Mello (1994) compartilham dessa divisão. Francisco Iglésias, conhecedor como poucos da obra e da pessoa de JHR, divide a obra em cinco grupos: a) teoria, metodologia e historiografia; b) história de temas; c) ensaios historiográficos; d) obras de referência; e) edições de textos (IGLÉSIAS, 1988, p. 60-61).

Em uma primeira varredura na internet sobre JHR, fazendo um levantamento bibliográfico preliminar, saltou-me aos olhos a resenha com mais de trinta páginas de Eduardo d'Oliveira França esmiuçando criticamente *Teoria da História do Brasil* na *Revista de História*, enfatizando méritos e o que considerou os pontos fracos desse livro tão importante na obra de JHR. O título, segundo o resenhista, já é questionável, pois “a rigor não há teoria da história do

Brasil” (FRANÇA, 1951, p. 113). Quanto à estrutura do livro, “nesse particular quase decepcionante [...] Eis um planejamento do século XIX [...] Plano Langlois-Seignobos com clarezas de filosofia [...]” (FRANÇA, 1951, p. 114-115). França ataca “a ausência de inquietação, rebeldia e perplexidades, onde escolas e opiniões se atropelam”, o cientificismo positivista e reducionista, a hegemonia do documento sobre a interpretação, numa narrativa em que *há disciplina, mas a coerência às vezes vacila*, além da omissão de importantes sistemas de pensamento de seu tempo, como o marxismo, o bergsonismo e o existencialismo.

As relações estabelecidas entre JHR e Eduardo d’Oliveira França são importantes para pensarmos nas “redes de sociabilidade”, os “microclimas”, as vaidades, disputas e os “itinerários” que perfazem o campo intelectual da época em que viveram (SIRINELLI, 2003). A resenha de França foi escrita num momento de transformações profundas na historiografia brasileira do século XX. Uma delas foi a profissionalização do *métier* do historiador. Isso significava “[...] a transição do autodidatismo para a profissionalização do trabalho intelectual de história [...]” (ROIZ, 2012, p. 19)

Outra resenha de *Teoria da História do Brasil* foi feita por Sérgio Buarque de Holanda. Em *Apologia da História* (1950), comentando a publicação do livro de Marc Bloch de título homônimo, Sérgio Buarque enfatiza a importância de se escrever uma história comprometida com o tempo presente, dedicada a problematizar as questões de então da historiografia. No Brasil, a publicação de *Teoria da História do Brasil* é avaliada como fundamental e pioneira na apresentação sistemática das teorias e metodologias da história:

Sejam quais forem as divergências que possam suscitar essa obra – divergências relativas, sobretudo, ao método de exposição, que nem sempre deixa transparecer com clareza os pontos de vista do autor –, parece certo que sua simples presença constitui passo importante para o estudo desses problemas. Até recentemente ainda dependíamos em grande parte, por esse aspecto, do velho manual de Langlois e Seignobos [...] (COSTA, 2011, p. 21).

As resenhas de Eduardo d’Oliveira França e Sérgio Buarque de Holanda sobre *Teoria* convergem em muitos pontos. Ressaltam o ineditismo e importância da publicação do livro, que seria uma espécie de “manual” de teorias da história, semelhante a *Introdução aos estudos históricos*, de Langlois e Seignobos, porém, mais atual e tratando das teorias de história do Brasil. A falta de um posicionamento claro de JHR sobre suas escolhas também é reclamada.

França e Holanda representavam também a formação de uma “cultura uspiana” na produção do conhecimento histórico e nas regras de formação do ofício de historiador, enquanto JHR, sem formação específica em História, vinha de uma tradição de pesquisa histórica

produzida em institutos, como o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Ainda de acordo com Roiz, muitos dos textos produzidos fora da universidade “(...) não tinham propósitos exclusivamente acadêmicos, com o objetivo de obtenção de títulos e o exercício de uma prática científica (RODRIGUES, 1965, 1969; LAPA, 1981)”. Era uma produção composta por “(...) biógrafos, memorialistas e profissionais inicialmente formados nas áreas de Letras, Direito, Sociologia, Engenharia e Medicina, que dedicaram ao estudo do passado mais como ‘cultores do ofício’, do que como historiadores profissionais (GOMES, 1996, 2009; ROIZ, 2012, p. 23).

JHR via a si mesmo e ao seu trabalho como a personificação do historiador profissional. Seus vínculos com a universidade foram esporádicos e tensos, mas escreveu *Teoria da História do Brasil* (1949) para servir também como um referencial para a formação universitária do historiador, e ele, como seu autor, pretendia tornar-se uma autoridade com uma obra relevante no que dizia respeito aos estudos de pesquisa, arquivos, teoria e história da historiografia.

JHR obteve reconhecimento como profissional de arquivo⁴. Não são os trabalhos teóricos, nem seus estudos de história do Brasil que são apresentados como fundamentais de sua produção nos tempos em que viveu e escreveu. Dentro do campo historiográfico, seu capital simbólico se acumulava no conhecimento que tinha sobre documentação, na gestão modernizadora de arquivo, como fez no Arquivo Nacional sob sua direção. JHR nunca se efetivou em nenhuma universidade como docente. Sua carreira se desdobrou em outras instituições de pesquisa e arquivos.

Mas JHR tinha projetos ambiciosos voltados para o ensino, como criar um *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica* (INPH). A proposta de criação do instituto apareceu em *A Pesquisa Histórica no Brasil* (1952) e nunca se concretizou. Os títulos dos tópicos do texto indicam as pretensões do projeto: “A elaboração dos instrumentos de trabalho histórico”, “Formação de pesquisadores”, neste ele escreve que “os alunos das Faculdades de Filosofia não aprendem o método e a pesquisa histórica e não conhecem catalogação, o que estudam os bibliotecários e é exigido nos concursos para arquivistas”. Os pesquisadores formados no INPH, poderiam “prestar grandes serviços aos estudiosos brasileiros, aos Representantes da Nação e ao Poder Executivo, quanto grandes questões nacionais exigissem o estudo de suas origens e evolução” (RODRIGUES, 1969, p. 242-243). Para JHR, a excelência de formação no *Instituto*

⁴ Jacques Derrida, ao dissertar sobre o que é um arquivo, começa explicando o significado etimológico da palavra “'arquivo' – e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. *Arkhe*, lembremos, designa ao mesmo tempo *começo* e *comando* [...] o princípio da lei ali onde os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social, *nesse lugar* a partir do qual a *ordem* é dada” (DERRIDA, 2001, p. 11).

seria contrastada e contraposta ao ensino e pesquisa universitários, de modo que seu discurso tornava-se cada vez mais visivelmente marcado pelo ressentimento de não ver seu projeto e programa ganharem vida (FREIXO, 2012, p. 383).

JHR não se constituiu em um *homo academicus*. Não possuía o *habitus* universitário, carecendo assim de um “conjunto acabado e completo das propriedades que funcionam como poderes eficientes na luta pelos poderes especificamente universitários e que possuem em graus diversos o conjunto dos agentes eficientes” (BOURDIEU, 2017, p. 40). Formado bacharel, não fez mestrado nem doutorado, que são titulações eficientes nas disputas entre os agentes do campo intelectual, historiográfico e universitário. Segundo André Lemos Freixo, JHR permaneceu “[...] como uma espécie de ‘outsider’, apesar de relativamente conhecido e estabelecido, em nome e prestígio, para toda uma geração de pesquisadores do novo campo historiográfico brasileiro” (FREIXO, 2012, p. 381).

Os lugares de reconhecimento e *status* de autoridade intelectual de JHR eram outras instituições, como o IHGB, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Itamaraty, a Academia Brasileira de Letras (GOMES, 1999; GONTIJO, 2013). Em seu discurso de posse, proferido em 5 de dezembro de 1969, como terceiro ocupante da cadeira 35, falou da importância da ABL para a cultura nacional, que “tem sido e é muito mais aberta e ampla que a Universidade, nas Faculdades e Institutos de recente criação”. Em termos políticos, a instituição “não é neutra; é sensível a valores diferentes, a ideias várias, a todos os gêneros e a todas as opiniões.” Defende que liberdade acadêmica depende “de um contexto de permissão que busca suas raízes na teoria da sociedade liberal”, inclusive nos momentos em que as premissas da liberdade são “limitadas pelas forças da incompreensão e da inércia cultural, e muitas vezes seriamente comprometidas pelos elementos anti-intelectuais que habitam os regimes autoritários” (RODRIGUES, 1970, p. 4-5).

O discurso, proferido em um momento de grande tensão política e social⁵, salienta uma defesa combatente dos princípios liberais. No tópico *Liberalismo, palavra e conceito*, JHR enaltece os que o antecederam na cadeira: Rodrigo Otávio L. de Menezes, seu filho Rodrigo Otávio Filho e, principalmente, o patrono Tavares Bastos, que é, a seu ver, o *ideólogo do liberalismo* no Brasil. Identificando-se sempre como um liberal, JHR contextualiza a origem do termo, as ideias, os intelectuais e lutas liberais na história nacional. Discutindo a situação vivente, JHR afirmava que o “liberalismo refaz-se, diante da luta impiedosa entre liberticidas e

⁵ Sobre a noite da posse, Leda Boechat Rodrigues escreveu que a “festa terminou às três da madrugada. Ocorreu nesta noite o primeiro sequestro de diplomatas, o caso do embaixador americano. Avisada pelo telefone, Tereza Cesário Alvim ligou a TV e em torno dela juntou-se um grupo” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 19).

libertários” e conclui dizendo que caberia às gerações futuras “a genuína missão de restaurar, em todo o mundo, especialmente na parte não privilegiada dêle, os direitos do homem, a libertação do homem, a salvação do homem” (RODRIGUES, 1970, p. 20).

Em *Saudação de Barbosa Lima Sobrinho ao historiador José Honório Rodrigues*, Sobrinho apresenta um resumo da trajetória de JHR e a dos outros ocupantes da mesma cadeira. Justificando a vitória na eleição pela “vossa bravura de combatente, à intrepidez desinteressada dos vossos pronunciamentos e ao mérito de uma obra de cultura, rara em nosso País”. Destaca o clima político da época e diz que, nesse contexto, cabe a ABL, estar “atenta às vozes inumeráveis, que procuram interpretar e traduzir as aspirações das novas correntes do pensamento brasileiro” (SOBRINHO, 1970, pp. 24-25)⁶.

Importante ressaltar que na economia das trocas simbólicas, a pesquisa acadêmica universitária, a partir dos anos de 1930, passou a disputar a hegemonia do campo intelectual, científico e cultural com instituições e institutos de pesquisa histórica no Brasil (ROIZ, 2012). Como um “outsider”, JHR produziu bastante, mas não conquistou o reconhecimento de outros coetâneos seus.

Quando se fala em campo historiográfico, e mais especificamente em um campo historiográfico universitário, tem que se considerar tratar-se de um conceito que precisa ser usado com cautela, pois o processo de estruturação do campo acadêmico universitário foi, e é, complexo, gradual e fundamentado em relações objetivas com a economia de outros campos, como o social, intelectual, político, econômico, cultural. JHR está inserido em contextos de renovação dos estudos históricos, de grandes transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que se estendem de Getúlio Vargas⁷ até o governo de José Sarney.

A trajetória produtiva de JHR foi longa e diversificada. Na década de 1930, os projetos e propostas modernistas da *Semana de 1922*, integravam-se a um projeto de modernização do

⁶ O poder de consagração intelectual da ABL pode ser notado nas pesquisas dos arquivos da instituição, que tinha grande capacidade de publicidade, divulgando conferências, lançamentos de livros e cursos de JHR nas mais diversas regiões do país. Ângela de Castro Gomes escreve que com a criação da ABL, a cidade do Rio de Janeiro foi “palco, em fins do século XIX, da montagem de uma referência institucional desde então fundamental para todo o mundo intelectual do país”. O texto de Gomes é importante porque tem como objetivo “situar a Academia como um eixo referencial para a organização do campo intelectual, não apenas, mas principalmente, da cidade do Rio de Janeiro” (GOMES, 1999, p. 29).

⁷ Na edição de 1986 do livro *O continente do Rio Grande* – a primeira é de 1954 – como forma de exposição de capital simbólico, cita no prefácio os leitores que o estimularam a reeditar o livro, que “foi muito bem acolhido pelo presidente Getúlio Vargas, segundo me contou seu oficial de gabinete Sá Freire Alvim, que me disse que o presidente lhe perguntara várias vezes quem eu era, se era gaúcho e onde trabalhava. Oswaldo Aranha fez-lhe os maiores elogios, segundo depoimento de Assis Chateaubriand, que estando comigo foi visitar Aranha e voltou de lá dizendo-me: ‘Você está com muito prestígio com o Oswaldo Aranha’. E perguntando-lhe eu por que, me respondeu: ‘Fez os maiores louvores ao seu livro e o conserva na mesa de trabalho’. Deste modo soube que os gaúchos haviam recebido bem *O Continente*. É esta uma das razões que me levar a reeditá-lo.”

país, alcançando “também os setores intelectuais que assumiram como sua a responsabilidade pela compreensão dos rumos da civilização brasileira” (FREIXO, 2012, p. 29). O prêmio que JHR recebeu à época por *Civilização Holandesa no Brasil*, era uma importante láurea para quem acabava de concluir o curso de graduação em Direito. Sempre vinculado profissionalmente às instituições de pesquisa e arquivos, na década de 1940, catalogou e publicou grande massa documental sobre os holandeses no Brasil, e, enquanto isso, escrevia *Teoria da História do Brasil*, “cinco anos e meio de leituras e pesquisas consumiu este livro” (RODRIGUES, 1978, p. 11). Nos anos de 1950, sua produção era majoritariamente sobre teoria, pesquisa, arquivos e história da historiografia. Com o regime militar, passou a escrever uma história combativa, *cruenta*, mais política. Na maturidade, almejando o reconhecimento de *intérprete do Brasil*, escreveu sobre o povo “pacato e sangrado”, as forças políticas contrarrevolucionárias de conciliação e reforma das elites nacionais. Na maturidade, sua participação na imprensa vai se tornando cada vez mais intensa e constante, conforme constatado nos arquivos pesquisados.

Na parte “Obras do Autor”, presente no início dos livros *Teoria da História do Brasil*, *A pesquisa Histórica no Brasil* e *História da História do Brasil*, publicados pela Companhia Editora Nacional, JHR é apresentado como um historiador de reconhecimento nacional e internacional, com textos traduzidos e publicados em vários idiomas e países. No entanto, JHR não conquistou o mesmo status de outros pensadores contemporâneos seus, como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda. Foi um intelectual empenhado em se fazer notar e afirmar um lugar de primazia e relevância junto aos outros autores celebrados. Suas pretensões podem ser medidas por suas propostas arrojadas: criar um *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica*, para a formação dos estudantes e estudiosos de história no Brasil; fazer de *Teoria da História do Brasil* um livro de referência e autoridade nos estudos de teoria, pesquisa e história da historiografia, e que acabou se desdobrando em seu inacabado *projeto tríptico*.

O *projeto tríptico*, como JHR o definia, era composto de livros que se complementam e concentravam em três problemáticas fundamentais: teoria da história, pesquisa histórica e história da história do Brasil. O primeiro livro do tríptico é *Teoria da História do Brasil* (1949), depois, *A pesquisa histórica no Brasil* (1952) e, por último, a inacabada *História da História do Brasil*, planejada em seis volumes e sete tomos.

A primeira parte de *História da História do Brasil*, é o livro *Historiografia Colonial*. O livro é composto de dez capítulos: historiografia da conquista, historiografia das invasões, historiografia do Maranhão, a historiografia do bandeirismo seiscentista, a historiografia

regional, historiografia religiosa, historiografia das rebeliões, historiografia militar, historiografia econômica e social, a crônica geral colonial. O segundo volume é *A historiografia conservadora* (tomo I). Segundo JHR, “o pensamento conservador está sempre associado ao medo da mudança ou à resistência a ela”, e suas principais características são: a defesa da razão de Estado, caracterizada como “a tendência violenta e perigosa de, em seu nome, assenhorear-se um homem da consciência dos outros e da sociedade”, e “a segunda característica do conservadorismo é a defesa intransigente das classes dominantes e defesa dos grandes estadistas [...] É a história dos senhores do poder, dos governos, das elites” (RODRIGUES, 1988, p. 2-3). O próximo volume, tomo 2 e último do tríptico publicado, é *A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Viana* (RODRIGUES, 1988). O plano, interrompido com a morte de JHR, era publicar o “terceiro volume, A historiografia liberal, seguido do quarto, A historiografia católica, Republicana e Positivista, e do quinto, Do Realismo ao Socialismo. Acrescentarei um sexto volume, que versará sobre ‘A historiografia estrangeira sobre o Brasil, compreendendo os brasilianistas que existem desde o começo do século XIX’” (RODRIGUES, 1988, p. XXXIII). Não terminou.

Com seu *tríptico*, JHR visava tornar-se um autor referencial, dada a amplitude das dimensões de seu projeto. As pretensões historiográficas de JHR figurar entre as autoridades da história do Brasil podem ser observadas nos trabalhos realizados por sua esposa, Lêda Boechat Rodrigues (1917-2014), que se casou com ele em 1941⁸. Lêda publicou *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*, em 1994. O livro foi escrito por ela e por José Octávio de Arruda Mello (1940) e é composto por correspondências, apresentações e debates das ideias honorianas. Graduada em Direito, fez carreira como taquígrafa no Supremo Tribunal Federal, instituição sobre a qual escreveu reconhecidos artigos e livros. A maioria absoluta dos livros de JHR foi dedicada a Lêda, destacando-se muitas vezes suas contribuições com pesquisas, leituras, correções, traduções e comentários⁹.

⁸ “Conheci José Honório em julho de 1935, numa ‘embaixada de estudantes’ à Bahia, organizada pela diretoria do *Centro Cândido de Oliveira*. Éramos quatro moças e dezesseis rapazes, alunos do 1º ao 5º ano da Faculdade de Direito do Catete. Nosso namoro começou em Salvador e firmou-se a bordo do navio Pedro II, que nos trouxe de volta ao Rio. Eu tinha dezessete anos e era segundo-anista; José Honório tinha vinte e um e era terceiro-anista. Casamo-nos em 3 de março de 1941 (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 18)

⁹ Ao escrever sobre JHR, o historiador José Octávio de Arruda Melo lembra uma conversa em que falavam sobre a vida conjugal. Diz José Octávio: “Certa vez, por volta de 1978, José Honório perguntou como era minha vida, e ao saber que Amável cuidava de *tudo* que dissesse respeito às atividades práticas, assegurando-me exclusiva dedicação aos estudos, assim se manifestou: ‘Ah! Assim você vai progredir à beça!’”. Sobre Lêda, afirma que “é evidente que, sem ela, José Honório não teria chegado onde chegou” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 141-142).

Percebe-se no texto de Lêda, o empreendimento memorialístico em construir uma trajetória biográfica de JHR, com um sentido progressivo estabelecido¹⁰. Ela selecionou e comentou as correspondências e outros documentos publicados no livro. O texto traça um retrato mais intimista de JHR. No prefácio, escrito por Lêda, já se evidencia o tipo de abordagem escolhida pela autora, como quando trata “das peraltices do menino gago”, que “como se curou da gagueira da meninice, nunca me contaram. Cresceu com uma voz linda, que aprimorou quando se tornou professor. Minha tia Stela era encantada com a voz dele, e chamava-o ao telefone apenas para ouvi-la e deliciar-se [...]” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 15-16).

Sobre a vida profissional e institucional de JHR, Lêda descreve como o marido atuava nas políticas de arquivo, de pesquisa e de Estado. JHR aparece como um combatente ao defender as instituições diante da pressão de outros interesses. Na passagem abaixo, é relatada uma discussão a respeito de um prédio, quando JHR era diretor do Arquivo Nacional. Conta Lêda que:

De outra feita, estava na ante-sala do Ministro da Justiça e ouviu o General Chefe de Polícia dizer que ia requisitar um prédio “muito jeitoso” na Rua da Constituição. José Honório, sem conhecê-lo, protestou. “Perdão. Aquele prédio foi conseguido para o Arquivo Nacional com a ajuda do Procurador Geral da República, Dr. Carlos Medeiros Silva, e do Procurador da República, D. Sérgio Ribeiro da Costa, à frente da tropa militar. Aí vai ser instalada uma seção do Arquivo Nacional. A nossa luta para conseguir este prédio demorou muito tempo e deu grande trabalho. Não podemos abrir mão dele”.

O Chefe de Polícia, admiradíssimo, disse em voz alta: “Como o senhor se atreve a dirigir-se a mim nesses termos?”. José Honório não se intimidou e respondeu. As vozes cada vez eram mais altas e a sala se esvaziara. Por fim, o General aceitou os argumentos de José Honório e desistiu de pleitear junto ao Ministro o prédio da Rua da Constituição. Seu comentário foi este: “Sou obrigado a reconhecer que não é comum encontrar um Diretor que defenda com tal ardor a sua repartição. Vou convidá-lo um dia destes para tomarmos um uísque” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 28).

Lêda, ainda pouco estudada, é fundamental para compreender JHR e sua obra. O livro publicado por Lêda é de meados da década de 1990, mas nas últimas duas décadas, JHR tem sido objeto de crescente interesse no campo historiográfico, acompanhando o aumento dos estudos em história dos intelectuais, metodologia, pesquisa e teoria da história, história da historiografia.

¹⁰ Em *A Ilusão Biográfica*, Pierre Bourdieu, diz que a lógica que organiza o relato de uma vida, “se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário” (BOURDIEU, 2001, p. 184).

Nesse processo, JHR tem recebido também uma atenção maior. Rodrigo Turin esclarece bem esse processo quando escreve:

Desde a década de 1980, é possível perceber um crescimento significativo no número de publicações sobre história da historiografia, que se expressou na instituição de linhas de pesquisa de pós-graduação, na organização de eventos especializados, assim como na criação de revistas dedicadas exclusivamente a promover e divulgar esse gênero de reflexão e produção historiográfica [...] (TURIN, 2013, p. 79).

A história da historiografia compreende o estudo dos gêneros históricos, formas de organização do relato, hierarquizações, construção de identidades e trabalho de memória da disciplina, perpassando todas as áreas do conhecimento histórico. Com outros pensadores, JHR teria contribuído para a definição e sistematização do gênero e institucionalização da disciplina, em trabalhos que “selecionam, interrogam e ordenam aqueles identificados como ‘historiadores’ e os seus ‘textos de história’ (o que implica, também, em um trabalho de exclusão).” (TURIN, 2013, p. 86).

Por mais difícil que seja definir o campo historiográfico brasileiro hoje, sob o risco de omitir o essencial, é necessário fazer um esforço para pontuar autores, textos e temas representativos das dinâmicas atuais dos estudos da nossa historiografia. Os livros, pela agregação de ideias e autores, pela capacidade de circulação e apropriação, oferecem um mapeamento valioso de autores, debates e problematizações. Assim, utilizarei determinados livros para ponderar sobre como se estrutura o campo historiográfico nos últimos anos.

No livro *Estudos de historiografia brasileira* (2011), organizado por Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Marcia de Almeida Gonçalves, Rebeca Gontijo, são abordados problemas fundamentais da historiografia contemporânea. São tratados no livro as formas e desafios da investigação histórica, periodizações da história do Brasil, escrita e construção de identidade, memória, trajetórias, instituições, usos de biografia. Os nomes que aparecem assinando os capítulos do livro lançam luzes sobre quem participa das discussões, publicações, disputas e estruturações do campo historiográfico brasileiro no início da segunda década do século XXI. Além das organizadoras, participam do livro Guilherme Pereira das Neves, Verena Alberti, Valdei Lopes de Araújo, Temístocles Cezar, Fernando Amed, Francisco José Calazans Falcon, Ivana Stolze Lima, Rodrigo Turin, Rui Aniceto Nascimento Fernandes, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Marieta de Moraes Ferreira, Fabio Franzini, Benito Bisso Schmidt.

Em outro livro, esse da série *Os historiadores – clássicos da História*, o quarto e último volume tem como título. *Dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues*. Na introdução, os

organizadores da série esclarecem o plano de elaboração dessas várias perspectivas sobre tempo e história: “É certo que entre Heródoto e José Honório Rodrigues esperamos que o leitor reconheça traços comuns, pontos de encontro que nos permitem abrigar tantos autores numa mesma constelação historiográfica” (PARADA & RODRIGUES, 2018, p. 7). Nessa constelação de autores, JHR é inserido na história da historiografia junto com F. A. Varnhagen (texto de Lucia Maria Paschoal Guimarães), João F. Lisboa (Rodrigo Turin), Joaquim Nabuco (Ricardo Salles), Capistrano de Abreu (Rebeca Gontijo), Oliveira Vianna (Maria Stella Bresciani), Oliveira Lima (Tereza Malaías), Manuel Bomfim (Maria Emília Prado), Afonso d’E. Taunay (Karina Anhezini), Luis da Câmara Cascudo (Luiz Larangeira da Silva Mello), Octávio Tarquínio de Souza (Márcia de Almeida Gonçalves), Gilberto Freyre (Daniel Pinha), Serafim Leite (Eunícia Barros Fernandes), Caio Prado Jr. (Lidiane Soares Rodrigues), Nelson Werneck Sodré (Ana Paula Goulart Ribeiro e Maurício Parada), JHR (André de Lemos Freixo). Esses pensadores estudados no livro “deram contribuições fundamentais para se pensar as diferentes configurações da escrita da história”, e quem escreve sobre cada um deles são significativos na composição atual das estruturas do campo historiográfico brasileiro.

Outro livro é *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*, organizado por Julio Bentivoglio e Bruno César Nascimento, é uma produção de várias mãos indicando as estruturas do campo historiográfico brasileiro, tanto pelos temas quanto pelos autores. São abordados os estudos historiográficos produzidos entre 1870 e 1940 em suas relações com as gerações precedentes e posteriores, desse modo, “olhar sobre os regimes de historiográficos permite colocar a historiografia brasileira em movimento, pensando sobre esta história e sua miríade de passados” (BETIVOGLIO & NASCIMENTO, 2017, s/p.). Os capítulos foram escritos por Fernando Nicolazzi, Rebeca Gontijo, Raquel Glezer, Valdeir Lopes de Araújo, Teresa Malatian, Rogério Rosa Rodrigues, Karina Anhezini, Hugo Ricardo Merlo, Alexandre de Sá Avelar.

Além dessas produções coletivas, há trabalhos individuais abordando aspectos relevantes e reveladores do trabalho historiográfico empreendido por JHR em história da historiografia. É o caso de Rebeca Gontijo, em seu livro *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si* (2013). Ângela de Castro Gomes, no Prefácio, ao discutir a construção da identidade de Capistrano como “o maior” e “[...] ‘pai fundador’ de uma história moderna e científica no Brasil”, destaca como JHR “[...] jogou mais água no moinho da figura do ‘pai fundador’ da historiografia, de quem ele mesmo queria ser filho dileto” (GONTIJO, 2013, p. 17).

Em 2018, Thiago Lima Nicodemo, Pedro Afonso Cristovão dos Santos e Mateus Henrique de Faria Pereira lançaram o livro *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)* (2018). JHR ocupa um lugar de destaque nas séries que compõem a narrativa dos autores e a história da historiografia brasileira, inserido num recorte temporal de um século. Destacam o empreendimento honoriano de categorizar o que é a historiografia brasileira, “cuja ‘intenção’ é produzir antecessores e fundadores de um cânone que termina na própria obra de Rodrigues” (NICODEMO, SANTOS, & PEREIRA, 2018, p. 32). Adiante, apresentam JHR como um *precursor*:

Nossa hipótese é que há uma íntima relação entre as propostas de Rodrigues e a introdução de disciplinas teoricamente orientadas nos currículos universitários, no sentido de que os propositores da história da historiografia como disciplina nos currículos tomaram a obra e a reflexão de José Honório Rodrigues como precursor, referência e bibliografia básica para a legitimação da disciplina reivindicada (NICODEMO, SANTOS, & PEREIRA, 2018, p. 140).

Contemporaneamente, discussões teoricamente orientadas estão consolidadas e legitimadas no currículo universitário e debates acadêmicos. Esses textos e autores mencionados (pois não há espaço nem escopo para ir muito além dessas menções) são representativos do que se discute e produz de história da historiografia e como se configuram as estruturas, práticas e disputas no campo historiográfico brasileiro.

Traçar as linhas gerais de configuração do campo historiográfico brasileiro contemporâneo é fundamental para se ter uma compreensão mais abrangente e contextualizada das apropriações, lugares e representações de JHR. Esta pesquisa está inserida nesse campo e se divide em três capítulos.

No primeiro capítulo, *Estudos sobre José Honório Rodrigues: interpretações, sentidos e lugares*, analisarei determinados trabalhos produzidos sobre o autor. Dos textos dedicados aos estudos honorianos, selecionei três teses e duas dissertações voltados exclusivamente ao estudo de JHR. A primeira tese foi a de Raquel Glezer, *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica* (1976). Ana Luiza Marques Bastos, escreveu a dissertação *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil* (2000 –PUC-RJ). O sociólogo Paulo Alves Júnior fez sua tese sobre *José Honório Rodrigues: intérprete do Brasil* (2010 - UNESP/Araraquara). André de Lemos Freixo é o autor da tese *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues* (2012 – UFRJ).

Cada análise problematiza o pensamento honoriano em perspectivas específicas, porém complementares. A tese de Glezer faz uma descrição e classificação precisa da produção honoriana e sua inserção na história do Brasil. Freixo problematiza o projeto honoriano de desenvolver uma “arquitetura do novo”, com uma obra que tinha como finalidade ser e servir de referencial para a escrita da história científica e renovada no Brasil. Bastos analisa o *tríptico* de JHR à luz dos conceitos de *positivismo* e *presentismo*. Alves Jr. estuda JHR como *intérprete do Brasil*, focalizando mais na parte de sua produção combatente.

O capítulo faz uma varredura dos estudos recentes sobre de JHR, problematizando como essas leituras criam sentidos e lugares para a obra e o autor neste século. Não há um sentido originário e pronto a ser resgatado ou apreendido da obra por seus leitores; cada leitura e interpretação é um processo particular de atribuição de significado e sentido. Nessa perspectiva, deve-se “abordar o sentido dos textos como fruto de processo de leitura, que é originário da interação entre autor, texto e leitor. Nesse aspecto, o significado não está previamente inscrito no texto, mas se constrói por meio de um programa interativo, de negociação de subjetividades” (CAMPATO JR., 2017, p.106).

O reconhecimento da contribuição de JHR à historiografia brasileira se deve, em larga medida, ao seu livro de 1949, *Teoria da História do Brasil*. Trabalho inédito na história da historiografia nacional quando publicado, tornou-se um marco nos estudos de história da historiografia. No livro, encontra-se a apresentação sistematizada de teorias, métodos, autores e conceitos da historiografia. Defendia que a historiografia brasileira também tinha desenvolvido teorias e métodos próprios para escrever sua história. *Teoria* marca um ponto de inflexão na obra honoriana por ser também um livro com o qual pretendia se consagrar entre os *mestres*¹¹ da historiografia brasileira. O capítulo dois, “*As teorias vão, os textos ficam: uma análise de Teoria da História do Brasil*”, é dedicado ao estudo desse livro.

Analisar detalhadamente *Teoria* tem como propósito problematizar os lugares de sociabilidade, produção e discussão nos quais o livro e seu autor estavam inseridos. No primeiro capítulo, os lugares de JHR são construídos por seus estudiosos; neste, o foco se concentra no próprio JHR, para investigar como o autor se movia no campo historiográfico de sua época, a partir de um texto específico sobre teorias da história.

O próximo passo da tese é um estudo de JHR a partir de documentos pesquisados nos arquivos. No terceiro capítulo, “José Honório Rodrigues nos arquivos: entre documentos

¹¹ Este termo *mestre* é utilizado frequentemente por JHR para se referir aos que ele considerava fundadores de novas abordagens e regimes de historicidade, os *intérpretes* do Brasil, como Capistrano de Abreu e F. A. Varnhagen.

públicos e arquivo privado”. As pesquisas foram realizadas no *Instituto de Estudo Brasileiros* (IEB-USP), no *Arquivo Nacional* do Rio de Janeiro, na *Biblioteca Nacional*, na *Academia Brasileira de Letras*, no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e no SIARQ (Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas).

São documentos variados: alguns deles foram criados pelo próprio JHR para seu arquivo pessoal, muitos outros são textos de sua autoria ou de terceiros sobre suas ideias, publicações e obras. Há um grande número de recortes avulsos, convites e congratulações, correspondências, vínculos empregatícios, relações de trabalho e institucionais.

Trabalhar com essa massa documental é uma forma ampliar o questionário e o conhecimento sobre JHR, suas ideias e seu tempo. Pelos documentos, observa-se que JHR teve participação ativa e constante na imprensa, atuou em várias instituições de pesquisa e arquivo, sendo um dos grandes especialistas em arquivologia de sua época e lecionou por temporadas em universidades.

Ao fim do capítulo estão anexados determinados documentos, complementando e dialogando com as problematizações no texto. Com a visualização dos documentos, os leitores podem traçar outras *intrigas*¹², explorar as fontes de formas distintas. Não é possível ver um documento em todas suas dimensões, uma vez que os discursos, textos e contextos, relações, sociabilidades existentes quando o documento foi criado não podem ser recuperadas completamente pela narrativa.

Nesses capítulos está o percurso a ser seguido na tese: a análise de JHR e seus lugares na história da história do Brasil. Com essa constituição da tese realizo uma abordagem inédita e necessária de JHR. A necessidade da pesquisa se justifica pela presença cada vez maior de JHR nas discussões de história da história do Brasil, visando contribuir para as formas de pensar e explicar formas de escrita, regimes de historicidade, figurações de intelectuais no campo historiográfico e problematização do processo histórico brasileiro.

¹² Em *Como se escreve a história* (1971), Paul Veyne compreende como *intriga*, ou trama, a forma como a narrativa histórica é construída: “Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de trama [ou intriga], de uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’, [...] de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência [...]” (VEYNE, 1998, p.42). Hélio Rebelo Cardoso Júnior, diz que a “[...] intriga é um recurso narrativo destinado a cumprir a descrição do acontecimento [...] A principal consequência da noção de intriga, da maneira como é conceituada por Veyne, é não se render a nenhum determinismo [...]” (CARDOSO JR., 2003, p. 42). As intrigas são compostas por séries de acontecimentos que formam diferentes itinerários para a narrativa. “O historiador escolhe, livremente, o itinerário para descrever o campo factual, e todos os escolhidos são válidos [...] Dois historiadores, tomando o mesmo caminho, verão o terreno da mesma maneira ou discutirão, muito objetivamente, qualquer incompatibilidade” (VEYNE, 1998, p. 45).

A força e vivacidade dos conceitos estão na capacidade de seu uso trans-histórico. A vida do conceito não se limita ao tempo de sua emergência, pois pode enriquecer a reflexão e a crítica sempre que interpretados. Espero que este trabalho contribua para o enriquecimento do conhecimento sobre JHR e a historiografia brasileira. JHR foi um pensador da história e do Brasil, defendia a escrita de uma história combativa, engajada nas questões do tempo e da vida, amparada por teorias comprometidas para explicar as práticas passadas e orientar as ações no presente. Apesar da mudança dos tempos, sua defesa do ofício do historiador e empenho intelectual foi e continua sendo importante para refletir sobre as complexas e contraditórias relações do tempo e da vida. JHR tem muito a nos oferecer para conhecermos mais o Brasil, nossa história e historiografia.

1. ESTUDOS SOBRE JHR: INTERPRETAÇÕES, SENTIDOS E LUGARES.

Neste capítulo, interessa apresentar os estudos dedicados à análise da obra de José Honório Rodrigues. O objetivo é compreender como JHR e sua obra são representados e quais as suas contribuições à historiografia brasileira. Ao falar em *obra* e *autor*, interpretações feitas por outros autores e autoras, tenho como referencial elementos da epistemologia de Michel Foucault. De *O que é um autor?*, o conceito de *discurso* é muito valioso para se ter em mente ao se analisar a formação de um discurso capaz de ensejar outros discursos. São esses os “discursos que estão na origem de um certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 1992, p.22). JHR não é um *fundador de discursividade* e sua obra tem uma dimensão muito menor que a noção de discurso desenvolvida por Foucault, mas esta é muito útil para compreender como a obra honoriana produziu alguma coisa mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos voltados à sua análise.

Os textos aqui assinalados foram produzidos em instituições e condições diversas. Não há uma orquestração entre seus estudiosos para construir uma representação do autor e sua obra a partir da reunião dos trabalhos desenvolvidos por cada um deles. O que se sobressai em comum entre tais estudos é o interesse pela obra. Desse interesse comum percebe-se, isso sim, um esforço para se traçar uma trajetória¹³ do autor e da obra, com suas fases, conceitos, textos e lugares de pertencimento em meio ao campo dos estudos históricos no século XX. Não seria despropositado comparar esses estudos sobre JHR e sua obra ao esforço feito pelo próprio JHR em anotar, compilar e publicar a obra de Capistrano de Abreu, com o objetivo de tornar-se, nas palavras de José Honório, uma referência necessária para aqueles que se interessam pela “historiografia revolucionária do mestre”.¹⁴

¹³ O conceito de *trajetória* aqui utilizado é uma apropriação da análise desenvolvida por P. Bourdieu em “A ilusão biográfica”. Mesmo que não se trate do escrito (auto)biográficos, o conceito de trajetória não perde sua validade heurística. Segundo Bourdieu, “Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo” (BOURDIEU, 2006, p. 184).

¹⁴ Ítala Bianca Morais da Silva, em “Anotar e prefaciar a obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu” (2009), observa que a expressão *anotação*, “[...] é um trabalho que revela modéstia, humanidade, renúncia, mostrando-se o autor capaz de sacrificar seu tempo, seu esforço e faculdade pelo aperfeiçoamento de obra já realizada por outro” (SILVA, 2009, p. 84); todavia, o autor visa com suas anotações ocupar uma posição de reconhecimento e distinção entre todos que se interessarem por Capistrano de Abreu e sua obra.

Neste capítulo, apresentarei a obra honoriana de acordo com historiadores que o estudaram de forma aprofundada. Em geral, eles contextualizam as ideias de JHR com seus vínculos sociais, políticos, culturais, institucionais e historiográficos. São contextualizações que permitem vislumbrar a dimensão social necessária para a descrição do sujeito social enfocado. Sobre a necessidade inserir o autor em seu contexto para compreendê-lo melhor, Bourdieu escreve que isso:

[...] equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis [...] (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Alguns conceitos, textos e abordagens aparecem com uma certa frequência entre seus estudiosos, tais como, *Teoria da História do Brasil* (1949), *Aspirações Nacionais: interpretação histórico-política* (1963) e *Conciliação e Reforma no Brasil: interpretação histórico-política* (1965) e os conceitos de *história cruenta e incruenta*, *história combatente*, “aí está a palavra-chave: historiografia militante e viva ou historiografia combatente, como a tenho chamado” (RODRIGUES J. H., 1988, p. 74). As interpretações, deslocamentos, apropriações da obra honoriana feitas por seus estudiosos possibilitam compreender as narrativas sobre JHR em “seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração” (FOUCAULT, 2000, p. 5).

1.1. RAQUEL GLEZER: O HISTORIADOR, A PESQUISA E O ARQUIVO.

Na primeira página de sua tese, “O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica”, Glezer escreve que seu projeto inicial de tese:

(...) decorreu da necessidade que sentimos de pensar teoricamente o trabalho de pesquisa histórica, em nível de pesquisa pública, no Setor de Documentação. O autor brasileiro que primeiro defendeu a pesquisa pública, esclarecendo sua área e conceituando-a claramente, foi José Honório Rodrigues, em 1952 [...] (GLEZER, 1977, p. 10).¹⁵

¹⁵ Contrariando as normas da ABNT, na citação de um mesmo autor e texto, em alguns momentos em que a referência for sequencial indicarei apenas o sobrenome do autor nas citações indiretas ou apenas o número da

A pesquisa ficaria concentrada no conceito de “pesquisa pública”, porém, para tal empreitada seria necessário consultar toda sua “produção historiográfica numerosa e variada”. Desse modo, o plano inicial foi alterado. A preocupação passou a ser a “organização do arquivo cedido pelo autor sem qualquer dificuldade, propondo-nos fazer um levantamento biobibliográfico da produção historiográfica de José Honório Rodrigues e um estudo de sua repercussão” (GLEZER, 1977, p. 11).

A autora enfatiza que não se trata apenas de um trabalho de bibliometria, uma catalogação das publicações para organizar o arquivo do historiador. Para Glezer, “a pesquisa histórica se realiza em dois níveis paralelos, o da prática e o da teorização sobre essa prática” (p. 12). Assim, diante da abrangência da obra e da “pesquisa pública”, o objeto da tese passou a ser a relação entre o *fazer e saber* e a constituição de um modelo de análise historiográfica oriundo desse processo.

Glezer, diferente de todos que pesquisam a obra honoriana, pode debater suas análises com o próprio autor. Considero que isso seja importante, pois permitiu estabelecer um diálogo com o próprio José Honório. Na Introdução Metodológica de seu escrito, a autora dedica-se a definir a noção de história da história; a esclarecer a relação entre *saber* e o *fazer*; o processo de desenvolvimento do conhecimento histórico, com suas teorias, métodos e conceitos.

1.1.1. O saber, a obra, seu objeto e o método.

O acervo documental utilizado por Raquel Glezer foi a obra do autor, seus livros e outras publicações. A autora realça que o historiador deve ser estudado em seu contexto de produção e vivências. Porém, deve-se evitar cair no *biografismo agudo*, que consiste em analisar a obra pelo autor, desconsiderando todo o restante da realidade na qual a obra e seu autor se inserem. Esse *biografismo* é uma abordagem tradicional e personalista que pouco ou nada acrescenta ao entendimento da obra. Para fugir dessa possibilidade tradicionalista, Glezer toma um outro caminho teórico-metodológico: o da crítica literária.

Segundo Glezer, na crítica literária tradicional, que investiga a obra como arte, ocorrem os mesmos problemas de interpretação encontrados em história: a crítica como intermediária entre a obra e o leitor; a que interpreta a realidade a partir da tentativa de estabelecer normas ideais; a que postula uma verdade, muitas vezes oculta na obra e que somente o crítico poderia

página nas citações diretas. O objetivo é tornar a leitura mais fluida, sem que o leitor encontre a todo momento o mesmo nome em caixa alta no meio do parágrafo.

desvendá-la. Mas tudo isso acabou sendo superado na crítica literária, por “uma concepção em favor da que coloca a crítica como processo de conhecimento científico, [processo que] não ocorreu na análise historiográfica” (GLEZER, 1977, p. 27-28). Não se trata para Glezer de uma apropriação automática de um modelo teórico-metodológico oriundo da crítica literária para a crítica histórica, mas de encontrar um arcabouço teórico-metodológico capaz de analisar a construção do objeto de pesquisa, em sua relação com o saber e o fazer.

O saber, para Glezer, possui um discurso próprio, diferente daquele ao qual se aplica ao objeto. É preciso formular uma questão que possibilite responder como se tornou possível o saber. Essa questão está ligada a outros pontos, produzindo um problema necessariamente complexo. A obra possui uma linguagem, que é própria do autor que a constrói; essa linguagem cria uma ordem de verdade e as relações possíveis dentro de um texto.

Glezer afirma que o autor concebe a obra e seu horizonte. Constitui as normas de apreciação com as quais o objeto pode ser relacionado. “Possuindo uma verdade própria, contida nele, o texto não pode ser julgado por nenhum elemento externo, o que seria uma deformação arbitrária” (GLEZER, 1977, p. 31)

Em história, de acordo com Glezer, há duas dificuldades fundamentais para quem se dedica a fazer pesquisa histórica. Primeiro, o que ela define como a falta de instrumentos de localização da produção historiográfica.¹⁶ Esses instrumentos seriam registros catalogados de publicações, destacando os autores consagrados, os momentos significativos, os temas de maior audiência. Segundo problema: a falta de conceitos e técnicas de análise aplicadas à realidade nacional. Em ambos os casos, as dificuldades encontradas não são ultrapassadas; assim, Glezer faz esse trabalho de localização da produção historiográfica de JHR.

Para evitar cair no biografismo ou evitar apenas mostrar o desenrolar da pesquisa realizada por JHR, a autora propôs um modelo próprio. Glezer utiliza técnicas de descrição da documentação, onde “a obra de história é descrita como documento” (GLEZER, 1977, p. 48), e o conjunto das obras como *arquivo*. Isso significa apresentar os conceitos, textos básicos, fazer a crítica interna e assim “reconstituímos o universo cultural do autor, através do estudo das citações bibliográficas em suas obras” (p. 50). Por último, reúne as duas partes, explicitando a estruturação da obra, como foi produzida, podendo assim separar saber e fazer.

¹⁶ Lucien Febvre conceitua como *utensilagem mental* o processo de significação das palavras, ideias, conceitos, em seu contexto gerador e outros usos. No contexto em que falo, a informatização, a *plataformização* e a vida *online*, criam outros horizontes de possibilidades de pesquisa. Quando Glezer manifesta as dificuldades de lidar com os instrumentos de verificação de informação historiográfica, ela estava inserida em uma realidade muito diversa dos dias correntes. Aqui, a *utensilagem mental* consiste em pensar as problemáticas em sua historicidade própria, evitando a tentação perigosa e anacrônica de olhar para o passado com nossas formas atuais de percepção, de arquivamento e pesquisa.

O modelo de análise desenvolvido por Glezer ampara-se na *bibliologia* e na *bibliometria*, onde o livro figura-se como documento essencial. O modelo é definido pela autora como “um mecanismo de pensamento logicamente estruturado que permite o conhecimento de um certo objeto” (GLEZER, 1977, p. 45). A bibliologia compreende o livro com suas características materiais, as formas de circulação, utilização e todos os documentos e referências utilizados em sua elaboração.¹⁷ Já a bibliometria é definida como “o estudo quantitativo dos documentos, englobando-se todas as espécies de produção que transmitem o pensamento humano” (p. 52). O *levantamento biobibliográfico* relaciona o autor com suas produções. Enumeram-se as publicações, os temas desenvolvidos, a vida profissional, suas leituras e seus leitores. Numa etapa seguinte, “separamos as obras quanto ao conteúdo; selecionamos os textos básicos para uma crítica interna e reconstituímos o universo cultural do autor, através das citações bibliográficas em suas obras” (p. 50). Alguns dos conceitos utilizados na análise bibliométrica são: *colégio invisível*, *relevância*, *frente de pesquisa*, *barulho de fundo*, *rede de informações* e *rede de relações científicas*.

Quando Glezer escreveu sua tese, a obra de JHR estava inacabada, pois o autor ainda teria mais dez anos de produção. O recorte temporal da tese concentra-se “entre 1936 e 1975” e “a produção do autor em questão foi de 1053 documentos”. Esses documentos compreendem não só as publicações do autor, mas também sobre ele e sua obra. A documentação foi dividida em dois grupos: publicações autônomas (13%) e publicações periódicas (87%). As primeiras são produções que não tem continuidade, ao contrário das segundas que tem seguimento. Para dar conta dessa contabilização da obra, Glezer lança mão de inúmeros dados e quadros estatísticos: números de periódicos, tipos de publicação, países e idiomas em que os textos foram editados (6%). Meticulosos gráficos mostram quais textos tiveram maior repercussão, os que se dispersaram e não foram citados, em quais editoras foram publicados, se eram instituições culturais oficiais ou firmas comerciais, nacionais ou estrangeiras. O sucesso ou esquecimento das produções do autor vincula-se ao colégio invisível.

O colégio invisível é formado por pessoas “razoavelmente bem relacionadas entre si, encontrando-se em conferências, permutando publicações e colaborando em instituições de pesquisa. Constituem um grupo de poder, em níveis locais e nacionais, controlando instituições e pesquisas, além de prestígio social [...]” (GLEZER, 1977, p. 96)¹⁸. A configuração do colégio

¹⁷ O segundo volume da tese é dedicado a fazer esse mapeamento bibliográfico de referências.

¹⁸ Sobre esse conceito que funciona como um dispositivo teórico-metodológico operativo, Diogo da Silva Roiz comenta que “[...] seria no interior do ‘campo intelectual’ que emergiria toda a dinâmica de funcionamento do ‘colégio invisível’ e dos ‘espaços de sociabilidade’, a serem rastreadas mediante a análise do tipo de *habitus* que se formariam nesses locais e a maneira com que conduziriam os rituais de consagração e o manejo de ‘bens

invisível é traçada considerando todos os nomes de autores citados e que citaram JHR ao longo do período estudado pela autora. Isto posto, pode-se fazer um mapeamento dos diálogos estabelecidos, no caso, através de referências bibliográficas, tanto no Brasil quanto no exterior. Nesse cômputo, é levada em consideração também a dispersão, que são aquelas produções que se perdem ou que se prestam mal à catalogação, como a insuficiência de dados a respeito, indefinição de lugares, instituições, meios de publicação, público leitor. Em história do Brasil, o colégio invisível é, segundo Glezer:

[...] formado por Afonso Arinos de Melo Franco, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Américo Jacobina Lacombe, Artur César Ferreira Reis, Caio Prado Júnior, Francisco Iglésias, Gilberto Freyre, Guilherme Auler, Hélio Viana, João Camilo de Oliveira Torres, Nelson Werneck Sodré e Sérgio Buarque de Holanda, além do próprio José Honório Rodrigues (GLEZER, 1977, p. 100).

Os que comentaram a obra de JHR foram “Austregésilo de Athayde, João Cruz Costa, Manuel Diégues Junior, Florestan Fernandes, Raimundo Magalhães Junior, Josué Montelo, Luis Washington Vita e Lívio Xavier, entre tantos outros são os que mais sobressaem” (GLEZER, 1977, p. 102). Há também aqueles que escrevem colunas literárias; não se trata de crítica literária, mas da divulgação, através de anúncios, notas curtas, comentários.

Outros conceitos são utilizados pela autora na análise da obra de JHR. São eles: *relevância*, que é critério de medida do contato entre o público e a obra; *frente de pesquisa* é o número de vezes que um trabalho é citado; *barulho de fundo* são aquelas produções que não tiveram muita repercussão; *rede de relações científicas* diz respeito aos relacionamentos estabelecidos entre autores e intelectuais. O resultado numérico obtido a partir dessa perspectiva de análise é

[...] que dos 1053 documentos publicados de autoria de José Honório Rodrigues, apenas 170 tiveram alguma forma de repercussão, isto é, 16% do total. E podemos então afirmar que cerca de 16% da produção é relevante, isto é, pode ser submetida aos critérios de relevância. Estes 170 documentos abrangem 80 títulos, o que dá uma média de publicação de 2,1 para cada um (GLEZER, 1977, p. 111).

Desse material considerado relevante, há a *frente de pesquisa*, que são as leituras da obra, citações, barulho de fundo e publicações de pouca monta. Essa frente de pesquisa constitui “os 24% do material relevante de sua produção” (GLEZER, 1977, p. 113). Esses documentos são:

simbólicos” (ROIZ, 2012, p. 31). O que há de mais interessante nesta passagem é relacionar o conceito de colégio invisível com os de Bourdieu, como campo, habitus, poder simbólico; e os espaços de sociabilidade de Sirinelli.

Brasil e África, Teoria da História do Brasil, Aspirações Nacionais, Interesse Nacional e política externa, Civilização Holandesa no Brasil, Vida e História, A pesquisa histórica no Brasil e Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil. Neles devem estar formuladas as linhas diretrizes do trabalho do autor em questão e os conceitos que o regem (GLEZER, 1977, p. 113).

No subcapítulo “Referências cruzadas” dedica-se à verificação de textos de JHR que foram editados e reaproveitados em publicações posteriores. Glezer expõe os livros e cada um de seus capítulos, com o número de páginas de cada um deles. E conclui: “Verificamos então que o número real de documentos é de 780 e as reedições são em número de 273. O reaproveitamento do total dos documentos editados atinge, assim, 25%, restando 75% de documentos não reaproveitados” (GLEZER, 1977, p. 129).

1.1.2. Categorizando a obra.

Em “A obra e seu conteúdo”, a autora verticaliza a análise das ideias na obra de JHR. Analisar a obra não significa “imitar, julgar ou explicar”, tampouco desconsiderar o contexto em que foi produzida. “Ela [a obra] existe em si mesma, não necessitando destes elementos, tornando a análise exterior e independente a ela” (GLEZER, 1977, p. 133). O que se pretende é estudar os conteúdos, conceitos e o universo cultural do autor, não a obra em sua totalidade, que seria uma tarefa quase impossível pelo volume do acervo documental. Ao contrário, a análise será feita apenas sobre o material relevante, o que corresponde a 16% da produção total, cerca de 80 títulos diferentes” (p. 134).

A obra honoriana é dividida pela autora em três categorias: *informativa, formativa e interpretativa*. Informativas são as produções que coletam e divulgam informações, sem preocupações conceituais e interpretações pessoais. Há duas espécies de obras informativas: as *históricas*, como: *Civilização holandesa no Brasil*; *O continente do Rio Grande*; *A Assembleia Constituinte de 1823*; e as *bibliográficas*, como: *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*; *As fontes da História do Brasil na Europa*; *A pesquisa histórica no Brasil*; *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará*; *Historiografia del Brasil: siglo XVI*; *A situação do Arquivo Nacional*; *Índice anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*; e *Historiografia del Brasil: siglo XVII*. Essa categorização não

obedece a um critério temporal, são obras¹⁹ escritas ao longo de toda sua produção, como escreve Glezer:

Observamos que não há limitação temporal na produção destas obras, sinal de que, para o autor, desde o início de seu trabalho como historiador até o presente momento, obras que tem como preocupação básica a transmissão de informação histórica são uma constante. As obras informativas de ambos os tipos revelam sólida formação erudita e profundo conhecimento da documentação histórica brasileira (GLEZER, 1977, p. 139).

Outra categoria é de obras *formativas*. São textos voltados para a formação do historiador, com notícias e conteúdos especializados da área, metodologias e história da história. As obras que constituem essa categoria são: *Teoria da História do Brasil*; *A pesquisa histórica no Brasil*; *Notícia de vária história*; *História e historiadores do Brasil*; *Vida e História*; *História e historiografia*. A autora lembra que JHR “foi o primeiro historiador brasileiro que se preocupou com a formação específica do historiador e as obras deste tópico devem ser consideradas sob este ângulo” (GLEZER, 1977, p. 140).

Já as obras *interpretativas* “preocupam-se com a explicação da realidade nacional, procurando compreender as atitudes brasileiras” (GLEZER, 1977, p. 142). Para a autora, trata-se de um processo de maturação da produção honoriana, quando José Honório estreita seu contato com a realidade nacional a partir da década de 1960 e passa a ser citado como ideólogo. Seus trabalhos de interpretação são: *Brasil e África: outro horizonte*, *Aspirações Nacionais*, *Conciliação e reforma no Brasil e Interesse Nacional e Política externa*²⁰.

Por *descritivas*, Glezer delinea os textos compostos tanto em sua produção informativa quanto formativa. Na descrição o autor “se esconde”, não se faz notar, são poucos os lampejos de inteligência analítica, faz-se uma história sem um narrador concatenando e dando sentido aos fatos. É como se a erudição fosse capaz de preencher todas as lacunas, de recolher todos os vestígios através da documentação. Em sua escrita da história não se encontra uma *escrita de si*. *Civilização holandesa no Brasil* (1937 – fase formativa) e *A pesquisa histórica no Brasil* (1952 - fase informativa) são livros descritivos. O livro de 1937, escrito em parceria com Joaquim Ribeiro e que recebeu o prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras, é definido por Glezer como um texto “que na prática se tornou numa erudita narração, sem

¹⁹ Note que a autora usa o termo *Obra* para se referir tanto ao conjunto da produção honoriana, como para se referir a livros específicos.

²⁰ À época da pesquisa não tinham sido publicados livros importantes de sua produção interpretativa, como *História Combatente* (1984), *Ensaio Livres* (1991), *Tempo e Sociedade* (1986), *Filosofia e História* (1981), *Vida e História* (1986)

explicação de hipótese de trabalho, sem conceitos clarificadores e sem conclusão”. Com relação ao de 1952, diz que “a história é encarada de um ângulo tradicional e conservador [...] O retorno a um passado glorioso” (GLEZER, 1977, p. 151-152).

A partir de 1957, lá se vão vinte anos de publicações, na segunda e terceira edições de *Teoria da História do Brasil*, encontra-se uma preocupação maior com a realidade nacional, com desenvolvimento de conceitos analíticos, com a interpretação do Brasil, com o tempo presente. São textos formativos e interpretativos. Diante disso, a autora considera que há uma mudança na compreensão do conceito de fato histórico. Os fatos não se evidenciam e se esclarecem na narrativa histórica a partir da seleção e compilação erudita de documentos. “O historiador como selecionador de fatos é quem lhe dá sentido e significação, de acordo com seu momento histórico” (GLEZER, 1977, p. 155). O historiador deve problematizar.

Segundo a autora, no processo formativo do ofício de historiador, este deve estar apto a interpretar os fatos e o tempo, inclusive o seu próprio tempo. Nesse aspecto, JHR realiza algo inovador e inédito: as teorias devem servir para interpretar a história (da história) do Brasil. Mais ainda, apresenta e organiza as nossas teorias da história, “introduzindo a noção de historiografia e aplicando-a à história do Brasil”. A historiografia seria, portanto, “um reflexo dos problemas nacionais e humanos, totalmente dependente da ótica do historiador”, ou ainda, como estudo da “narração dos historiadores” (GLEZER, 1977, p. 157). Nesta direção, uma escrita da história compromissada com o presente deve ser revisionista e combatente.

Sob a lente de Raquel Glezer, a historiografia brasileira em JHR reflete sobre a narração dos problemas humanos, sempre fincada no momento histórico, por isso a preocupação permanente dos historiadores em estabelecer as periodizações da história nacional. Glezer ressalta a ênfase dada por JHR à Independência. 1822 significou, para ele, o choque contrastante entre o velho Brasil e a nova sociedade que se formava. *Assembleia Constituinte de 1823 e Independência: revolução e contrarrevolução* são trabalhos relativos a essa problemática. “Em termos de periodização lançou várias hipóteses explicativas, abandonadas ou retomadas posteriormente” (GLEZER, 1977, p. 160). Ao estabelecer a Independência como um momento fundante de nossa periodização histórica, JHR criticava a historiografia tradicional concentrada no período colonial, no biografismo, personalismo e no elitismo, incapazes de compreender, levar ao entendimento das pulsões e responder aos anseios do presente. Mas essa historiografia, que era produzida inclusive nos institutos de pesquisa histórica, como o IHGB, estava passando por mudanças com “as iniciativas revisionistas e as novas tendências a partir de 1930” (GLEZER, 1977, p. 161).

1.1.3. História Combatente e Revisionismo.

Dos textos de JHR, Glezer passa a analisar a história combatente do autor. A abordagem participante e preocupada com o presente seria um esforço honoriano em estabelecer um vínculo mais orgânico entre o processo histórico e a historiografia, estimulado pelas mudanças ocorridas desde a década de 1930, “considerado por uma corrente como movimento criador, com industrialismo, nacionalismo e desenvolvimentismo, e por outra como a interrupção caótica de forças destrutivas, corruptoras e subversivas” (GLEZER, 1977, p. 181). Para tanto, seria necessário fazer um revisionismo factual, revendo os períodos privilegiados nas análises historiográficas tradicionais, e também um revisionismo ideológico, iniciado com Capistrano de Abreu e Francisco Adolfo Varnhagen.

O revisionismo honoriano, segundo Glezer, implica na produção de uma história participante, daí sua preocupação com o Brasil contemporâneo e o mundo. Um olhar mais investigativo para a compreensão do povo brasileiro, das lideranças, com suas políticas de *conciliação e reforma*, visando sempre a manutenção dos interesses das elites; os atritos entre o arcaísmo e a modernização da vida política nacional; a conciliação de partidos, sejam liberais ou conservadores, como a forma encontrada pelas elites para a conservação do poder.

No item *A filosofia do compromisso*, Glezer desbrava a produção de JHR comprometida com o Brasil e o tempo presente. Ela enfatiza que o caráter revolucionário do povo é a quem sua produção e análise se dedicam, com o objetivo de auxiliar na conquista da soberania popular. Isso implica em esmiuçar os mecanismos de poder das elites, mais predadoras que criativas, o que se dá com a priorização de “interesses nacionais, beneficiando o povo e não grupos econômicos. Isto significará a vitória do contemporâneo em oposição ao arcaico, simbolizado pelas minorias alienadas, dominadas pelo complexo de caiação, enfim será a revolução” (GLEZER, 1977, p. 183).

Um conceito importante para a história combatente é o de *complexo de caiação*. Trata-se de conceito fundamental de JHR para criticar o esforço das elites nacionais, principalmente as mineiras e baianas, de assemelhar-se aos europeus num mundo africanizado. Esse empenho de ocidentalização e latinização tem como objetivo acentuar distâncias e distinções das elites com relação ao povo.

Glezer chama a atenção para o cuidado que se deve ter na leitura da historiografia rebelde de JHR, “ou seja, seu posicionamento como um historiador de vanguarda, revolucionário, atuante politicamente, não corresponde à verdade” (GLEZER, 1977, p. 184). O povo, escreve Glezer sobre a interpretação feita por JHR, não é capaz de libertar-se dos seus

próprios grilhões por si mesmo, isso só será possível com o apoio dos grandes estadistas, de lideranças orientadoras.

Ao afirmar que essa mudança não deve acontecer de forma violenta, usando as palavras de JHR, de que “a revolução deve ser uma revelação”, Glezer identifica no conceito de conciliação não só uma heurística que o autor desenvolve para explicar nossa história e historiografia, mas, mais do que isso, a maneira como ele pensa que deve ser a transformação do processo histórico, “é a filosofia da conciliação atuando no historiador” (GLEZER, 1977, p. 185).

O elitismo honoriano fica evidente, segundo Glezer, quanto maior é o destaque na soberania nacional, como nos livros *Aspirações nacionais* (1963), *Conciliação e reforma no Brasil* e *Interesse Nacional e Política Externa*. As elites nacionais, parasitárias e predatórias, responsáveis pela perpetuação das mazelas brasileiras, são também as que conseguiram gerar “uns poucos que comandaram os instantes de criação”. São esses líderes, estadistas, os capacitados para fazerem “o gigante surgir”, escrevia JHR em 1963. Seu elitismo se evidencia mais uma vez quando defende o voto do analfabeto. Paradoxalmente, defende o voto do analfabeto, mas este precisa aprender a votar, assim como não é interessante que o legislativo seja ocupado por quem não tem condições morais, éticas e intelectuais para o exercício do poder. Portanto, o analfabeto pode votar, desde que seja educado para isso, mais ainda o que será votado. Vê-se assim um paradoxo na obra. A história combatente de JHR não é de uma rebeldia indômita e nem violenta, mas conciliadora. JHR, segundo Glezer, mesmo combatendo as políticas conciliatórias, pensava também como um conciliador. Para JHR, de acordo com Glezer, a conciliação é uma herança da personalidade portuguesa colonizadora, com sua política de apaziguamento. A revolução como revelação implica romper com o passado de exploração do Estado sobre o povo, ir além das conciliações e reformas; para isso, faz-se necessária a atividade efetiva de estadistas criativos que gerem condições para a mudança. Mudanças de conjuntura acontecem com certa regularidade, mas as estruturas das instituições políticas são estáveis e sólidas como rocha, de modo que a somente uma revolução poderia abalá-las e alterá-las. Na linha de uma revolução como revelação, o historiador é figura fundamental, escreve Glezer. Como conhecedor do processo histórico, o historiador pode esclarecer no contexto presente as condições para a realização das verdadeiras aspirações nacionais do povo brasileiro.

É interessante notar que JHR estava expondo essas ideias em 1963, um ano antes dos militares tomarem o poder. E ele dizia isso de dentro da Escola Superior de Guerra, que despertou seu interesse pelos problemas do Brasil. Neste contexto, Glezer define, então, JHR como um “elemento moderado”:

[...] amarrado a sua própria (de)formação, procurando integrar-se com a juventude e com as ideias vigentes na intelectualidade brasileira (pelo menos em parte dela) na década de 1960.

O autor reconhece que existe um abismo entre a exaltação e pregação das transformações estruturais e a ação revolucionária para concretizá-las, fato que o leva a passar o bastão de comando para a juventude, mais atualizada e atuante que a geração anterior (GLEZER, 1977, p. 194).

JHR estava conectado às questões de seu tempo e com “as ideias vigentes na intelectualidade brasileira (pelo menos em parte dela)”. Qual parte dessa intelectualidade que o interessava? Glezer classifica, por ordem decrescente de vezes citados, obras e autores nacionais e estrangeiros. Nessa lista, destacam-se:

Capistrano de Abreu; Gilberto Freyre; Francisco Adolfo de Varnhagen; Oliveira Viana; Alfredo de Carvalho; Otávio Tarquínio de Souza; Tobias Monteiro; Antonio Pereira Pinto; Afonso d'E. Taunay; Gilberto Amado; Manuel Calado; João Pandiá Calógeras; Aires de Casal; Sérgio Buarque de Holanda; J.A. Gonsalves de Mello; Melo Moraes; Caio Prado Júnior; Alberto Rangel; João Ribeiro; Nina Rodrigues, Silvio Romero e J.A. Soares de Souza são os autores nacionais mais citados. Os estrangeiros, na mesma ordem, são os seguintes: W.R. Manning; Geoffrey Barraclough; Charles Webster; Anderle; João Lúcio de Azevedo; Handelsmann; Lawrence F. Hill; Alan K. Manchester; Karl Marx; John Nieuhof; Gerhard Ritter; Arnold Toynbee; Charles Wagley; Salo Baron; Charles Robin Boxer e Jaime Cortesão (GLEZER, 1977, p. 200-201).

O leitor é alertado pela autora sobre como é delicado fazer essa classificação. Seu objetivo é mostrar o ecletismo de JHR, “na utilização de autores de correntes filosóficas e interpretativas diversas e divergentes, revelando uma formação cultural heterogênea, no mínimo”. Além da variedade de abordagens e métodos, destaca também “a existência de um grau de aproveitamento dos próprios trabalhos do autor, tanto sobre assuntos correlatos, como na utilização de autores” (GLEZER, 1977, p. 201).

1.1.4. JHR em seu contexto.

No capítulo IV, *A prática da história no Brasil contemporâneo*, Glezer se propõe a realizar uma análise dos conceitos mais fundamentais da historiografia brasileira dos últimos quarenta anos (o que a fará partir da década de 1930), com o objetivo de especificar, diferenciar e relacionar o saber (teoria da história) e o fazer (metodologia da história) na obra honoriana. Para a autora:

Em nosso entender, apenas através da análise historiográfica, compreendida como um saber independente, que visa conhecer os conceitos que regem a produção do conhecimento histórico, torna-se viável a separação do fazer e do saber, permitindo a compreensão do trabalho do historiador e da evolução do conhecimento histórico no Brasil, pois a obra de um historiador é resultante de um modo de produção cultural, de um determinado momento histórico, com a linguagem da época e instrumental próprio do historiador em sua época (GLEZER, 1977, p. 204).

A autora frisa que a obra é produto de um contexto cultural determinado e que possui uma unidade independente, autônoma, com sentido próprio. Portanto, ao fazer a análise historiográfica, deve-se ter o cuidado de atribuir à obra características, padrões investigativos, discursos da época, que podem ser exteriores à obra, mas inerentes ao momento histórico de quem faz a crítica. A escolha metodológica, admite a autora, de realizar seu estudo como um saber sobre a obra é o caminho mais adequado para colocar o autor e sua produção no contexto de desenvolvimento do conhecimento histórico no Brasil.

Após analisar a obra como documento e seu conteúdo nos capítulos anteriores, este último tem como objetivo verificar como “se dá o entrelaçamento do específico do trabalho do historiador com a reflexão teórica dele sobre este mesmo trabalho” (GLEZER, 1977, p. 207). Para isso, faz-se uma caracterização da obra e, em seguida, a distinção entre o fazer e o saber em sua obra.

Para a caracterização da obra, a autora adota duas perspectivas distintas e complementares: a *produção* e o *conteúdo*. Da produção, destaca os aspectos externos da obra, que são aqueles relacionados às publicações, sem preocupação em conhecer sua substância. Olhando para a produção do autor, Glezer enfatiza seus diferentes ritmos de produtividade no período de 1936 a 1975. “Percentualmente, o primeiro decênio, 1936 a 1945, detém 9% do total da produção; o segundo, 1946 a 1955, 58%; o terceiro, 1956 a 1965, 20%, e, no quarto, 1966 a 1975, encontramos 14%” (GLEZER, 1977, p. 208). Cabe reiterar que JHR escreveu até poucos meses antes da morte.

Em seguida, são averiguados dados que dão conta das formas de publicação, quantidade, circulação e repercussão de seus textos. A *relevância* é medida pelos leitores especializados e pelo número de citações de seus trabalhos. Nesse cômputo, 16% da produção é considerada relevante, “cabendo ao grupo secundário o ‘barulho de fundo’, 44%, e 32% do material relevante sofrendo um rápido desaparecimento, a denominada morte, obtendo poucas citações em curto espaço de tempo” (GLEZER, 1977, p. 210)²¹. Dessas porcentagens, das citações de

²¹ Importante frisar aqui que mesmo aqueles textos considerados relevantes não terão grande repercussão a longo prazo. Interessaria observar o contexto em que esses textos circulam para compreender melhor porque não há grande ressonância de suas ideias, mesmo sendo o autor reconhecido como um especialista em história do Brasil.

sua obra em revistas e publicações especializadas, Glezer conclui que JHR “é membro integrante do colégio invisível de historiadores especializados em História do Brasil, nacionais e estrangeiros” (p. 211).

Passando a abordar o conteúdo da obra, volta-se à divisão feita da obra honoriana em três categorias: *informativas* (predominantes no primeiro decênio de sua produtividade), *formativas* (segundo decênio, coexistindo com as informativas) e *interpretativas* (último decênio, juntamente com as duas outras categorias). Estas categorias “não se complementam ou excluem mutuamente, mas isto não quer dizer que sejam simultâneas temporalmente”, de modo que, “a passagem de uma categoria a outra não deve ser vista como evolução, porque não são complementares ou excludentes”. Trata-se, então, de “um processo de maturação e compreensão dos diversos aspectos em que a informação histórica pode ser trabalhada” (GLEZER, 1977, p. 212).²²

Após caracterizar a obra honoriana em seus elementos externos e conteúdo, o passo seguinte da autora consiste em definir o fazer e o saber na produção de JHR e como isso contribuiu para os estudos de teoria e historiografia.

1.1.5. Saber e Fazer.

Para a autora, é difícil traçar a teoria que JHR utiliza para produzir sua obra. Pode parecer paradoxal, pois trata-se de um autor que escreve sobre teorias e métodos da história. Diante desse desafio, a escolha foi separar o saber e o fazer. Entendendo-se o *saber* como o “estudo dos níveis de elaboração dos conceitos e da comparação de dados sobre o colégio invisível e o universo cultural”; e o *fazer* sendo “o trabalho específico do historiador [...] que reflete simultaneamente a realidade cultural em que está inserido, a reflexão sobre seu trabalho e sua prática profissional” (GLEZER, 1977, p. 216-217).

O saber em JHR assume uma característica especial porque o autor foi um dos primeiros a sistematizar a nossa história da História, apresentar autores e teorias, tanto nacionais como estrangeiros, além de propor a criação de um *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica*, voltado para a formação do ofício de historiador. Mas não se trata de um saber sistematizado, nem de

²² É difícil compreender o sentido do processo de maturidade do fazer historiográfico de JHR, conforme apresentado por Glezer. A última categoria, a interpretativa, aglutinaria as duas anteriores, mas isso não significaria uma evolução; afirma também que as categorias “não se complementam ou excluem mutuamente”. Como entender essa maturação do conteúdo, onde a última categoria que sintetiza e amplia as anteriores não significa evolução? O que quer dizer que as fases não se excluem ou se complementam?

“pressupor a existência de uma nítida consciência técnica, de um sólido embasamento conceitual e de uma linha coerente de influências recebidas [...] Sua teorização é de modo geral, fluida, refletindo leituras de momento, eventualmente divergentes” (GLEZER, 1977, p. 217-218). Isso é confirmado, segundo Glezer, pelo grau de elaboração de seus conceitos e pelos dados do colégio invisível relacionados ao universo cultural.

*Teorização fluida*²³ é um conceito utilizado por Glezer para explicar a dispersividade das referências presentes na obra de JHR. Para a autora, essa “teorização fluida decorrente de influências divergentes pode ser compreendida se retomarmos o problema de formação [...], feita no período que antecedeu a existência das Faculdades de Filosofia” (GLEZER, 1977, p. 221). É essa *teorização fluida* que viabilizou a passagem de uma história descritiva para uma história analítica, quando JHR deixa de ser “neutro” para ser “participante” dos combates de seu tempo. Nessa perspectiva, o historiador deve não apenas interpretar a história, mas fazê-la. A análise crítica tem como finalidade a ação política. “Entretanto, esta ‘participação’ é enganosa na aparência, não sendo levada às suas conclusões finais, esgotando-se, via de regra, numa conciliação” (p. 218).

Glezer destaca que em *Vida e História*, resultado de conferências proferidas por JHR na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1965, está definida a proposta combatente do autor, manifestando seu compromisso com as questões atuais do país e da historiografia, mas faz isso utilizando de uma bibliografia estrangeira, produzida principalmente no contexto de reestruturação das nações europeias no pós-Segunda Guerra Mundial, de forma que esses referenciais não servem bem às especificidades de nossos problemas. O JHR militante que Glezer nos apresenta não é um revolucionário, um militante da ação efetiva, isso ele deixa como missão para a juventude. JHR é um conciliador. Seu empenho é de conciliar a análise, fazer o diagnóstico das mazelas do tempo presente, como forma de estímulo à ação social revolucionária de outras pessoas.

²³ “Esta não coerência entre a reflexão teórica e a prática individual, que demonstra a fluidez de sua teorização, pode ser confirmada por outro aspecto. Comparando os dados obtidos na elaboração do colégio invisível e do universo cultural, procurando localizar os autores, pensadores, historiadores ou filósofos que mais se sobressaem em suas citações, veremos que não há participação de nenhum deles no colégio invisível e que, no universo cultural, os encontrados possuem apenas um elemento comum, além do de serem citados por ele: a reflexão teórica sobre a prática do historiador” (GLEZER, 1977, p. 221).

1.1.6. As instituições e as ideias.

Os vínculos institucionais também são destacados por Glezer ao dizer que sua atividade profissional influía nos tipos de trabalhos que produzia naquele momento. Obras descritivas, como o texto *Brasil açucareiro* elaborado enquanto era bibliotecário do Instituto do Açúcar e Alcool; *Bibliografia de História do Brasil* foi preparada quando esteve no Ministério das Relações Exteriores, de 1945 a 1968, como membro da *Comissão de Estudo de Textos de História do Brasil*; no Instituto Rio Branco, de 1946 a 1956, fez apresentações e compilações de documentos da instituição; *Anais da Biblioteca Nacional* e *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* foram desenvolvidos no período em que foi diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de 1946 a 1958; na direção do Arquivo Nacional, entre 1958 e 1964, realizou inúmeras compilações documentais, como as correspondências de Capistrano de Abreu; na Escola Superior de Guerra foi onde ele passou a desenvolver uma história combatente, interpretativa.

Outro ponto importante destacado pela autora é a formação acadêmica de JHR. “A vocação de historiador o fez encontrar o próprio caminho, mas tornou sua maturação profissional extremamente complexa” (GLEZER, 1977, p. 222). JHR, como muitos de sua geração, era formado em Direito, Ciências jurídicas e sociais. Somente quando foi para os EUA que obteve formação em História.²⁴ É sobre sua formação que Glezer dedica o último capítulo da tese.

1.1.7. A formação do historiador JHR e produção do conhecimento histórico no Brasil.

Desde a produção dos institutos históricos, passando pelos historiadores diletantes, houve a apropriação de padrões europeus, principalmente franceses, sobre como se escreve a história do Brasil, produzindo, muitas vezes, *ideias fora do lugar*, de modo que nem sempre se tinha na história uma referência para conhecer os problemas nacionais²⁵. Era preciso desenvolver uma historiografia mais diretamente voltada para as questões nacionais.

²⁴ Não se deve também imaginar que fez uma graduação em História de acordo com os padrões atuais. Ele frequentou algumas disciplinas, cursos em Columbia, quando o professor F. Tannenbaum disse-lhe que não precisava se graduar, pois “já era um historiador completo”.

²⁵ Ao citar o texto de Roberto Schwarz (1973), Glezer localiza as ideias fora do lugar também na historiografia brasileira dos tempos do Império, que “do mesmo modo que o romance brasileiro estava descentrado em relação à realidade que deveria descrever, por seus modelos de criação, a produção do conhecimento histórico só podia ser igualmente descentrada”.

Segundo Glezer, surgia nesse contexto uma série de intérpretes do Brasil. De modo esquemático, linear e quiçá precipitado, JHR classifica esses intérpretes entre conservadores e revisionistas. A concepção conservadora teve um de seus mestres, Francisco de Adolfo Varnhagen (1816-1878), assim como as interpretações revisionistas de Afonso de Taunay (1876-1958), Otávio Tarquínio de Souza (1889-1959) e Capistrano de Abreu (1853-1927), semeavam um solo comum da hegemonia conservadora, portanto, foram incapazes de promover grandes rupturas na história da história, nas instituições sociais e na realidade nacional.

De acordo com Glezer, na década de 1930 houve a “destruição da visão oficial” (GLEZER, 1977, p. 231). Foram publicadas obras de grande repercussão e aceitação imediata, levando às mudanças efetivas nos estudos históricos. Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Viana foram os principais representantes dessa guinada. Datam da mesma época a criação das primeiras Faculdades de Filosofia. A partir de então foram oferecidos cursos de formação de professores e historiadores, com a consequente geração e circulação de novas ideias, novos métodos e técnicas de trabalho. No todo, sobre as transformações iniciadas na década de 1930, Glezer escreve:

O processo que se iniciou em 1930 não está concluído, pois nos sentimos dentro dele ainda, profundamente envolvidos; os indivíduos que deram partida às transformações na sociedade, na política, na economia e na cultura continuam atuantes (GLEZER, 1977, p. 232).

A partir de 1930, os historiadores passaram a se dividir em dois grupos: *historiador por vocação* e *historiador por formação*. Do primeiro grupo emergiu e persistiu a história da história nacional, muitos desses intelectuais foram para as instituições universitárias, como profissionais de notório saber, outros se inseriram em instituições culturais ou *para-universitárias*. O grupo dos historiadores por formação dedicou-se principalmente ao magistério, tanto o secundário quanto o universitário. “Devido à maior resistência da estrutura universitária às pressões externas, foi dentro dela que o processo de ruptura da visão conservadora da história do Brasil teve continuidade e sequência” (GLEZER, 1977, p. 235-236).

A preocupação com a formação específica de historiador e a valorização do espírito crítico eram os eixos norteadores da universidade, “e o resultado disto pode ser notado na década de 1960, quando a segunda geração de historiadores profissionais começou a produzir seus trabalhos, retomando a crítica da sociedade brasileira” (GLEZER, 1977, p. 236).

Para compreender JHR, Glezer o insere em seu contexto. Em 1937, concorrendo ao prêmio de erudição da Academia Brasileira de Letras, identifica-se como historiador por vocação. A característica principal de seu trabalho é a permanência, por longo período, da realização de descrição dos acontecimentos, sem significativas elaborações conceituais; assim foi desde sua atuação no *Instituto Nacional do Livro* até a direção do Arquivo Nacional. Mesmo quando se compromete a lutar pela introdução de discussões teóricas e metodológicas necessárias à formação do historiador, continua no nível descritivo. Juntamente à segunda geração de historiadores por formação na década de 1960 é que ele assume uma postura mais analítica.²⁶

Para Glezer, isso não significou o abandono de uma história descritiva para uma história analítica; antes, as duas caminham juntas. Para a autora, esse período foi o tempo de maturação de JHR, “que normalmente se considera trinta anos como duração média da atividade de uma geração, mas no caso de intelectuais em geral e de historiadores em particular devemos ampliar esses limites” (GLEZER, 1977, p. 238). No caso de JHR, esse período de maturação deve se estender por mais de quarenta anos “considerando dez anos para formação e mais dez para a maturação” (p. 239).

Quais foram as condições que possibilitaram o encontro do historiador por vocação com a geração dos historiadores por formação? Este encontro constitui o último tópico da tese.

1.1.8. Um historiador oficial.

De acordo com Glezer, para ter um quadro completo sobre o autor, é preciso ir além da sua lenta formação profissional e intelectual (1936-1964), deve-se conhecer também as condições que concorriam para sua escrita. Seus primeiros trabalhos foram produzidos dentro de “(...) instituições oficiais de cultura, servindo a diferentes governos. Além disso, representou a história nacional em diversos encontros internacionais, por escolha oficial”. Desse modo, Glezer o considera um historiador oficial, mantendo uma interpretação tradicional da história em moldes descritivos, onde não se sobressai sua individualidade. “Sabemos que sua obra nunca foi encomendada com a finalidade de exaltar esta ou aquela figura pública, mas mesmo assim, sua prática de historiador [...] força sua colocação na citada categoria, sem caráter

²⁶ A resenha que Eduardo d'Oliveira França (historiador por formação) escreve em 1951 sobre o livro *Teoria da História do Brasil* de JHR (historiador por vocação), pode ser indício interessante para discussão dos tipos de historiadores analisados por Glezer.

ofensivo” (GLEZER, 1977, p. 240)²⁷. JHR, pontua Glezer, seria uma exceção entre os historiadores oficiais, pois tinha preocupações com a formação teórica dos historiadores e também pela transição da narrativa descritiva para uma história analítica na década de 1960. Com essa geração de historiadores por formação, torna-se um ideólogo, publicando em editoras comerciais.

A transformação do descritivo ao analítico reflete, segundo a autora, o processo de modernização e industrialização iniciado nos anos de 1930 e turbinado nos anos de 1950. No turbilhão de mudanças, as contradições existentes no Brasil ficaram mais gritantes, amplificando o interesse pela realidade nacional. Inúmeros estudos críticos foram produzidos para explicar o nosso (sub)desenvolvimento. De acordo com Glezer,

Por tudo isto, duas obras suas atingiram grandes tiragens: Brasil e África em 1961 e 1964, com 10.000 exemplares e Aspirações Nacionais, em 1963, 1965 e 1969 com 20.000. Considerando que o público leitor da época é calculado em 50.000 pessoas, o primeiro atingiu 20% deste e o segundo, 40%. São tiragens impressionantes, pois as maiores que estas sempre couberam às obras didáticas, que possuem um público especial (GLEZER, 1977, p. 242-243).

Esses livros, continua Glezer, juntamente com *Vida e História e Interesse Nacional e Política Externa*, foram publicados até 1969. Em 1964 os militares tomaram o poder, o “grupo vitorioso pela Revolução” (GLEZER, 1977, p. 243) permitiu que essas obras continuassem sendo publicadas porque estavam restritas a um grupo de leitores de elite, sem grande ressonância na sociedade.²⁸

JHR tornou-se, então, dentro do contexto político, social e cultural, um historiador participante dos debates e problemas da história e da historiografia nacionais. Não foi apenas um narrador distante e impessoal, elaborou interpretações e conceitos próprios. Em termos políticos, “não estamos apresentando-o como um pregador da ação revolucionária. Ao contrário, sempre manteve-se fiel à sua formação, defendendo o compromisso e a conciliação.” (GLEZER, 1977, p. 245). Entre as gerações de 1930 e 1960, JHR foi parte integrante e ativa dos processos e estudos de história da história. Compreender sua obra é uma forma de entrar em contato com a historiografia brasileira, “pois a picada já está aberta e a direção dada” (p. 246).

²⁷ Mais tarde, foram realizados trabalhos sob encomenda, como a compilação de discursos de Carlos Lacerda, com elogioso prefácio; além do texto sobre *Chagas Freitas e o Rio de Janeiro*.

²⁸ Semelhante ao que afirma Glezer, José Roberto do Amaral Lapa se perguntava: “Para quem realmente estamos produzindo esse conhecimento? A resposta a essa questão primordial nos convencerá de que originalmente o conhecimento histórico aqui produzido é elitizado e se destina ao consumo de um pequeno grupo de letrados, cuja leitura é ainda marcada por específicos interesses” (LAPA, 1981, p. 21).

Cabe salientar aqui o lugar de produção do saber no qual Glezer estava inserida para elaborar sua tese.²⁹ Outra contribuição indelével da tese é o trabalho catalogação, análises estatísticas e interpretações que fez da obra honoriana.

Glezer representa a produção universitária em vários aspectos. Ingressou no curso de História em 1966³⁰. Onze anos depois, tornou-se professora na USP. Merece destaque no processo de seleção e aprovação de Glezer, já havia um campo historiográfico universitário que é marcadamente masculino, de modo que a “hostilidade sobre a ascensão da mulher nas cátedras transcorria também entre os lugares de sociabilidade, como: congressos, departamentos, livrarias, bibliotecas e museus, descritos por Alice Canabrava como sendo avisos silenciosos para se afastar da concorrência ao cargo” (ROIZ, 2012, p. 56).

A presença da mulher reestruturou as configurações do campo historiográfico universitário e fez emergir narrativas, objetos e agendas de pesquisas históricas. Para Karla Bessa, analisando as atas dos simpósios da ANPUH na década de 1970, afirma que “tanto a problematização da mulher como objeto de conhecimento, quanto a utilização da noção de gênero estão, ao meu ver, completamente entrelaçados a fatores de mudança interna na própria abertura institucional e epistemológica da historiografia” (BESSA, 2000, p. 46). É dentro deste cenário institucional e epistemológico do campo historiográfico brasileiro que Glezer viveu e desenvolveu sua produção universitária.

Após esse trabalho de Glezer, a picada foi aberta e com muitas direções possíveis. Sua obra é uma referência aos estudiosos do pensamento honoriano. A tese possui como ponto forte fazer uma classificação da produção de JHR até 1975. A distinção entre *saber* e *fazer* são itinerários fundamentais da sua intriga, assim como as estatísticas bibliométricas ocupam posição importante em sua narrativa, algo que não encontramos em estudos posteriores.

Conceitos como o de *teorização fluída* são de grande poder heurístico para compreender a dispersão inerente à obra honoriana. A representação de JHR como um *historiador oficial* é uma representação do historiador que abrange seus pertencimentos institucionais, suas temáticas, textos e lutas.

²⁹ Como pertencente à Universidade, a autora fala da lenta maturação de JHR, dez anos a mais do que a daqueles que se graduaram em História. E também quando diz que JHR estava “amarrado a sua própria (de)formação, procurando integrar-se com a juventude e com as ideias vigentes na intelectualidade brasileira” (GLEZER, 1977, p. 194). (*De)formação* não seria uma forma de afirmar o *habitus* acadêmico universitário em oposição aos que não o possuem?

³⁰ Glezer, no texto *Do todo ao fragmento: um breve olhar sobre a pesquisa histórica no Brasil*, narra “as transformações que ocorreram nos estudos históricos entre o meu período de formação e nossos dias, sem indicações de caminho a seguir” (GLEZER, 1977, p. 194).

Da mesma forma que Glezer insere JHR em seu contexto para analisá-lo, o mesmo pode ser feito com a historiadora. Ao abordar as políticas e tecnologias de manuseio, leitura e armazenamento da documentação, a autora avisa que em muitas instituições de pesquisa “o computador passou a ser usado para acelerar o processo de informação científica”. Com a crescente demanda de pesquisas em arquivos “as exigências de informação compacta e concentrada repercutiram no campo da Documentação, já então chamada por alguns de Ciência da Informação ou Informática” (GLEZER, 1977, p. 54-55). Anunciar a novidade da informática, estando em uma das maiores universidades brasileiras, evidencia o momento de transição experimentado por Glezer.

Informática não queria dizer internet, como se pode facilmente pensar hoje. Vive-se hoje uma revolução *online*. Glezer está falando de computadores sem portabilidade. A tese é datilografada. Quem estuda hoje não tem que realizar os mesmos procedimentos que a autora utilizou para confeccionar sua tese, como na composição de gráficos e estatísticas.

Algo que deve ser destacado também é como a tese de Glezer deixa perceber um pouco da relação da obra de JHR com a Universidade. Quando Glezer escreve que JHR era um *historiador oficial*, esta afirmação remete a uma abordagem historiográfica dos institutos de pesquisa, principalmente o IHGB, anterior aos moldes de produção e formação acadêmica universitária. O processo de maturidade do autor foi mais lenta, devido a sua “(de)formação” (GLEZER, 1977, p. 194) acadêmica.

A geração de 1960, que é a de Glezer, profissionalizou-se na universidade pública, enquanto que a geração de JHR se profissionalizou dentro de outras perspectivas. Ângela de Castro Gomes, escreve sobre os historiadores que se profissionalizaram antes da constituição de cursos de graduação em História. Segundo Gomes,

Embora não sendo exigência nova para a produção de estudos históricos, a qualidade da “erudição” ganha, nos anos da virada do século, características metodológicas muito bem definidas. Passa assim a qualificar uma certa parte da produção cultural de um grupo de intelectuais que começa a se “profissionalizar” no campo dos “estudos históricos”, antes que as universidades – formadas apenas nos anos 30 – comessem a criar “especialistas” nas áreas da história, da geografia, da antropologia, da sociologia, etc. (GOMES, 1996, p. 106).

O subtítulo da tese é “um modelo de análise historiográfica”. Glezer identifica um modelo de análise em JHR, porém, seu próprio trabalho tornou-se também um modelo de análise da obra honoriana. A divisão da obra realizada por Glezer você notará nas dissertações e teses. No entanto, há distinções no enfoque dado em cada uma das análises.

1.2. ANA LUIZA MARQUES BASTOS: JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: UMA SISTEMÁTICA TEÓRICO-METODOLÓGICA A SERVIÇO DA HISTÓRIA DO BRASIL.

A dissertação de Ana Luiza Marques Bastos foi defendida em 2000, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ela se concentrou no *projeto* tríptico honoriano. Há, segundo a autora, um hibridismo que visa conciliar teoria científica e prática político-social no *positivismo* e *presentismo* de JHR. Tal conciliação é possível na medida em que o historiador realiza a pesquisa utilizando-se do método crítico para dar vida e voz aos fatos contidos nos documentos e, na etapa seguinte e complementar, interpretar o sentido dos fatos de acordo com a historiografia, sua ideologia e *concepção de mundo*. A historiografia, como *crônica* ou *história*, construiu imagens e representações do Brasil, desse modo, a pesquisa historiográfica honoriana visa esclarecer as ideologias, teorias, métodos, abordagens que nortearam os historiadores na construção dos diversos retratos elaborados sobre o Brasil ao longo do tempo.

Ana divide sua dissertação em dois capítulos. O primeiro é “A pesquisa histórica no Brasil: busca de documentos para descoberta dos fatos”, onde a autora investiga como se dá o hibridismo teórico-prático feito de positivismo e presentismo, assim como a necessidade imprescindível do acervo documental à pesquisa histórica em JHR. O segundo, “A historiografia brasileira: crônica e história”, é sobre as imagens do Brasil compostas por historiadores e cronistas, através do reconhecimento de determinados padrões de escrita da história do Brasil.

Vamos à análise dos capítulos da dissertação.

1.2.1. Positivismo e Presentismo em JHR: o documento e a crítica.

No primeiro capítulo Bastos define conceitos chaves para sua pesquisa. A começar pela diferença entre historiografia e crônica. “A historiografia é a narrativa dos fatos observados ou descobertos, descritiva no caso dos cronistas, interpretativa no caso dos ‘historiadores futuros’” (BASTOS, 2000, p. 2). Por historiográfico entende-se o fato histórico, produto da realidade vivida pelos homens, analisado, interpretado e significado pelo historiador. A crônica, por sua vez, está mais preocupada com o registro dos fatos, sem o objetivo de entendê-los analiticamente.

Para JHR, a escrita da história não se restringe a um ato intelectual, porque é eminentemente político, ao passo que se soma a descoberta do fato e as *concepções de mundo*

do historiador. Nessa perspectiva, há um elemento ideológico constitutivo do fazer historiográfico. No caso honoriano, isso se faz notar em sua preocupação com o mundo contemporâneo, que se reflete no *positivismo* e *presentismo* identificados no autor, de acordo com Bastos.

O positivismo honoriano consiste na compreensão de que o fato é a realidade que pode ser descoberta no documento mediante sua exploração através das ferramentas do método crítico e da interpretação. A narrativa depende da documentação, evidenciando “uma orientação metodológica ligada à noção de história como ‘o que aconteceu’ e o ‘relato do acontecido’” (BASTOS, 2000, p. 10).

A fonte documental, como testemunha dos acontecimentos, comprova os fatos e dá vida à interpretação. A investigação e a reconstituição histórica são realizadas pela capacidade do historiador em decifrar escrituras, mas isso depende do fato descoberto, representado pelo documento, a ser investigado. Ao historiador cabe não apenas o resgate de feitos passados, mas também a interpretação e significação desses feitos no presente. Quanto mais numerosas são as fontes históricas, mais perguntas podem ser elaboradas. Pesquisa, fonte e narrativa históricas são partes constitutivas do processo de produção do conhecimento histórico.

As experiências só podem ser (re)vividas segundo uma ordem de sentido. E essa ordem de sentido é atribuída pelo historiador de acordo com sua ideologia, preferências, concepção de mundo e vínculos com o mundo presente.

Marques apresenta como exemplo de fato histórico pensado numa ordem de sentido que relaciona passado e presente à Independência *do Brasil*. Não se trata de uma narrativa sobre o dia 7 de setembro, mas de fatos que antecedem e outros posteriores ao evento, tomando como fontes de análise as correspondências trocadas, ordens militares, leis. O *feito*, registrado nos documentos, é transformado em fato histórico pela narrativa do historiador que tenta não só compreender o passado, mas pensá-lo refletido nas questões do presente.

JHR tem duas preocupações principais no estudo da *Independência*: a luta pela liberdade e a vitória permanente da contrarrevolução na história nacional. A presença constante de 1822 na historiografia brasileira denota a persistência de problemáticas que se encontravam naquele momento e que perduram até um século e meio depois. Como observa a autora: “o que é a tese de vitória contínua da contrarrevolução senão uma olhadela capciosa para a ditadura militar! A chamada ao ‘arrepio’ pelas causas nacionais fez ecoar, no discurso, suas insatisfações com o regime ditatorial” (BASTOS, 2000, p. 17).

O historiador trabalha com as fontes documentais, utiliza-se do método crítico, interpreta, e tudo isso acontece dentro de determinadas condições. Por isso, é necessária a

distinção entre o que é histórico e o que é historiográfico. Histórico é o momento do acontecimento em sua emergência viva, que “se deixa contaminar por uma tarefa finita. A experiência aí representada está para o panfleto, seus objetivos estão coroados pelo instante sensível do ‘presente passado’” (BASTOS, 2000, p. 20). Historiográfico é o trabalho de pesquisa e análise do histórico, “foge ao panfleto por crítica ao ‘feito’ documentado e pelas ‘concepções de mundo’ do historiador”. As condições do presente marcam tanto o histórico quanto o historiográfico, mas é a crítica, a “dúvida examinadora” do historiador, que diferencia o segundo do primeiro.

Para Bastos, JHR entendia a necessidade de preservação e interpretação do acervo documental como condição primeira para a pesquisa historiográfica, o que levou a propor a fundação de um *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica no Brasil* (INPH), em 1952. A ideia de criação de um instituto partiu de sua experiência participativa na *Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil* e “Inspirado na tradição do II Império e seu incentivo aos Institutos Históricos, José Honório toma esta ideia como o problema mais atual da historiografia nacional” (BASTOS, 2000, p. 21). O objetivo de JHR era formar historiadores, bibliografias, inventários e reprodução de documentos.

O INPH teria como missão fornecer uma formação em história de acordo com padrões internacionais de pesquisa e crítica, conservação e uso dos documentos. Com esses princípios, interpreta Bastos, o historiador formaria uma concepção de mundo capaz de auxiliar nas questões do presente, refletindo, junto ao poder público e ao governo, sobre os problemas nacionais. Uma miríade de autores aparece citados como referenciais para a pesquisa e crítica histórica. Francisco de Adolpho Varnhagen e o português Alexandre Herculano são os responsáveis por trazer os métodos de crítica para a historiografia de língua portuguesa, embora o primeiro fosse criticado por suas posições políticas e o segundo por ter feito críticas, mas não a interpretação da história do Brasil. Segundo narra a autora, “José Honório não é dos mais coerentes em suas citações, com exceção da admiração inabalável por Capistrano de Abreu, a maioria dos historiadores que estudou foi vítima dos seus refluxos de humor” (BASTOS, 2000, p. 24).

Bastos destaca Capistrano de Abreu, que era para JHR o historiador por excelência. O historiador cearense teria sido capaz de relacionar teoria, pesquisa e historiografia da forma mais complexa e autêntica. Capistrano seria o exemplo de modelo teórico a ser seguido. Com ele, acervo documental, crítica e interpretação se completam como partes necessárias do trabalho historiográfico. O autor de *Capítulos de História Colonial* seria um referencial da teorização. “A teoria é entendida por José Honório Rodrigues como a interpretação dos fatos

descobertos. Sua realização é necessária, porém não imprescindível. O que não pode faltar à ‘reconstrução histórica’ é mesmo a crítica, que atribui autenticidade, fidedignidade e integridade ao documento” (BASTOS, 2000, p. 27).

Outros teóricos citados por JHR são trazidos para a dissertação de Bastos, como Dilthey, Rickert, Weber, Croce, Collingwood. Dessas leituras e apropriações, esclarece a autora, emerge hibridismo teórico-prático, de positivismo e presentismo em JHR. Para Bastos, o positivismo é entendido como *ciência da realidade*, o estudo das conjunturas e estruturas das sociedades e dos indivíduos. Após dizer que há muitas maneiras de se entender o positivismo, a autora o define como “o exame das implicações do princípio positivo de determinação factual no desenvolvimento do conhecimento histórico enquanto, nas palavras de José Honório, ‘ciência social’ ou ‘ciência da realidade’ a partir do século XIX” (BASTOS, 2000, p. 30).

O positivismo, prossegue Bastos, para A. Comte, seria capaz de descobrir o sentido da história, através da sociologia, que uniria as ciências humanas e as ciências naturais. Na história, o positivismo se fez sentir pela via alemã, com L. v. Ranke, levando ao “fetichismo do fato” e ao “fetichismo do documento” como capazes de narrar o que realmente aconteceu. Citando E. H. Carr, a autora diz que foram esses pensadores que inspiraram a escrita de uma história científica, capaz de conhecer as etapas da humanidade, prever o que virá através do passado e prover a sociedade para evitar que os erros do passado sejam repetidos. JHR não entende o documento segundo preceitos rankianos, ou seja, através da positividade que precisa apenas fazer falar a voz da verdade ainda calada nas fontes documentais. Esses pensadores foram lidos pelo autor de *Teoria da História do Brasil*, que estudou também seus críticos, como R. G. Collingwood, B. Croce, A. Schaff, que defendem a necessidade do espírito crítico, da imaginação histórica, do ceticismo com relação às ciências do século XIX, com suas pretensões de verdade e certeza, válidas tanto para a natureza quanto para a sociedade. Esse olhar de suspeição sobre a cientificidade positivista da história é constituinte de seu presentismo.

Bastos define o presentismo “como a exata crítica ao positivismo”. Na contracorrente de um contexto marcadamente positivista, o que se defende no presentismo é “que o sujeito e objeto do conhecimento são sempre uma ‘totalidade orgânica’. O historiador está sempre socialmente condicionado em seu conhecimento, pois a historiografia está limitada pela realidade” (BASTOS, 2000, p. 32).

Segundo a autora, JHR não concebe a história sem a pesquisa e a crítica. É no documento que se encontra o fato, mas é o trabalho do historiador que faz reviver na narrativa as vivências contidas na documentação. Como um juiz, o historiador interroga, julga; nesses julgamentos, os valores de quem escreve estão presentes e assim ele procura pelas motivações, as ideias e

ações geradoras. As “ciências auxiliares” contribuem na elaboração dos questionários e das representações que são desenvolvidas. O documento como testemunho oferece uma representação dos fatos e, ao interpretar esses fatos, o historiador (re)cria outras representações. É preciso saber quais são as intenções de quem produziu o documento e de quem o interpreta. Para Marques, é “a expectativa de que ‘um espírito se objetiva no fato’, que exprime o presentismo de José Honório” (BASTOS, 2000, p. 36).

Pela conexão inexorável com as condições do presente, o estudo, as representações preparadas e a escrita da história não são apenas atos intelectuais ou literários, são ações políticas. Os documentos, que atestam os *feitos*, são como “parteiros do porvir”. A história oferece um repertório para as ações, com suas intenções, objetivações e fins alcançados. O porvir vincula-se a um pragmatismo político, “ou seja, para José Honório, existe certo ponto final para o qual se volta toda a história do Brasil: a emancipação nacional” (BASTOS, 2000, p. 38). Portanto, somente tirando os “véus das intenções” dos feitos do passado que o Brasil poderá ver melhor o futuro.

Os estudos honorianos, com a pesquisa e a crítica documental, assumem uma orientação política. Pela “evocação de exemplos úteis”, a história forneceria a direção para o progresso, que “implica em um pragmatismo estratégico voltado para o presente, propiciador da utopia ‘essencialmente centralizada na esperança de um futuro melhor’” (BASTOS, 2000, p. 38-39). Seria, segundo a autora, uma historiografia como projeto de nação.

1.2.2. Gêneros historiográficos: a crônica e história em História da História do Brasil.

Depois de traçar as séries de sua pesquisa sobre os conceitos de positivismo e presentismo, Bastos desenvolve, no segundo capítulo, análises sobre os volumes de *História da História do Brasil*. Segundo a autora, tanto no Brasil quanto em Portugal, a historiografia era tratada como um ramo da literatura. JHR rompe com essa perspectiva literária ao fazer a crítica do processo histórico através do estudo da história da história do Brasil, destacando, com Glezer e Francisco Iglésias, a valorização dos estudos historiográficos como uma de suas mais importantes contribuições ao pensar e escrever a história nacional. Seus livros de *História da História do Brasil* tinham um objetivo revisionista claro, porém, essa produção ficou inacabada:

(...) deixando sem revisão os dois últimos volumes dedicados às relações de historiografia e ideologia, e sem publicação o livro que seria dedicado à concepção liberal ou historiografia nacional. O que se editou, enfim, foram apenas dois volumes:

o primeiro, concentrado nos cronistas coloniais: *A historiografia colonial* (apresentado na entrevista de 1978 a Carlos Guilherme Motta); e o segundo, voltado para os historiadores do Brasil pós-Independência: *A historiografia conservadora e A Metafísica do Latifúndio: o Ultra-reacionário Oliveira Viana* (BASTOS, 2000, p. 41).

Em *A historiografia colonial*, sua pesquisa é sobre as crônicas dos séculos XVI e XVII, tidas como documentos historiográficos. A escrita da história nos séculos XVIII e XIX é a temática de *A historiografia conservadora*, onde destaca a postura ideológica da produção historiográfica do período. A crônica e a história são consideradas dois gêneros historiográficos. A crônica é a história *in status nascendi*, sendo a forma mais imediata e primeira de descrição contemporânea aos eventos, que justamente por isso pode expor informações originais da história nacional. Outro feitiço é a história, que é interpretativa, a narrativa do fato *post mortem*, sempre escrita de acordo com as concepções de mundo de quem a produz. “Pelo estudo da historiografia (crônica e história), confirma-se que alguns traços do escrito histórico brasileiro são singulares, enquanto a ‘imagem’ de história do Brasil que os historiadores constituíram em várias narrativas, obedecendo a posturas políticas e não a estilos literários” (BASTOS, 2000, p. 43).

A crônica é um documento que só tem valor na medida em que elabora uma descrição que sirva à história, escreve Bastos. Não sendo apenas uma atividade intelectual que visa conhecer o passado, a historiografia deve orientar a vida, a ação, a prática no presente, cria uma imagem de nação e assume um caráter político. JHR classifica três tipos de cronistas: “dos primeiros sucessos, o defensor das ações de conquista e colonização e o construtor de uma forma rudimentar de metodologia histórica. Cada tipo está limitado a seus interesses particulares e a concepções mais gerais sobre a nova terra e a composição de sua história” (BASTOS, 2000, p. 50).

O primeiro grupo de cronistas, historiciza Bastos, é formado por escritores dedicados a narrar de forma “imparcial, objetiva e espontânea” as circunstâncias iniciais da colonização, as grandezas da terra, fazer comparações de projetos coloniais com espanhóis e as passagens de ingleses, franceses e holandeses por estas terras; destaca a *Carta de Caminha*, a *Viagem de Ulrico Schmidel*, *As relações sobre a Viagem de Pedro Teixeira*, os documentos do padre Luis Figueira, além de uma série de outros documentos sem autoria especificada. O segundo grupo é constituído de relatos que não buscam a imparcialidade e objetividade, mas sim fazer uma narrativa participante e ativa dos sucessos coloniais nos séculos XVI e XVII. Realça a importância das crônicas de Frei Manuel Calado do Salvador, padre Anchieta e Antonio Vieira. São narrativas sobre o processo de catequização jesuítica e expansão bandeirante, enfatizando

muitas vezes o caráter personalista e o biografismo como forma de explicação para os sucessos dos colonizadores. Por último, o terceiro tipo é composto por cronistas que produziram “uma forma rudimentar de metodologia histórica para descrever os três séculos de colonização” (BASTOS, 2000, p. 56). Frei Miguel Archanjo, Nogueira Coelho, frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Tasques desenvolveram no século XVIII propostas de análise da atualidade e estudo do passado a partir do estudo dos documentos. São estudos regionalizados, que traçam as características gerais do território através de fontes de pesquisa encontradas em cartórios e departamentos oficiais, com seus registros nobiliárquicos, genealogias, memórias, compêndios, população e povos.

Essas crônicas serviram de referência para os historiadores elaborarem outras *imagens* do Brasil. Semelhantes aos cronistas, os historiadores pós-Independência, dos séculos XIX e XX, estudados em *A historiografia conservadora* e *A metafísica do latifúndio*, estavam também preocupados em ler o passado de acordo com os interesses do presente. O que os diferencia é a distância temporal dos acontecimentos. Essa historiografia “compõe uma ‘imagem’ de história contínua em seu caráter personalista, partidário, elitista, pragmático e ufanista” (BASTOS, 2000, p. 61).

A seguir, Bastos destaca as posturas historiográficas conservadoras, monarquistas, reacionárias e ultrarreacionárias, estudadas e atacadas por JHR em *História da História do Brasil*. Os historiadores conservadores são Justiniano José da Rocha, Francisco de Adolpho Varnhagen, que começa a “linha conservadora na historiografia brasileira”. Entre os monarquistas, Eduardo Prado foi o “principal autor desta modalidade de conservadorismo” (BASTOS, 2000, p. 62). Embora reconheçam o povo, com seus problemas e suas mazelas ao longo da colonização e Independência, as elites são ressaltadas como responsáveis pelas mudanças fundamentais na história do Brasil. Para ele, José da Silva Lisboa é o exemplo de historiador reacionário. Defensor da liberdade de comércio e da manutenção da monarquia, “este historiador concilia ‘liberalismo econômico’ com ‘conservadorismo político’ pela defesa da monarquia” (BASTOS, 2000, p. 65).

Corroborando com JHR, Bastos escreve que entre os historiadores citados, o *ultrarreacionário* Oliveira Viana é o que recebe maior atenção. Para JHR, “Oliveira Viana não tem preocupação em construir a história dos fatos. Sua ‘originalidade’ está na interpretação de fatos já descobertos e examinados por tantos historiadores” (BASTOS, 2000, p. 67).

Viana era um arianista, que enfatizou a primazia do branco lusitano na colonização. Viana defendia que o Brasil foi povoado por uma aristocracia lusitana, evidenciada pela escolha

da vida e produção rural e na aventura bandeirante. JHR se empenha em desmontar essa tese, afirmando que o Brasil era um território de degredados.

Para JHR, prossegue Bastos, o autor de *Populações meridionais do Brasil* desenvolve uma interpretação conveniente aos poderosos. O povo é visto como alienado devido ao horror de Viana à mestiçagem; as conquistas são obras de grandes homens, como a Independência, que foi possível graças a um imperador de sangue europeu nos trópicos. Dessa maneira, “Oliveira Viana compõe certa interpretação da ‘realidade nacional’, apoiado no conhecimento autêntico e fidedigno da ‘realidade passada’, com o objetivo de auxiliar a elite dirigente a gerir o Estado Nacional” (BASTOS, 2000, p. 69).

Seja com Oliveira Viana ou com os cronistas dos primeiros tempos do Brasil, o que se tem é a constante construção de imagens e representações do Brasil. As crônicas são sempre retomadas e lidas de acordo com os interesses pessoais e políticos, concepções de mundo e ideologia de quem está narrando a história no momento.

A historiografia aparece assim como um projeto político “tendo em vista o conjunto hipotético chamado processo histórico brasileiro” (BASTOS, 2000, p. 70). Nessa historiografia, o “personalismo, o partidarismo, o pragmatismo, o elitismo e o ufanismo expressos por alguns cronistas e repetidos por determinados historiadores não é o acaso da historiografia nacional, é a intenção de compor a história que reverencia a conservação e teme a mudança” (p. 70-71).

Nas considerações finais, Bastos discute a importância da historiografia como um projeto de emancipação nacional para JHR. O projeto honoriano desdobra-se em *teoria*, que é “a interpretação dos fatos descobertos”; a *pesquisa* como “metodologia ou método” e a *historiografia* que “é a teoria ou a interpretação” (BASTOS, 2000, p. 74). Teoria, pesquisa e historiografia estão firmadas sobre o documento, que é produzido no momento em que o feito aconteceu, porém, seu valor é atribuído pelo historiador que o interpreta e pode ou não o considerar “digno de fé na representação factual”.

O positivismo honoriano não postula o documento como a voz incontestada da autoridade, mas como matéria-prima para o historiador que o dota de sentido e valor de acordo com seus interesses políticos e ideológicos no presente. Enquanto o presentismo significa escrever uma história que sirva à vida, partindo de um revisionismo capaz de romper com o personalismo, elitismo, ufanismo e pragmatismo que são os traços básicos da historiografia nacional, criando estratégias de ação para o presente que levem à emancipação nacional e atenda às aspirações nacionais. Bastos encerra seu texto com as seguintes palavras:

Desta forma, o grande limite que José Honório se põe nem é os resquícios positivistas de determinação factual, nem a exaltação exagerada do trabalho do historiador como influente e influenciável pelo presente, mas sim sua utopia nacionalista, cuja profecia é exaltar a pesquisa histórica e a historiografia como os marcos iniciais para a plena revisão da história nacional. (BASTOS, 2000, p. 80).

1.2.3. Breves apontamentos sobre a dissertação de Ana Luiza Marques Bastos.

Seria forçoso dizer que há um encaixe temático entre Glezer e Bastos. A dissertação de 2000 não parece ter sido feita para complementar ou dialogar com a tese de 1976. Mas isso não inviabiliza colocá-las em diálogo neste contexto. Com Glezer pode-se acompanhar um trabalho de definição e classificação da obra honoriana. A tese estabelece fases e conjuntos de problemáticas, desenvolve uma complexa quantificação que enumera e reflete sobre as redes de relações, de leituras e leitores no colégio invisível, com as repercussões e dormência de alguns textos e temáticas de JHR, assim como suas relações com o mundo a sua volta. Bastos traça outras séries numa intriga com o mesmo personagem. Seu close focaliza especificamente a *História da História do Brasil*. O hibridismo de positivismo e presentismo, o estudo da crônica e da história como gêneros historiográficos, elementos centrais em sua narrativa. Mas, apesar de não haver um diálogo entre as autoras, há elementos comuns nos textos. Um deles é o traçar de uma trajetória, cada uma faz à sua maneira. Glezer com a classificação da obra; Bastos ao destacar como as preocupações positivistas e presentistas de JHR passam a ter uma vocação combatente de orientação à ação política e social capazes de levar à emancipação nacional.

Bastos conduz sua análise centrada no *tríptico* e não a totalidade da obra - como acontece com Glezer, que define a variedade temática de JHR como uma *fluidez teórica* - ela indica que seriam *reflexos de humor* os gatilhos para as mudanças de interesses do autor. Ao tratar da proposta de criação de um *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica*, com seu positivismo presentista, Bastos insere JHR em um lugar de disputa no campo historiográfico, empenhado em ser um historiador referencial para a pesquisa histórica, a formação de historiadores e a transformação do Brasil.

1.3. PAULO ALVES JUNIOR: UM INTELLECTUAL NA TRINCHEIRA: JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, INTÉRPRETE DO BRASIL.

Na introdução de seu texto, o sociólogo Paulo Alves Júnior afirma que até os anos de 1950, as preocupações de JHR estavam concentradas nas discussões de teoria e metodologia da história. Na virada para a segunda metade do século XX, com o nacional-desenvolvimentismo, sua produção se volta para a interpretação da sociedade. A ideologia política adotada pelo historiador é a do nacionalismo-liberal. O conceito chave para compreender o país é o de conciliação, que explicaria as relações entre as lideranças políticas e o povo ao longo do processo histórico brasileiro. Pela conciliação evita-se o derramamento de sangue, a violência de uma história cruenta, perpetrada pelas elites antipovo quando as práticas conciliatórias se tornam ineficazes.

Segundo Alves Jr., munido desse arcabouço teórico-conceitual, sedimentado durante sua passagem pela Escola Superior de Guerra (ESG), onde ele diz ter recebido uma “bofetada de brasilidade”, JHR foi um crítico do *Generalismo presidencial*, iniciado em 1964. Como reação ao status quo instituído durante o regime militar, passou a defender uma *Política Externa Independente* e se firmou como um intérprete do Brasil. Nas palavras do autor:

Acreditamos que a “interpretação honoriana do Brasil” nos fornece cabedal para o entendimento da sociedade no que tange à leitura de um determinado processo societário. Isto é, um processo que freia toda e qualquer dinâmica de desenvolvimento, autonomia e modernização do Estado brasileiro. A sua obra é pertinente no sentido de proporcionar uma interpretação a partir de um viés ideológico nacionalista-liberal que permite vislumbrar aspectos de uma consciência social prática (ALVES JR., 2010, p.16).

Orientado pelo nacional-desenvolvimentismo liberal, JHR vê que a forma de conciliação dos donos do poder com o povo, enquanto maioria empobrecida, é o modo como se desenvolve o capitalismo brasileiro. Os momentos que criaram maiores possibilidades de abertura às dinâmicas de mudança estão relacionados aos projetos reformistas. Alves Jr. afirma, citando Luiz Werneck Viana, que a crítica honoriana aos projetos reformistas é que sempre seguiram a “via prussiana”, que busca conciliar o velho com o novo, e não a “via americana”, que busca inserir o novo dentro de um processo de modernização. É o modelo americano que JHR defende como forma de romper com a herança duradoura do passado colonial e assim garantir o atendimento das aspirações legítimas do povo brasileiro. Para a real efetivação dessas aspirações, faz-se necessária também uma política externa independente. “Nessa perspectiva, a

particularidade histórica do Brasil afeta diretamente a produção intelectual de José Honório Rodrigues” (ALVES JR., 2010, p. 19).

Das conferências ministradas na Escola Superior de Guerra saíram dois de seus livros, *Conciliação e reforma no Brasil* e *Aspirações nacionais*. Esses livros e os conceitos desenvolvidos neles são o tema do capítulo dois do texto de Alves Jr. A saída de José Honório da Escola Superior de Guerra em 1964, ano do golpe militar, marca também uma postura combatente do autor, como crítico do “imperialismo presidencial” imposto pelos militares, tanto na política interna quanto na externa. A crítica ao “generalismo presidencial” e a defesa de uma política externa independente são temas do capítulo três. Por último, no capítulo quatro, Paulo examina a interpretação que JHR faz de Capistrano de Abreu e Francisco de Adolpho Varnhagen.

1.3.1. Trajetória.

Para Alves Jr. (2010) entre os dados biográficos mencionados para compor a trajetória de JHR, merecem destaque as experiências políticas de 1935, que afastaram JHR da participação política, rejeitando a “prática política marxista”, e o integralismo. Como advogado, José Honório trabalhou no escritório de seu professor, jurista e marxista Edgardo Castro Rebello, quando percebeu que não tinha vocação para o direito. Foi nessa época que escreveu, com Joaquim Ribeiro, *Civilização holandesa no Brasil*, que foi a “passagem de seu Rubicão” com o prêmio recebido na ABL, em 1938. Por essa via é que se esboça o interesse de JHR pela teoria da história e interpretação do país. Nas palavras dele:

Todo esse resgate da trajetória do pensador carioca visa esboçar sua relevância no que diz respeito à produção no campo historiográfico. Acreditamos que, de um modo geral, ainda não existia uma produção identificada por nós como interpretativa da sociedade brasileira, porém, as teorizações a respeito da história e da pesquisa histórica já demonstravam preocupações no que diz respeito a um revisionismo de caráter nacionalista (ALVES JR., 2010, p. 27).

Já, em *Teoria da História do Brasil*, José Honório elaborava uma proposta “‘revisionista’, que levava em consideração o verdadeiro papel do historiador brasileiro, que é entender o seu povo e a participação na construção da história nacional” (ALVES JR., 2010, p. 25). Da preocupação com a teoria para a análise das questões enfrentadas no presente, há um

arco temporal que tem uma ponta no prêmio da Academia Brasileira de Letras e a outra em sua entrada na Escola Superior de Guerra.

Ainda sobre as preocupações teórico-metodológicas de JHR em *História da História do Brasil*, Alves Jr. afirma que o objetivo de JHR era fornecer ao público brasileiro uma sistematização de como usar as teorias para se estudar história. Comentando com Sérgio Buarque de Holanda e Francisco Iglésias, destaca as críticas que o historiador paulista fez sobre a falta de clareza na exposição de suas ideias e de seu ponto de vista, e do historiador mineiro é mencionada a crítica da falta de conhecimento filosófico e sociológico que diminuem a força teórica de *Teoria da História*. “Todavia, a sistematização veio com a necessidade docente, haja vista que foi convidado a participar como professor no Instituto Rio Branco” (ALVES JR., 2010, p. 29). A sistematização vai se consolidando na medida em que aumenta a preocupação de JHR com as questões do presente. Pelos prefácios das diferentes edições de *Teoria* nota-se a “preocupação com o resgate de uma historiografia que procura destacar os interesses mais imediatos e ‘nacionais’ da sociedade brasileira” (ALVES JR., 2010, p. 31). Quanto maior vai se tornando a conexão com o presente, maiores são as mudanças.

Nesse processo, destaca-se mais uma vez a assumida importância de Capistrano de Abreu para José Honório por promover uma ruptura com o tradicionalismo e desenvolver uma nova interpretação da história e da historiografia nacionais, como ter sido o historiador que iniciou uma história nacional focada na *Independência*. Outro historiador que passa a ser discutido por Alves Jr. como uma referência nas discussões de JHR sobre a historiografia nacional é Francisco A. Varnhagen. Diferente de Capistrano, o visconde Ouro Preto foi responsável por escrever uma história conservadora. Era fiel a D. Pedro II, “a quem deve sua carreira”. Escreveu sobre a Colônia, tema recorrente da historiografia conservadora. “Varnhagen foi o primeiro historiador a usar os princípios conservadores, quando da constituição da Nação e da formação do Estado” (ALVES JR., 2010, p. 42). Depois de tratar da importância de Capistrano e Varnhagen, com suas interpretações e ideologias, Alves Jr. passa a tratar da entrada de JHR na Escola Superior de Guerra, onde dará um passo de importância para seu amadurecimento como intérprete do Brasil.

O leitor acompanha no primeiro capítulo da tese de Alves Jr., a constituição de uma trajetória intelectual e institucional, que vai das preocupações teóricas às questões do tempo presente, isto é, do teórico ao historiador combatente. Feito esse percurso, no capítulo II, o autor analisa JHR como intérprete do Brasil.

Segundo Alves Jr., em 1949, sob inspiração norte-americana, foi criada a Escola Superior de Guerra. Formada pelas elites, forças armadas e empresariado, não tinha a

participação das classes menos abastadas, como os trabalhadores, entre seus partícipes. Naquele momento “A ESG representava as tensões que a sociedade como um todo enfrentava. Dessa forma, nacionalismo e antinacionalismo haviam se tornado os dois polos políticos no âmbito da instituição” (ALVES JR., 2010, p. 53). De sua fundação até 1964, a ESG possuía militares e civis, preocupados em pensar o Brasil. É nesse ambiente que JHR diz ter levado uma “bofetada de brasilidade”, tornando-se um “historiador presente”, produtor de uma “história viva”.

As preocupações teóricas de *Teoria da História* e *História da História* convergem para essa outra ponta do arco que é elaboração de uma história dedicada a pensar os rumos do país, os caminhos para o desenvolvimento, a afirmação nacionalista (com Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek), com expectativas de conciliação com o povo, escreve Alves Jr. O olhar de JHR não estava voltado apenas para as questões internas, interessava-lhe compreender e inserir o Brasil num lugar de relevância no contexto internacional da política e da economia externas. Citando Carlos Guilherme Mota, JHR representaria o “a vertente erudita do trabalhismo getulista”, em oposição ao elitismo dos Institutos Históricos. A produção honoriana, nacionalista, modernizadora e revisionista, opõe-se também à perspectiva conservadora e tradicionalista de Oliveira Viana.

Sobre a presença de JHR na Escola Superior de Guerra, onde ficou até 1964, Alves Jr. afirma que mesmo sendo convidado outras vezes em 1965 e 1967, não retornou mais à instituição durante o *generalismo presidencial*, de caráter antidemocrático e antipovo. Enquanto participou da Escola Superior de Guerra como conferencista, desenvolveu um pensamento nacionalista, liberal, com a meta de constituir um Brasil moderno. Criticou o *complexo de caiação* das elites, que se mantém afastadas do povo e das aspirações nacionais. JHR foi para a trincheira, desenvolvendo uma história combatente, viva.

1.3.2. Conciliação e conciliadores: a história cruenta na formação da sociedade brasileira.

Com base nos livros *Aspirações nacionais* (1963) e *Conciliação e reforma Política* (1965), Alves Jr. desenvolve sua análise dos conceitos de “‘conciliação’ e ‘conciliador’”, como conceituação fundamental para o entendimento político e social do Brasil e a ‘História cruenta’, como particularidade do liberalismo brasileiro” (ALVES JR., 2010, p. 63). Para Alves Jr., o conceito de *conciliação* utilizado por JHR expressa a forma desenvolvida pelas elites tradicionais para lidar com as questões sociais, esconder o caráter violento e revoltoso de muitas manifestações populares e garantir sua manutenção no poder político e controle do Estado. Essa

política conciliatória determinaria a compreensão de um processo histórico sem antagonismos, sem choques, lutas e derramamentos de sangue. Os representantes do tradicionalismo brasileiro, membros da elite aristocrática, são avessos a mudanças estruturais, principalmente aquelas que atendam aos interesses do povo. Esse tradicionalismo característico, com suas lideranças arcaicas, estava na formação do país e em seu processo de subdesenvolvimento.

Com efeito, prossegue Alves Jr. (2010), a estabilidade das instituições nacionais é assegurada pela repressão a toda e qualquer tentativa de revolução. Com grande derramamento de sangue, as revoltas ocorridas ao longo de nossa história foram abafadas violentamente. Como parte da política conciliatória, reformas pontuais são feitas para atender aos anseios sociais das classes oprimidas, sendo apresentadas como grandes conquistas, não do povo, mas concedidas pela ação dessas lideranças conciliatórias, garantindo sua perpetuação no poder.

Políticas de conciliação pelo alto são uma constante predominante na história nacional, mas não o único caminho. Muitos líderes se esforçaram por implementar uma política liberal vinculada aos interesses da nação, do povo e do desenvolvimento do país. Entre esses líderes, JHR tem José Bonifácio de Andrada e Silva como um de seus maiores expoentes. A admiração por José Bonifácio é marcante no pensamento honoriano. Figura emblemática, foi um dos principais responsáveis pelo 7 de setembro de 1822. A radicalidade liberal de Bonifácio chocava-se com o tradicionalismo e conservadorismo das elites e do Império, diante da “possibilidade de criação do Estado organizado segundo as prerrogativas do liberalismo político e como esse projeto foi abortado com a prisão dos principais articuladores da Constituição de 1823” (ALVES JR., 2010, p. 74).

O modelo norte-americano como inspiração, a proposta constitucional, os projetos com vistas à dinamização da autonomia, integridade territorial e defesa da emancipação nacional, o controle da exploração das riquezas do país, os esforços de conciliação com os anseios populares, eram projetos de modernização; e, como afirma o autor sob análise “nenhum homem público no Brasil, nessa época, propunha todo um plano de governo como este foi por José Bonifácio” (ALVES JR., 2010, p. 82). Não tardou para que esse plano de governo – que guardava inspiração no português Marquês de Pombal – se chocasse com os interesses das elites tradicionais, tanto brasileiras como portuguesas.

A Assembleia Constituinte foi dissolvida em 1823, os avanços liberais foram freados, o poder do Imperador afirmado e Bonifácio preso e expulso do país. De Patrono da Independência do Brasil, Bonifácio passou a ser tratado como inspiração nociva do radicalismo que marcou o reinado de D. Pedro I. Para Alves Jr., JHR se identifica com Bonifácio: “Cabe destacar que a identificação da ação prática de José Bonifácio reforça, ao nosso entendimento, o valor do seu

discurso liberal, antiabsolutista, o aproxima do ideal de modernização da sociedade vislumbrado por José Honório, isto é, uma ‘via americana’ de desenvolvimento da sociedade brasileira” (ALVES JR., 2010, p. 83).

Outro liberal conciliador que Alves Jr. destaca em sua leitura é Aureliano Cândido Tavares Bastos, muito admirado e enaltecido por JHR. Falecido aos 36 anos, Tavares Bastos, logo após a força conservadora amplificada em 1840 com as revoltas regenciais, foi eleito e reeleito parlamentar. Intelectual liberal durante a monarquia, de influências românticas, defendia:

(...) a integração nacional, Estado federalizado, poderes constituídos de forma integrada e equilibrada, [...] com eleições diretas, federalismo, abertura do Amazonas, liberdade para a navegação de cabotagem, utilização da mão-de-obra imigrante e maior aproximação com os Estados Unidos da América (ALVES JR., 2010, p. 85-86).

Tavares Bastos foi um conciliador, que buscou superar os limites impostos pela monarquia e se aproximar das reivindicações populares. Foi comparado a Tocqueville e apropriado por JHR para criticar o modelo liberal desenvolvido por aqui, que não se diferenciava essencialmente dos conservadores. Assim como Alves Jr. apresenta uma identificação do autor de *Conciliação e reforma* com José Bonifácio, o mesmo vínculo se forma com Tavares Bastos. Trata-se de uma vinculação imortalizada. A cadeira 35 que assumiu na ABL teve como patrono Tavares Bastos, enfaticamente lembrado por JHR em seu discurso de posse.

Após apresentar Bonifácio e Tavares Bastos como importantes inspirações para JHR, Alves Jr. discute com muita riqueza conceitual os conceitos honorianos, inserindo-os num campo intelectual constituído por outros importantes pensadores do Brasil, tais quais Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Luiz Werneck Viana, Francisco Weffort, Michel Debrun, Alberto Costa e Silva, Antonio Carlos Mazzeo, entre inúmeros outros.

Dialogando com um vasto campo historiográfico, o autor analisa os conceitos honorianos de *história cruenta* e *história incruenta*. Com esses conceitos JHR desenvolve uma nova abordagem da história do Brasil. Em *Teoria da História* já se percebe, segundo Alves Jr., um germinar do desenvolvimento da escrita de uma história cruenta, ao indicar analisar autores e propostas na historiografia que criticavam a interpretação conciliatória, que subestima ou desconsidera o caráter violento da relação das elites que lideram o país com as demandas do povo.

A abordagem cruenta de JHR acentua como ele passou a interpretar a história e a historiografia nacionais numa perspectiva liberal. Para sua análise, Alves Jr. destaca “um conjunto de intelectuais que foram responsáveis em pensar a história do Brasil a partir de um viés ‘pacífico’ e sem grandes ‘enfrentamentos ou crises sociais’, [...] com uma suposta tradição idílica e edulcorada” (ALVES JR., 2010, p. 98).

JHR critica outros intérpretes que evidenciam muitos particularismos nas maneiras de se pensar o país numa perspectiva liberal, capaz de enxergar o povo sem as lentes da elite. Os acontecimentos históricos estudados são a Regência e o processo de abolição da escravidão. Entre as interpretações e intérpretes que escreveram uma história incruenta, estão Oliveira Lima. O livro *O Império brasileiro* teve uma narrativa incruenta. *Dom Quixote Gordo* considera a Farroupilha como a maior revolta da Regência, que teve força, segundo JHR, porque foi feita pelas elites do Rio Grande do Sul, “haja vista que o povo não se manifestou diretamente frente à contenda” (ALVES JR., 2010, p. 110).

Outras narrativas incruentas foram produzidas sobre o processo abolicionista, destacando-se as críticas à interpretação de Oliveira Viana. Expoente do racismo científico da época, defendia o “branqueamento” e criticava a miscigenação. “Segundo Oliveira Viana, tanto o negro como o índio teriam grandes dificuldades de integrar-se e de tornarem-se civilizados” (ALVES JR., 2010, p. 121). Somente o “mestiço superior” seria capaz de civilizar-se.

Gilberto Freyre, assim como Oliveira Viana, discute a miscigenação na formação do Brasil, mas ambos possuem posições diversas. Enquanto Oliveira Viana vê na miscibilidade obstáculos para o desenvolvimento do país e de seu povo, Freyre destaca a criação de uma nova civilização formada pela “integração racial inovadora”. Dialogando com esses autores, critica a versão incruenta desses pensadores. Alves Jr. narra que:

Em sentido diferente de Vianna [sic.] e Freyre, ambos discutindo basicamente a atuação do “homem novo”, ou seja, aquele que surge do processo colonizador, José Honório Rodrigues centra sua preocupação no trato violento que fora dispensado ao negro e índio na composição da sociedade mestiça. Além disso, avalia que a mestiçagem fora um grande empecilho para que houvesse uma mobilização social digna de romper com a forma violenta e desumana a que foram tratados os cativos na colonização da sociedade brasileira. O caráter cruento omitido pelos intelectuais Vianna e Freyre, remonta em apequenar, com relação à teorização do fato, a resistência dos cativos e mais, em não levar em consideração que a mestiçagem, para além das peculiaridades que suas tematizações resgatadas, foram um obstáculo na “rebeldia negra” (ALVES JR., 2010, p. 124).

Alves Jr. leva a pensar que JHR critica a história incruenta da escravidão, da colonização e da miscigenação. A historiografia que atenua a história cruenta do Brasil está compromissada não com o desenvolvimento nacional, mas com a negação da liberdade.

1.3.3. Sobre a política externa.

No capítulo três da tese de Alves Jr. (2010) , “José Honório Rodrigues e o contexto do golpe militar e a política externa independente: a práxis honoriana”, são abordadas as críticas que JHR teceu ao regime militar; seu afastamento da Escola Superior de Guerra; a crítica ao abandono de uma Política Externa Independente (PEI); e a defesa de uma política externa que atenda aos interesses nacionais. JHR, assim como Florestan Fernandes, estava entre os críticos do governo que se iniciou em 1964. Alguns conceitos desenvolvidos à época evidenciam sua militância intelectual, como o de *Generalismo Presidencial*, para designar um executivo que se desenhava com traços absolutistas, era antinacional, por estimular as multinacionais e desestatizar empresas nacionais, e colonialista, pois queria colonizar o próprio povo. O nacionalismo é outra preocupação de JHR. Trata-se da afirmação da nação em negociações internacionais. Essa preocupação estava nas relações internacionais de 1930, com Getúlio Vargas, e em 1950, com o nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubistchek. Com Jânio Quadros, a política externa afirma o nacionalismo, negando a histórica subalternidade do país e buscando liberdade de ação internacional. Com João Goulart a política externa foi pautada em um “populismo irresponsável”. Suas críticas e defesas eram publicadas em artigos, debatidas em conferências e em instituições como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), fundando em 1955, e que “foi responsável por orientar ideologicamente a forma de desenvolvimento do pensamento nacionalista brasileiro” (ALVES JR., 2010, p. 144).

O ISEB era formado por intelectuais como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, Horácio Lafer, Sérgio Buarque de Holanda e San Tiago Dantas. JHR enfatizava a política externa e o nacionalismo, defendendo uma aproximação maior com a China e a África. Muitas das análises e propostas apresentadas serão abortadas e “o nacionalismo-liberal de José Honório mais uma vez sofre um golpe, pois a procura de autonomia no cenário mundial é drasticamente abortada pelo movimento militar de 1964 [...]” (FREIXO, 2012, p. 171).

Neste contexto, assim desenhado, Alves Jr. define a *práxis honoriana* como uma escrita da história compromissada com a mudança do presente, uma práxis reformista em moldes liberais. A práxis honoriana emergiu, dialeticamente, das contradições criadas pelo generalismo presidencial, fundado sobre as estruturas arcaicas, cruentas e autoritárias que sempre atravancaram o desenvolvimento nacional. A política externa submissa e o abandono da PEI também contribuíram para sua práxis. Leia do próprio Alves a rica apropriação que fez do

conceito de Marx para explicar o contexto e os processos que fizeram com que JHR se tornasse um intérprete do Brasil.

Quando Marx, em suas famosas teses contra Feuerbach expõe a característica da práxis, no sentido de um entendimento da realidade e a procura de elementos que a tornem factível socialmente, a sua realização deve ser pela via revolucionária, com Honório temos a tentativa de criar uma sociabilidade “reformada” que atenda ao povo. O intelectual carioca procurava o entendimento do mundo, para que sua obra – fruto de sua compreensão da realidade – fosse efetiva nas condições concretas da realidade brasileira pós 31 de março de 1964. O governo militar criou em José Honório Rodrigues a necessidade de intervenção, a consciência social prática para tal era o nacionalismo, esse interpretado através das lentes de um liberalismo democrático que, para sua efetivação, deveria encontrar lideranças que colocassem em prática um projeto reformista. No campo das Relações Exteriores, o processo teve início, a Política Externa Independente sinalizava nesse sentido, o desfecho foi trágico (ALVES JR., 2010, p. 171-172).

O capítulo é importante por destacar o posicionamento de JHR em relação ao regime militar brasileiro. Para Alves Jr., ocupando lugar entre os intérpretes do Brasil, JHR estava preocupado em explicar e transformar a nação, a política, através de um plano liberal democrático de ação e mobilização social. Como já destacado por Glezer, na interpretação honoriana, a transformação nacional dependeria das ações de lideranças reformistas e não de uma insurreição popular.

1.3.4. José Honório Rodrigues e os pensadores do Brasil.

No capítulo IV, “José Honório Rodrigues e o pensamento social brasileiro”, Alves Jr. discute a leitura de JHR sobre Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna. São importantes nomes, segundo o autor, para a análise do Brasil, pois formularam questões originais sobre a formação nacional, estabeleceram modelos ideológicos de investigação, importantes não só para o estudo do Brasil, mas também para o amadurecimento do pensamento honoriano como intérprete da nação na perspectiva do nacional-liberalismo.

Assim, destaca-se, por um lado, uma produção intelectual voltada à recuperação de valores nacionais e um pensamento preocupado com a participação histórica do “povo” (Capistrano). Por outro lado, ressalta-se um posicionamento atrelado aos interesses da elite agrária, o que no limite é o antípoda de um nacionalismo conciliador (Oliveira Vianna) (ALVES JR., 2010, p. 172).

O nacional-liberalismo de JHR estava inserido no contexto dos anos de 1950 até 1964, quando se buscava compreender o Brasil para transformá-lo. Tratava-se de encontrar um novo

caminho nas relações entre o povo e o poder. Para tanto, era preciso ir além da herança colonial, das elites agrárias que se perpetuam no controle do Estado com suas políticas econômicas e sociais, que não atendiam às aspirações do povo. Caberia, portanto, aos intelectuais diagnosticar os entraves ao crescimento e abrir o país para o “primeiro mundo”.

Sabendo que Capistrano de Abreu foi uma referência constante na obra honoriana, Alves Jr. comenta sobre a passagem do historiador cearense pela Biblioteca Nacional, onde teve contato com fontes variadas, procedimentos de pesquisa em arquivos, elaboração de catálogos, que muito contribuíram para sua periodização, crítica e pesquisa da história do Brasil. Erudito, Capistrano é inserido numa tradição intelectual de intérpretes que teve como um de seus primeiros referenciais a interpretação conservadora de Francisco Adolpho Varnhagen. Alves Jr. afirma que Capistrano “aperfeiçoa” a “tradição conservadora” de Varnhagen (ALVES JR., 2010, p. 181), o que pode nos fazer pensar que o autor de *O descobrimento do Brasil*, publicado quando lecionava no Colégio Pedro II, seria um conservador também. Porém, creio que o sentido de *aperfeiçoar* seja relativo ao método de análise, à exigência das fontes, à originalidade das ideias. “A partir de Capistrano, o povo ‘capado e sangrado’, que sempre foi hostilizado, ganha espaço na historiografia” (p. 179).

Pensadores germânicos também tiveram grande relevância na formação teórico-metodológica de Capistrano. Os preceitos metodológicos de Leopold von Ranke e a antropogeografia de Friedrich Ratzel e as teorias positivistas iluminaram as investigações de Capistrano:

A historiografia positivista, que o próprio José Honório Rodrigues discute, é a base central das argumentações de Capistrano, que como herdeiro de Varnhagen e leitor de Ranke e Buckle, encontrou nesses autores a “chave heurística” de discussões para sua História do Brasil. É importante destacar que devido ao espaço adquirido pela historiografia francesa e a sua forma de repudiar a “neutralidade axiológica” positivista, não encontramos hoje espaço para que Capistrano tenha condições de ser um historiador que faça escola. Se for exagero considerar José Honório Rodrigues como herdeiro da tradição positivista de Capistrano, podemos ao menos dizer que ele resgata esse historiador para fazer valer seus interesses de discussão de uma vertente nacionalista da História, já que é nos escritos do autor de *Capítulos da História Colonial* que melhor se encontra um comprometimento com a História como prática metodológica de força para a compreensão da sociedade brasileira (ALVES JR., 2010, p. 186).

O que interessa a JHR é a produção de Capistrano que o coloca como um pensador ligado a uma abordagem radical da história do Brasil. A obra de Capistrano possibilitaria articular os interesses do povo “capado e sangrado” em um projeto nacional de integração e desenvolvimento nos moldes do liberalismo democrático. Capistrano representa, como

intérprete da nação, o avesso do pensamento conservador, patente na história da história do Brasil, e que teve como um de seus principais teóricos Oliveira Viana. O ultraconservador Oliveira Viana escreveu uma obra para “glorificar o passado”, defender os interesses das elites oligárquicas e exaltar as ideologias conservadoras. Foi classificado por JHR como reacionário e racista.

História da História do Brasil tem um segundo volume intitulado *A metafísica do latifúndio: o ultrarreacionário Oliveira Vianna* dedicado inteiramente ao autor de *Evolução do povo brasileiro*. Na análise de Alves Jr. sobre esse livro de JHR, destaca que Viana era leitor das teorias de Le Play e Le Bon, apropriou-se do conceito de *raça* para legitimar o domínio das elites sobre o povo. Não tinha preocupações de ordem cronológica. Sua principal contribuição foi na originalidade de suas interpretações da formação e constituição da nação. Tratava-se de uma interpretação conveniente aos princípios conservadores que norteiam os tradicionais donos do poder. Sua obra “é identificada como fonte de ojeriza e repulsa ao povo brasileiro. Nenhum integrante dos setores subalternos tem qualidades, ou mesmo possibilidades, de fazer parte de grupos mais ativos e participantes das grandes decisões do país” (ALVES JR., 2010, p. 194). Alves Jr, ao alinhar as ideias e produções de Capistrano de Abreu e Oliveira Viana dentro do processo de formação de JHR como intérpretes do Brasil, procura evidenciar como esses autores foram importantes para pensar a necessidade de mudanças radicais (Capistrano) e os obstáculos históricos, políticos e sociais que atravancam o desenvolvimento nacional (Viana).

No último item do capítulo, “Crítica ao pensamento tradicionalista: Francisco Iglésias, um seguidor de José Honório Rodrigues”, Alves Jr. relaciona os estudos do historiador mineiro com o pensamento honoriano, principalmente no que tange à preocupação com o nacionalismo, “Aspecto que o aproxima, ao nosso ver, ao legado de José Honório Rodrigues” (ALVES JR., 2010, p. 201).

Ensaísmo, história das ideias, estudos das ideologias e do pensamento social brasileiro marcaram a produção de Francisco Iglésias. Sua análise da produção de Jackson de Figueiredo, conservador católico das primeiras décadas do século XX, assim como a que realiza sobre Oliveira Viana, “passa a ter um interesse substantivo, pois existe uma similitude na avaliação que os dois historiadores fizeram acerca do intelectual fluminense” (ALVES JR., 2010, p.208). A análise que Alves Jr faz dos trabalhos de Francisco Iglésias são interessantes para que o leitor possa perceber como as ideias e propostas de JHR se desenvolviam em um campo de discussões que abordavam problemáticas semelhantes.

Postumamente, quando Leda Boechat Rodrigues organizou o livro *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*, Iglésias auxiliou na compilação dos documentos e na

escrita de um ensaio sobre a importância de JHR para a história do Brasil, porém, isso não aparece no texto de Alves Jr., deixando uma sensação de que poderia ter entrelaçado de forma mais vital os vínculos intelectuais e ideológicos que criam uma comunidade de sentido e afirmam as sociabilidades e convergências entre esses historiadores.

Nas “Considerações finais”, Alves Jr. enfatiza seu empenho em evidenciar a importância de JHR como intérprete do Brasil, defensor do liberalismo e desenvolvimentismo nacional. Para Alves Jr., como intérprete do Brasil, JHR denunciou o tom cordial e passivo com que o povo foi retratado por muitos intelectuais, encobrindo o caráter cruento, violento e conciliatório das elites do poder que sempre se esforçaram por manter o povo submisso e dominado.

Além disso, José Honório postava sua análise histórica em questões que despontavam na sociedade, atento sempre às “*questões do dia*” [...] esse intelectual, que sempre viveu na trincheira, é meritório de destaque e ocupar um espaço entre o seletivo grupo de “Intérpretes do Brasil” (ALVES JR., 2010, p. 221).

Pensando numa pesquisa traçada com diversos itinerários, com Alves Jr. (2010) pode-se ler a produção honoriana como a de um intérprete do Brasil. O texto é bem escrito, rico em notas explicativas dos conceitos utilizados. Trabalhando principalmente com os textos *Conciliação e reforma no Brasil* e *Aspirações nacionais*, o autor consegue inserir suas propostas num campo maior de discussão.

Com Glezer (1977), JHR era um ideólogo, conciliador, e sua tese envolvia toda a produção honoriana; para Bastos (2000), através do estudo de seu tríptico, JHR é um positivista mais arejado preocupado com o presente. O JHR que se vê representado nas páginas de Alves Jr. é de um liberal, intérprete do presente, produtor de uma história viva.

1.4. ANDRÉ LEMOS FREIXO. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: OS CLÁSSICOS E UMA POSSÍVEL IDENTIDADE HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA (DÉCADAS DE 1949-1980).

De todos os trabalhos analisados, a tese de André Lemos Freixo, a qual será apresentada a seguir, é a mais erudita produção sobre a obra honoriana³¹. Na *Introdução*, Freixo escreve

³¹ A tese foi defendida em 2012, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tinha como orientador Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (1952-2010), depois, foi orientado por Carlos Fico. Participaram da banca de defesa: Angela Maria de Castro Gomes, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Marieta de Moraes Ferreira e Raquel Glezer.

sobre a historiografia brasileira das primeiras décadas do século XX, que era “um gênero ‘indisciplinado’, sem fronteiras bem definidas” (FREIXO, 2012, p. 17). Um aspecto importante da tese é que o autor faz um minucioso mapeamento do campo historiográfico, destacando as influências que JHR recebeu nos tempos de universitário, assim como suas contribuições e pioneirismo na abordagem de temas carentes de análise e sistematização, como a teoria da história no Brasil.

Para apresentar JHR são elencados seus estudiosos, em diferentes perspectivas. Marcos Cezar Freitas (1998) para destacar que o que se aprende nas universidades hoje é uma herança da geração de 1930, com JHR incluído; Rebeca Gontijo e como JHR esforçou-se por inventar uma tradição historiográfica e, concomitantemente, construir a si mesmo (2006; 2011); Francisco Iglésias destacando a sua classificação e críticas às insuficiências teóricas da produção honoriana, (2009); José Roberto do Amaral Lapa e sua avaliação sobre a carência de estudos, falta de sistematização e descuido com as questões de teoria da história, à exceção de JHR (1976); Raquel Glezer e sua catalogação da obra honoriana (1977); Nilo Odália e o pioneirismo de JHR (1997); Manoel Luís Salgado Guimarães que destaca o pioneirismo honoriano, assim como as falhas, juízos de valor e intenções políticas do autor (2005); Carlos Guilherme Mota que insere JHR no contexto de renovação historiográfica da geração de 1939 (1988); Ana Luísa Marques Bastos e sua análise do *tríptico* honoriano (2002); Alberto da Costa e Silva enfatizando o caráter renovador e polêmico de JHR (1999), Fernando Nicolazzi e o modernismo brasileiro (2008). Depois de traçar um campo historiográfico que dialoga com JHR e sua obra, Freixo expõe do objetivo de sua tese:

Deste modo, o problema que orienta o presente trabalho dialoga com estas análises e pode ser sintetizado da seguinte forma: *o que significava a história da História de José Honório Rodrigues?* Isto é, como ele interpretou o desenvolvimento e rumos da historiografia brasileira entre o velho e novo, e o que isso queria dizer para ele? Este problema lança, pois, um desafio duplo. O primeiro reside no modo de Rodrigues para “compreender historicamente” a questão da renovação dos estudos históricos no Brasil. O segundo obriga a levar em conta a questão da própria historicidade das interpretações de Rodrigues a esse respeito, uma vez que procuravam responder a determinadas questões e intenções que certamente não permaneceram as mesmas ao longo da trajetória do autor, razão pela qual opto pela análise dos textos de um período específico de sua trajetória (FREIXO, 2012, p. 32).

As fontes utilizadas na tese “são eminentemente textuais. Trata-se de artigos e publicações [...] entre 1936-1963, mormente” (FREIXO, 2012, p. 40). Freixo afirma também que seu almeja “sair do âmbito mais imediato das leituras que se podem fazer da vastíssima produção de José Honório Rodrigues”, principalmente de textos que tiveram inúmeras edições, como os que compõem o *tríptico*, mas “nunca cotejados entre si” (p. 41).

Para responder a sua questão sobre o qual o significado da história da História para JHR, o processo de transição entre o velho e o novo, no Brasil e na historiografia, assim como as interpretações emergentes desses contextos, Freixo divide sua tese em seis capítulos. Acompanhe o resumo de cada um deles a seguir.

1.4.1. A historiografia em mudança: primeiros escritos.

No capítulo I, “A emergência do novo”, Freixo analisa o contexto da formação de JHR, as instituições, redes de sociabilidades, influências e perspectivas. Sua formação ocorreu em um momento de grandes agitações e perspectivas, com as transformações em curso na política, no Estado, nas universidades, institutos de pesquisa, artes e cultura. Os anos de 1930 projetavam um “futuro diferente dos futuros ‘anteriores’” (FREIXO, 2012, p. 47). Nessa conjuntura ocorreu a inserção de JHR na produção historiográfica nacional, que o autor delimita entre os anos de 1936 e 1939.

Dos tempos de estudante de Direito, frequentou o *Club de Sociologia*, fundado por Gilberto Freyre, quando este lecionou na Universidade do Distrito Federal (UDF). Assistiu às aulas de Henri Hauser, que foi professor de história moderna na mesma instituição. Era frequentador assíduo do IHGB, onde ouvia, discutia e lia pensadores como Max Fleiüs, Augusto Tavares de Lyra e Oliveira Viana. Na *Sociedade Capistrano de Abreu* (1927-1940), encontrou “nomes como Rodolfo Garcia, Afrânio Peixoto, Paulo Prado, João Pandiá Calógeras, Teodoro Sampaio, Afonso d’E. Taunay, Edgar Roquete-Pinto, Eugênio de Castro, entre outros” (FREIXO, 2012, p. 57).

Esses contatos e diálogos interdisciplinares aproximaram JHR das renovações da história e das “ciências vizinhas”, como a psicologia, economia, antropologia cultural e sociologia. Era um momento de renovação da historiografia³² e das ciências humanas. Nessa conjuntura, Gilberto Freyre, dando continuidade ao que já era feito por Capistrano de Abreu, foi uma referência para JHR. Nas palavras de Freixo:

Inicialmente, essa transformação nos estudos históricos seria uma mudança de perspectiva que deveria aliar a interpretação do passado às contribuições da sociologia e antropologia cultural como, por exemplo, Capistrano havia ensaiado, apesar de uma ou outra dificuldade, mas que Gilberto Freyre, a quem Rodrigues dava todo apoio, teria efetivamente logrado realizar. Os textos de Capistrano de Abreu são, portanto,

³² Em 1929, na França, era fundada a revista *Annales*, que Peter Burke definiu como “A Revolução Francesa na Historiografia”, em seu didático livro sobre *A Escola dos Annales* (1997).

enquadrados como plataforma para uma renovação que Rodrigues defendia como em curso (FREIXO, 2012, p. 61).

Depois de esquadrihar um campo de diálogo, produção e convívios intelectuais, Freixo passa a analisar o livro *Civilização holandesa no Brasil*, “ou, ensaiando uma escrita da história nova”, como escreve no subtítulo do item.

Sobre a estrutura do livro, comenta que “o aspecto econômico determina boa parte da leitura de Rodrigues, porém, [...] não há acento marxista nisso”. Com relação aos autores que o inspiraram, “como Freyre, Capistrano de Abreu e Oliveira Lima, Rodrigues arrisca sua leitura para os conflitos que terminaram por expulsar os holandeses de Pernambuco: “uma revolta que teria nascido das tensões entre as classes rurais e as classes urbanas e não um movimento nacional” (FREIXO, 2012, p. 61).

Destaca também as resenhas críticas de Mário de Andrade, Hélio Vianna, Nelson Werneck e o parecer da ABL acerca do livro. Embora todos apontem falhas, o que sobressai são os elogios ao ensaio. Essas críticas são importantes para que possa visualizar as lutas em torno da modernização e a criação de novos paradigmas na historiografia nacional. Dessa forma, mesmo “que não se pudesse falar em termos de um campo disciplinar para a História no Brasil àquela altura, não se poderia igualmente dizer que não havia séria pretensão nesse sentido nas iniciativas de escrita do passado neste período, o que se pode perceber nos ‘diálogos’ entre tais autores” (FREIXO, 2012, p. 89).

Segundo Freixo, o estilo ensaístico era o mais praticado entre aqueles que pretendiam renovar a historiografia nacional e ocupar a posição de *intérpretes do Brasil*. Através do ensaio, como praticado por Sérgio Buarque, Oliveira Viana, que se procurava formar um campo *científico* na historiografia brasileira. O ensaio “não seria teórico ou metodológico, mas ‘ideológico’, no sentido de que era a renovação dos estudos históricos no Brasil que procuravam” (FREIXO, 2012, p. 93). Todavia, Freixo critica, acompanhando as críticas de Maria Stella Bresciani, a noção de *intérpretes*, por promover uma “cristalização de determinadas leituras, cânones de formação, pais fundadores e paradigmas” (p. 91). Esse uso do conceito bloquearia a visão sobre o contexto de lutas e suas dinâmicas próprias do período.

1.4.2. Por uma história científica: o projeto do Instituto Nacional de Pesquisa Histórica.

No segundo capítulo, “Por uma nova autoridade”, Freixo examina as redes de sociabilidade, os vínculos institucionais de JHR e como esses pertencimentos levaram à escrita de uma história para além do ensaísmo, fundamentada na pesquisa documental como forma legítima de renovação historiográfica. Essa proximidade maior que se estabelece com as fontes documentais ocorre quando JHR vincula-se mais diretamente às instituições de pesquisa e arquivos. Freixo defende que o empenho em fazer uma história fundamentada em técnicas de análise documental, a serem aprendidas e desenvolvidas no proposto Instituto Nacional de Pesquisa Histórica (INPH), trata do empenho honoriano em converter-se em *uma nova autoridade* no campo historiográfico brasileiro.

Em 1939, JHR foi convidado a trabalhar como assistente de Sérgio Buarque de Holanda no Instituto Nacional do Livro, sob direção de Augusto Meyer. Criado em 1937, no Estado Novo, sob responsabilidade do ministério de Gustavo Capanema, a função do INL era a construção de uma identidade cultural brasileira, de acordo com os objetivos varguistas. Para tanto, o trabalho consistia na “edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário da cultura brasileira e o investimento na expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas” (FREIXO, 2012, p. 96).

JHR ficou responsável pela análise dos documentos manuscritos, principalmente os documentos relativos ao domínio holandês no Brasil. Esse vínculo institucional foi importante no processo de amadurecimento do historiador. Sobre isso, Freixo escreve:

Apesar de posição crítica em relação ao Estado Novo, foi como funcionário nesse órgão oficial que José Honório começou sua vida profissional. Encontrou ali o respaldo institucional para o preparo de uma nova publicação em livro, não mais em parceria, mas somente sua: uma bibliografia especializada sobre o domínio holandês. Contudo, eis um aspecto central, não se trata de qualquer bibliografia, mas de uma bibliografia que pretendia ser a mais autorizada e especializada. O fundamental aqui, por ora, é compreender o caminho trilhado por Rodrigues durante o período em que esteve no INL. Sua função nesse lugar, como técnico especialista, lhe garantia legitimidade institucional, uma autoridade, para lançar questões e estabelecer critérios acerca de uma autoridade que se definiria como especificamente historiográfica (FREIXO, 2012, p. 98).

JHR aproveitou essa oportunidade para organizar e publicar documentos raros e inéditos, como a *Bibliografia do domínio holandês no Brasil*, que pretendia ser a mais completa compilação de documentos sobre o tema. Assim, Freixo vai completando as partes na constituição da trajetória de JHR, que começa com o premiado livro de caráter ensaístico sobre

os holandeses no Brasil, em seguida, o estudo se complementa com um trabalho amparado em técnicas documentais. Essa “reviravolta técnica paulatinamente se constitui no elemento fundamental que diferenciaria um ‘autêntico’ historiador, um historiador novo e renovado, dos demais” (FREIXO, 2012, p. 98).

Entre os projetos do INL estava a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário da língua portuguesa, além de uma bibliografia nacional. Esses projetos nunca saíram do papel. O INL funcionava no prédio da Biblioteca Nacional, que tinha o “depósito legal” de toda a documentação, e que, desde 1847, tentava realizar esse trabalho. Outro trabalho proposto foi a confecção de um *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, dirigido por William Berrien e Rubens Borba de Moraes, e que, por sugestão de Sérgio Buarque, JHR seria um dos principais responsáveis por sua realização. Caberia a JHR traduzir textos holandeses, catalogar, atestar a autenticidade das fontes e interpretá-las. Este último projeto só ficaria pronto em 1949. Uma das razões desse atraso foi a viagem de JHR aos Estados Unidos.

1.4.3. A experiência norte-americana.

No tópico “Relatos de um viajante”, Freixo escreve sobre a experiência de JHR nos EUA, em 1943. JHR chegou aos EUA em meio a Segunda Guerra Mundial, mas o que o Freixo destaca é a *viagem de pesquisa*, quando “aproveitou a oportunidade para o estudo e aprimoramento metodológico, para a crítica de textos raros, especialmente no seu preparo para publicação. Também procuraria firmar contatos com professores universitários e instituições (bibliotecas e arquivos) nos EUA” (FREIXO, 2012, p. 126).

Ao retornar, passou quinze dias em Recife, acompanhado de sua esposa Lêda Boechat Rodrigues, fazendo “trabalho por fora”. No Rio de Janeiro, em entrevistas aos jornais, comentou sobre como se desenvolviam as pesquisas na América do Norte, da preocupação, dos cuidados e técnicas de trabalho com os documentos, as bibliotecas e arquivos, as instituições universitárias, que atendiam a todos os públicos e que eram “o reflexo das relações daquele país com a democracia e vice-versa”. Sobre tais percepções de José Honório, Freixo ainda aponta: “[A] Cultura e meios de acesso à memória cultural refletiriam nos líderes, bem formados. As universidades e bibliotecas dos Estados Unidos serviram de base de comparação e exemplo para ele pensar o INL, a BN e o Brasil” (FREIXO, 2012, p. 136).

Segundo Freixo, a viagem aos EUA foi um momento crucial de *transformação metodológica* de JHR. Havia inovações no Brasil, mas não estavam sistematizadas. Não se trata

mais de um estilo ensaístico capaz de renovação da historiografia nacional, mas da elaboração de métodos e procedimentos de análises documentais específicos para a renovação da história. O capítulo termina com esse destaque à necessária modernização do ofício de historiador na década de 1940:

O ponto central aqui foi compreender que na medida em que questionava a autenticidade e fidedignidade dos textos com os quais trabalham os historiadores, os critérios para uma autoridade da nova história, aquela que deveria partir do presente para lançar suas pesquisas, se configurava: seriam verdadeiros e autorizados aqueles que realizassem os procedimentos metodológicos e de crítica moderna sobre os documentos que investigam. Esses seriam, na opinião de Rodrigues, os passos decisivos para a efetiva renovação nos estudos históricos brasileiros: novas pesquisas, nova documentação, novos fatos. Uma nova autoridade deveria emergir desses esforços: a autoridade científica dos novos historiadores (FREIXO, 2012, p. 140).

1.4.4. Amadurecendo ideias: pensar e transformar o Brasil.

Dando continuidade à construção da trajetória de JHR, no terceiro capítulo da tese, “O ‘atraso’ brasileiro: um problema de consciência”, Freixo analisa a produção, a carreira, os pertencimentos institucionais, o amadurecimento de ideias e práticas que marcam o desenvolvimento do pensamento honoriano.

Depois de sua viagem aos EUA, José Honório deixou o INL. Em 1945, tornou-se bibliotecário do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), a convite do amigo Barbosa Lima Sobrinho e contratado por Miguel Costa Filho. No IAA, deu continuidade aos seus estudos sobre o Brasil açucareiro. Em meados do mesmo ano foi convidado para participar do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em 1946, tornou-se professor de História do Brasil (1946) no Instituto Rio Branco (IRBr). Nessa instituição, em 1948, chefiou o Setor de Pesquisa.

Entre 1945 e 1948, publicou dezenas de artigos, resenhas, além da organização e publicação da obra de Rio Branco. Eram artigos publicados em hebdomadários para um público mais amplo, com o objetivo de divulgação histórica. Mas também produzia para um campo mais especializado, sempre problematizando o que os autores apresentavam de inovações, como manejavam as teorias e métodos, destacando riquezas e insuficiências analíticas dos pensadores estudados, fossem eles seiscentistas ou seus contemporâneos.

Freixo tece um quadro interessante da evolução do pensamento honoriano sobre o *métier* do historiador. Trata-se de definir quem é e o que faz o “verdadeiro” historiador. Dando a palavra a seu autor:

Para José Honório, a essa altura, havia uma distinção básica entre o que fazem os “verdadeiros” historiadores e os demais: essa distinção configuraria sua autoridade, e de seu texto, ou não. Se toda interpretação, como ele mesmo condiciona, dependeria de influências sociais, econômicas e de classe, uma interpretação histórica não poderia jamais se reduzir somente a isso. O elemento que caracterizaria um trabalho como sendo verdadeiramente histórico seria resultado direto de seu trabalho de pesquisa, rigorosamente conduzida pelos métodos modernos. Essa leitura de Rodrigues tem como objetivo promover a ideia de que a credibilidade, a autenticidade e, portanto, a legitimidade do texto do historiador deve ser construída por ele mesmo, porém reconhecida por seus pares – que compartilhariam dos mesmos procedimentos críticos para reconhecer ou não uma contribuição historiográfica efetiva. O historiador “autêntico” seria, antes de mais nada, um pesquisador e um descobridor de fatos novos. Aos que defendiam ser a história mera interpretação, que diziam “que não poderiam escrever sua obra se se perdessem em pesquisas de arquivo” (FREIXO, 2012, p. 149).

O autêntico historiador, o “historiador novo”, seria capaz de fazer *pesquisa e interpretação*. Historiadores novos eram Sérgio Buarque de Holanda, com *Monções*; Otávio Tarquínio de Souza, em *O pensamento vivo de José Bonifácio*; Álvaro Lins, na biografia de *Rio Branco*. Caio Prado Júnior, elogiado inúmeras vezes anteriormente, seria criticado então por não inserir notas explicativas e citações na *Formação Econômica do Brasil*, ou seja, a tão elogiosa produção do historiador paulista recebeu críticas em 1945 diante das novas exigências do que JHR entende como princípio fundamental no trabalho historiográfico: a precisão científica nos procedimentos de escrita da história. Essa seria “uma distinção básica entre o que fazem os ‘verdadeiros’ historiadores e os demais: essa distinção configuraria sua autoridade, e de seu texto, ou não” (FREIXO, 2012, p. 149).

Nos anos de 1946 e 1947, JHR participava também da *Comissão de Estudo de Textos de História do Brasil*, que era parte da elaboração da *Bibliografia de História do Brasil*. Como membro da Comissão, elaborava resenhas, pareceres, notas críticas sobre as produções historiográficas do momento. No artigo “A historiografia brasileira em 1946”, publicado na *Revista O Jornal*, em 1947, fez um balanço da produção historiográfica daqueles anos. Esse artigo é bem explorado por Freixo. Além de fazer um diagnóstico da profissionalização da pesquisa e escrita da história, percebe-se também a necessidade de manter o historiador e sua matéria conectados ao tempo presente, para visualizar melhor horizontes de possibilidades futuras. Na citação abaixo, a trajetória de JHR convergiu para o presente e para a necessária sistematização da ciência histórica:

Não haveria, portanto, crise historiográfica, como ele mesmo disse, “no terreno da pesquisa histórica”. Os verdadeiros historiadores, os “historiadores profissionais”, especialistas, continuavam trabalhando; embora fossem ainda poucos. Estes permaneciam alerta e em vigilância constante ao tempo presente. Mas esses historiadores críticos e profissionais deveriam tornar-se a regra e apresentar os caminhos da revolução, auxiliar na solução dos problemas para que os homens,

esclarecidos pela história, pudessem abrir os rumos para o novo, para o futuro do Brasil. O preço dessa vocação histórica exigia a vigilância constante. A capacidade crítica mais elevada estaria nas mãos de poucos “espíritos independentes”, que mesmo diante do fim das ditaduras, no Brasil e na Europa, perceberiam que a luta das ideologias políticas seria “mantida por meios históricos” (FREIXO, 2012, p. 165).

Freixo analisa inúmeros artigos e discussões de JHR entre os anos de 1945 e 1948. Dessa forma, o autor constrói um panorama das lutas no campo intelectual e historiográfico brasileiro, onde JHR se destaca como um defensor da necessidade de desenvolver uma história científica, conectada ao presente, dialogando sempre com as ciências vizinhas. Esse período marca “um ponto de clivagem decisivo”, pois, “projetava-se de maneira mais clara nos textos de José Honório o programa que ele começava a desenvolver, na esteira dos autores que ele citava. Desde 1945, José Honório fazia a defesa do método histórico como sendo um elemento central para a formação e amadurecimento da historiografia brasileira” (FREIXO, 2012, p. 180).

Os debates e produções foram importantes porque permitiam ao leitor acompanhar o estímulo de JHR em escrever uma obra de referência para a metodologia e teoria da história. Mais ainda, trata-se agora de desenvolver uma consciência histórica, capaz de conciliar a teoria com a prática histórica. A ciência histórica seria a melhor via para se compreender os processos humanos e sociais. Surge então a necessidade de escrever uma história da história do Brasil e afirmar seus métodos, teorias e “mestres” da nossa historiografia.

1.4.5. Para escrever Teoria da História do Brasil.

No capítulo IV, “Teoria e Ciência da História: uma questão de formação”, Freixo dedica-se à análise da escrita de *Teoria da História do Brasil*. O tempo dedicado à escrita do livro levou a uma diminuição das publicações entre os anos de 1947 e 1948, segundo Freixo. Destaca também o acúmulo de funções institucionais daqueles anos: além do trabalho na Biblioteca Nacional, membro da Comissão de Estudo de Textos de História do Brasil; no Instituto Rio Branco, a partir de 1946, tornou-se professor de História do Brasil, com conferências voltadas para a formação de diplomatas, além de chefiar a Seção de Pesquisas do mesmo Instituto (1948). No Instituto Rio Branco (IRBr) “foi a primeira ocasião na qual ele trabalhou como professor em uma instituição pública de enorme prestígio e importância – o que, sem dúvida, também promovia boa remuneração” (FREIXO, 2012, p. 186).

Teoria da História do Brasil voltava-se para públicos institucionais: os diplomatas e os “jovens estudantes dos cursos de Geografia e História das Faculdades Nacionais de Filosofia,

ou de Filosofia, Ciências e Letras” (FREIXO, 2012, p. 191). No livro, a ciência histórica fundamenta uma “teoria moral”. O diálogo com a história ensina lições úteis para agir, escolher e conscientizar o indivíduo no presente, seja ele um cidadão comum ou um líder. A consciência histórica seria um caminho para mudar o curso da história. Decorre daí a valorização do historicismo e a constância de autores como Max Weber, Leopold von Ranke, Benedetto Croce. Segundo Freixo:

Na esteira deste breve esboço no qual o historicismo alemão ocupava lugar privilegiado, Rodrigues defendia que a tarefa da ciência histórica seria a “imensa e infinitamente variável” análise e descrição do “passado da sociedade humana e a tradição desse passado, que vive nas formas presentes”. A história seria, pois, essa “descoberta da realidade passada”, uma “análise do nascimento das coisas” que não geraria lições políticas para a educação moral dos príncipes ou dos líderes políticos do mundo (*historia magistra vitae*) – pelo menos, não sempre, como advertia Rodrigues –, mas sim o resultado de pesquisas acionadas pela responsabilidade moral do intelectual. Pela via da ação consequente e responsável no presente. Consequente, pois instruída: formada e informada culturalmente pela ciência da História. Responsável, pois intelectual e socialmente comprometida com os resultados de suas pesquisas. A diferença aqui se manifesta basicamente entre uma história pragmática, que acredita ser possível extrair lições do passado (uma história como mestra da vida), e a historiografia crítica que ele identificava ter surgido após a reviravolta crítica de Leopold von Ranke. Rodrigues defendia que essa seria a mais clara perspectiva sobre os rumos do mundo: a ciência da História, nos moldes do historicismo alemão. Este seria o caminho para compreender de fato a experiência humana vivida, reunindo ideias e ações, teoria e prática, a uma interpretação coerente e responsável (FREIXO, 2012, p. 191).

Em terras brasileiras, Barão do Rio Branco foi o diplomata exemplar no uso da história para a diplomacia. Embora seus exemplos não possam ser imitados, podem servir como inspiração para o presente. O diplomata representaria a tradição, que significa extrair do passado, elementos que sirvam para o entendimento do presente, rompendo com o tradicionalismo, que é o apego ao passado. Há que se evitar o tradicionalismo, pois o interesse da história está no tempo presente.

Teoria da História do Brasil é constituído por uma mixórdia de autores, nem sempre congruentes. Mas isso não é acidental nem inocente, tem um propósito, conforme afirma Freixo. “Não se trata, contudo, de má-fé em suas leituras. Mas elas eram perfeitamente cabíveis diante do que desejava implementar. Inclusive, se toda escrita da história é também, ao seu modo, filha do seu tempo” (FREIXO, 2012, p. 205).

Depois de apresentar rapidamente os capítulos de *Teoria* em parágrafos da tese, Freixo destaca as leituras e críticas ao livro. A profusão de pensadores distintos e muitas vezes discordantes foi notada e criticada por leitores e críticos do livro, como Francisco Iglésias, Hélio Viana, Stanley J. Stein e Charles E. Nowell. Entre as críticas, destaque para a resenha de

Eduardo D'Oliveira França, que foi “a mais incisiva e, talvez, mais importante das notas críticas ao texto de Rodrigues” (FREIXO, 2012, p. 231). Por ser um livro que deveria servir de referência para discentes e docentes de história, a “leitura extremamente dura” de França seria uma reação às pretensões honorianas de, estando fora da universidade, dizer como os professores da USP deveriam proceder. Freixo destaca a crítica de França à falta de sistematicidade do texto, a variedade inconsistente de autores reunidos, a influência *yankee* e germânica, a valorização positivista do documento-verdade, o plano sofrível de estruturação do texto, a falta de coerência no planejamento do trabalho.

As críticas d'Oliveira França foram levadas em consideração por JHR na edição seguinte de *Teoria* (1957). Freixo afirma que, apesar das críticas, “cabe dizê-lo, há mais proximidade entre os autores do que distância” (FREIXO, 2012, p. 241). Para ambos, o documento não é prova de verdade, mas *testemunho*; assim como o que diz respeito à síntese, crítica e compreensão históricas. A diatribe teria um forte viés institucional. Nas palavras de Freixo:

Além disto, França também respondia de maneira exagerada ao provocativo “convite”³³ lançado por Rodrigues desde o prefácio de *Teoria da História do Brasil*. Ele tinha ao seu lado todo o aparato institucional de uma Universidade, ao passo que Rodrigues permanecia fora do lugar que ele se propunha educar e formar. [...] Assim, lançava “fogo contra fogo” quando asseverava que “documentos falsos num historiador honesto são melhor caminho para a verdade que os autênticos nas mãos de um historiador faccioso” [...] Trata-se de marcar José Honório como um historiador ainda “em cima do muro”, entre o que França considerava obsoleto, o positivismo e o historicismo, e o que ele julgava serem realmente novas e arejadas contribuições (FREIXO, 2012, pp. 241-242).

Na leitura da tese, percebe-se que este capítulo marca a convergência das mais variadas publicações, principalmente artigos e pertencas institucionais, para um plano mais sólido de produção intelectual, com a publicação do *tríptico*, muito embora sua atenção esteja concentrada no primeiro volume da série. Vê-se então a preocupação em fazer uma história (da historiografia) científica voltada para os problemas do presente. Tal projeto fica mais evidente no capítulo seguinte.

³³ Trata-se da proposta honoriana de escrever um texto para a formação de alunos e professores de História.

1.4.6. A História da Historiografia de JHR.

No capítulo V, “O Corpo Do Tempo”, Freixo analisa a *História da História do Brasil* e, para isso, como aconteceu anteriormente, traça uma genealogia das publicações paralelas que levaram à confecção deste texto. Destaca *Historiografia del Brasil: siglo XVI* (1957) e *Historiografia del Brasil: siglo XVII* (1963). Nesses livros, JHR faz uma história da historiografia focalizando os cronistas, as histórias gerais, como sendo reveladores de aspectos da vida luso-brasileira, porque desenham um quadro geral da historiografia colonial. Essas publicações, realizadas a pedido do *Instituto Pan-americano de Geografia e História* do México, foram transformadas depois nos volumes de *História da História do Brasil*.

Depois de apresentar os textos e autores analisados por JHR, são destacados os estudiosos que se dedicaram ao período. Separando história literária e história da história, enfatiza a contribuição das pesquisas históricas, amparadas pela crítica documental, criando métodos, teorias e interpretações. O objetivo de JHR, segundo Freixo, é de criar uma linhagem de historiadores críticos da historiografia brasileira, na qual ele se insere, não só como intérprete do Brasil, mas, principalmente, por ser o responsável de fazer uma sistematização da *ordem do discurso* historiográfico.

A evolução que ele propunha em sua visada retrospectiva materializava sua compreensão histórica para os rumos dos estudos históricos no país. Com essa leitura, representa o movimento do qual acreditava pertencer como parte do mesmo processo histórico, de uma evolução histórica e historiográfica: a história da História brasileira. Passou a procurar no Brasil oitocentista os precursores de uma renovação metodológica que buscava sistematizar como norma para uma ciência no seu presente; um passado que ele começava a caracterizar como seu também: os “pais fundadores” de sua ciência da História. [...] Na historiografia oitocentista, Rodrigues identificava o nascimento da historiografia, propriamente dita, no Brasil. Isso porque se tratava da escrita de textos de história, sobre documentos de época, no início do período nacional brasileiro (FREIXO, 2012, p. 271).

JHR colocava-se, entre os *mestres fundadores* da historiografia nacional, sendo eles:

Rio Branco, Varnhagen, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Barão de Studart, Alencar Araripe, entre tantos outros, aos novos historiadores, encabeçados por Capistrano de Abreu, mas seguido de perto por Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda (FREIXO, 2012, p. 286).

O final do século XIX foi quando JHR localizou “as maiores figuras da nossa historiografia” (p. 296), com Joaquim Nabuco e, fundamentalmente, Capistrano de Abreu. Como herdeiros desses *mestres*, estão João Ribeiro, Oliveira Lima, Pandiá Calógeras, Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. São destacadas as contribuições desses

pensadores na elaboração de uma periodização da história do Brasil (Martius, Varnhagen, Capistrano de Abreu, Freyre); não se trata mais de fazer compilações, mas da formação de uma plêiade de historiadores reflexivos, produzindo uma história nova nos Institutos de Pesquisa, estaduais e nacional, o IHGB.

Em seu empenho para construir um lugar entre os *mestres* da história da história do Brasil, JHR investiu pesadamente na filiação de sua obra com a de Capistrano de Abreu. Pretendia ser o porta-voz, o herdeiro legítimo daquele que ele via como um pensador fundador da nova história brasileira na transição do século XIX para o XX.

O Ministério da Cultura, em 1953, lançou uma campanha em que premiaria a melhor biografia sobre Capistrano de Abreu. JHR foi acusado por outros historiadores, como Mozart Monteiro, de não permitir o acesso dos pesquisadores às correspondências de Capistrano depositadas no Arquivo Nacional, onde era diretor. JHR justificou-se dizendo que o imbróglio era sem sentido, pois não participaria do concurso. Todavia, era ele quem estava compilando as publicações, prefaciando os textos do historiador cearense, constituindo uma moldura do mestre, como escreve Freixo:

A moldura para essa imagem de Capistrano era o próprio programa de Rodrigues para a modernização da escrita histórica no país, o passo decisivo na reviravolta rumo à ciência da História. Contudo, ao invés de um Honório Rodrigues “capistraniano”, como se poderia pensar a partir do texto, trata-se mais de um Capistrano de Abreu, por assim dizer, “honório-rodriguiano”. Esse recurso era absolutamente claro para Rodrigues que, inclusive, defendia-o como sendo uma das partes fundamentais do trabalho de um historiador “novo” (FREIXO, 2012, p. 304).

Em comum, Capistrano e JHR trabalharam na Biblioteca Nacional, participaram ativamente do IHGB, o que assinalaria que não se tratavam apenas de afinidades intelectuais, mas de pertencimentos institucionais. Freixo escreve nas páginas seguintes sobre o segundo volume do tríptico, *A pesquisa histórica no Brasil*. Descreve os muitos pesquisadores que passaram pelo IHGB, que fizeram pesquisas pelo Brasil e pelo estrangeiro, por Varnhagen, Gonçalves Dias, Ramiz Galvão, Oliveira Lima, durante o Império, que, segundo JHR, “afinal, completava: nunca um governo serviu tanto à historiografia como o de D. Pedro II” (FREIXO, 2012, p. 353). Os incentivos minguaram substancialmente na República. Diante dessa situação, JHR idealiza a criação de um *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica*, que compõe o último capítulo da tese.

1.4.7. Sobre a pesquisa histórica no Brasil.

A partir de todas as suas análises acerca dos problemas da pesquisa histórica e da historiografia brasileiras, Rodrigues avaliava a necessidade de se fundar no país uma nova instituição. Agora, as finalidades desta não mais caberiam nos limites da BN, como defendera preliminarmente em *As Fontes...*, mas deveria centralizar, coordenar e manter o poder e a autonomia de registro e controle sobre todas as iniciativas da pesquisa histórica, tal como Rodrigues a pensava, no Brasil. Trata-se de um órgão oficial, autorizado e responsável sobre todas as fases que constituiriam a produção de conhecimento histórico, desde a estrutura básica dos arquivos, de seus acervos documentais, etc., passando também, e necessariamente, pela formação teórica e metodológica dos historiadores. Esse é um elemento decisivo. Rodrigues defende que seu IPH [sic.] seria, além de um grande epicentro arquivístico, também uma escola de altos estudos, nos moldes das instituições europeias visitadas durante sua viagem no ano de 1950 (FREIXO, 2012, p. 370).

“A mansão brasileira na “casa de Clio”, título do capítulo VI, diz respeito à proposta de criação do *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica*, que teria como missão reunir e catalogar documentos e arquivos no Brasil e no exterior; fazer cópias e microfilmagens; oferecer cursos especializados nas universidades; criar comissões locais e regionais para a coleta de documentos. Freixo nota que na primeira edição de *Pesquisa histórica no Brasil* (1952), a proposta é apresentada ao longo de mais de cem páginas, na reedição de 1969, sendo apenas cinco dedicadas ao *Instituto*. O que mudou?

As universidades brasileiras já tinham criado seus próprios institutos de pesquisa na década de 1960. JHR não poupava crítica à situação das universidades, e “pelo tom de seus discursos, contudo, tornava-se cada vez mais visivelmente marcado pelo ressentimento de não ver seu projeto e programa ganharem vida”. Nas edições de *Teoria da História e Pesquisa Histórica*, mantinha “suas duras críticas contra o sistema universitário brasileiro, especialmente no que toca aos estudos históricos” (FREIXO, 2012, p. 381). Segundo ele, JHR destacava a separação entre o historiador e o professor de história, a falta de uma formação adequada aos professores do ensino médio, a falta de liberdade sentida pelos alunos, não só devido ao Regime Militar, mas também ao sistema de cátedras.

No início dos anos de 1980, mudou o tom sobre o ensino universitário brasileiro e o incentivo às pesquisas com a criação do CNPq. Quando as universidades passaram a exercer a hegemonia da pesquisa histórica no Brasil, JHR envolveu-se nesse processo, mas sua posição dentro da universidade foi sempre a de um *outsider*. Segundo Freixo:

Especialmente, após as reformas universitárias de 1968, encabeçadas por Newton Sucupira, que extinguiram as cátedras e deram fim, entre outras, às Faculdades Nacionais, dando lugar aos mais variados Institutos. Porém, mesmo assim, o formato proposto por José Honório não vingou. Mesmo participando ativamente de muitas das discussões referentes ao métier ao longo das décadas de 1950, 60 e 70 – quando lecionou em cursos de Pós-Graduação de História em Campinas (UNICAMP), no Rio de Janeiro (UFF) e em algumas bancas de doutorado –, Rodrigues permaneceu como

uma espécie de “outsider”, apesar de relativamente conhecido e estabelecido, em nome e prestígio, para toda uma geração de pesquisadores do novo campo historiográfico brasileiro (FREIXO, 2012, p. 383).

1.4.8. O esforço honoriano de renovação da historiografia brasileira.

Em “Encerramento: a arquitetura do novo”, Freixo trata da empreitada honoriana de renovar a historiografia, de modo que esta possa servir como orientadora do presente. A historiografia “não é um dado, mas o resultado pretendido e parte central de um programa e de uma arquitetura discursiva específica”. O projeto honoriano era construir um discurso fundador sobre o que seria a historiografia brasileira renovada. Renovação que se fez de “experiência e esperança, entre orientação no tempo e intenção no tempo, é o que guia a história da História de Rodrigues” (FREIXO, 2012, p. 388).

A *arquitetura do novo* consiste na relação da historiografia com a história. A historiografia seria um “espelho para Rodrigues”, no qual o indivíduo possa se ver refletido no presente, esclarecer-se e orientar-se para criar planos de ação, como já fizeram os “grandes mestres” Varnhagen e Capistrano. “Ele tinha pretensões de liderar esse processo, e o passado da sua historiografia brasileira servia de manancial de exemplos dessas iniciativas individuais e pioneiras” (FREIXO, 2012, p. 389).

Sua história da História evoluiu numa perspectiva *teleológica*. Essa finalidade é ao mesmo tempo social e científica: a ciência histórica conduziria a mudança social. O *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica* desempenharia essa função, “suas pretensões científicas nos moldes alemães lançariam a concorrência às universidades brasileiras no que tange a formação de historiadores brasileiros. Mas isso não ocorreu como ele planejou” (FREIXO, 2012, p. 390).

No que diz respeito à infinidade de ideias e autores manejados por JHR, que muitos atribuem à uma falta de sentido e coerência em sua produção, Freixo defende que se tratava de uma “síntese do heterogêneo”. Ele reunia o que já existia, mas sob outras articulações. Construiu uma temporalidade evolutiva, que poderia ter sua eficácia medida na capacidade de explicação da realidade viva, atual. Eram tempos de crise, caberia à historiografia encontrar saídas para o futuro, inventar uma tradição e gestar os líderes de amanhã. Nas palavras do autor:

Rodrigues não enumerava simplesmente “acontecimentos” distintos, ocorrências singulares – como agentes, autores, objetivos, obras, meios, relações, conclusões etc. – numa ordenação seriada ou pontual. Articulava autores que realmente existiram, mas de modo a torná-los compreensíveis e compartilháveis como contribuições para uma evolução que caminhava rumo ao saber científico da História, ou sua vertente

disciplinar. Eles são partes de um todo, de uma mesma interpretação que se tornava coerente e os reunia em uma mesma ação conjunta e em evolução no tempo (FREIXO, 2012, p. 392).

Freixo conclui dizendo que JHR era um “ávido leitor”, às vezes um pouco apressado, como em sua leitura do historicismo alemão, porém, era um raro leitor dessas ideias. Defendia uma história em moldes científicos germânicos, enquanto na universidade apropriaram-se dos Annales. Não foi um erudito de gabinete, mas um historiador combatente que:

(...) procurava conhecer, compreender e transformar a sociedade na qual viveu e para a qual os enunciava. A partir de seus próprios meios e condições de possibilidade, como forma de explicar a sua sociedade e apresentar projetos seus para a escrita de uma história nova e do papel que esta historiografia desempenharia na sociedade brasileira (FREIXO, 2012, p. 387).

1.4.9. A arquitetura de JHR segundo André Lemos Freixo.

O JHR que se sobressai na leitura da tese de Freixo é o de um historiador em formação, em diálogo com as questões de seu tempo. Diálogo que se fazia por meio da publicação na imprensa, principalmente jornais; que ocupava importantes lugares institucionais de pesquisa histórica, chegando até a propor o seu próprio *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica*. A dispersão de sua produção atendia aos interesses diversos e não era por acaso. Sua *fluidez teórica* tinha um propósito: dar a conhecer autores pouco conhecidos ou, se conhecidos, pouco estudados na historiografia brasileira.

O *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica* ocupa parte importante da tese de Freixo, pois seria através dele que a produziria uma nova historiografia brasileira, que implicava também em um projeto de nação. Nesse projeto institucional para a história do Brasil, JHR pretendia ser o responsável pela construção de uma obra capaz de fornecer os elementos e solidificar o projeto de construção de uma nova historiografia, no qual ele ocuparia um lugar central.

1.5. CONSIDERAÇÕES DESTE CAPÍTULO.

O objetivo deste capítulo, como já dito no início, foi o de fornecer ao leitor o que já se produziu sobre JHR em dissertações e teses, que são os trabalhos dedicados exclusivamente à obra honoriana. O número de leitores tem aumentado nos últimos tempos, mas ainda há muito a ser explorado. Cada leitura apropria-se de aspectos específicos da obra, pois há uma grande diversidade de temas ainda inexplorados.

Ao longo das análises deste capítulo, ficam evidenciados tipos diferenciados de pesquisas e narrativas sobre JHR. Nenhum deles eclipsa os outros, pois cada um obedece a recortes temáticos específicos e distintos. Foi dada uma atenção maior ao texto de Glezer, pois trata-se de um momento de grandes transformações do campo historiográfico brasileiro, pelo qual JHR também transitava. Bastos, Alves Jr. e Freixo são importantes para analisar a construção de lugares e representações de JHR no campo historiográfico atual.

A multiplicidade de possibilidades de recortes temáticos e análises possíveis deixa sempre a sensação perturbadora e inescapável de insuficiência dos resultados apresentados. O que faz lembrar os pintores de R. Descartes, “que não conseguem representar igualmente bem num quadro plano as diversas faces de um corpo sólido, e escolhem colocar apenas uma das principais na luz e deixar as outras na sombra” (DESCARTES, 2012, p. 80). Espero ao menos que as partes principais que abordei possuam alguma luz e clareza.

No próximo capítulo, meu recorte específico incide sobre o texto *Teoria da História do Brasil*. Nota-se que *Teoria* é um livro pelo qual todos seus estudiosos passam e comentam, pois ocupa um lugar fundamental na obra honoriana. Foi o livro que deu início ao seu ousado e inconcluso *projeto tríptico*, além de ser um texto que acompanhou parte significativa da trajetória de JHR e com o qual pretendia ser referenciado como uma autoridade reconhecida e legitimada da historiografia brasileira. Desde sua publicação em 1949 até sua quinta edição em 1978, JHR se esforçou para manter o livro atualizado. Essa abordagem de *Teoria* não foi feita pelos estudiosos analisados neste capítulo e será feita a seguir.

2. AS TEORIAS VÃO, OS TEXTOS FICAM: UMA ANÁLISE DE TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL.

Este capítulo centra-se no livro *Teoria da História do Brasil* (1949), de José Honório Rodrigues. O livro ocupa uma posição central no pensamento honoriano. É como uma espinha dorsal que se comunica com todos os movimentos de sua obra. Aliás, ele foi pensado assim ao longo de suas cinco edições (1949, 1957, 1968, 1977 e 1978). Pode-se destacar nele o desenvolvimento de conceitos e propostas que são basilares em José Honório Rodrigues; as edições de *Teoria* acompanham praticamente todas as outras publicações. Foi um livro fundamental da obra honoriana³⁴, escrito com o propósito de ser uma referência para todos que se interessassem por teoria da história; e, com ele, principiou seu projeto mais ambicioso, o inacabado *tríptico*. Os aspectos constitutivos do livro se desdobram e repercutem no conjunto de sua obra, na história e historiografia de sua época e nesses primeiros decênios do século XXI.

Meu propósito é investigar os lugares de JHR no campo historiográfico. Sendo assim, apresentarei algumas instituições pelas quais JHR circulava, como o *Arquivo Nacional*, *Biblioteca Nacional*, passagens por universidades, *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, *Academia Brasileira de Letras* e *Instituto Rio Branco*. Essas instituições reuniam intelectuais com diferentes traços de convivência e pluralidade de pontos de vista, debatendo questões e temas da nação. Esses espaços funcionavam como instituições de memória e história, remetendo à questão da identidade nacional e consagração dos *intérpretes* do Brasil.

É imperativo definir determinados conceitos operatórios aqui utilizados. Um deles é o conceito de *campo*. O *campo* é um modelo ideal, não há uma definição exata do que é e quem o compõe em determinado momento na história da história do Brasil. Por isso, nada impede de usá-lo para compreender como JHR lutava pela partilha do capital simbólico e legitimação na historiografia de sua época. O conceito de campo é formulado por Pierre Bourdieu. Para o sociólogo:

³⁴ Em suas características substanciais, o livro “ocupa um espaço determinado, que tem um valor econômico e que marca por si mesmo” e a obra “que se delimita, atribuindo um certo número de textos a um autor” (FOUCAULT, 2000, p. 26). A unidade do livro não é apenas material, mas se sustenta em práticas discursivas. Essas práticas não são unitárias, uniformes e determinadas, de modo que o “jogo de remissões” pode remeter a uma infinidade de outras unidades e práticas. *Teoria* será abordado aqui como um livro que possibilita a remissão a outros conjuntos e unidades discursivas. Para determinar o significado do livro, Foucault orienta que “além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede” (FOUCAULT, 2000, p. 26). “Nó em uma rede”, é assim que *Teoria* será analisado.

[...] a noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades (BOURDIEU, 2001, p. 27).

Não se trata de definir, mapear, cercar o que seria o campo historiográfico e intelectual em sua totalidade para ver como o historiador agia e produzia práticas em seu interior³⁵. Trata-se de uma análise que se utiliza do conceito de campo como referencial para demarcar as relações estabelecidas por JHR.

O campo remete a uma estrutura de relações e lutas pela aquisição do capital simbólico junto aos outros membros do campo que compartilham do *habitus*. O conceito de *habitus* “serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado” (BOURDIEU, 2001, p. 62). A noção remete aos diálogos, disputas e lutas travadas dentro de um campo específico com outros campos e com os agentes que partilham práticas e estratégias semelhantes e reconhecidas por seus integrantes como forma de obtenção do *capital simbólico*. Sobre esse conceito, Bourdieu escreve:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômico), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force”, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2001, p. 14-15).

Teoria da história do Brasil foi pensado e (re)publicado para ser um livro de referência nas discussões de teorias e metodologias da história no Brasil. As noções de campo, *habitus* e capital simbólico são importantes para se perceber as estratégias e lugares de JHR em sua geração³⁶. O complexo conceito de *geração*, com suas múltiplas possibilidades de

³⁵ Sérgio Micelli, em seu *Intelectuais à brasileira* (2001), constrói uma noção de campo intelectual para estudar as elites intelectuais da República Velha e os modernistas. Não se pretende aqui traçar quadros intelectuais, mas ver como a análise de Micelli pode servir como um referencial de trabalho que desenvolve a noção de campo.

³⁶ Dos intérpretes de JHR, quem desenvolveu uma análise mais pormenorizada sobre *Teoria*, sua relação com a obra e processos de elaboração, foi a dissertação de Cesar Leonardo Van Kan Saad, *um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues*, defendida em 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na justificativa de Saad, lê-se: “Não será objetivo aqui desenvolver uma análise a respeito da formação de um campo historiográfico brasileiro. Porém, tais questões aparecem no horizonte contextual de *Teoria da História do Brasil*, uma vez que Rodrigues parece refletir a respeito dos pressupostos gerais que constituem o trabalho do historiador, dotando-o de uma especificidade e particularidade de formação. Em suma, essas questões acompanham o problema geral da dissertação, pois, como apontado anteriormente, José Honório teria como ponto de partida uma lacuna bibliográfica, assim como a falta de tais estudos no âmbito acadêmico, sentida pela experiência que o mesmo desfrutou em universidades estadunidenses, motivando-o à investigação dos problemas teóricos,

operacionalização, é utilizado para poder traçar as sociabilidades e problemáticas de um determinado período, com suas principais abordagens, instituições e *intelectuais mediadores*. Ângela de Castro Gomes problematiza o conceito de geração da seguinte forma:

[...] entendemos que a utilização da noção de gerações, que se ‘operacionaliza’ pelo recurso à categoria de sociabilidade, converge para a ideia de campo intelectual, onde se movimentam os atores-autores, demarcando suas posições e possibilitando uma simbologia social do tempo. Nessa perspectiva, a análise estará sempre buscando traçar vínculos que transcendam a uma certa ‘classe de idade’ *strictu sensu*, e remetendo a relações de aliança, disputa, filiação e ruptura de orientações intelectuais. Ou seja, a análise recorrerá ainda a um outro conceito, o de *tradições intelectuais*, ele mesmo inscrito nos mecanismos identitários das gerações (GOMES, 1996, p. 42-43).

No livro *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*, organizado por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen, o conceito de *intelectual mediador* é central. O intelectual mediador é muitas vezes entendido como um transmissor dos bens culturais dos intelectuais originais e criadores da designada alta cultura, cultura erudita, científica. Os mediadores seriam intelectuais divulgadores e vulgarizadores, atuantes nas esferas culturais e responsáveis por fazer circular as ideias entre variados públicos (GOMES & HANSEN, 2016). Mas não há um público preexistente pronto para receber e se apropriar dos bens culturais, “todo leitor, ouvinte, espectador, aluno etc. reelabora os significados dos bens culturais de que se apropria, em função de sua experiência de vida”. A dicotomia entre intelectuais autores/criadores/inovadores, de um lado, e divulgadores/difusores/ vulgarizadores, de outro, expressa, entre outras razões, “disputas travadas nos meios intelectuais por reconhecimento, autoridade, posições e públicos”. Para as autoras, “o intelectual que atua como mediador produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual ‘mediou’ torna-se, efetivamente, ‘outro produto’: um bem cultural singular”. Esses intelectuais mediadores, muitas vezes, ocupavam “cargo estratégico numa instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atuavam em um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagonizavam projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos”. JHR era também um intelectual mediador, por seus vínculos institucionais e também por sistematizar e apresentar ideias e autores, como por produzir textos e apropriações originais. No livro *Teoria*, os prefácios e apêndices publicados nas edições também funcionam como mediadores, uma vez

metodológicos e historiográficos no Brasil, dando forma e sentido a um projeto de “renovação dos estudos históricos”. Logo, investigar as implicações da elaboração de tal projeto, tendo em vista a noção de *Teoria da História*, constitui-se como ponto central de meu trabalho (SAAD, 2016, p. 14). Pela dissertação de Saad pode-se acompanhar o processo de elaboração de *Teoria*; aqui, o objetivo é estudar o livro em suas relações com o campo historiográfico.

que atualizam o texto visando à recepção e apropriação entre os leitores como sendo um livro útil, necessário e atual. Essa história dos intelectuais contribui para pensar as configurações do campo historiográfico com suas disputas, atuações, sociabilidades e mediações intelectuais.

Entre 1938 e 1949, JHR passou por inúmeras instituições, publicou catálogos, compilações, dezenas de artigos, bibliografias e atuou profissionalmente em instituições de pesquisa e ensino, lecionou, reforçando e acumulando conhecimento, relacionamentos, capital simbólico e político nos lugares de reflexão e escrita da história. A geração da década de 1930³⁷, tinha como objetivo fazer uma guinada epistemológica, romper com a “visão oficial” da historiografia produzida no século XIX e criar novas tradições intelectuais³⁸.

Nos anos de 1930, houve a criação das primeiras Faculdades de Filosofia e, a partir de então, muitos intelectuais passaram a pesquisar e lecionar nas universidades. Para esclarecer com exemplos, pode-se citar Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda (aprovado para Cadeira de Civilização Brasileira em 1956, na USP, e aposentado em 1969), Gilberto Freyre (em 1930, lecionou na Universidade de Stanford; em 1935, foi professor de sociologia na Universidade de Direito de Recife e inaugurou cátedras de ciências sociais na Universidade do Distrito Federal), Américo Jacobina Lacombe (depois de lecionar em colégios cariocas, em 1941 passou a lecionar as disciplinas de História Geral e do Brasil na PUC-RJ), Eurípedes Simões de Paula (aprovado em concurso promovido por Fernand Braudel, em 1936, assumiu a cátedra de História da Civilização Antiga e Medieval, na USP), Eduardo d'Oliveira França (depois de atuar como professor assistente, assumiu a cátedra de História Moderna e Contemporânea, em 1951, na USP), Oliveira Viana (em 1916 tornou-se professor na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro), foram nomes expoentes desse contexto de formação de um campo universitário brasileiro e com os quais JHR se relacionava frequentemente. Desses intelectuais, alguns precisam ser destacados para se conhecer melhor as configurações nos estudos brasileiros da geração de JHR.

Eurípedes Simões de Paula (1910-1977) e Eduardo d'Oliveira França (1917-2003) tiveram trajetórias semelhantes. Ingressaram no curso de Direito, na USP, no início da década de 1930, e podendo aproveitar a aprovação no vestibular para se matricularem em outros cursos,

³⁷ O conceito de *geração* deve servir de fator de análise e não como elemento de descrição localizado apenas na superfície das coisas (SIRINELLI, 2003, p. 285). Heloisa Pontes, em *Destinos mistos: o crítico do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*, publicado em 1998, analisa de forma rica e abrangente as trajetórias de uma geração de intelectuais paulistas a partir da revista *Clima* (PONTES, 1998).

³⁸ Sobre as configurações do campo historiográfico da geração modernista e pós-modernista, da década de 1930, ver Fernando Nicolazzi (2008), Manuel Luiz Salgado Guimarães (2005), Ângela de Castro Gomes (1996), Marcelo Ridenti (2003). Nessas pesquisas, as problemáticas da geração de 1930 é explorada a partir de múltiplas perspectivas e das disputas diversas em jogo nas lides intelectuais.

França se matriculou no curso de História em 1935 e Simões de Paula, em 1934. Foram alunos das primeiras turmas do curso de História na USP, e construíram suas carreiras como professores na mesma instituição, onde organizaram revistas especializadas, publicaram e orientaram pesquisas acadêmicas. Esses professores representam um novo tipo de historiador: aquele que tem formação específica na área. Segundo Diogo da Silva Roiz:

A formação profissional do historiador e do professor de História se iniciará, no Brasil, com a criação do curso de História e Geografia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), em 1934. Isto é, a partir de então, o historiador e professor passou a ser preparado em um curso de graduação de nível superior e, mais à frente, especializado em nível de pós-graduação com defesa de teses e dissertações – Mestrado e Doutorado (ROIZ, 2012, p. 15).

Outro intelectual importante nesse contexto foi Américo Jacobina Lacombe (1909-1993). Com uma trajetória profissional em arquivos semelhantes, em muitos aspectos, a de JHR, Lacombe dirigiu a série *Brasiliانا*, da Companhia Editora Nacional, em que JHR publicava os livros do *tríptico*, lecionou no Instituto Rio Branco. Por meio de seus comentários, é possível acompanhar como a produção honorária era interpretada por seus contemporâneos. Como membro do IHGB, no discurso “Elogio aos sócios falecidos”, sobre a biografia JHR, disse: “tinha consciência do valor de sua obra e esperava sem modéstia, figurar no futuro entre os grandes da História e da historiografia brasileiras” (LACOMBE, 1987, p. 523).

Desses citados, foi sobre Oliveira Viana que JHR escreveu um de seus últimos livros. Viana e sua personalidade são apresentados por JHR nos seguintes termos:

Pessoalmente, Oliveira Viana era tímido, reservado, discreto, austero, grave, e não revelava nenhum sinal aparente pela enorme contradição de, sendo um mulato, defender o arianismo, favorecer o embranquecimento da população brasileira e desprezar negros, índios e mestiços. Era um mulato róseo, muito bem trajado, muito limpo, muito calmo, sereno, defendia suas teses com lucidez, argúcia e calma. Nunca o vi exaltar-se e sempre mantinha a voz no mesmo tom sereno, convencido de sua verdade, da grande verdade que guardava na sua inteligência, na sua cabeça, no seu coração (RODRIGUES, 1988, p. 2).

Sobre a historiografia de Viana, diferente de outros pensadores conservadores, JHR disserta o seguinte:

A dissidência conservadora que Oliveira Viana representa – muito diferente de Cairu, Eduardo Prado ou qualquer outro estudioso aqui examinado – era bastante consciente de seus princípios e aliada incondicional das forças dominadoras da sociedade. Adversária consciente das tendências rebeldes, latentes e reveladas da história do Brasil, louvadora dos grandes homens – os heróis – ou, melhor ainda, das elites e

lideranças, e escarnecedora da plebe, da canalha, como se pode observar nos escritos de Oliveira Viana (RODRIGUES, 1988, p. 3).

Nos tempos de estudante universitário na Universidade do Distrito Federal (UDF), JHR frequentava o *Club de Sociologia*, fundado em 1933, por Gilberto Freyre, mesmo que este não participasse dos encontros. No *Club*, teve contato com professores franceses que lecionavam e pesquisavam no Rio de Janeiro. Lembrava-se especialmente das aulas de Henri Hauser (1866-1946), professor francês de grande reconhecimento e prestígio em seu tempo e que deu aula na Universidade do Distrito Federal em 1936. Outro grupo ao qual pertenceu foi a *Sociedade Capistrano de Abreu*, fundada em 1927 por seus “herdeiros”. Entre eles: Paulo Prado, Afrânio Peixoto, Eugênio de Castro, João Pandiá Calógeras, Teodoro Sampaio, Afonso d’E. Taunay, Edgar Roquette-Pinto. Outro lugar ao qual JHR ia constantemente era o IHGB.

Por essa época, JH comparecia às terças-feiras à sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde o impressionava a conversa mantida por Max Fleuiss, profundo conhecedor dos fatos da História e da História Administrativa; (Augusto) Tavares de Lyra, norteriograndense, ex-Governador de seu Estado e ex-ministro dos Governos Afonso Pena e Wenceslau Braz; e Oliveira Viana, ‘um mulato muito falante que abafava a sobriedade dos outros dois (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 158).

Além do IHGB, que era um ambiente de grande produção intelectual e de mediadores intelectuais de alcance regional e nacional, outra instituição significativa nesse aspecto foi a Academia Brasileira de Letras (ABL). Na ABL, recebeu em 1938, o *Prêmio de Erudição*, pelo livro inaugural *Civilização Holandesa no Brasil*, escrito em parceria com outro jovem intelectual, com a mesma formação acadêmico-institucional, Joaquim Ribeiro. No prefácio, Ribeiro situa JHR como um “lídimo historiador, pois nele vejo um discípulo de Capistrano de Abreu e João Ribeiro”.

João Batista Ribeiro de Andrada Fernandes (1860-1934), nascido em Sergipe, foi ainda jovem para a capital da república, desistiu do curso de engenharia e se formou em Direito (1894), atuou como jornalista, tradutor e literato. Em 1885, foi aprovado em concurso para Secretaria da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Em 1898, com a abertura da primeira vaga na ABL, “imortalizou-se” na cadeira 35. Os mecanismos identitários na fundação de novas tradições historiográficas passam necessariamente pelas sociabilidades, e Joaquim Ribeiro era um importante nome a estar vinculado nesse processo. Ângela de Castro Gomes descreve Ribeiro como um intelectual que acumulava significativo capital simbólico, intelectual e político. “João Ribeiro, ele mesmo, não foi político, mas frequentou um dos locais de sociabilidade mais poderosos de então: o ‘círculo’ diplomático do barão do Rio Branco, homem sem dúvida capaz de dar fama [...]” (GOMES, 1996, p. 54).

Seu filho Joaquim Ribeiro (1907-1964), formado em Direito na UDF, depois de atuar como promotor, dedicou-se à docência no Colégio D. Pedro II, onde seu pai lecionava anteriormente. Verônica Rocha da Silva define Joaquim Ribeiro “[...] como outros intelectuais deste período, transitava por áreas diferenciadas de conhecimento. Escritor; ensaísta; conferencista; teatrólogo; folclorista e professor do Colégio Pedro II, o autor publicou diversas obras sobre os mais diferentes temas, entre eles literatura, filologia, história e, sobretudo, o folclore”. Sobre as redes de sociabilidade de Joaquim Ribeiro, prossegue a autora: “Em breve pesquisa aos jornais das décadas de 1930 e 1942, é possível encontrar a participação de Joaquim Ribeiro em diversas conferências, programas de rádio e eventos organizados pelos órgãos de educação, o que evidencia a forte circulação deste personagem nos meios intelectuais - principalmente fluminense” (SILVA, 2019, p. 496). Foi responsável por edições e comentários da obra de Joaquim Ribeiro, quando “defende a ideia de que Capistrano de Abreu sofreu inegável influxo de João Ribeiro para compor os Capítulos” (SILVA, 2008, p. 98). Os vínculos com Joaquim Ribeiro reforçam as redes de sociabilidade de JHR no campo intelectual, no qual reivindicavam o reconhecimento de suas “heranças”: Joaquim a de seu pai e JHR a de Capistrano. Em termos historiográficos, ambos comentavam a obra de Capistrano e as matrizes teóricas germânicas no pensamento histórico brasileiro do século XIX.

Outro intelectual importante nesse contexto intelectual é Roquette Pinto (1884-1954). Acumulando capital simbólico e reconhecimento no campo intelectual brasileiro, era um produtor e mediador intelectual transitando em vários campos de atuação: na política, na universidade, nas comunicações, nas letras e nas ciências. Colocando-o entre os “intérpretes do Brasil”, Vanderlei Sebastião de Souza apresenta o seguinte retrato de Roquette Pinto:

Formado em medicina, com treinamento especializado no campo da antropologia física, o retrato do Brasil delineado por Roquette-Pinto se basearia profundamente nos métodos e nas concepções científicas oriundas das ciências naturais. Ao contrário de boa parte dos chamados “intérpretes” do Brasil, que elaboravam seus trabalhos em forma de ensaios ou mesmo por meio da literatura, Roquette-Pinto foi um cientista preocupado com o estudo empírico, com o trabalho etnográfico, a coleta de dados e a observação “objetiva” da realidade, chegando mesmo a lançar mão de experimentos realizados em laboratórios. Orientado por uma concepção fortemente cientificista, de cunho positivista, seus estudos se caracterizariam pelo uso exaustivo de tabelas, dados estatísticos, equações, medidas antropométricas e outras informações coletadas por meio de suas pesquisas antropológicas com populações de diferentes regiões do país. Para este autor, a realidade sobre a formação do Brasil só seria conhecida de fato quando a ciência levantasse os “dados objetivos” sobre as condições de vida e as características gerais de sua população, fossem eles negros, mulatos ou brancos, pobres ou abastados, sertanejos ou litorâneos (SOUZA, 2011, p. 16).

Pelo texto, pode-se pensar na relevância do parecer de Roquette Pinto ao recém-formado JHR, atestando seu perfil de historiador e inserindo-o de forma mais marcante nas sociabilidades intelectuais do Rio de Janeiro.

Formado no curso de Direito, em 1937, área na qual JHR nunca atuou, conquistou projeção e reconhecimento entre intelectuais e historiadores ao receber o prêmio. No parecer de 1937, a comissão do *Prêmio de Erudição* da Academia Brasileira de Letras, formada por Aldemar Tavares, Fernando Magalhães e Roquette Pinto, escreveu que “pela primeira vez se tenta o mais exaustivo ensaio bibliográfico sobre esse capítulo de nossa história”. Merece atenção mais detida esse *Prêmio* porque era lembrado pelo autor como “a passagem do seu Rubicão” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 157).

O trabalho é classificado por JHR e pelos pareceristas como um *ensaio*, estilo muito praticado à época. No texto do parecer é ressaltado o domínio das fontes e suas interpretações. “A bibliografia deste ensaio é apenas uma indicação de fontes; não é nenhum ensaio especializado de bibliografia. Contudo constitui [sic], como já se afirmou, o maior inventário de obras, artigos e manuscritos relativos ao assunto” (RODRIGUES & RIBEIRO, 1940, p. 6). Neste premiado ensaio, são evidenciadas algumas das escolhas teórico-interpretativas de JHR. Nota-se facilmente a presença de Gilberto Freyre na interpretação de Pernambuco, com citação de livros e artigos seus. Sobre a crise da ocupação holandesa, afirma que “a [...] tese que estamos sustentando encontra base em escritores insuspeitos”, citando Oliveira Lima (RODRIGUES & RIBEIRO, 1940, p. 287). Na interpretação do sistema colonial português e holandês, além de Caio Prado Júnior, percebe-se a influência marxiana. JHR escreve:

Mas não só na vida econômica trazem um outro padrão os colonizadores do norte da Europa. No sentido cultural eles sobrepujam em todos os elementos o colonizador português. Não estamos afirmando que melhor seria essa “cultura” mais adiantada, porque como já dissemos, não só ela pecaria pela base econômica, que é o “centro vital” de todo conjunto cultural e condiciona, de maneira mais profunda e irresistível, os outros fatores “culturais”, como também, afirmamos ser esta comparação insustentável pela falta de base (RODRIGUES & RIBEIRO, 1940, p. 323).

A ABL, na capital do país, era uma importante instituição de consagração e reconhecimento no campo intelectual. A *casa de Machado de Assis* mobiliza mecanismos identitários e filiações de conjuntos de autores, obras e abordagens que deveriam servir de referência “para todo o mundo intelectual do país” (GOMES, 1999, p. 29).

Na avaliação da comissão da ABL, o texto é original, informativo e erudito, mas se critica a celeridade com que muitos temas e documentos são apresentados sem os cuidados críticos necessários para a compreensão. Glezer escreve que é uma narrativa erudita, mas “sem

explicação de hipótese de trabalho, sem conceitos clarificadores e sem conclusão” (GLEZER, 1977, p. 150-151). Alves Jr. observa que o livro já mostrava uma preocupação revisionista (ALVES JR., 2010, p. 24). Ao término da leitura do livro, de fato, fica uma sensação de inconclusividade, em que as várias séries acontecimentais e factuais construídas não se entrecruzam para tornar a narrativa mais coerente em sentido e propósitos, além da promessa de JHR que a pesquisa terá continuidade.

Outra importante vinculação institucional foi a participação de JHR na elaboração do *Manual Bibliográfico de estudos brasileiros*. Convidado em 1939, por William Barrien e Rubens Borba de Moraes, pesquisou na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional para elaboração do *Manual*, publicado em 1949³⁹. JHR ficou responsável pela bibliografia dos holandeses no Brasil. Como parte de um projeto internacional, esse trabalho deveria servir como um guia para quem se interessasse em estudar a história do Brasil. A divisão do *Manual* se estruturou da seguinte forma: “período colonial (Sérgio Buarque de Holanda), Independência – Primeiro Reinado – Regência (Otávio Tarquínio de Souza), Segundo Reinado (Caio Prado Júnior), República (Gilberto Freyre), Bandeiras (Alice Canabrava), Holandeses no Brasil (José Honório Rodrigues)” (IGLÉSIAS, 2000, p. 20).

É importante frisar o significado da produção do *Manual* para JHR. O *Manual* foi um empreendimento coletivo a ser consultado por quem se interessasse em escrever a história do Brasil, com indicação das fontes documentais e arquivos de pesquisa, periodizações e temas, interpretações e críticas. Enciclopédias, manuais e compêndios são meios privilegiados de divulgação de ideias, procedimentos e pode passar por diferentes formas de recepção e apropriação em seus usos. O *Manual* não fugia desses propósitos. Com a experiência acumulada na produção do *Manual*, *Teoria* deveria funcionar como um manual de teorias e metodologias da história.

Foi como um manual que alguns dos leitores de JHR classificaram o livro. Sérgio Buarque de Holanda, em sua resenha, disse que sua experiência foi como se estivesse lendo um manual, sublinhou a falta de clareza nas escolhas, na forma de exposição da problemática do livro, mas elogia a publicação, pois “até recentemente ainda dependíamos em grande parte, por esse aspecto, do velho manual de Langlois e Seignobos [...]” (HOLANDA, 1950 *apud* COSTA, 2011, p. 21). Eduardo d’Oliveira França critica a estrutura do livro, como “um planejamento do século XIX [...] Plano Langlois-Seignobos com clarões de filosofia [...]” (FRANÇA, 1951, p.

³⁹ Na Biblioteca Digital, do Senado Federal, há uma versão atualizada do *Manual*. Disponível em: [≤https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1023≥](https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1023). Acesso em: 24 dez. 2020.

114-115). Segundo Aryana Lima Costa, “Aqui já vemos França utilizar ‘Langlois e Seignobos’ como adjetivo, como parâmetro desmerecedor em história” (COSTA, 2018, p. 115).

Como um manual, *Teoria* serviria de orientação didática e erudita para aqueles que se destinavam a conhecer as teorias da história, inclusive as do Brasil. Os manuais eram muito utilizados como referência de pesquisa, de escrita e de formação, em todos os níveis de ensino. Associar o livro de JHR com o de Langlois e Seignobos é significativo para observar como o livro era inserido em determinadas categorias classificatórias nas usadas como referenciais para a escrita da história do Brasil. François Dosse escreveu sobre o significado da publicação do livro de Langlois e Seignobos na historiografia francesa:

A escola metódica define também seus métodos, suas ambições com a *Introdução aos Estudos Históricos*, redigida por Langlois e Seignobos, em 1898, para os estudantes de história. Esse guia é, de qualquer modo, o texto-manifesto da escola metódica. A história apresenta-se sobretudo como instrução cívica: ‘Os acontecimentos são bons instrumentos da educação cívica, instrumentos mais eficazes do que o estudo das instituições’. Os dois autores definiam quatro etapas da pesquisa histórica: Em primeiro lugar, o historiador deve reunir os documentos e classificá-los. No segundo momento, procede à crítica interna dos mesmos. Depois, por dedução, analogia, esforça-se por encadear os fatos, para preencher as lacunas, enfim organiza os fatos em uma construção lógica [...] (DOSSE, 2003, p. 61-62).

Passado mais de meio século do livro de Langlois e Seignobos, o livro de JHR apresenta propostas semelhantes ao texto dos franceses, com orientações sobre como se deve fazer pesquisa, identificar, selecionar e interpretar os documentos, os compromissos com o presente e a nação. O tempo que os separa possibilitou a JHR acrescentar e fazer o balanço crítico daquilo que Langlois e Seignobos apresentaram nos estertores do século XIX.

Entre as novas abordagens e obras da *geração de 1930*, com alguns de seus intelectuais acima citados, o elemento distintivo do livro de JHR seria a dedicação às questões relativas à teoria da história, enfatizando a existência de teorias produzidas na historiografia brasileira, sistematizando-as num trabalho inédito, como destacaram também seus críticos.

Segundo JHR, a sistematização do plano de *Teoria* aconteceu quando foi convidado para lecionar a disciplina de História do Brasil, em curso de aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco (IRBr), em 1946. O curso foi preparado para “dar aos alunos uma ideia mais exata do que é a história, de seus métodos e de sua crítica, da bibliografia e historiografia brasileiras, de modo a prepará-los para um conhecimento mais crítico da história do Brasil” (RODRIGUES, 1978, p. 11).

Sobre a elaboração e propósitos do livro, JHR escreve:

As lições dadas desde 1946 são aqui recolhidas, depois de corrigidas e ampliadas. Há, assim, um fim pedagógico como objetivo primordial deste trabalho. Procura-se oferecer aos estudantes de história geral e do Brasil, aos professores secundários, aos estudiosos ocupados com a história concreta, uma visão de conjunto dos principais problemas de metodologia da história. Da história do Brasil, tão-somente, já que os exemplos ilustrativos são puramente brasileiros. [...]

Seu plano teórico inicial teve que sofrer, naturalmente, o embate das dificuldades da prática e aqui e ali houve supressões, acréscimos ou cortes. A configuração da obra apresentava-se particularmente difícil, em face da seriedade da matéria, da vastidão da bibliografia, da variedade da doutrina. Seria uma estultícia pretender esgotar o assunto ou defini-lo precisamente. O trabalho devia ser, antes, uma simples introdução à história e à pesquisa histórica no Brasil, e, por isso mesmo, um guia, um roteiro de problemas, processos, crítica e teoria (RODRIGUES, 1978, p. 11-12).

No IRBr, JHR encontrou um campo institucional, intelectual e político fértil para o florescimento de *Teoria*. No instituto, com um curso sobre história do Brasil, voltado para diplomacia, entrelaçam-se os objetivos do livro: discutir teoria em consonância com os problemas brasileiros, como era a proposta do recém-criado instituto; e ter como público e interlocutores funcionários do Ministério das Relações Exteriores e da política externa, em processo de formação e/ou aperfeiçoamento. Para JHR, a pesquisa histórica no Brasil se afirmou paradigmaticamente com a criação do IHGB. O autor ressalta como os vínculos do instituto com as instituições de pesquisa e diplomáticas amalgamou sua solidez e capacidade de produção. Por meio do Ministério das Relações Exteriores e o dos Negócios Estrangeiros, começou a se fazer pesquisa no país e no exterior, com a descoberta, catalogação, cópia e análise de documentos no estrangeiro sobre o Brasil por meio da diplomática.

A diplomacia, com seu apoio material, indicações de pesquisadores e documentação, seus diplomatas-pesquisadores nos tempos do Império, teve papel essencial na realização do trabalho de construção de uma historiografia brasileira. Com a República, o dinamismo dessas pesquisas teria sido interrompido, conforme JHR. “A retomada desse espírito se fez em 1948, quando o Instituto Rio Branco iniciou, com a criação da seção de pesquisas, dirigida pelo autor deste trabalho, tarefas regulares de investigação histórica” (RODRIGUES, 1978, p. 113).

A pesquisa histórica no Brasil, no capítulo “A evolução da pesquisa pública histórica brasileira”, aborda mais de quarenta profissionais das relações exteriores e suas “missões” que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e crítica das fontes. No item dedicado ao “Ministério das Relações Exteriores”, defende que o IRBr, dando sequência e modernizando o que se praticava no IHGB, era o novo centro de produção do conhecimento histórico no Brasil.

Sobre a importância do IRBr para a pesquisa histórica no campo diplomático e sua importância dentro da constituição do instituto, JHR disse:

No Brasil não há pesquisa histórica, nem no Ministério da Educação, criado em 1930, nem nas Universidades federais ou estaduais, criadas também na década de 1930. Mas existe tradição de pesquisa histórica no Ministério das Relações Exteriores, já nesta obra várias vezes apontada e infelizmente interrompida durante a República. [...] A retomada desse espírito se fez em 1948, quando o Instituto Rio Branco iniciou, com a criação da seção de pesquisas, dirigida pelo autor deste trabalho, tarefas regulares de investigação histórica (RODRIGUES, 1978-b, p. 112-113).

Além do curso de História do Brasil no IRBr, JHR foi chefe da Seção de Pesquisa do Instituto e membro da *Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil*, que “tinha por objetivo a elaboração de um balanço bibliográfico anual completo, sempre aliado a notas críticas de todos os títulos publicados no país e/ou no exterior, fossem livros, artigos, separatas, periódicos, opúsculos etc., que tratassem da história brasileira”. A *Comissão*, com a incumbência de avaliar o que se produzia na historiografia nacional, permitiu a JHR entrar “em contato direto com boa parte das publicações referentes à História do Brasil” (FREIXO, 2012, p. 142).

Abordando a relação entre pesquisa histórica e diplomacia, Gelson Fonseca Júnior constrói um contexto no qual se pode dimensionar o sentido e significado que eram dados às instituições diplomáticas. Segundo o autor: “Os homens daquele tempo compreendiam que uma chancelaria é o que na atualidade se denomina de um ‘sistema de conhecimento’, isto é, de uma organização que depende para sobreviver da produção, análise e contínuo aprimoramento de conhecimentos” (FONSECA, 2011, p. 15).

Na condição de pesquisador, quem organizou, compilou, prefaciou e publicou o *Catálogo da coleção Visconde do Rio Branco* (1953). Sobre o contexto de elaboração do *Catálogo* e seus lugares e trânsitos institucionais, escreveu:

A coleção, contendo 49.313 documentos, foi recebida pela Biblioteca Nacional, como depositária, por determinação do Ministro do Império Barão Homem de Melo, em 1881, ao falecer o Visconde do Rio Branco. O Barão do Rio Branco solicitara ao Ministério que a coleção fosse recolhida a uma instituição cultural, e em lugar do Arquivo Nacional, foi escolhida a Biblioteca Nacional. Várias tentativas foram feitas para sua completa catalogação, sem resultado, até que em 1948, por iniciativa do autor deste trabalho, então Chefe da Seção de Pesquisa do Instituto Rio Branco, foi sugerido ao Diretor do mesmo Instituto, Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, como parte de um plano de pesquisa dos documentos da história diplomática brasileira, a elaboração do *Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco*” (RODRIGUES, 1978-b, p. 74).

Outros trabalhos sobre documentações foram a *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil* (1949) e *As fontes da história do Brasil na Europa* (1950). Esse perfil arquivístico de trabalho se desdobrou e amadureceu em outras instituições de pesquisa onde trabalhou, principalmente como diretor na Biblioteca Nacional.

Outro item nessas relações de JHR com o campo intelectual são os vínculos editoriais. A primeira edição de *Teoria* foi publicada pelo Instituto Progresso Editorial, as edições seguintes saíram pela Companhia Editora Nacional, em convênio com o Instituto Nacional do Livro (INL), do Ministério da Educação e Cultura.

Fundada em 1926, por Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira, a *Editora Nacional* voltava-se para a publicação de livros didático-pedagógicos”. Didier Dominique Cerqueira Dias de Moraes, em sua tese *Uma trajetória do design do livro didático no Brasil: a Companhia Editora Nacional, 1926-1980*, aborda a trajetória da editora e como “seus livros estiveram presentes na formação intelectual e de gosto de diversas gerações de brasileiros, produzindo memória individual e coletiva e integrando a cultura material e visual do país em sua época”. O caráter didático de *Teoria* atende ao padrão de livros didáticos circulantes no Brasil.

JHR ingressou em 1939 no Instituto Nacional do Livro. Em entrevista, falou sobre a importância do INL em sua formação e relações de sociabilidade dentro do campo intelectual. Disse ele:

[...] quando voltei dos Estados Unidos fui trabalhar com Sérgio Buarque de Holanda, diretor da seção de publicações do Instituto Nacional do Livro, cujo diretor era Augusto Meyer. [...] Em 1946, Sérgio Buarque de Holanda foi para São Paulo dirigir o Museu Paulista. Eu também abandonei o Instituto do Livro por um breve período, mas retornei ao edifício da Biblioteca Nacional [onde estava também instalado o Instituto Nacional do Livro] para ocupar o cargo de diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações (RODRIGUES, 1991, p. 265-266).

Nesse breve mapeamento do campo intelectual, o objetivo foi ver como JHR transitava entre instituições de pesquisa e ensino, socializando com intelectuais, historiadores e figuras públicas. É sabido que essas sociabilidades e vínculos institucionais não totalizam as relações de JHR nem são causas eficientes para explicar a construção e circulação de *Teoria*.

A geração de JHR vivenciou impactantes deslocamentos nos lugares de produção e circulação de ideias, inclusive dentro da capital federal do Rio de Janeiro. Alfredo Bosi, em *Dialética da colonização*, afirma que a cidade, com suas redes de sociabilidade, instituições de trabalho, conhecimento e consagração, começa a ser suplantada pela universidade, na luta pela monopolização do saber. Assim se lê esse contexto em Bosi:

Na verdade, a vida cultural letrada se faz, hoje, mais do que nunca, *dentro da Universidade*, ou *em torno dela*. Abram-se as revistas e os suplementos dos jornais mais informados: as suas seções de cultura alimentam-se de artigos, entrevistas, resenhas e reportagens escritas pelas intelectuais, ou sobre os intelectuais, das maiores universidades do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Brasília, PUC-Rio, PUC-São Paulo...). A cidade já não mais promove aquele tipo de vida cultural e literária tangível até os anos 40, quando a Universidade apenas começava a se implantar e não tinha ainda absorvido profissionalmente os intelectuais. Hoje, a divisão social do trabalho parece ter especializado também a vida do espírito que encontra vias privilegiadas nas instituições de ensino superior (BOSI, 1992, p. 41).

Esta citação do Bosi patenteia o processo de mudança dos lugares de produção do conhecimento vivido por JHR. O campo intelectual e historiográfico formado nas instituições de pesquisa do Rio de Janeiro, com seus “intérpretes”, obras consagradas e práticas de consagração, passam a concorrer com o saber universitário. *Teoria* foi lançado nesse contexto e indica bem as resistências e críticas de JHR com a pesquisa e o ensino universitário.

Pode ser interessante pensar também nos trânsitos de JHR pela cidade do Rio de Janeiro. Podia ir de uma instituição a outra a pé no centro tradicional e elitista da capital. Quando jovem, devia ser comum encontrar pela cidade sobreviventes da escravidão, antigos escravos, escravocratas, abolicionistas; republicanos históricos e nostálgicos do Império; imigrantes e migrantes; barulho de carro, carroça e cocheiros; objetos e práticas hoje desaparecidos. As elites dos três poderes da República também estavam na cidade. Numa das vezes em que falou sobre sua relação com a cidade, disse:

Nasci no Rio de Janeiro, na rua do Catete, que era uma das principais, próximo do (então) palácio presidencial, e não distante do Clube de Regatas Flamengo. Meu tio era um grande incentivador deste, onde eu remava e nadava, e tornei-me fã do time de futebol Flamengo. Com exceção da praia, que eu amava apaixonadamente, para dizer a verdade até hoje nada me agrada mais que o futebol do Flamengo. Sou um convicto carioca. Do meu lado materno, descendo dos Telles de Meneses, fundadores da cidade, uma família que durante o século XVI e início do XVIII gozou de certa proeminência no Rio. As casas citadinas da família Telles estavam localizadas na atual praça 15 de Novembro, perto do palácio real. Uma delas era sede do Senado da Câmara dos Vereadores. Os arquivos municipais eram guardados ali. Hoje, tudo o que resta daquela época é o Arco do Telles; tudo o mais foi derrubado [salvo o atual Edifício dos Telégrafos, antes o Paço]. Assim, pertenço a esta cidade há largo tempo, o mesmo acontecendo em relação ao meu lado paterno. Fui apelidado Honório porque tanto eu quanto meu irmão fomos assim chamados em homenagem a Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná. Isso me tornou um pouco mineiro, não é? Um pouco mineiro, embora eu me sinta muito mais e acima de tudo carioca (RODRIGUES, 1991, p. 262-263).

Herdeiro de família tradicional carioca, não se dedicou ao comércio como seus ancestrais, mas à vida intelectual. Sua ligação com a cidade pode ter sido o motivo de nunca ter aceitado trabalhar fora do Rio de Janeiro. Carioca “quatrocentão”, viu com suspeita a transferência da capital para Brasília: “é cedo para o julgamento da eficácia histórica da

mudança e dos efeitos criadores da tese da ‘Marcha para o Oeste’”; e prossegue sua suspeita de sucesso: “[...] O que se pode avançar é que não há exemplo histórico de uma civilização criada de costas para o mar, nem é possível substituir de imediato o espírito de unidade nacional que o Rio de Janeiro criou” (RODRIGUES, 1963, p. 85). Ainda que não se trate de uma biografia, é importante estudar as formas de sociabilidade de JHR a partir de vários pontos de vista. Além de destacar as sociabilidades intelectuais, acredito ser importante pincelar outros aspectos de suas vivências e de seu tempo. Até aqui, foram abordados determinados pontos de sua trajetória e sociabilidades no campo intelectual e historiográfico dos tempos que antecederam a escrita de *Teoria* e o meio no qual o livro foi recebido. Com isso, mostrei um pouco do público e dos pares para os quais escrevia, dialogava e lutava por reconhecimento e hegemonia.

Na sequência, abordarei JHR e *Teoria da História do Brasil* em uma outra geração.

2.1. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES E A “GERAÇÃO DE 1960”

Apresentarei a seguir como o livro *Teoria da História do Brasil* foi lido no decorrer dos anos, principalmente dentro do campo historiográfico acadêmico e universitário da “geração de 1960”. Essa geração se identifica com indivíduos graduados e pós-graduados em história, partícipes da expansão e consolidação do ensino e pesquisa universitários; as próximas edições de *Teoria* serão lidas também por essa geração. Para Carlos Guilherme Motta, ao escrever sobre o “restrito patamar da alta historiografia e das ciências humanas do Brasil [...] José Honório Rodrigues (penso em *Teoria da história do Brasil e Aspirações Nacionais*)”, forma, com Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., o “panteão dos ‘explicadores do Brasil’” (MOTA, 2010, p. 208). O historiador José Octávio de Arruda Mello orienta: “O não iniciado deverá principiar pela *Teoria da História do Brasil*, que é básica, por tratar dos princípios gerais da História, aplicados à realidade brasileira. Nele, o eruditismo predomina, mas encontra-se, afinal, com o nacionalismo: a *Teoria é do Brasil*” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 202).

Segundo Francisco Iglésias, um dos que mais escreveram sobre JHR, analisando o contexto de profissionalização do ofício de historiador, com o surgimento dos cursos de história e ciências sociais, fez-se necessário o estabelecimento de “obras de referência, com organização de dicionário, bibliografias, catálogos, guias, repertórios, que ajudam o pesquisador ou intérprete da trajetória nacional”. O primeiro esforço foi com o *Catálogo da exposição de história do Brasil* (1881-1883), com descrição de material, mas sem crítica; posteriormente, em

1945, com *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, muito consultado, modificado e ampliado em suas edições; Rubens Borba de Moraes e William Barrien, em 1949, publicaram o *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Sobre o trabalho de JHR e outros livros coetâneos, Iglésias escreve:

No mesmo ano de 49 apareceriam duas obras significativas nessa direção, de José Honório Rodrigues: *Teoria da história do Brasil e Historiografia e Bibliografia do domínio holandês no Brasil*, iniciando um ciclo de estudos importantes: *A pesquisa histórica no Brasil* (1952), *Historiografia del Brasil, siglo XVI* (1957) e *siglo XVII* (1963), culminando com o primeiro volume de história do Brasil, referente ao período colonial, em 1979, além de muitos artigos e ensaios em revistas, livros, publicações de textos. O autor distingue-se nessa tarefa mais que qualquer outro, prosseguindo trabalho iniciado no século anterior por Varnhagen e Capistrano de Abreu, que vasculharam todos os arquivos possíveis, não só do país como europeus (caso de Varnhagen), revelando documentos originais, às vezes publicando-os, com pesquisas para atribuição de autoria, discussão das melhores versões. Outro benemérito foi Rodolfo Garcia. Quem mais atuou nesse sentido foi mesmo José Honório Rodrigues, que organizou dezenas de edições de textos e fez bibliografias, em experiência de pesquisa ainda não igualada entre nós, sobretudo pelo exercício da direção da Divisão de Obras Raras e Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional (IGLÉSIAS, 2000, p. 20).

Iglésias lança sementes em diversos terrenos. Contextualiza as disputas e filiações intelectuais e bibliográficas em meio às quais JHR publicou *Teoria* para ser uma obra de referência. Insere, como numa linha evolutiva da historiografia brasileira, JHR como continuador de Varnhagen e Capistrano. Para Iglésias, a produção honoriana tornar-se-ia uma referência em virtude de sua capacidade de produzir muitos trabalhos de natureza diversa, conciliando teoria e pesquisa, enquanto ocupava cargos diretivos em instituições de pesquisa.

Identificado no rol de autores que tomavam para si a necessidade, vista como uma espécie de responsabilidade, de refletir e produzir o conhecimento historiográfico no Brasil, José Roberto Amaral Lapa desenha uma linhagem de seus principais pensadores. Lapa traça um quadro geral dos historiadores brasileiros e JHR está inserido entre os que realizaram “Análise crítica da(s) ideologia(s) da História do Brasil, com propostas de classificação dos historiadores e periodicidade da evolução do pensamento histórico (gerais e setoriais)”, junto com Carlos Guilherme Mota, Emília Viotti da Costa e Pedro de Alcântara Figueira (LAPA, 1981, p. 38).

Em um evento acadêmico, JHR debate com Amaral Lapa e Guilherme Mota “seu trabalho de revisão da história do Brasil”⁴⁰. Lapa contextualiza as produções de cada historiador em diferentes momentos:

⁴⁰ No final do prefácio de *História da História do Brasil: Historiografia Colonial*, escrito em 1978, JHR ressalta a importância desses historiadores: “Os estudos de José Roberto do Amaral Lapa, *A História em Questão. Historiografia Brasileira Contemporânea*, e o de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*, todos

Nós três, em diferentes momentos, tivemos como preocupação comum examinar criticamente o que se está fazendo em matéria de estudos históricos no Brasil. Nesse caso – é uma opinião pessoal – o José Honório deu a primeira contribuição, a mais ampla, a mais profunda, dessa avaliação crítica. O Carlos Guilherme inseriu neste exame crítico a preocupação de recuperar todo o universo das ciências humanas, fazendo uma espécie de leitura ideológica do discurso do historiador brasileiro. E eu tento sistematizar e exigir uma permanência para esse processo de avaliação crítica (RODRIGUES, 1986, p. 154).

Tempo e Sociedade, publicado um ano antes de sua morte, evidencia bem como JHR, em sua maturidade, estava inserido nos debates do campo historiográfico brasileiro. Em sua fala, Carlos Guilherme Mota ressalta os desdobramentos e lugares da obra honoriana na historiografia brasileira e, principalmente, entre o público acadêmico-universitário. No balanço de Mota:

Ainda estávamos até ontem nos marcos da historiografia oligárquica. Eu via uma produção diferente. As novas frações da pequena burguesia que as universidades recrutaram, sobretudo em São Paulo, deram um novo tom aos estudos históricos, descobrindo, afinal, as ciências sociais. Então, acho que houve uma ruptura aí. Só que essa ruptura, quando foi sendo aprofundada, nos anos 60, sofreu o alijamento dos seus representantes. Acho muito sintomático que o tema do nosso debate – a obra de José Honório – se tenha produzido à margem da universidade. Não é por acaso. Esse tipo de produção, em busca de uma teoria, em busca de uma reflexão multidisciplinar, sempre se deu à margem da universidade. E agora é que o trabalho de José Honório se valoriza – quando novas frações da pequena burguesia começam a inflar de novo os quadros acadêmicos. Não é por acaso também que no plano nacional se constata uma volta, um novo sopro nacionalista, que recoloca e reatualiza as posições de José Honório Rodrigues. Acho que é importante saber por que esse debate agora, focalizando a obra de José Honório Rodrigues (RODRIGUES, 1986, p. 152).

Esse fragmento é muito revelador dos significados atribuídos à obra honoriana em 1978. Mota destaca a crescente importância da produção de conhecimento histórico na universidade e como JHR, assim como os estudos de teoria, se desenvolveram paralelamente aos estudos universitários. Porém, com as transformações pelas quais o Brasil passava em fins da década de 1970, a obra honoriana estava sendo inserida no debate acadêmico, e não só por suas contribuições teóricas, mas também devido a “um novo sopro nacionalista”.

Mota assinala em sua fala uma perspectiva de longa duração da produção honoriana. Em um primeiro momento, localiza JHR próximo do movimento modernista brasileiro e criação de universidade nos anos de 1930 e, momento seguinte, a presença de seus textos e ideias no contexto da Lei de Anistia de 1979. Historiador de longa trajetória, a obra de JHR perpassa várias gerações. Começou a produzir na geração de 1930 e foi ativamente atuante na *geração*

sobre o período nacional da historiografia brasileira, fora do alcance desta historiografia, serão objeto de exame nos próximos volumes “A Historiografia Nacional” e “Historiografia e Ideologia” (RODRIGUES, 1979, p. XX).

de 1960. Nota-se, ao longo das décadas, uma presença maior de JHR nas bibliografias e nos debates universitários, na imprensa e na política; para além da teoria, dedica-se a outros objetos e problemáticas, pleiteando a condição de *intérprete* do Brasil, com uma abordagem *combativa* da *história cruenta* e do caráter nacional.

Após contextualizar a trajetória honoriana, sociabilidades, questões geracionais, a análise adentra a seguir o livro *Teoria da História do Brasil*.

2.2. PARA LER: TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL.

Como leitura e referência de pesquisa, *Teoria* é um livro de fácil compreensão, mas, como objeto de análise, a perspectiva se modifica radicalmente. Por ser um texto muito erudito, preocupado em inaugurar novos discursos sobre teoria e pesquisa histórica, são abordados muitos temas, pensadores, obras, sistemas de pensamento, métodos, tornando muito difícil o trabalho de síntese e compreensão. Acontece, por exemplo, de citar pensadores como Jacob Burkhardt, Ernest Cassirer e Pandiá Calógeras num único parágrafo, e, ao tentar escrever sobre isso, corre-se o perigo de levar a narrativa a labirintos nos quais se perde facilmente em remissões infundáveis. Muitas vezes, JHR os aplanar, submetendo-os a um mesmo campo de questões, como se fosse parte de uma estratégia comprobatória de suas ideias. Seleciona e menciona autores e teorias, mas parece muitas vezes estar mais preocupado em indicar nomes e textos do que em explicar o que escreve.

Raquel Glezer, Eduardo d'Oliveira França e Sérgio Buarque de Holanda destacam a falta de sistematização e de clareza no plano do livro. São temas muito variados e dispersivos. Porém, pelos capítulos, pode-se acompanhar um projeto de apresentação do que JHR considerava os principais referenciais sobre o que é teoria da história, sempre pensada em conexão com as questões do mundo presente e sua potência para compreender o passado e agir na realidade. O livro se projetava como um conjunto de referenciais para pensar e transformar a nação; em termos de sociabilidade e capital simbólico, gravaria seu nome na história intelectual do período.

O projeto honoriano é que seu livro seja um referencial necessário à formação profissional e acadêmica de quem se interessa pela teoria e pesquisa históricas e também para

todos os públicos que se interessam por história⁴¹. Era um livro que pretendia ensinar a pensar teoricamente a história. O plano de organização do livro confirma a hipótese. Os cinco primeiros capítulos são teóricos. Os capítulos são 1º) sobre os problemas da história e as tarefas do historiador, enfatizando os laços hermenêuticos e políticos da história com o tempo presente; 2º) trata do desenvolvimento da ideia de história, indo dos significados etimológicos aos debates sobre a cientificidade do conhecimento histórico; 3º) sobre filosofia e história, apresentando a evolução do conhecimento histórico, com a definição de teorias, métodos e padrões próprios de cientificidade; 4º) a periodização e 5º) a periodização da história do Brasil. Nesses dois últimos, aborda os diferentes recortes temporais do *continuum* e ininterrupto processo histórico.

Esses capítulos são construídos mostrando como a história se constituiu em uma ciência própria, o que a particulariza e diferencia das outras ciências. Eles servem de fundamentação teórica para os outros dez capítulos, que tratam de temas relacionados aos métodos e procedimentos de pesquisa. É como se capítulos teóricos iniciais orientassem epistemologicamente os demais, pois desenvolvem temáticas que sempre remetem a eles, tais como os diversos gêneros da história, as disciplinas auxiliares, as críticas de textos e fontes.

Foram cinco edições, em mais de três décadas, e JHR sempre se empenhou em atualizar o texto conforme as transformações na historiografia e no mundo. Nas primeiras edições, ocorreram mudanças nos capítulos; depois, as mudanças eram apresentadas nos prefácios e apêndices do livro. Por isso, faz-se necessário que essas partes iniciais e finais sejam aqui estudadas.

Está sendo utilizada aqui a quinta edição do livro. *Teoria* foi um dos livros mais (re)trabalhados por JHR e a última edição é a que contém as mudanças operadas em todas as anteriores, com seus prefácios e apêndices. O livro também dialoga com os inúmeros outros livros que foram publicados nessas décadas, entre eles os que compõem seu *projeto tríptico*.

Entre a primeira edição e a última (1949-1978), além dos livros do *tríptico*, foram publicados outros textos, que são, em sua maioria, compilações de textos já publicados e tantos outros inéditos. Destacadamente, pode-se citar: *História, Corpo do tempo* (1984), *Vida e História* (1986), *História Combatente* (1982), *Tempo e Sociedade* (1986), *Aspirações Nacionais: interpretação histórico-política* (1963), *Conciliação e Reforma no Brasil:*

⁴¹ Embora almeje um público amplo, trabalhos de teoria estavam restritos a grupos especializados de leitores, conforme escreve José Roberto Amaral Lapa: “Para quem realmente estamos produzindo esse conhecimento? A resposta a essa questão primordial nos convencerá de que originalmente o conhecimento histórico aqui produzido é elitizado e se destina ao consumo de um pequeno grupo de letrados, cuja leitura é ainda marcada por específicos interesses” (LAPA, 1981, p. 21).

interpretação histórico-política (1965), *Interesse Nacional e política externa, Brasil e África: outros horizontes* (1966)⁴², os cinco volumes de *Independência: revolução e contrarrevolução* (1977). Nesses livros, observam-se também mudanças de perspectivas e abordagens honorianas, como a passagem de uma história da história erudita e teórica para a análise crítica e propositiva de uma *história combatente* de um *intérprete do Brasil*.

Em meio a essas mudanças da historiografia honoriana, o projeto tríptico se ampliava continuamente em suas propostas, ficando inacabado. Os volumes do tríptico têm em torno de 1800 páginas, com temas, abordagens e possibilidades de análise variadas, com muitos recortes analíticos possíveis. *Teoria* é o nó-górdio que enlaça todo o tríptico. Na orelha do livro, escrita pela Companhia Editora Nacional, destaca-se a importância de *Teoria* e do autor, dizendo:

O professor José Honório Rodrigues é um dos mais operosos trabalhadores em sua especialidade em nosso país. Mas esta obra ocupará, sempre, lugar dominante em toda a sua produção, pela amplitude dos temas versados e pela forte e inapagável impressão deixada em nossa historiografia.

A análise de *Teoria* será feita da seguinte maneira. Na primeira parte deste capítulo, analisarei os prefácios e apêndices. Esse movimento que se prende nas duas extremidades do livro é necessário porque (re)escreveu prefácios e apêndices como forma de manter atualidade e originalidade do livro em suas sucessivas edições. Por serem pontos de mediação intelectual do livro, que evidenciam um investimento constante de seu autor em inseri-lo no contexto institucional, social e historiográfico, essas partes precisam ser analisadas. Sem seguir a ordem dos capítulos, prefácios e apêndices serão apresentados na sequência, com o objetivo de tornar mais claro o que os caracteriza e o modo como se relacionam com a obra e o campo historiográfico. Essas partes que nas edições representam a tentativa honoriana de construir lugares programáticos e estratégias de controle de leitura do livro, destacando sua importância para aprender, escrever e fazer história no Brasil.

⁴² Diplomacia e política externa foram amplamente tematizadas ao longo da produção de JHR. Paulo Visentini, no texto *Pensamento diplomático brasileiro*, também escreveu sobre diplomacia; para ele, livros dedicados a essas temáticas estavam inseridos em um projeto de transformação nacional: “Na efervescência do nacionalismo dos anos 1950 e da primeira metade da década seguinte, com a *Política Externa Independente*, sua obra e seu posicionamento adquiriram certos toques de “intelectual orgânico”. Suas teses sobre a diplomacia brasileira encontraram grande materialidade na política externa dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart e, obviamente, ele foi profundamente impactado pela implantação do Regime Militar, em 1964, e sua aparente quebra quanto ao paradigma da inserção internacional do Brasil [...] (VISENTINI, 2013, p. 906).

2.3. OS PREFÁCIOS

No primeiro parágrafo da primeira edição, JHR escreve sobre quando esteve na Universidade de Columbia (1943-1944) como “*visiting scholar*”, graças à bolsa de estudos da Fundação Rockefeller com a qual foi contemplado para que pesquisasse sobre os holandeses na América. Como parte da política de boas relações entre os dois países durante a guerra, a bolsa foi “concedida pelo diretor-assistente das Humanidades, William Berrien, a quem eu encontrara aqui no Rio” (RODRIGUES, 1991, p. 263). Nesse episódio, com mediação de Gilberto Freyre, o campo de sociabilidades de JHR se estende para o exterior. Nos EUA, JHR disse ter observado a valorização e presença das disciplinas de teoria e metodologia na formação de historiadores. Não era essa a situação brasileira, mas sem o mesmo cuidado com essas disciplinas. A percepção da ausência das disciplinas, de referenciais e discussões ensejou a criação de seu *projeto tríptico*, um “estudo da metodologia, da pesquisa, da historiografia, da teoria e filosofia da história”.

O imperativo de estudos de teoria não se limitava à formação acadêmica, mas às próprias demandas do mundo e da vida. A década de 1940 abalou o mundo com a Segunda Guerra Mundial, o poderio soviético, a hegemonia norte-americana, o pós-colonialismo, a geopolítica do terceiro mundo. Nesse contexto, a teoria só poderia ser validada se estivesse fundamentada na vida e no tempo presente. Esta era uma preocupação compartilhada pela *geração de 1930*.

Iniciando o prefácio, apresenta as críticas feitas ao livro, com destaque para Eduardo d’Oliveira França, que escreveu em sua resenha de *Teoria*: “é clássico e só deixaria de o ser se o tratamento crítico fosse reduzido ou condensado em benefício da filosofia e da historiografia”, o que não poderia ser feito porque “seria preciso uma total revisão do livro” (FRANÇA, 1951, p. 117). Francisco Iglésias⁴³ criticou o excesso de zelo na “*toilette* dos documentos”, resultando não só numa centralização do aspecto metodológico, como numa desarmonia nos capítulos”. A expressão *toilette* remete a um caráter artificial, de superfície, de supérflua perfumaria sem profundidade. JHR escreve que “não se pretendeu destacar nem defender nenhuma etapa”, e as observações feitas pelos críticos, como a pressa com que analisa as “disciplinas auxiliares [da história]. Nem desta vez foi possível harmonizá-las em capítulos mais condensados. É uma tarefa para outra edição” (RODRIGUES, 1978, p. 16).

⁴³ Sobre a relação entre JHR e Francisco Iglésias, que foi um dos historiadores que mais produziram sobre a obra honoriana, sistematizando-a e explorando-a, conferir o capítulo “Crítica ao pensamento tradicionalista: Francisco Iglésias, um seguidor de José Honório Rodrigues”, de Paulo Alves Jr. (2010)

A falta de um posicionamento claro sobre suas preferências pessoais, de modo a clarificar para o leitor o que o autor pensa sobre o que escreve, pode ser interpretada como resultado de uma escolha de JHR: o combate ao personalismo. Foi um crítico do personalismo histórico, que é uma característica da “personalidade brasileira, especialmente tradicional, herdada do caráter lusitano”. Em sua crítica aos concursos para as cátedras universitárias, diz que o personalismo “coloca sua ênfase nas relações diretas e simpáticas, e não nas categóricas, impessoais e indiretas” (RODRIGUES, 1968, p. 459). Por isso, as cátedras são ocupadas por professores “nomeados por influência política, por amizades, enfim, por aquilo que se chama ‘pistolão’” (RODRIGUES, 1968, p. 457).

Para JHR, esse personalismo, traço do caráter nacional, está presente nas instituições, nas práticas sociais, na historiografia brasileira. É conservador e arcaico, atribuindo a indivíduos ou grupos, sempre das elites, os responsáveis pelo processo histórico, nem sequer considerando a ação popular e suas aspirações nacionais. O povo “capado e sangrado”, expressão de Capistrano de Abreu sempre utilizada por JHR, é sistematicamente esquecido pela história personalista, conservadora⁴⁴ e reacionária⁴⁵. A historiografia personalista constrói mitos fundadores, é elitista e incruenta. Pode ser para não praticar um ato personalista que determinasse o modo de ler *Teoria*, que evitou evidenciar suas escolhas⁴⁶.

Essa isenção e pretensão de neutralidade científica e combate ao personalismo lança luz também sobre o lugar de JHR na história da história do Brasil. Combatendo o personalismo – e isso não quer dizer que fosse despido de vaidades, desejo de reconhecimento e projeto de poder –, empenhou-se em colocar seu nome entre os pensadores consagrados de sua geração.

⁴⁴ Sobre a linha conservadora, F.A. Varnhagen é destacado, pois “foi o primeiro historiador brasileiro a aplicar os princípios conservadores à construção de sua história do Brasil. O grande tema de seu livro é a obra da colonização portuguesa no Brasil. Embora monarquista convicto, o que caracteriza sua obra não é o monarquismo, mas o colonialismo que defende e o conservadorismo que marca sua interpretação” (RODRIGUES, 1988, p. 13).

⁴⁵ Na definição de JHR, “A linha reacionária e/ou contrarrevolucionária constitui uma exacerbação conservadora. Ela almeja constituir um quadro histórico que mantenha e sustente os ideais já ultrapassados. É uma historiografia de retaguarda, antidemocrática, antiliberal e reacionária, tanto quanto possa reagir às tendências de renovação, sempre presentes na mudança histórica. Não é, assim, surpreendente que uma tendência inicialmente restauradora se transforme de conservadora em reacionária. Como todo conservador, seus princípios são os mesmos, agravados excessivamente pela visão deturpada e extremista. Seus princípios são o do direito natural, da prudência, da imperfectibilidade humana e aquele que Edmund Burke (1728-1797) apontou, o da prescrição” (RODRIGUES, 1988, p. 137).

⁴⁶ O próprio JHR não escreveu sobre si, seus traços de personalidade e motivações de escolhas. Quem se encarregou de apresentar características de sua personalidade foi Lêda Boechat Rodrigues, como se vê em “José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira”, onde é descrito nos seguintes termos: “Politicamente foi um liberal. Foi um humanista pela catolicidade de seus interesses e do seu conhecimento. Como historiador nada que fosse humano lhe era estranho. Tudo aquilo que, ainda de longe, pudesse interessar à história ou à historiografia ele fichava ou recortava de jornais. Sua coleção de recortes é enorme”. Pode-se notar nos escritos de Lêda que JHR não se filiava a sistemas teóricos específicos, pois era movido por acontecimentos que despertavam seu interesse; talvez seja este um dos motivos da dispersividade de sua produção.

Seu investimento na autoimagem e escrita de si não foi capaz de mobilizar os mesmos recursos de reconhecimento como aconteceu com outros intelectuais, a exemplo, Gilberto Freyre. Luiz Costa Lima, na apresentação do livro *Guerra e Paz* de Ricardo Benzaquen, escreve que a reabilitação do pensamento e obra de Freyre foi impulsionada pela autoestilização promovida pelo autor. Freyre figura entre “os três reis magos” da historiografia brasileira, segundo o prefácio de Antonio Candido em *Raízes do Brasil* (ARAÚJO, 1994). Vaidoso, reconhecido e com projeção no campo intelectual brasileiro, estar próximo de Freyre poderia garantir um bom começo na carreira e na imprensa.

JHR, talvez por sua personalidade, carisma (ou ausência dele), pelos problemas estudados, circulava entre indivíduos e lugares consagrados, mas figurando nos bastidores, como um coadjuvante entre os *mestres* de sua geração. Nessas primeiras décadas do século XXI, com pesquisas voltadas para teoria, pesquisa e método, história da história, JHR passa a figurar com outras significações e reconhecimentos no campo historiográfico. Em sua fase *combatente*, quando investe na produção de uma análise crítica de “intérprete do Brasil”, o autor expõe mais suas escolhas e ideias acerca das problemáticas estudadas. Da passagem pela ESG, surgiram *Aspirações Nacionais* (1963) e *Conciliação e Reforma no Brasil. Interpretação histórico-política* (1965). São livros marcantes dessa fase em que a história e o presente se articulam de modo mais claro e propositivo. Além dos livros, os artigos publicados na imprensa são uma parte fundamental dessa fase de sua vida e obra.

Conforme sugestões de seus leitores, escreve JHR, capítulos foram acrescentados e outros retirados de *Teoria*. Entre eles, “um crítico norte-americano”, que não tem o nome citado, “censurou a tendência legal ou jurídica de certos trechos do livro”, indicando a influência de sua área de sua formação. Outros nomes mencionados são de membros do IHGB, como Américo Jacobina Lacombe (1909-1993); o historiador e governador do Amazonas (1964-1967) Arthur César Ferreira Reis (1906-1983), José Antônio Soares de Souza (1902-1983) e Lêda Boechat Rodrigues. O resultado disso foi o inchaço do livro, como justifica JHR,

A *Teoria* cresceu demasiado, muito além de nossa expectativa, em parte devido à incorporação das notas, bibliografia e listas ao texto e também porque se reescreveram capítulos antigos ou se incluíram novos. Fica para outra oportunidade reduzir seus excessos (RODRIGUES, 1978, p. 19).

Na empreitada de ser um “teórico orgânico” da historiografia nacional, acompanhava os acontecimentos nas instituições universitárias e seu público leitor. A segunda edição (1957), justifica o autor, foi lançada quando “se inaugura, nas quatro dezenas de faculdades de filosofia,

dotadas de cursos de História, a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos”. Na próxima edição, de 1968, “viu-se o Autor diante da necessidade de atender às críticas e observações de estudiosos e de um público leitor muito mais informado e exigente, preparado pelas faculdades de filosofia” (RODRIGUES, 1978, p. 15).

Diz no prefácio que o livro deveria ser “uma introdução teórica, à história em geral e metodológica à história do Brasil, isto é, uma propedêutica circunstancial, que tratasse da situação da história concreta do Brasil”. Teoria da história é definida como “aquilo que trata de princípios conceituais que precedem, guiam e acompanham a técnica da pesquisa e o processo crítico na história geral ou nacional” (RODRIGUES, 1978, p. 16-17).

Sobre as mudanças no livro, na terceira edição (1968), escreve que o capítulo “A fonte histórica”, foi reduzido, pois seria ampliado na segunda edição de *A pesquisa histórica no Brasil*. Foram adicionados dois novos capítulos como apêndices: um deles tratando de questões sobre teorias e métodos históricos, e o outro sobre o ensino superior de história e a necessidade de reforma universitária. Essas informações evidenciam os elos dialógicos entre os livros do *tríptico*.

A quarta edição (1977) é publicada “sem o Apêndice II, relativo a ‘O Ensino Superior da História e a Reforma Universitária’, por ter se tornado desatualizado”, sendo substituído por um posfácio que busca arrolar as novas contribuições da história e da historiografia dos quase dez anos desde a terceira edição.

Na quinta edição, de 1978, que é comemorativa dos quarenta anos do INL, não há alterações. Sobre as expectativas com a última edição, escreve:

Espero possa a *Teoria da História do Brasil* trazer aos professores e estudantes superiores de história em geral e de história do Brasil em particular a contribuição do exame, debate e crítica teórica e prática da nossa disciplina universitária, que é um dos fundamentos da cultura brasileira (RODRIGUES, 1978, p. 23).

Ter na última edição todos os prefácios anteriores é uma forma de afirmar a longevidade do texto. A preocupação em vincular vida e história, passado e presente, é uma das linhas mestras que evolui ao longo dos prefácios. Na primeira edição, o prefácio tem caráter de ordem mais teórica e erudita; nas últimas, como quando critica a situação do ensino universitário e a necessidade de reformas, é realçada a premência de entender o presente para saber como escrever e fazer história.

Nas últimas edições, JHR possui outros *status* e *handicaps* no campo historiográfico brasileiro. Sua obra se desdobrava para além das questões teóricas, colocando-se como *intérprete* do Brasil, e os prefácios serviam como mediadores culturais para mostrar como

Teoria continuava atual e em constante evolução, legitimando assim o livro como referência obrigatória para professores e estudantes de história.

As atualizações do texto são notadas também nos apêndices. Por isso, antes de trabalhar os capítulos, indo de um extremo a outro do livro, abordarei essas partes iniciais e finais do livro.

2.4. APÊNDICES.

Os apêndices aparecem na terceira edição. São dois apêndices: (I) “Método, teoria, historiografia e pesquisa, disciplinas universitárias”, publicado até a última edição, e o (II) “O ensino superior da história e a reforma universitária”, que foi retirado das edições seguintes, sendo substituído por um posfácio.

Na escadaria que leva ao departamento de História, na USP, em maio de 1968, JHR lê nos cartazes ali colados: “Qual a finalidade da história?”, “Futuro historiador, o que você procura aqui?”. Esse é o cenário que inicia o apêndice “Método, teoria, historiografia e pesquisa, disciplinas universitárias”. As perguntas dos cartazes que expressavam as angústias dos jovens universitários foram o *leitmotiv* para a escrita do texto, justifica o autor.

Autores tidos como fundamentais para JHR são trazidos à cena para responder aos cartazes. Diz recordar-se de Marc Bloch, que “utilizando de uma linguagem simples dirigida a doutos e escolares”, em *Apologia da história, ou o ofício do historiador*, quando tenta explicar a Etienne para que serve a história. De Huizinga, destaca o caráter finalista da explicação histórica; de Dilthey, os vínculos inextricáveis entre a diversidade e plenitude da vida e da história. Esses são pensadores selecionados por JHR para compreender a história em seus vínculos com o presente, com os sistemas de valores e valorações que o historiador aciona sobre seu objeto de estudo e o mundo da vida no qual está inserido. A contribuição desses pensadores para responder aos cartazes é de que qualquer explicação histórica só tem significado se nela há a vida vivente, se aumenta a potência para refletir e agir no presente.

Marx é inserido no texto como um pensador singular para compreender o mundo histórico. A “grande descoberta de Marx” teria sido, por meio de uma teoria da história, explicar “as relações funcionais de comportamento da estrutura econômica e da superestrutura ideológica”. Essas relações caracterizam “os nexos efetivos e singulares de toda a estrutura, que determinam a linha do curso temporal das comunidades e suas mudanças, ou seja, as tendências dominantes que as atravessam ou marcam [...]” (RODRIGUES, 1978, p. 432). A teoria de Marx,

segundo JHR, instiga o historiador, amparando metodologicamente, a conhecer as estruturas e superestruturas de sua sociedade, possibilitando que cada povo conheça e conte sua própria história, sem consumir a história e historiografia de outros povos.

Os apêndices foram escritos na fase *combatente* de JHR, na década de 1960, quando publicava *Aspirações Nacionais* e *Conciliação e Reforma*. O espírito combativo que entrelaça esses textos manifesta-se no revisionismo, “cujo fim consiste em rever os grandes quadros históricos já construídos, corrigindo, acertando, acrescentando, atualizando, anotando” (RODRIGUES, 1982, p. 253). Trata-se, assim, de uma história que seja capaz de transformar o presente e criar novos horizontes de possibilidades e expectativas; “a história pode ensinar a revolução que mudará o mundo e fabricará o futuro. É esta a história combatente, que a juventude atual espera faça parte também da palavra do mestre” (RODRIGUES, 1978, p. 433).

Há sempre um apelo à juventude nos textos honorianos. Uma história que se projete para o futuro tem que estar dirigida aos jovens, e o Brasil era um país de jovens. A década de 1960 foi marcada por movimentos sociais protagonizados pela juventude. JHR, com a “palavra do mestre”, contribuiria na educação dos jovens para transformar a potência do futuro em ato.

A conexão com o presente não é um dado natural na história; é preciso que exista uma formação especializada e completa que capacite o historiador a isso. O ensino de história deve compreender as formas de vida em diversas temporalidades, mas JHR identificava nos cartazes uma “impotência da faculdade na formação do historiador”. Lembra, então, de Edward Gibbon, que descontente com o “imobilismo sem inconformismo” da universidade de Oxford, retira-se da universidade para ter uma formação autodidata. Ao falar da insatisfação dos estudantes com o curso, com as cátedras e os currículos, e citando, logo após, um historiador autodidata que seria um “futuro grande historiador”, justamente porque obteve uma formação mais completa por tê-la realizado fora de um curso universitário de história, além de outros que tinham formação em áreas diversas, como Mommsen, Ranke, Weber, Herder, Huizinga, parece que JHR está se referindo a si mesmo, com sua formação em Direito.

Um dos problemas apontados por JHR na formação dos estudantes é que “professor de história e historiador são, no Brasil, duas pessoas diferentes, ao contrário do que acontece nos grandes centros culturais do mundo civilizado” (RODRIGUES, 1978, p. 434). A pesquisa dos documentos nos arquivos, como fontes imprescindíveis de desenvolvimento da sensibilidade e compreensão histórica, não estava devidamente organizada pelos currículos, afetando também

o ensino secundário, pois a universidade estaria formando mal tanto aqueles que se dedicam ao ensino como os que se encaminham à pesquisa⁴⁷.

Para JHR, o modelo de cátedras também era um empecilho para as mudanças e adequação da universidade aos novos tempos. Dizia que, na universidade, “os professores que entraram inicialmente fecharam a entrada” (RODRIGUES, 1978, p. 435). No tópico *O sonho de ser professor de história*, JHR escreve sobre as dificuldades que encontrou como docente universitário. Segundo o autor, “nestes trinta anos impediram-me de ensinar história aos alunos de história dos cursos superiores”. Apesar de suas publicações em livros e jornais, lamenta JHR, as portas do vestibular da universidade teriam sido fechadas para ele por “forças políticas ou o compadrio”.

JHR é contraditório em determinadas críticas. Escreveu que não tinha força política, mas demonstra possuir capital político, como quando, “por sugestão minha ao senador Juraci Magalhães”, propunha a criação da disciplina de metodologia da história. Discutindo os projetos com senadores, deputados e ministros, JHR ressalta que possuía sim vínculos de sociabilidade no campo político da capital da República.

As sociabilidades políticas mencionadas, tanto na política do Estado como na universidade, são também formas de afirmação de pertencimento. Embora seu sonho catedrático não tenha se realizado, isso não quer dizer que estava em um lugar de exclusão, mas que pertencia a outros grupos intelectuais. Ainda que fosse um *outsider*, não era um excluído da universidade. Menções desses *handcaps* políticos são importantes recursos simbólicos, pois a política é, segundo Bourdieu, “o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (BOURDIEU, 2001, p. 159).

Ainda sobre os impedimentos para uma carreira universitária como docente, há que se acrescentar outro elemento curioso. Queixa-se que não teve chance de ser professor; porém, recusou convites para lecionar na USP, na Faculdade Federal do Rio de Janeiro, além dos “convites de universidades norte-americanas e inglesas, das primeiras com oferta de estabilidade (*tenure*) e salário de 22.000 dólares anuais” (RODRIGUES, 1978, p. 438). Essas

⁴⁷ Em *A pesquisa histórica no Brasil*, a crítica à universidade é constante. Lê-se: “A universidade, especialmente a federal, desconhece a pesquisa histórica [...] O ensino universitário é o principal responsável pela pouquidade e debilidade da pesquisa histórica no Brasil” (RODRIGUES, 1978, p. 22). A pesquisa histórica acontecia em outras instituições: “No Brasil não há pesquisa histórica, nem no Ministério da Educação, criado em 1930, nem nas Universidades federais ou estaduais, criadas também na década de 1930. Mas existe tradição de pesquisa histórica no Ministério das Relações Exteriores, já nesta obra várias vezes apontada e infelizmente interrompida durante a República. [...] A retomada desse espírito se fez em 1948, quando o Instituto Rio Branco iniciou, com a criação da seção de pesquisas, dirigida pelo autor deste trabalho, tarefas regulares de investigação histórica” (RODRIGUES, 1978, p. 112-113).

são oportunidades, além de muitas outras, que podem ser consideradas bastante favoráveis para uma carreira de docente na universidade.

Um caso exemplar. Em 1958, Eduardo D'Oliveira França convidou JHR para lecionar na USP. O convite era alvissareiro, inclusive porque encontraria na instituição seu antigo colega de trabalho da Biblioteca Nacional. “Com Sérgio Buarque de Holanda agora na USP eu estava muito interessado, mas Oliveira França fez sua oferta de uma maneira curiosa que jamais esquecerei e de um modo que era típico da cultura brasileira naquele momento [...]”. Segundo JHR, ao fazer o convite, França afirmou: “Queríamos um professor francês. Mas, como não conseguimos um, convidaremos o melhor brasileiro, e este é você” (RODRIGUES, 1991, p. 267)⁴⁸. Apesar das expectativas de uma carreira docente na USP, a “maneira curiosa que jamais esquecerei” do convite de França, que parece ter tido grande efeito sobre o historiador carioca. Concomitante a esse convite, recebeu outro: para dirigir o Arquivo Nacional; que acabou por levá-lo a desistir da cátedra⁴⁹.

Ainda em 1958, recusou um terceiro convite, dessa vez, era lecionar nos EUA. Preferiu ficar no Rio de Janeiro, afirmando mais tarde que “[...] não podia prever e não levei em conta foi que o Brasil começa em 1964 uma ditadura militar que durou quase 20 anos. Se eu cogitasse dessa possibilidade jamais teria hesitado em aceitar ser professor-titular nos EUA”. (RODRIGUES, 1991, p. 269).

O “sonho interrompido” de ser professor pode ser atribuído a inúmeras razões: motivações pessoais, interesses profissionais, relações sociais, a impossibilidade de desenvolver seu projeto de um *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica* no campo acadêmico, o enraizamento na cidade e praias do Rio de Janeiro. JHR colocava-se como um “historiador orgânico” pertencente a outras instituições, tanto é que nunca fez mestrado e doutorado acadêmicos, títulos oficiais de grande valor para carreira universitária. Tudo isso somado auxilia bastante na interpretação do sonho catedrático não realizado de ser professor. Mais do

⁴⁸ Noutro texto, JHR escreve que o “convite era desvanecedor – o único que recebera, pois no Rio de Janeiro só encontrara oposição, mas não deixava de revelar o colonialismo cultural francês em São Paulo” (RODRIGUES, 1978, p. 438).

⁴⁹ “Exatamente nesse momento Víctor Nunes Leal, Chefe da Casa Civil do presidente Juscelino Kubitschek, é íntimo amigo meu, convidou-me para dirigir o Arquivo Nacional. Minha mulher, Lêda Boechat Rodrigues, trabalhava no Supremo Tribunal Federal, ao lado da Biblioteca Nacional. (Seu estudo sobre o Supremo Tribunal Federal ainda é o melhor que temos). Eu realmente fiquei indeciso diante das duas oportunidades e não chegava a decidir-me. Fui várias vezes a São Paulo, e o professor Oliveira França tentou de todos os modos convencer-me a ir para à sua universidade. Finalmente optei pela estada no Rio de Janeiro e dirigi o Arquivo Nacional até poucos dias antes do golpe militar de 1964. (Na verdade, foi João Goulart que me demitiu). Isso mais ou menos responde pelo meu desenvolvimento profissional durante os anos de serviço público [...]” (RODRIGUES, 1991, p. 267).

que reclamar uma injustiça ou frustração, parece ser uma estratégia adotada para fazer suas críticas ao ensino superior em história.

No próximo tópico do apêndice, o texto é dirigido às questões de teoria e metodologia da história. Metodologia histórica era considerada imperativa no currículo, defendia JHR. Citando Droysen, levanta a bandeira de metodologias integradas às questões do presente; por isso, há “necessidade de métodos diferentes para problemas diferentes, e muitas vezes a combinação de vários métodos é indispensável para a solução de um problema”. A capacidade de criar horizontes de possibilidades de superação do atraso nacional e estratégias de ação que visem ao desenvolvimento seriam as máximas que se pode esperar da objetividade do conhecimento histórico.

A objetividade do conhecimento passa obrigatoriamente pelos caminhos da subjetividade do historiador. Refletir sobre características pessoais e afetivas, idiossincrasias, sistemas de valoração, são “naturalmente uma condição do trabalho do historiador”. Pretender, como propôs Ranke, suspender a personalidade do historiador em sua análise, para narrar o que realmente aconteceu, “não é senão uma caricatura de objetividade, que não pode mais aceitar como um princípio” (RODRIGUES, 1978, p. 438-439). Com Weber, JHR entende que não há neutralidade axiológica, de modo que o historiador está inextricavelmente vinculado ao seu tempo e sua interpretação é sempre uma postura política.

Para a elaboração de uma metodologia capaz de fazer a crítica transformadora, é imperativa a relação de colaboração mútua entre filosofia e teoria. A teoria, abarcando a metodologia e a filosofia, é determinante no conhecimento do passado e transformação do presente. “É a teoria que ilumina o caminho. A crise contemporânea da história não é metodológica; é filosófica, é teórica”. Nos momentos de crise, a teoria deve ser um modo de problematizar e fornecer orientações para o pensamento e a ação. Este compromisso da teoria com a vida presente é um pressuposto essencial cada vez mais ressaltado.

O desenvolvimento de teorias deve mobilizar a juventude e as instituições para sair do imobilismo, do tradicionalismo, dos obsoletos métodos emprestados. Como um positivista, coloca a teoria como orientadora da prática. Nas palavras de JHR, “não há nada de mais prático que a teoria, já se disse. A teoria existe para que as experiências práticas não se façam sem motivos, mas sejam feitas, desde o começo, em condições que ofereçam possibilidades de êxito” (RODRIGUES, 1978, p. 439).

Métodos e teorias devem ser produções nacionais. Uma formação que calibre o historiador para criar e operar com as teorias e a realidade se faz conhecendo profundamente as

aspirações populares, as estruturas de poder, os arquivos e bibliotecas, brasileiros e estrangeiros. Seu *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica* tinha esses princípios formativos como “missão”.

Teoria da história é o tópico no qual JHR escreve sobre o plano do livro e sua proposta. Desejava, escreve, ir além dos textos enciclopédicos de metodologia jurídica que conhecia e do plano de Langlois e Seignobos, “concentrado na metodologia e indiferente à fundamentação filosófica”. O plano foi então o de elaborar um texto “na forma de divulgação”, teoricamente relevante, contemplando os aspectos filosóficos e metodológicos. Nisso, o título deveria servir como um programa de estudo do que constitui a teoria da história.

Um plano ao estilo de Langlois e Seignobos foi justamente o aspecto apontado por Sérgio Buarque em sua resenha. Noutra resenha, a de Oliveira França, critica-se a falta de fundamentação filosófica que dê sentido ao texto. Em 1978, JHR parece continuar respondendo às críticas de 1950 e 1951. Sobre as críticas recebidas, justificou:

Senti a crítica de muitos de que não havia uma teoria da história do Brasil, e reconheço que o título pode dar ensejo a confusões. Não quis expor uma teoria sistemática da história do Brasil, mas queria por toda uma sistemática teórica e metodológica a serviço da história do Brasil, ilustrada por seus exemplos (RODRIGUES, 1978, p. 440).

Para expor sua “teoria sistemática”, prossegue uma explanação sobre o que é teoria da história, historicizando seus usos e significados. Retoma a primeira utilização do termo no século XVII, por Dugald Stewart, “para designar o que outros escritores denominavam história hipotética, ideal, conjuntural, natural ou generalizadora”. Não teve a mesma ressonância da filosofia da história “criada por Voltaire” no século seguinte. Nos séculos XIX e XX que o uso da expressão se generalizou na obra de autores como Eduardo Meyer, Frederic J. Teggart, Benedetto Croce, entre outros⁵⁰. Momento marcante nesse processo foi quando teoria da história se tornou disciplina universitária, na Universidade de Amsterdã, em 1943.

Da historicidade das definições, percebe-se que a caracterização do que é uma teoria da história é sempre fluida e aberta, debatida desde o *século das luzes*. JHR diz que entre os séculos XVIII e XX os limites que separavam e distinguiam filosofia da história e teoria da história eram muito fugidios e incertos. Entendia-se que a teoria da história consistia em isolar uma

⁵⁰ Interessante notar como a dificuldade em definir teoria, metodologia e filosofia da história é uma constante que podemos encontrar lá e cá. No livro de Zoltán Boldizsár Simon *Os teóricos da história tem uma teoria da história? Reflexões sobre uma não-disciplina*, encontra-se a atualidade desses debates acerca do que é teoria da história e quais seus lugares dentro da historiografia e dos cursos de história. Escreve Simon: “Entretanto, uma olhadela para esta confusão sobre nomeação tem seu valor. Ela atesta para o fato de que o campo de estudos cujo nome está em questão mal existe institucionalmente. O campo propriamente dito não é nenhum subcampo de qualquer disciplina institucionalizada existente e abertura de vagas em ‘teoria da história’, ‘teoria histórica’ e ‘filosofia da história’ são mais raras do que atos agradáveis em *Game of Thrones*” (SIMON, 2019).

ideia e colocá-la como determinante do processo histórico. Para isso, era necessária uma filosofia da história para atribuir um sentido a esse fato ou ideia que “paira além da história”. A teoria da história, delineando seus contornos específicos nos séculos XIX e XX, não pode desvencilhar as ideias da realidade histórica e “paira dentro da história” (RODRIGUES, 1978, p. 441-442).

Não se trata de uma distinção e separação dos campos de estudos da filosofia da história e da teoria da história, mas de uma produtiva relação de influências e apropriações múltiplas e criativas feitas por JHR. Citando Rickert, Dilthey, Romein, a filosofia da história sai “de um campo especulativo e abstrato para um pensamento mais acomodado à história”. Jan Romein estabelece demarcações entre teoria e método histórico. Huizinga, em *Homo ludens*, teria dado o exemplo de escrita de uma história teórica, concentrada nos agentes históricos. Patrick Gardiner, com a publicação de *Theories of History*, teria dado contribuição substancial com a compilação de textos, desde o século XVIII, a respeito de diversas especulações de pensadores clássicos sobre o que seriam teorias da história.

Dos autores citados por JHR como fundadores dos discursos teórico-epistemológicos, baseado na *Theory* de Gardiner, destacam-se Bossuet, Turgot, Condorcet, Vico, Hegel, Comte, Marx, Dilthey, Rickert. Talvez seja a tentativa de construção de um arcabouço erudito e variado de referências (estrangeiras), capaz de responder às mais diversas vertentes e exigências de pensamento. Assim, JHR faz esses alinhamentos de teorias tão diversas, em sua definição de teoria da história. Neste apêndice, uma *teoria* é definida da seguinte forma:

Deste modo, os problemas de interpretação do processo histórico, da natureza do conhecimento histórico, das explicações, das leis, das relações da história e das ciências sociais, dos problemas da convicção histórica, do julgamento histórico, da aceitação ou não da causalidade, entendida em termos físicos, das definições conceituais de fenômenos históricos gerais, constituem a temática da teoria da história como disciplina universitária.

Restaram ainda, para bem defini-la, dois aspectos, que merecem atenção especial, como revisão da minha própria *Teoria* (RODRIGUES, 1978, p. 444).

O autor apresenta um leque de características definidoras do que constitui teoria da história. Depois de tecer as séries de sua narrativa com um histórico do conceito de teoria, de dizer quais são seus pensadores e textos fundamentais, ele se coloca entre esses *fundadores de discurso* quando fala “da minha própria *Teoria*”.

A atualização do texto é um esforço de JHR em atrair o leitor, inserindo *Teoria* nas discussões que circulavam no campo historiográfico do momento. Discutindo o que se entendia

por teoria, métodos, cientificidade do conhecimento histórico, JHR coloca o livro nos debates tradicionais e atuais travados há mais duas décadas em suas várias edições.

Nos próximos parágrafos, você lerá a respeito das discussões sobre a natureza do conhecimento histórico, com suas propostas, autores e críticas, e como isso implicaria, segundo JHR, em novos olhares e revisões de algumas partes específicas de *Teoria*. Os dois aspectos que mereceram revisão são sobre *periodização* e *as novas correntes teóricas*, afirma JHR. Sobre a periodização, apresenta 9 regras do método para o estudo das periodizações. Embora tenha dito tratar-se de uma revisão, somente enumera as regras, mas não as discute.

Referente aos sistemas teóricos em 1978, JHR atualiza o texto, expondo pensadores considerados por ele como exponenciais das discussões teóricas daquele momento. Começa com Carl Gustav Hempel (1905-1997) e sua reação às propostas teóricas de Rickert e Dilthey. As teorias, “que são conjuntos de hipóteses sistematicamente relacionadas” (RODRIGUES, 1978, p. 446), deve se procurar com a descoberta de *leis gerais* para deixar de ser um *esboço de explicação científica*. Depois de Hempel, JHR traz para o texto seus debatedores. Morton White (1917-2016), criticando Hempel, defende a interdisciplinaridade como essencial para as teorias. Com Henri-Irenne Marrou, valoriza-se a experiência histórica do historiador. Para William Dray, mesmo que a história descobrisse leis gerais, teria que continuar explicando fatos individuais. Saindo da história, cita o economista Ludwig von Mises, que, segundo JHR, escreveu *Theory and History*, porque via a história como essencial para a compreensão social. Negava o historicismo e o positivismo; e “sua obra não ultrapassa os limites do senso comum e, com a sua conhecida posição de defensor do *laissez faire*, sustenta um verdadeiro indeterminismo” (RODRIGUES, 1978, p. 452). Cabe indicar quem são e situá-los.

Estrategicamente, em poucas páginas e com rápidas pinceladas, apresenta um debate sobre o cientificismo do conhecimento histórico, remetendo para as discussões fundadoras com os pensadores do século XIX, como Ranke e Dilthey. Para JHR, essa discussão corrobora que a cientificidade histórica não elimina a atribuição de valores nem a erudição por parte do historiador. Para reforçar sua ideia, JHR escreve sobre as contribuições de Max Weber e seu modelo *típico-ideal*, por sua operacionalidade na análise da concretude histórica. O conceito permitiria, para JHR, descobrir o que torna possível a singularidade histórica e os laços que a unem à realidade.

Das discussões apresentadas, JHR, conclui o tópico sobre teoria da história dizendo:

Sem querer discutir os problemas epistemológicos das teorias apresentadas, o que ultrapassaria nosso objetivo e nossas possibilidades, é evidente que a reconstrução histórica é uma forma legítima de conhecimento, com suportes empíricos e teóricos.

A relação entre causa e efeito – expulse-se ou não o termo causa, substituído por motivo, fator consciente –, a ligação da estrutura-superestrutura, a preexistência de leis ou de padrões gerais não invalidam a tese de que a história busca a individualidade da reconstrução, e destaca a determinação, distingue a valorização, o sentido individual e social. Este é seu objetivo próprio, descubram ou não leis de padrão geral ou premissas culturais. O que importa não é renovar mas insistir num tipo de análise histórica que aproveite os cursos recentes de teoria, tanto na pesquisa, quanto na crítica e na interpretação, para que a história não se desnude no factualismo antiquário, donde está expulso o mundo dos valores, das ideologias, dos fins, da vida vivida com responsabilidade. O conteúdo espiritual da história se contrapõe ao mundo da natureza (RODRIGUES, 1978, p. 455).

Fechando esta parte sobre as teorias e epistemologias da história, os próximos itens são breves indicações. Nos tópicos *Historiografia e Pesquisa Histórica* de *Teoria da História do Brasil* reclama da ausência dessas disciplinas nos cursos universitários brasileiros, além de outras a elas condicionadas, como a de história da escrita da história, história do pensamento histórico, das tendências historiográficas. Ressalta seu esforço e contributo com a produção de uma bibliografia de referência e ministrando cursos superiores em instituições nacionais e estrangeiras.

Conclui o texto dizendo que a suficiência da compreensão histórica, em termos teóricos e práticos, é o ponto nevrálgico do trabalho historiográfico. O esforço da história deve ser o de desenvolver “a reflexão sobre a posição própria da história em relação ao seu objeto, ao seu método, às suas tentativas de compreensão, a uma teoria da história” (RODRIGUES, 1978, p. 457). Dessa forma, a teoria é relevante se não se limita à compreensão do passado, mas compromissada com a situação política e social da realidade presente.

Continuando a busca por teorias eficazes para responder aos momentos de crise e aprofundando suas críticas à universidade, no apêndice II - “O ensino superior da história e a reforma universitária” – problematiza sobre o ensino, o currículo, o sistema de cátedras, as disciplinas dos cursos universitários de história, a falta de instâncias eficazes e responsáveis por pensar e fazer as reformas necessárias.

JHR figura uma situação de desolação, fracasso e decadência do ensino superior no Brasil, conforme o cenário por ele representado. As palavras usadas dão o tom da apreciação. No primeiro parágrafo, escreve sobre os estudantes com os quais têm conversado e que reclamam da “profunda desilusão com os cursos”, as “deficiências das instalações”, “pobreza das bibliografias”, “falta de apoio”.

A exposição de JHR sobre os problemas da universidade conta com efeitos retóricos. Para os problemas denunciados, apresenta soluções subjacentes: se a universidade não produz pesquisa ou não a faz bem, seu *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica* seria uma alternativa alvissareira; se o currículo não atende às demandas dos estudantes, da sociedade, seus livros

ensinam, pois já teriam sistematizado a melhor forma de saber e fazer. Suas críticas evidenciam também uma disputa na economia das trocas simbólicas para definir posições de intelectuais, lugares de produção do conhecimento histórico e a formação de novos *habitus* historiográficos⁵¹.

No tópico *A fraude universitária. A cátedra vitalícia*, diz que os professores universitários são nomeados não por suas qualidades e méritos intelectuais, mas pelas indicações e influências políticas, “por aquilo que se chama o ‘pistolão’”. A consequência disso são as “nossas novas faculdades (de letras, filosofia, economia), nasceram senis, inatuais e esclerosadas. Nasceram da fraude” (RODRIGUES, 1968, p. 457).

Crítica ao sistema de cátedras adotado nas universidades brasileiras. Afirma que as exigências de doutorado, seja para ingressar nele ou sua cobrança em concursos, assemelham-se ao que era cobrado nos tempos de Abelardo e Lutero, resquícios de um modelo medieval redivivo aqui, assevera JHR. Indica outros modelos universitários que poderiam servir de referência para as reformas que superassem esse medievalismo universitário, seja de inspiração soviética ou norte-americana, porém não diz em que esses modelos modernos se sobrepujam ao existente.

Segundo JHR, o modelo catedrático brasileiro foi formulado a partir de apropriações de elementos portugueses e franceses em sua constituição. A herança colonial portuguesa, com empréstimos da estrutura de funcionamento do modelo francês, adaptados ao caráter nacional, resultaram na predominância corrosiva do personalismo, das simpatias e antipatias, e não em categorias impessoais, diretas, estritamente profissionais, continua o autor. Esse personalismo organiza e distribui os lugares e condições institucionais. As condições para o ingresso na docência universitária envolvem uma gama muito variada de habilidades e relacionamentos, em que os concursos são “sempre realizados com grande empáfia e insolência por parte do examinador e com grande humildade e rebaixamento do examinando” (RODRIGUES, 1968, p. 460).

⁵¹ O conceito de *habitus*, utilizado por Bourdieu, é importante para pensar como o campo historiográfico brasileiro se estruturava e como JHR se localizava nessa estrutura. As críticas de JHR apontando problemas da universidade, que se expandia geograficamente e criava um novo *habitus*, definindo os modos de produção do conhecimento histórico legitimado e reconhecido, e com o qual JHR não se identificava e se opunha. Na explicação do conceito, Bourdieu mostra como o *campo* está em processo constante de concorrência e posições, que “corresponde à construção do *habitus* como um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante” (BOURDIEU, 2007, p. 191).

Para JHR, os professores, em suas cátedras vitalícias, seriam contraproducentes. A “tese impublicável é a obra única e inédita. Daí em diante não há sequer um artigo de sua autoria”. Entretanto, há casos que contrariam a situação descrita. Elogia Sérgio Buarque de Holanda, como acontece em outras partes do texto, com sua tese inspirou a produção de “várias teses universitárias de São Paulo que se distinguem pelo alto padrão”. Situação muito diferente da “fraude com que nasceram faculdades e professores catedráticos, [...] com suas exemplares mediocridades, com as devidas exceções de sempre” (RODRIGUES, 1968, p. 461-462).

Os problemas mencionados estavam encarnados na organização dos currículos. Pelo currículo adotado para os cursos de história, os professores formados nas universidades brasileiras, “desconhecem completamente a história dos Estados Unidos da América, da União Soviética, da China, a crescente tomada de consciência dos povos orientais, o movimento africano, a estagnação latino-americana”. Quanto ao planejamento curricular dos cursos, “mais que um ridículo, o currículo é um escândalo pedagógico, uma loucura dos professores, e ofende a consciência histórica” (RODRIGUES, 1968, p. 463).

Além do currículo deficitário para entender e atender as demandas da história e do presente, aponta outros agravantes. Um desses problemas são os baixos salários dos catedráticos: São Paulo (NCr\$3.800,00), no interior (NCr\$2.000,00), na Guanabara (NCr\$700,00), comparando, afirma que o salário de um desembargador era de NCr\$4.000,00. Pelo exposto, a crítica de JHR aos salários é contraditória e tendenciosa, pois o que se vê é que havia uma grande variação dos salários, com maior ou menor defasagem em relação ao exemplo do salário de desembargador, como é o caso de São Paulo.

De acordo com JHR, há problemas também no campo da produção do conhecimento histórico. Os centros de pesquisa, as bibliotecas e arquivos são desassistidos e faltam recursos para financiar pesquisadores. São Paulo, “sempre na vanguarda”, criou o cargo de historiógrafo no Museu Paulista, obra de Sérgio Buarque, destaca JHR.

A reforma do ensino universitário deve ser ampla e profunda, sugere JHR, sem dirigir a indivíduos ou instituições específicas. Entre a primeira edição e a terceira (1949-1968), a universidade passou por mudanças e ampliações. Nesse cenário, diz JHR, precisaria definir com clareza as políticas para as instituições privadas, públicas, fundações que se mantêm com seus próprios recursos; dividir em departamentos, institutos e faculdades; deve haver maior participação estudantil na administração e gestão das instituições; e, não menos importante, é “a extinção da cátedra uma reivindicação estudantil e dos espíritos adultos mais modernos” (RODRIGUES, 1968, p. 467).

Para a reforma universitária, JHR defendia um vínculo político mais sólido e produtivo com o Estado e os meios de comunicação. Citando casos americanos e soviéticos, diz que no Brasil, “especialmente na República”, nunca houve investimento em formação intelectual humanística, em que “o fracasso desta liderança civil e militar é uma das causas do insucesso de nossa história” (RODRIGUES, 1968, p. 467-468).

Conclui o apêndice mantendo o tom crítico e sugestivo sobre a universidade e o ensino no Brasil de 1968. A reforma universitária dependia de uma mudança social, dificultada pelo Estado brasileiro, encarado por JHR como expressão do autoritarismo e do atraso nacional. Nas palavras do autor:

Pode-se dizer, em resumo, que os nossos cursos são, na maior parte, idiotas, o ensino ultrapassado, o sistema de cátedra medieval, e os exames pertencem, no mínimo, ao século XIX. Mas o ponto importante, que torna política a questão, é que a reforma universitária exige a reforma social. Se a sociedade permanece a mesma, com seus privilégios e seu consumo conspícuo para as elites, para que reformar o ensino? A universidade é e deve ser a matriz da sociedade, a instituição que produz suas lideranças e seus objetivos. Ainda que a reforma universitária não levasse à reforma social, a verdade é que ela está organicamente ligada à transformação do mundo adulto (RODRIGUES, 1968, p. 468).

Na edição seguinte (1977) o apêndice não foi publicado, dizendo ter ficado desatualizado. O que o tornou desatualizado? As perguntas daqueles cartazes foram respondidas? Quais foram as respostas? Há novas perguntas?

Em *Pesquisa Histórica*, JHR escreve que a criação e ampliação de agências públicas de financiamento de pesquisa como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História) estavam modificando as estruturas do campo universitário. Pode ser que isso representasse mudanças objetivas no ensino e pesquisa universitários, desatualizando as críticas feitas no apêndice retirado.

O que se depreende desses apêndices é o esforço de manter o texto organicamente fincado nas questões do presente e dos leitores. Retoma e discute autores encontrados nos capítulos do livro, como forma de reafirmar seu domínio teórico. A universidade estava em transformação construtiva, ampliando-se e ocupando cada vez mais lugares nos processos de estruturação e reestruturação do campo historiográfico. Os jogos políticos do Distrito Federal aconteciam então em Brasília, tirando a cidade do Rio de Janeiro do protagonismo do poder.

Ao criticar o ensino universitário e enfatizar a importância e originalidade de sua contribuição à historiografia brasileira, JHR parece entender a teoria histórica aliada à prática

política, credenciando-se para ser um modelo de superação do atraso e deficiências diagnosticadas na universidade. No próximo livro do tríptico, *A pesquisa histórica no Brasil* projetou a criação de um *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica* para ensinar e habilitar os estudantes e pesquisadores a fazer história.

Aparecido na quarta (1977) JHR justifica o posfácio dizendo que por questões editoriais não poderia fazer alterações no corpo do texto, “reparar deficiências ou falhas, apurar conceitos, métodos e exemplos no próprio contexto do livro”. Pode ser também porque não estava disposto a fazer mudanças no texto e usa o posfácio para responder críticas e atualizar as discussões.

Começa discutindo a relação entre filosofia, ciências e história. Diz que nos séculos XIX e XX foram desenvolvidas novas técnicas de análise e tentativas de interpretação, o enriquecimento da crítica aos documentos, os diálogos com outras ciências, a escrita de grandes volumes sobre história geral e universal, tudo isso abarcado pelo que ficou conhecido como *historicismo*.

O historicismo, com suas teorias e métodos, citando Ernst Troeltsch, não foi capaz de resistir e esclarecer os desafios e crises do século XX. Entretanto, como vida e história estão entrelaçados, a crise do pensamento histórico representa uma crise mais geral que é a dos autoritarismos do presente. “Se os regimes autoritários são a negativa da educação histórica e do próprio saber histórico, sua expansão e sucesso entre os vinte e quarenta anos deste século representaram um regresso à barbárie”. Essa barbárie e atraso são representados pelas “correntes regressistas do nazismo, do fascismo, do integralismo, e seus neo-seguidores, que rompem a tradição do humanismo, do liberalismo e do historicismo” (RODRIGUES, 1978, p. 457-458).

Para JHR, o legítimo herdeiro da tradição liberal e humanista seria o socialismo, no sentido de estabelecer novos meios e fins para a história e o indivíduo. Porém, na prática, o marxismo-leninismo teria rompido com essa tradição ao criar um regime autoritário. “A terrível prova prática de todas as teorias que se geram na paz surge na guerra” (RODRIGUES, 1978, p. 457).

Para além do historicismo, um novo pensamento crítico social no século XX emergiu de teóricos do marxismo. Segundo JHR, para Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, em meados do século XX, o marxismo “tinha se tornado obsoleto” e “a escola caminhava para a democracia social, ou um socialismo liberal”. Essa leitura do marxismo feita tinha como objetivo “transcender o chamado liberalismo econômico burguês para o socialismo autêntico” (RODRIGUES, 1978, p. 459). Outras interpretações do marxismo citadas são as de Louis Althusser, Roger Garaudy, Jean-Paul Sartre, Henri Lefebvre, Georg Lukács.

São os *frankfurtianos* os que recebem maior espaço em seu texto, talvez para mostrar as dificuldades do marxismo em responder aos desafios históricos enfrentados. Diante da impossibilidade de mudar o curso dos acontecimentos, houve o “retorno desiludido de Horkheimer ao liberalismo, o renascimento do idealismo metafísico de Adorno, e a tentativa de Marcuse de procurar combinar a política do anarquismo com a filosofia dos primitivos românticos germânicos” (RODRIGUES, 1978, p. 461). Herbert Marcuse seria o pensador que ampliou as reflexões de Adorno e Horkheimer, defende o autor, explicando porque a revolução não aconteceu.

O tema da revolução era uma preocupação constante no pensamento honoriano. Os cinco volumes dedicados ao estudo da Independência do Brasil tiveram como subtítulo “revolução e contrarrevolução”. Em *História, corpo do tempo*, JHR define revolução nos seguintes termos:

A palavra Revolução é um termo chave de análise do comportamento de grupos sociais ao longo do processo histórico. Etimologicamente, ela sofreu uma grande evolução. Veio do baixo latim com o significado de retorno, revolver, voltar para trás. Deste sentido, próprio do latim, ela passou para a Astronomia, revolução das estações, ciclos periódicos. Foi em 1748 que a palavra entrou no vocábulo político, introduzida por Montesquieu, com o sentido de uma mudança violenta do governo de um Estado (RODRIGUES, 1984, p. 32).

Esse conceito de revolução é importante porque perpassa toda sua obra. No capítulo “A revolução americana e a brasileira (1776-1822)”, publicado em *Tempo e Sociedade*, JHR defende que 1822 foi um movimento revolucionário “porque desde esse momento se romperam as relações políticas que constituíam os vínculos sociais monárquicos” (RODRIGUES, 1986, p. 175). O fechamento da assembleia constituinte em 1823 teria sido contrarrevolucionário. JHR defende que a *revolução de 1822* não foi um acontecimento isolado, mas deve ser estudada como um processo. Segundo JHR, “As várias tentativas revolucionárias em série, que citamos [1789, 1794, 1798, 1817] não constituem episódios autônomos, como pensaram alguns historiadores que nos sucederam: Varnhagen, Oliveira Lima, Oliveira Viana e Tobias Barreto. Não. São uma cadeia orgânica, estrutural e não conjuntural” (RODRIGUES, 1986, p. 183). Este fragmento é interessante por mostrar com quem JHR estava debatendo o conceito de revolução no campo historiográfico brasileiro.

Pelo contexto histórico e político, a revolução era um conceito vivo na década de 1960, de modo a encontrar interpretações do conceito nos mais variados lugares. O capítulo *Reflexões sobre os rumos da história*, no qual JHR disserta sobre o significado conceitual de Revolução, foi publicado em 1970. Em 1969, Reinhart Koselleck lançou *Futuro Passado: contribuição à*

semântica dos tempos históricos, publicado no Brasil em 2006, com o capítulo “Critérios históricos do conceito de revolução”, problematizando o mesmo conceito que JHR debatia no Brasil.

Os estudos de Habermas “formam o mais impressionante corpo na filosofia e sociologia da Europa durante os anos de 1960”. Sua obra visa fazer uma *teoria crítica*, sem as influências da metafísica, do positivismo, do irracionalismo e do estruturalismo, pensando sempre na relação teoria-prática.

Outro item trabalhado é o *Estruturalismo*. O que o estruturalismo deve ser capaz de fazer “não é simplesmente estabelecer conexões causais diretas, mas apreciar e explicar unidades sociais completas” (RODRIGUES, 1978, p. 467). Ligeiramente, em menos de duas páginas, JHR apresenta as ideias da “tribo estruturalista”. Claude Lévi-Strauss na antropologia; Noam Chomsky e a linguística; Michel Foucault e as *épistémés*; Louis Althusser e as relações de contradição social; e “há quem classifique F. Braudel [...] como um estruturalista” na historiografia. O tom crítico e peremptório sobre o alcance limitado das explicações estruturalistas pode ser também uma resposta a seus críticos, como Francisco Iglésias, que reclamava a falta dos estruturalistas em seu livro. A falta se justificaria, pode-se entender, justamente porque, para JHR, pouco ou quase nada trouxeram de novo à historiografia.

Dos *novos estudos filosóficos*, destaca a filosofia da história de Arthur C. Danto e sua distinção entre uma filosofia substantiva (descrição de fatos) e outra analítica (filosofia aplicada aos conceitos) da história. Comenta também a publicação de *The Philosophy of History*, uma coleção de textos feita por Patrick Gardiner; outra seleção de textos foi realizada por Max Horkheimer. Todas oferecendo novas propostas de reflexão filosófica sobre a história e suas teorias, mas são apenas indicações.

Sobre *A periodização na história do Brasil*, diz que estudou monografias e histórias gerais, de Abreu e Lima, Rocha Pombo, Pedro Calmon, Sérgio Buarque, Jânio Quadros, mas não tem os livros citados. Termina o parágrafo justificando que “como estamos escrevendo uma historiografia brasileira deixamos para esta os estudos sobre a periodização” (RODRIGUES, 1978, p. 470-471).

Com relação aos *Diversos gêneros da história*, afirma que muito poderia se dizer sobre o desenvolvimento da história entre a primeira e a última edição, mas que essa questão será examinada detalhadamente na “historiografia brasileira, que preparo e está em grau de andamento”.

Termina o texto tratando da *compreensão histórica*, como uma tarefa de olhar para o passado e para estrutura social, o desenvolvimento econômico, o lugar social e político dos

intérpretes no presente. A história deve ser uma afirmação e reivindicação da liberdade. Com as palavras do último parágrafo do livro:

[...] a História não está empenhada na distração das elites, mas na revelação, ao longo do tempo, para o presente e sob a pressão do presente, da dignidade e do valor da existência humana, e, sobretudo, da necessidade de manter viva a esperança na utopia humana (RODRIGUES, 1978, p. 473).

No posfácio, o que se lê são atualizações do texto. Como uma tentativa de fechar todos os buracos que poderiam esvaziar a originalidade e atualidade do livro, JHR aborda as novas teorias com essa finalidade, conectando com o trabalho feito nos capítulos. Destaque-se também o teor político do texto, cabendo à história conscientizar e promover o engajamento com os problemas presentes e “manter viva a utopia humana”.

Depois dos prefácios e dos apêndices, o livro em análise.

2.5. UMA HISTÓRIA PARA OS VIVOS.

A página número 500 é a última da quinta edição do livro *Teoria da História do Brasil* (1978). Há uma quantidade oceânica de informações, nomes, propostas, teorias, possibilidades dentro desse meio milhar de páginas. Como tecer uma compreensão que seja a mais ampla e pormenorizada possível desse livro? São muitos os caminhos abertos, entradas possíveis, diálogos que podem ser iniciados. Escolhi adentrar o livro seguindo a trilha dos capítulos.

Os primeiros cinco capítulos do livro são teóricos. Neste primeiro, esforça-se em definir o que se entende por teoria da história, quais são os principais pensadores e sistemas de pensamento, tanto estrangeiros quanto brasileiros; os vínculos da historiografia e da história, entre o passado e o que acontece agora e como essas temporalidades se entrelaçam na narrativa histórica. Há um sentido de evolução do conhecimento histórico em *Teoria*. Sempre voltando às origens, aos fundadores daquele discurso, historiografando, indicando bibliografias e trabalhos realizados, assinalam uma trajetória evolutiva⁵².

Começa com uma declaração de compromisso da história com a vida presente. Compromisso firmado, vai ao resgate histórico, etimológico, filosófico de como se desenvolveu a ideia de história; a relação com a filosofia e com as ciências, quando a história começava a se

⁵² No livro, há uma lista de ilustrações, com imagens de intelectuais: Johan Huizinga, Max Weber, F. A. Varnhagen, Capistrano de Abreu, B. F. Ramiz Galvão e Alexandre Herculano. Entre tantos e tantos citados, deles se tem a imagem também, o que evidencia uma valorização desses pensadores que mereceram ser conhecidos e lembrados também pela imagem.

mostrar como um saber científico. Evoluindo dos relatos à ciência, os próximos capítulos concentram suas atenções na operação historiográfica: as periodizações, os gêneros históricos, as metodologias, a crítica, as fontes históricas. Todos os capítulos reunidos mostram um esforço didático e pedagógico de ensinar o que são teorias da história, inclusive as do Brasil, e como utilizá-las para escrever história e agir no presente.

Introito necessário feito, nos tópicos com título de cada capítulo, passo à análise do livro.

2.5.1. Os problemas da história e as tarefas do historiador⁵³.

JHR começa tratando da relação entre história e historiografia, passado e presente, vida e ação. Há nesse capítulo uma preocupação em definir teoria da história, não só como um conjunto de princípios e pressupostos metodológicos, mas como uma forma de conhecer e transformar o mundo atual, com capacidade de elaborar respostas e estratégias para superação das crises e viabilizar o desenvolvimento da história e da nação. Esforça-se em definir o que se entende por teoria da história, quais são os principais pensadores e sistemas de pensamento, tanto estrangeiros quanto brasileiros; os vínculos da historiografia e da história, entre o passado e o que acontece agora e como essas temporalidades se entrelaçam na narrativa histórica.

Escreve que “Deus não é dos mortos, mas dos vivos”, e toda manifestação de vida e consciência é história. A escrita da história acontece para responder questões do presente, “Por isso a historiografia está sempre na dependência da história. [...] É pela conexão íntima entre o passado e o presente que a história possui incessantemente o mundo e age sobre a vida” (RODRIGUES, 1978, p. 27).

Foi, para JHR, no contexto do “longo século XIX”, para usar uma expressão de Eric Hobsbawn que a história assumiu as características substanciais e afirmativas de sua autonomia e particularidades entre as ciências humanas desenvolvidas na *epistêmê* moderna, focadas no *sujeito* (HOBSBAWN, 2011, p. 19-24). JHR reúne pensadores que são tidos por ele como responsáveis pela renovação dos estudos históricos. Destaque para os seguintes pensadores: W. von Humboldt, pois afirmou ter o historiador sempre que compreender os acontecimentos “na escala do seu presente”; K. Marx, “modificou todo o quadro tradicional da história e ensinou novos meios de explicação e novos fins”; M. Weber, “ensinou, em contrapartida, uma teoria

⁵³ A partir daqui os títulos dos tópicos correspondem ao nome do capítulo de *Teoria* que será estudado.

funcional de interação pluralista”. Aponta também os “novos caminhos ensinados por Benedetto Croce, por Toynbee, ou os descaminhos de Nietzsche e Spengler, sacudiram a consciência história” (RODRIGUES, 1978, p. 29). Por que? Como?

O “breve século XX” (HOBSBAWM, 1995, p. 14-16), com a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a União Soviética, a Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial, a Revolução Cultural Chinesa, os regimes ditatoriais na América Latina, as descolonizações e a Independência da Índia, “a americanização do Ocidente e a sovietação do Oriente”, exigiram uma história que capaz de se conectar a esses acontecimentos e transformações de um mundo em crise. Para JHR, a “história europeizante” e o historicismo não foram capazes de compreender as forças vivas da crise presente que levaram às guerras mundiais, e insistir nessa visão eurocêntrica “significa desservir a história e o presente”. Assim, as “questões que perguntamos ao passado mudaram assim como mudaram as condições do mundo. Toda época exige sua própria visão da história” (RODRIGUES, 1978, p. 30). No fim da metade e começo do meio do século XX, o presente exigia o revisionismo histórico.

Norberto Bobbio, em seu *Dicionário de Política*, define o revisionismo como “teorias a rever”. Ao analisar o revisionismo do marxismo feito por S. Bernstein, Bobbio escreve: “Aconteceu assim com o Revisionismo que, partindo da verificação de alguns pontos, acabou, pouco a pouco, por pôr em questão toda a estrutura [...]” (BOBBIO, 1998, p. 1127). O pensador italiano destaca também no verbete o “revisionismo de esquerda”, o “revisionismo de direita”, o “revisionismo comunista”. No caso honoriano, seu objetivo revisionista é o de superar a historiografia conservadora e incruenta, com uma visão combatente e modernizante. José Octávio de Arruda Mello escreve sobre o revisionismo honoriano:

Combativo, JHR defendia que o revisionismo deveria voltar-se para os aspectos essenciais do processo histórico, habitualmente desmerecidos pela Historiografia Oficial. Era também um sistematizador das tendências revisionistas da Historiografia brasileira, tal como haviam sido intuídas por Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, João Ribeiro, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda [...] E, enfim, JHR era partidário de uma Historiografia que, além de combater pelo povo, pela liberdade e as aspirações nacionais, também julgasse, pois ‘sem justiça a República não é República, e sem Julgamento a História não é História’ (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 194).

JHR entende o revisionismo como “uma nova visão do mundo, adaptada às novas perspectivas. Se devemos restaurar a conexão entre o passado e o presente e tornar a própria história uma força viva e não um peso morto de condensada erudição, a primeira tarefa consiste numa visão interpretativa do escrito histórico, com todas as suas consequências pedagógicas” (RODRIGUES, 1978, p. 30-31). A revisão se fazia necessária para produzir uma história “que

atenda à nova relação entre o passado e o presente”. E isso era feito pela Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, pelos soviéticos e norte-americanos, países pós-coloniais e de terceiro mundo, com novas periodizações, bibliografias, novos lugares de saber e poder⁵⁴.

No tópico *Os problemas da história e da historiografia brasileira* é ressaltada a necessidade da historiografia brasileira passar também por um processo de revisão, para superar o passado colonial e monárquico, a historiografia conservadora e conectar-se com o presente. E qual é a representação de passado e forma de escrita da história que devem ser superadas? Responde o autor:

A historiografia brasileira, expressão de sua história, representava até há pouco, e ainda representa em significativa proporção, a sociedade velha e arcaica [...], e por isso se dedica tão esmagadoramente à história colonial, expressão de seu apego às tradições e à cultura luso-brasileiras, forma de concepção histórico-filosófica de sua personalidade básica e de seu caráter social. O Brasil arcaico é o Brasil rural, com 54,92% de sua total população, ao contrário de uma sociedade nova, muito mais evoluída e com muito maior estabilidade que domina de modo geral o Estado de São Paulo e o extremo sul, mas que o resto do país é sobretudo uma sociedade urbana. [...] Temos assim, dois elementos fundamentais para o conhecimento da história do Brasil e as direções de sua historiografia: a personalidade básica portuguesa e a sociedade rural (RODRIGUES, 1978, p. 32).

O revisionismo e uma história combatente seriam instrumentais teórico-práticos representativos de um Brasil moderno⁵⁵. As teorias da história do Brasil foram desenvolvidas dentro de estruturas sociais e econômicas arcaicas; assim, a modernização também passa pela historiografia. Em *Teoria*, esta preocupação, que germinará em outros livros, tinha como um de seus objetivos “descobrir novas soluções para os velhos problemas” (RODRIGUES, 1978, p. 33).

De volta a *Teoria*, JHR sustenta que a expressão do atraso e incapacidade de olhar e responder aos desafios do Brasil contemporâneo é notada na dedicação majoritária dos estudiosos ao período colonial. O IHGB “contém mais de 60% de contribuições, nos seus primeiros cem anos, à história colonial. ” A dedicação ao período se mantém no século XX, quando “a história colonial foi, durante ainda os trinta primeiros anos deste século, a eleita dos

⁵⁴ Em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, JHR elenca arquivos e bibliotecas do Brasil. Na primeira parte do livro, disserta sobre o que é e como fazer pesquisa histórica. Em seguida, enumera e apresenta mais de quarenta pesquisadores que contribuíram para “A evolução da pesquisa pública histórica brasileira” (título da parte dois do livro). Na próxima parte do livro, são arrolados arquivos nacionais e estrangeiros que contém fontes sobre história do Brasil, sendo alguns deles os portugueses, franceses, italianos, africanos, alemães, holandeses, suíços e austríacos, suecos, da América latina e central e asiáticos (RODRIGUES, 1969).

⁵⁵ A herança e perpetuação da colonização portuguesa; o caráter conservador, principalmente das elites; a dificuldade de imprimir o progresso e a modernização, tanto na sociedade quanto na historiografia nacional, são temas que compõem o livro *Aspirações Nacionais e Conciliação*, lançado antes de *Reforma no Brasil*, analisados por Paulo Alves Júnior, que vê, a partir desses livros, JHR como *intérprete do Brasil*.

historiadores nacionais e dos responsáveis pelas edições de textos históricos”. Os estudos sobre negros e indígenas, exemplifica o autor, estão concentrados no período colonial, “mas sem um estudo correspondente histórico-cultural da influência indígena e especialmente negra na sociedade moderna contemporânea brasileira” (RODRIGUES, 1978, p. 33-34).

A historiografia começou a mudar quando passou a olhar mais profundamente para o econômico e o social, destaca JHR. Essa nova fase da historiografia brasileira se iniciava com Capistrano de Abreu, como:

(...) expressão do Brasil novo, pois ao escrever os *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil* (1899), tema colonial ainda, ele rejeita a ênfase sobre as origens europeias e as relações européias. Seu tema é inteiramente nacional, pois convidava os historiadores brasileiros a não centralizar o seu interesse nas comunidades do litoral, mas no interior, no próprio Brasil arcaico, é verdade, mas nas origens autônomas do Brasil novo: as minas, as bandeiras, os caminhos. A rejeição colonial está implícita no próprio tema colonial. Além disso, desde 1875 Capistrano considerava a Independência como a transformação da emoção de inferioridade a Portugal em consciência de nossa superioridade, um dicionário e um atlas de história do Brasil (RODRIGUES, 1978, p. 34).

O trabalho de Capistrano de Abreu, inspiração de JHR, renovou a maneira de analisar a história e a historiografia do Brasil colonial. Conforme JHR, a importância da história social, em que o conceito “de cultura substitui o de raça”; seus estudos sobre os índios são modernos e contribuem também para o progresso da etnografia. Abriu caminhos para novas fronteiras historiográficas e foi inspiração para a “geração de 1930”, indicou possibilidades de pesquisa, como “o próprio sistema de casa-grande e de senzala e sua importância no Nordeste viu-o pela primeira vez em 1910” (RODRIGUES, 1978, p. 34), antecipando Gilberto Freyre em mais de duas décadas.

Para reforçar seu argumento sobre a importância de Capistrano para sua geração, traz à cena Sérgio Buarque de Holanda, adjetivado por JHR como “o mestre de São Paulo [...], intimamente vinculado à escola de Capistrano de Abreu”, reconhece que “a importância desses escritos, suscitados em parte pelas perplexidades de uma época de crise e transformação e que contribuíram para dar novo rumo aos estudos históricos” (RODRIGUES, 1978, p. 34-35).

O reconhecimento da importância de Capistrano para a historiografia nacional, o esforço arquivístico e interpretativo de JHR sobre o “mestre” tinha uma função estratégica. Como já foi mencionado, citando Rebeca Gontijo e Ângela de Castro Gomes, JHR foi responsável, quando diretor da Biblioteca Nacional, pela organização, compilação e publicação das correspondências e textos de Capistrano de Abreu, com o objetivo de tornar-se seu principal representante e “herdeiro” na historiografia brasileira. Capistrano seria “figura do ‘pai

fundador’ da historiografia, de quem ele mesmo queria ser filho dileto” (GONTIJO, 2013, p. 17).

Sobre a publicação das correspondências de Capistrano, JHR justificou sua necessidade na *Introdução das Correspondências de Capistrano de Abreu*:

Considerado e aceito geralmente como um dos maiores historiadores brasileiros. Capistrano é hoje pouco lido e suas obras se encontram em grande parte esgotadas. A legenda, a reputação e a lembrança de Capistrano permanecem vivas e presentes, mostrando que ao lado de suas obras ele deve ter dado ao mundo alguma coisa mais. Esta participação se revela na correspondência que ora se publica, escrita com seriedade de propósito, sem convencionalismo, sem preocupação de público ou letra de forma (RODRIGUES, 1977, p. XXXV).

Segundo JHR, as ideias de Capistrano não foram mais difundidas porque esbarravam em obstáculos de sua época, um deles eram os positivistas. Os “excessos da ideologia *comtiana*”, embora não especifique o que é e quem eram os pensadores positivistas comtianos, serviram de tempero teórico durante a transição das instituições monárquicas para as republicanas, não promoveram o progresso anunciado e mantiveram os problemas crônicos e persistentes de antanho e sempre. Ocorreu a “substituição da monarquia não por um regime de livre discussão, mas por um presidencialismo cujo absolutismo é temperado pelas revoluções quase periódicas”. Com Jules Michelet, defende que a historiografia deve ser escrita com audácia, e “falta de respeito [às autoridades constituídas] é o primeiro dever de um historiador” (RODRIGUES, 1978, p. 35).

Com Marc Bloch, defende uma história que compreenda o passado pelo presente e o presente pelo passado. No Brasil, continua JHR, os trabalhos de Capistrano de Abreu, José Maria dos Santos, Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda tiveram essa sensibilidade do presente. Citando o último, diz que os historiadores teriam que superar o “passado utilizável”, usado para justificar, entre outras coisas, a desigualdade e o autoritarismo brasileiros. Sobre o problema da desigualdade, JHR escreve:

Se de 1900 a 1956 crescemos de 18 milhões de habitantes para 60 milhões, numa taxa demográfica de 2,5% ao ano, e num índice de 5% de aumento da renda nacional, taxas altas e proporcionadas, que podem promover a passagem de um país subdesenvolvido para um país desenvolvido, as tarefas e os problemas da historiografia hão de apresentar-se sob formas novas, pela complexidade, variedade e grandeza, e novos campos de crescimento demográfico e do produto nacional não são acompanhadas, infelizmente, pelo desenvolvimento da educação. Continuamos com 50% de analfabetismo, quando possuímos, em 1880, 80%; mas possuímos agora 37 faculdades de filosofia, com 1.693 alunos de história e geografia (RODRIGUES, 1978, p. 36).

JHR descreve um Brasil de mudanças, com o industrialismo, o crescimento da população urbana, mas que luta contra as instabilidades, incertezas e forças do atraso que afirmam o arcaico e sufocam a modernização. Para a modernização da historiografia com as novas demandas sociais, chama a atenção para a ampliação e modernização dos cursos de graduação, museus, arquivos, bibliotecas, faculdades e fundações⁵⁶.

História do presente e história contemporânea são sinônimas para JHR. A história contemporânea foi praticada por Arnold Toynbee (1889-1975) e forneceria o melhor modelo para uma história compromissada com as problemáticas do tempo presente⁵⁷, afirmava JHR. Toynbee foi um historiador muito evidente na obra honoriana. Toynbee começou a publicar os primeiros volumes de *A Study of History* em 1934; era um historiador consagrado em 1950, quando JHR teve um encontro com ele em Londres. Em entrevista a John D. Wirth, JHR disse que a identificação com o trabalho se deu porque “ele estava preocupado com esse mesmo problema da relevância histórica”. Relevância histórica significava ligar os estudos do passado com o presente em seus livros, que “levantassem problemas contemporâneos e estudassem esses problemas em suas raízes históricas” (RODRIGUES, 1991, p. 270).⁵⁸

Dentro dessa perspectiva, JHR sugere que o estudo da história contemporânea é um caminho para fazer avançar a modernização do país. O Brasil precisa assumir o protagonismo de escrever uma história própria, atualizada, ligada às questões contemporâneas. Precisando melhor o contexto contemporâneo ao qual JHR se refere, cito o autor:

⁵⁶ Esses obstáculos para a modernização do Brasil ocupam quase todas as páginas de *Aspirações Nacionais*. Um dos entraves para a modernização do Brasil, segundo JHR, é a “política de conciliação”, que, “com ou sem Federalismo, o compromisso tem sido a mais fácil solução política. A conciliação, sempre procurada e encontrada, inspira-se na conjuntura, é emocional, acredita que o real vai além do possível e traz vantagens únicas para as oligarquias e minorias, fraudando o povo, esgotando a paciência de esperar e anulando a fé na solução próxima. Penso que, na atual circunstância, não se pode mais ‘tapear’, não digo o povo, mas o próprio processo histórico. Não haverá paz nem sossego, se a minoria dominante não se dispuser a fazer as concessões indispensáveis e a atender as exigências de reformas essenciais. A balança das forças pende para o lado popular, que é mais a nação que as minorias oligárquicas” (RODRIGUES, 1963, p. 121).

⁵⁷ Orlando de Barros em seu artigo “A propósito de ‘Por que não escrevo história contemporânea’”, que é um texto de JHR, publicado em jornal em 1973, quando “ainda estava em curso o governo de Garrastazu Médici, o auge da ditadura militar, da repressão política e da censura prévia aos jornais” (BARROS, 2014, p. 5). Um outro obstáculo para se escrever história contemporânea, era de ordem metodológica. Em seu texto, JHR escreve que tem “defendido a prática da História Contemporânea brasileira, como se pode ver nos livros *Teoria da História do Brasil* e *Pesquisa Histórica no Brasil*”, e apresenta as dificuldades de acesso às fontes contemporâneas, a liberdade de informação e documentos secretos, o silenciamento autoritário da crítica e do julgamento histórico. Conclui dizendo que “a falta de documentação, o encurtamento do horizonte, e sobretudo a falta de liberdade e das garantias individuais me desviam pessoalmente da historiografia contemporânea. Há uma incompatibilidade entre os regimes de exceção e o exercício da história contemporânea” (RODRIGUES, 2014, p. 17).

⁵⁸ No livro *História e Historiografia*, há um capítulo “Toynbee e a filosofia da história”, em que ressalta que “*A Study of History*, obra enciclopédica de conhecimento histórico, o livro mais discutido em todos os centros históricos da Europa e da América. Por toda parte, na França, na Itália, na Holanda e na Alemanha, encontrava-se traduzido e era com vivo interesse debatido, estudado e criticado” (RODRIGUES, 2008, p. 79). Raquel Glezer e Ana Luisa Marques Bastos destacam como a compreensão histórica honoriana está atrelada a uma ideia de que a história pode servir para orientar e mudar o presente e este é um aspecto destacado por JHR sobre a obra de Toynbee. Na entrevista que fez com o historiador perguntou sobre a significação e utilidade da história e diz que “para Toynbee, a história é uma experiência que nos ajuda a pensar sobre o que virá e o que deveremos fazer”, evitando assim “a repetição dos erros passados, embora os fatos históricos nunca se repitam, na sua essência” (RODRIGUES, 2008, p. 80).

O estudo da historiografia contemporânea é, assim, uma das principais tarefas da historiografia brasileira. Não podemos continuar a desconhecer-la, a evitá-la, deixando que só os historiadores norte-americanos dela tratem nos seus encontros anuais ou os soviéticos, nos Congressos Internacionais, como tem acontecido ultimamente. [...] Um povo em fase de transição para o seu completo desenvolvimento econômico não pode continuar a dissipar toda a sua inteligência histórica na rememoração colonial, sem cuidar dos temas que nos auxiliam a enfrentar os problemas atuais (RODRIGUES, 1978, p. 41).

Entre as dificuldades existentes para escrever história contemporânea no Brasil, estaria o desafio de enfrentar poderes constituídos, não só na historiografia e nas ciências, mas, principalmente, nas instâncias políticas e econômicas vigentes. Um grande esforço deveria ser feito para dar voz aos vencidos e silenciados, possibilitando acesso cada vez mais livre aos documentos, fontes e liberdade de pesquisa⁵⁹. Acrescenta-se ainda as barreiras encontradas pelas restrições impostas aos pesquisadores nas instituições arquivísticas.⁶⁰

Para JHR, a história contemporânea é anunciadora de novas historiografias, como a história das imigrações, urbana e rural, demográfica, intelectual, da opinião pública e eleitoral, das relações internacionais, com cada uma delas exigindo metodologias particulares e novas para responder aos questionários do tempo presente que se amplia cotidianamente (RODRIGUES, 1978, p. 42-43).

Por tratar-se de uma história comprometida com o presente, o contemporâneo, os valores morais, os afetos, os modos de se lidar, não devem ser indiferentes ao historiador que os compartilha no *dasein* de sua mundidade. O capítulo é encerrado com a defesa de uma história que “trabalha também com o coração”, diz JHR citando Jacob Burckhardt: “Quem realmente conhecer a história estará protegido do entusiasmo barato, mas não poderá encarar o jogo histórico sem profunda emoção, pelo menos quando se trata do futuro de sua própria terra e de seu próprio povo” (RODRIGUES, 1978, p. 41).

⁵⁹ No livro *Aspirações Nacionais*, JHR explica o que é a política de conciliação que deve ser questionada e modificada, atendendo aos interesses populares. Escreve o autor: “Com ou sem Federalismo, o compromisso tem sido a mais fácil solução política. A conciliação, sempre procurada e encontrada, inspira-se na conjuntura, é emocional, acredita que o real vai além do possível e traz vantagens únicas para as oligarquias e minorias, fraudando o povo, esgotando a paciência de esperar e anulando a fé na solução próxima. Penso que, na atual circunstância, não se pode “tapear”, não digo o povo, mas o próprio processo histórico. Não haverá paz nem sossego, se a minoria dominante não se dispuser a fazer as concessões indispensáveis e a atender as exigências de reformas essenciais. A balança das forças pende para o lado popular, que é mais a nação que as minorias oligárquicas (RODRIGUES, 1963, p. 121).

⁶⁰ “A política arquivística deve ser liberal, ampla e generosa em matéria de abertura de seus depósitos e da consulta de seus documentos. Esta lição deve ser tanto mais seguida quanto a política nacional não teve e não tem responsabilidade de liderança mundial. É sobretudo a necessidade imperiosa de fornecer aos estudiosos brasileiros o acesso aos documentos mais recentes que deve determinar a abertura dos arquivos contemporâneos. [...] Enquanto os países avançados caminham para uma liberalização da política de acesso, no Brasil andávamos para trás. A política do sigilo, velha tradição portuguesa, tão do agrado da minoria dominante brasileira, sempre receosa do exame livre e crítico de sua conduta pública, muitas vezes tão nociva aos interesses nacionais, tem sido entrave sério ao desenvolvimento da historiografia brasileira [...]” (RODRIGUES, 1978, p. 133).

Conciliando teoria e prática social, a interpretação histórica precisa servir para a ação. Em *Aspirações Nacionais*, JHR desenvolve a ideia de história com a missão de explicar o que é o caráter nacional e transformar a realidade. A coerência entre história e compromisso social é postulada da seguinte forma:

A caracterização nacional não foge, assim, à tarefa histórica. Não é possível compreender a sociedade ou a política, partindo delas, mas sim de seus próprios desenvolvimentos históricos. A mais importante contribuição de Reisman, analisada num vasto exame crítico, consistiu em ter observado, no caráter, a tendência para a mudança. E esta não pode ser vista sem a História, sem as variações históricas, no jogo dinâmico do permanente-variável. O historiador deve enfrentar o assunto, e não abandoná-lo aos antropólogos e sociólogos que, se adiantaram o conhecimento do problema, não o resolveram (RODRIGUES, 1963, p. 11).

Para ter uma contextualização mais precisa do momento em que JHR escreve esses textos e apela a uma história transformadora de acordo com o caráter nacional, cito um fragmento de *Conciliação e Reforma no Brasil*, no qual o autor escreve sobre o generalismo presidencial e inconciliável:

Em 1964 houve a inconciliação e a imoderação da cúpula militar que dominou o Poder e tutelou a nação. Pela primeira vez na história brasileira a força dominante não se conciliou com ninguém, nem com os seus iguais, bastando fossem adversários do poder. Acreditaram que seriam eternos, que cessariam os conflitos, os antagonismos, a rivalidade de interesses, o que só existe nos regimes totalitários e absolutos. Não se luta só, escreveu Max Weber, por interesse de classe, mas também por diferentes concepções de mundo. O mundo fechado do poder, o círculo de ferro ainda mais cerrado, não pode resolver nenhum dos graves problemas econômicos, sociais e políticos que existiam; pelo contrário, agravou-os como era de esperar. [...] O generalismo, a sucessão presidencial por generais de quatro estrelas, acabou com a República e a Federação, que eram consideradas pela própria Escola Superior de Guerra como objetivos nacionais permanentes (RODRIGUES, 1982, p. 14-15).

Como dito, *Teoria* é a espinha dorsal que se movimenta dentro de toda obra honoriana. O capítulo conclama para elaboração de teorias que sirvam como arma combativa contra os “inconciliáveis” e contribuam para a escrita de uma outra história do desenvolvimento da nação. O Brasil, defende JHR, sempre manteve o povo distante do poder decisório, seja por meio de políticas de conciliação e reformas empreendidas pelas elites para sua manutenção no poder ou por meio da repressão violenta das manifestações e revoltas populares. São definidos como inconciliáveis acontecimentos e personagens que reprimiram e sufocaram violentamente as manifestações populares das “verdadeiras aspirações nacionais” (RODRIGUES, 1963, p. 90-91). No ano da edição do livro, são identificados como inconciliáveis os militares do “generalismo presidencial”, definidos por JHR da seguinte maneira:

O movimento contrarrevolucionário de 1964 hesitou a princípio entre um regime presidencial constitucional e um presidencialismo em rodízio de presidentes imperiais absolutos, que fizeram do presidente um czar, e não souberam criar um presidente forte constitucional. Logo estabeleceram os príncipes-herdeiros absolutos, cuja escolha era feita por um conselho de Estado de poucos membros, todos eles pertencentes ao mesmo grupo militar dominante. Este grupo contra-revolucionário conservador foi-se transformando num grupo contra-revolucionário de direita e, como tal, nascido de uma contra-revolução militar, só poderia ser representado por generais do último escalão hierárquico, os generais de quatro estrelas [...]

O generalismo presidencial constitui uma ideologia contra-revolucionária, de defesa do status quo, do neocapitalismo brasileiro, antinacionalista, pois defende as multinacionais e a desnacionalização da empresa brasileira. Suas raízes são anti-radicais imperiais, absolutistas e colonialistas [...] (RODRIGUES, 1982, p. 160-161).

São esses problemas da história e do presente que a teoria deve problematizar e encontrar novas possibilidades. Mais do que estudar o passado, a história deve elaborar no presente as condições para o futuro, o desenvolvimento e a democracia no Brasil.

2.5.2. Desenvolvimento da ideia de história.

Este capítulo do livro é substancial, pois os temas que serão tratados nos próximos passam por esse desenvolvimento da ideia de história. Em seu percurso narrativo, JHR começa pela semântica da palavra, passa por vários períodos históricos, concentrando-se na Alemanha do século XIX, o século de ouro da evolução do conhecimento histórico para o autor. Pondera que o capítulo é “um brevíssimo resumo sem pretensões e inteiramente baseado nas melhores historiografias” (RODRIGUES, 1978, p. 46).

O desenvolvimento da ideia de história, segundo JHR, começa pela definição etimológica da palavra entre gregos e alemães. Ao longo do tempo, a palavra passou a expressar “não só o sucesso como o inquérito ou investigação desse sucesso” (RODRIGUES, 1978, p. 45). Isto é, trata-se do caráter objetivo (o sucesso) e subjetivo (a investigação).

A ideia de história teria se desenvolvido em três principais tipos de exposição: *narrativo*, *pragmático* e *genético*. Esses modos de escrita da história, tem como referenciais selecionados por JHR, o *Manual do método histórico* (1889), de Ernest Bernheim. Tal classificação teria se iniciado com Leibniz, corroborada por Bruno Bauer e criticada por Huizinga, como uma “fonte de erros e praticamente inoperante”. Mas é na classificação de Hegel que ele demora mais nesse começo de capítulo.

Hegel dividiu o desenvolvimento da ideia de história em três classificações: imediata, reflexiva e filosófica. A *imediate* é a narrativa dos acontecimentos vividos pelo próprio

narrador, como Heródoto e Tucídides que viveram os acontecimentos em sua imediatez. *Reflexiva* é a abordagem que se eleva para além do presente, dividindo-se em quatro espécies: a *história geral*, que seria a tentativa de escrever sobre a totalidade de um país; a outra é a *pragmática*, procurando por um fundamento moral do qual se possam extrair do passado, as lições para o presente; porém, “a experiência e a história nos ensinam que nenhum povo ou governo aprendeu qualquer lição da história ou atuou segundo doutrinas delas extraídas” (RODRIGUES, 1978, p. 46-47). A terceira espécie de história reflexiva é a *crítica*, que é história da história, como estudo das narrativas. A quarta são as histórias particulares, parciais e especiais, como a história do direito, da arte, da religião, da ciência. Por último, a história filosófica é a que procura por um espírito do tempo condutor dos acontecimentos.

Sobressaem essas classificações, para JHR, três modos principais de construção do relato histórico. O *modo narrativo*, existente desde a antiguidade, consiste no empenho em narrar fatos considerados significativos para as gerações futuras. É o tipo de história que se encontra no Velho Testamento e nos escritos de povos da antiguidade oriental, como Egito, Pérsia, Babilônia, Fenícia, Assíria. O mito, o lendário, recheiam as narrativas dos sofrimentos, vitórias, migrações, origens e destino. Dentro desse gênero, Heródoto e seu olhar sobre o passado, transformando-o em matéria-prima da história, é tido como o modelo mais acabado, “é o maior exemplo da história puramente narrativa”⁶¹. A *história pragmática* emergiu nas linhas do *Guerra do Peloponeso*, de Tucídides. O político, o social e o econômico, as estratégias da guerra, os motivos, o desenrolar e os fins dos acontecimentos são o que tornam o livro do historiador grego único e inaugural, segundo JHR. Seu interesse não se circunscreve ao presente, como na história narrativa, mas se volta para o futuro, “pretendendo tirar do conhecimento do passado, ensinamentos práticos para ocasiões políticas semelhantes”. Entre os romanos, Tito Lívio e Tácito são seus expoentes. O primeiro escreveu sobre Roma, suas guerras e políticas, a formação da cidade e do Império, “sua obra é considerada até hoje um monumento”. Tácito amplificou sua capacidade de análise, de modo, que “Tito Lívio é para Tácito o que Heródoto é para Tucídides” (RODRIGUES, 1978, p. 49). A *história moralizante* foi incrementada mais tarde no cristianismo. O que muda, escreve JHR, é que não se trata mais de pensar nos gregos ou romanos, mas numa história universal. “A universalização da história é uma ideia cristã”. No entanto, devido à hegemonia da Igreja, também no campo intelectual, a

⁶¹ Um dos canais para colocar JHR em diálogo com a historiografia contemporânea seria pelas leituras sobre Heródoto. Poderia comparar o que JHR escreveu sobre Heródoto nesse texto e em outros com o livro de François Hartog. Em *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, são analisadas as preocupações de natureza etnológica, a questão da alteridade, a construção da identidade grega numa perspectiva comparativa e como Heródoto passou a ser considerado o fundador do discurso histórico, distinguindo “o mundo em que se conta e o mundo que se conta” (HARTOG, 1999, p. 231).

narrativa histórica não conheceu avanços notórios na Idade Média, pois se preocupavam excessivamente com a conservação e transmissão dos antigos textos dos gregos e latinos.

Os textos clássicos receberam um incremento analítico no Renascimento Cultural⁶². As críticas de autenticidade, a valorização da erudição, foram ingredientes para a produção de uma história nacional e universal. JHR menciona os cronistas “no cargo de ordenar ‘estórias’, recontava os feitos dos reis de Portugal”. Contribuição fundamental para essa historiografia foi a de João de Barros (1496-1570), autor de *Décadas da Ásia*, “revelou ao Ocidente o mundo desconhecido do Oriente, que seu povo antes descobrira. [...] Esta é a contribuição de João de Barros que, esquecida pela história da história, deve ser assinalada” (RODRIGUES, 1978, p. 50).

Como quem constrói um cânone, uma galeria de referenciais, JHR destaca a contribuição esquecida de João de Barros e outros nomes que se sucedem. JHR expõe autores, seleciona ideias, conceitos e textos, considerados por ele fundamentais para o desenvolvimento da ideia de história na idade moderna.

Sobre o século XVII, em um único parágrafo são citados cinco pensadores com seus respectivos livros. Para adentrar às contribuições do século das Luzes, passa por G.W. Leibniz, Giambattista Vico, René Descartes, Montesquieu, Edward Gibbon e Voltaire. Com esses pensadores, a historiografia teve duas importantes inovações: “primeiro é a secularização da história e o segundo é o conceito de progresso ou de evolução”.

No século XIX, crucial para JHR, foi quando os princípios da secularização, do progresso e evolução, desdobraram-se no desenvolvimento de uma ideia de história científica. Nesse processo a história afirmou suas particularidades, autonomia e distinções em relação às ciências da natureza e seus padrões. O conjunto dessas transformações da historiografia, com suas teorias e métodos, doutrinas filosóficas, abordagens, padrões de cientificidade, interdisciplinaridades, formaram o que ficou conhecido como historicismo.

O historicismo e o relativismo histórico do século XIX tiveram em J. G. Herder seu principal construtor, diz JHR. “Para Cassirer, se chamarmos a Kant de Copérnico da filosofia, bem se pode chamar a J. G. Herder (1744-1803) o Copérnico da história” (RODRIGUES, 1978, p. 51). Herder deu o passo seguinte para que a história racionalista e universalizante se tornasse científica.

⁶² Guy Bourd é e Hervé Martin, em *As escolas históricas*, analisam como os cronistas se transformaram em historiadores pagos pelo príncipe pelos serviços realizados. Nesse processo, o historiador não se baseia somente no que viu e ouviu, mas no que leu nos documentos, obrigando a historiografia a estabelecer técnicas e métodos de pesquisa (BOURDÉ & MARTIN, 1983, p. 37-42).

A história *genética* ou *científica*, segundo JHR, emergiu na Alemanha, onde o “mais forte espírito crítico e a mais viva e inteligente consciência histórica crescem nesse solo”. O fértil solo germânico foi metabolizado secularmente pela cultura helenística, pelo direito romano, pelo cristianismo primitivo e pela Reforma Protestante. A minúcia germânica no cuidado com a documentação, os métodos de investigação e escrita, resultaram em “uma ciência de indiscutível aceitação” (RODRIGUES, 1978, p. 52).

São representantes desse momento da historiografia germânica, Barthold George Niebuhr (1776-1831) e Leopold von Ranke (1795-1885). Metaforizando, num rompante poético que toma emprestado do próprio Niebuhr, JHR escreve que o desenvolvimento da ciência histórica se assemelha “a uma pessoa encerrada num quarto escuro e cujos olhos vão pouco a pouco se acostumando à obscuridade, até poder distinguir nela os objetos que não via e que reputava invisíveis. O trabalho do historiador é, assim, um trabalho subterrâneo” (RODRIGUES, 1978, p. 52).

Pela metáfora, a teoria é o acender de luzes na escuridão. Sem métodos nem postulados críticos, escreve-se história, mas seus procedimentos são obscuros e vagamente imaginados, defende JHR. A teoria deve possibilitar ver a parte oculta do iceberg, os subterrâneos inexplorados, por meio de uma teoria que torne clara a operação historiográfica e a escrita da história.

Ranke, para JHR, foi o pensador que mais espalhou luz sobre o que é teoria da história, representando como ninguém o espírito científico da historiografia do século XIX. Enaltece a obra rankiana pela hegemonia da erudição, a defesa da neutralidade e objetividade do conhecimento histórico para narrar os fatos como realmente aconteceram; a defesa do uso de fontes documentais como provas; a atenção calcada no que é contemporâneo, como os documentos, as críticas e seus referenciais. Ranke seria o pensador “cuja compreensão do mundo histórico o torna o maior historiador do mundo moderno, tão clássico como Tucídide”. Na Alemanha, “jamais alguém se aproximou tanto quanto ele do verdadeiro historiador” (RODRIGUES, 1978, p. 53).

Depois de Ranke e a Alemanha, JHR indica autores e bibliografias de historiadores de vários países. Como num manual didático, muitos autores e teorias são citados, demorando-se mais naqueles que apresentariam uma contribuição maior para o desenvolvimento do cientificismo historiográfico. Entre eles, estão A. Comte e o positivismo. Critica a teoria comtiana pela reduzida colaboração para a história, por pensá-la sistematicamente como um amontoado de fatos sob princípios de causa e efeito. O sentido dessas relações causais e suas leis gerais seriam cientificamente explicitadas pelo sociólogo “como um super-historiador”.

Outros desdobramentos da escola metódica, do positivismo e da cientificidade do conhecimento histórico são apontados. Thomas Buckle, na Inglaterra e Hippolyte A. Taine, na França, foram os responsáveis pela apropriação das teorias positivistas na história. Buckle é apenas citado, talvez só para dizer que Taine foi muito mais reconhecido e influente; porém, seu naturalismo determinista teria prejudicado seu olhar sobre aspectos mais abrangentes que a raça, o meio e o momento para a análise histórica, observa JHR. Contemporâneo de Taine, avesso às generalizações e filosofias da história, Fustel de Coulanges praticaria uma história fundamentada no texto e o que dele se extrai.

De volta à Alemanha, junto com Ranke, Theodor Mommsen e Jacob Burckhardt formam “a mais completa trinca de historiadores do século XIX”. Mommsen representaria “uma das maravilhas da erudição ocidental”. Burckhardt está “hoje mais vivo que nunca”. Reavaliando o método rankiano, sua forma de compreender a arte e o pensamento na história em sua obra sobre o Renascimento é “o mais penetrante e sutil tratado de história da civilização que existe na literatura” (RODRIGUES, 1978, p. 55). Uma limitação apontada foi a crença na restituição e constância dos acontecimentos a partir do estabelecimento de tipologias.

Ao escrever sobre a historiografia norte-americana, destaca F. J. Turner. Segundo JHR, Turner defendia a adoção do método alemão de pesquisa histórica, mas de acordo com as especificidades da história norte-americana. Seus estudos sobre a Independência, as fronteiras, a nação, as relações com a Europa, tornaram-se um referencial para se pensar e escrever a história dos Estados Unidos. Teorias e métodos orgânicos às particularidades brasileiras, os temas das fronteiras, da nação e das relações internacionais são preocupações que JHR compartilha com Turner em sua obra, talvez por isso colocá-lo como representante da evolução da historiografia estadunidense.

A Bélgica aparece nesse quadro emoldurando a imagem de Henry Pirenne (1862-1935). História, economia, indústria e comércio se entrelaçam em suas pesquisas de modo pioneiro. Foi “o maior historiador de língua francesa e o mais completo pelo exercício continuado de todas as atividades eruditas [...] Pode-se dizer, sem exagero, que a Bélgica, sem a história escrita por Pirenne, seria hoje, do ponto de vista político e nacional, menos do que é” (RODRIGUES, 1978, p. 56).

Friedrich Meinecke (1862-1954), sucessor institucional de Ranke na cátedra na Universidade de Berlim, é ressaltado por sua história das ideias e o primeiro a sistematizar o historicismo. Em suas pesquisas, escreve JHR, colocou em diálogo o método histórico e a reflexão filosófica, incrementando e contrariando um dos preceitos do método rankiano, de que a filosofia comprometia a objetividade da ciência histórica.

Nesse passo, JHR vai construindo uma tradição teórica e científicista fundamentada em Ranke. Com Meinecke, JHR sintetiza o que apresentou sobre Ranke e Burckhardt, criticando o primeiro por elevar o Estado acima da civilização, corroborando a hipótese do segundo com a predominância da cultura e do processo civilizador. Meinecke representaria, diante do exposto, o desenvolvimento da história científica e do historicismo na Alemanha do século XIX.

Da Alemanha para a Itália, Benedetto Croce. Croce é presença constante nos textos de JHR, e está nesse capítulo como um referencial na história da história italiana. Inserido no contexto dos desenvolvimentos da ideia de história, suas análises históricas, com “temas de interesse local”, mas sendo pensadas com a lógica e a estética, fizeram de Croce “o mais universal dos italianos” (RODRIGUES, 1978, p. 57).

Na dinâmica dos progressos do conhecimento histórico, as teorias e métodos evoluem para o entendimento cada vez maior e sofisticado das interações plurais dos múltiplos aspectos das vivências do ser humano no tempo. JHR começa com os primeiros relatos na antiguidade; e, nesse momento do capítulo, tratado como um dos maiores pensadores da história de todos os tempos, é a vez de falar de Max Weber.

Max Weber é retratado como “o maior sociólogo do mundo moderno [...] e um dos sábios mais universais e mais severamente metódicos da nossa época” (RODRIGUES, 1978, p. 59). O autor de *Economia e Sociedade* é muito trabalhado e exaltado ao longo de toda a produção honoriana. No capítulo, finalizando-o, Weber representa o zênite de um pensamento insuperável do saber e do fazer da pesquisa e análise histórica.

Weber foi uma das influências que mais incidiram sobre a formação de JHR. Defendia, inclusive, ter sido ele o responsável por inserir Weber na historiografia brasileira; no entanto, os louros teriam ficado com Raymundo Faoro e *Os donos do poder* (1958). Segundo José Octávio de Arruda Mello:

José Honório gostava de ressaltar sua prioridade quanto à divulgação no Brasil de Max Weber, cujo retrato aparece na *Teoria da História do Brasil*. A partir do sucesso de *Os donos do poder* (1958, 1976) de Raymundo Faoro, o weberianismo virou moda, e a prioridade de JHR veio a ser obscurecida, conquanto *Capitalismo e Protestantismo, Estado Atual do Problema*, como separata do Digesto Econômico, seja de 1946 (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 185).

Com a ampliação dos cursos de graduação em ciências humanas, Weber passou a ser cada vez mais estudado. JHR, ao reivindicar seu pioneirismo, colocar-se-ia na condição de historiador precursor dos estudos weberianos no Brasil. São muitos os artigos e capítulos de JHR sobre as contribuições weberianas, no entanto, não produziu um trabalho de profundidade

e robustez analítica como fez Faoro. Citarei alguns deles para que se observem as conexões de *Teoria* com outras partes e momentos da obra honoriana.

No artigo *Capitalismo e Protestantismo*, tornado capítulo de *História e Historiografia*, enfatiza que “Max Weber. Foi ele o único que procurou compreender as relações reais da economia com a moral. Explicou o que antes fora apenas percebido ” (RODRIGUES, 2008, p. 97). São apresentadas e analisadas suas principais obras e conceitos. Mostra como a relação entre moral e economia se entrelaça no estudo do espírito do capitalismo. Indica possibilidades de apropriações do pensamento weberiano: “Sob a sugestão da tese de Weber poder-se-iam fazer, com consequências admiráveis para o estudo da história cultural e da teoria econômica, estudos valiosíssimos”. Isso porque “Max Weber foi, na verdade, um dos alemães mais vigorosos e um dos sábios mais universais e severamente metódicos da nossa época” (RODRIGUES, 2008, p. 115-116).⁶³

Continuando *Teoria*, escreve sobre colaborações valiosas e menos impactantes para o progresso da ciência histórica. Entre esses, JHR cita Oswald Spengler, que seria mais interessante para a história se não tivesse naturalizado o estudo das civilizações com seu nascimento, crescimento e morte. Charles Seignobos (1854-1942) “foi um dos historiadores franceses de maior reputação internacional e se sua obra hoje está em grande parte superada pela investigação moderna”, o livro escrito com Charles V. Langlois (1863-1929) constitui “o melhor sumário do método histórico, exercendo, deste modo, uma influência didática decisiva na moderna formação dos historiadores sistematizaram didática e pedagogicamente os estudos históricos, embora a obra sendo muito relevantes na formação de historiadores” (RODRIGUES, 1978, p. 59). Com seu livro, JHR, décadas depois, parece ter objetivos semelhantes a Langlois e Seignobos: ser uma referência didática pela sistematização das teorias e métodos da história, além de pedagogicamente relevante para a formação de historiadores brasileiros.

Próximo a Weber, entre os mais brilhantes, está Jacob Burckhardt, defende JHR. O autor de *Homo Ludens* teria sido “o maior, o mais perfeito, o mais completo, é certamente, o mais original, nos métodos, no pensamento, nos caminhos escolhidos” (RODRIGUES, 1978, p. 60).

⁶³ Em *Expansão capitalista versus ideologia econômica em Portugal*, outro capítulo de *História e Historiografia*, JHR testa a eficácia da teoria de Weber no estudo do desenvolvimento do capitalismo português. Defende a teoria sobre o espírito do capitalismo e “como Weber alterara a tese marxista, embora considerando-se um filho revoltado daquele pensamento”. A peculiaridade do desenvolvimento do capitalismo português se explicaria por seu apego às teorias econômicas medievais, como a proibição da usura e perseguição aos judeus no século XV, o descontrole nos gastos e empréstimos internacionais, expressando “a falta de racionalidade da vida pública, um dos fatores mais importantes, segundo Weber na formação do capitalismo”. No processo colonizador português, “como filhos de pobres, pobres fomos desde o início” (RODRIGUES, 2008, p. 136-137). Mesmo sem citar Faoro, mas pela disputa epistemológica em torno de Weber, conforme diz Mello, pode ser interessante explorar diálogos possíveis dessas ideias de JHR com *Os donos do poder*.

Weber e Huizinga são os nomes citados no final do capítulo como representantes máximos da evolução do desenvolvimento da ideia de história, na transição do século XIX para o XX, na Alemanha.

O desenvolvimento da ideia de história nesse capítulo de *Teoria* é apresentado numa perspectiva progressista e evolucionista. Por progresso, entende-se aqui a ampliação dos instrumentais teóricos que auxiliem o historiador em observar e problematizar os muitos aspectos constitutivos da história e do presente. A exposição é feita de acordo com uma linha do tempo, começando com as origens etimológicas e formas de organização do relato histórico, passando pela Grécia e Roma de Heródoto, Tucídides, Tito Lívio e Tácito; a história moralizante do cristianismo; o enriquecimento analítico do Renascimento e das Luzes; chega-se ao século XIX, ponto alto da evolução historiográfica. Ranke personifica, para JHR, a mais valiosa contribuição para a autonomia teórico-metodológica científica da história. Depois de Ranke, é com Weber que a história conhece seus maiores progressos⁶⁴.

No capítulo, pode-se notar que o desenvolvimento da ideia de história conheceu sua forma mais completa e acabada na historiografia alemã do século XIX. Esse desenvolvimento significa, para JHR, a progressiva autonomia da história em relação às demais ciências e a elaboração de seus próprios padrões de problematização e cientificidade.

Muitos autores e obras são apresentados para compor uma linha evolutiva, fazendo constar nomes, tempos e lugares até chegar aos alemães. JHR traça um roteiro didático de leitura àqueles que se interessam em conhecer o que seriam os desenvolvimentos da história. Tendo justificado logo de início tratar-se de um “brevíssimo resumo”, não foi preocupação do autor problematizar os conteúdos abordados. Porém, o capítulo não finda em si mesmo, mas se desdobra nos seguintes, como no próximo, no qual o desenvolvimento da ciência histórica ocorre em colaboração mútua com a filosofia.

⁶⁴ A admiração adjetivada de JHR por Weber pode ser notada na própria composição do capítulo. Muitos dos autores e discussões, principalmente as de língua germânica, são encontradas nas análises do próprio Weber. Em *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura* (1906), Weber, no tópico *A polêmica com Eduardo Meyer*, debate questões de métodos em história e nas ciências sociais. A questão é a cientificidade do conhecimento histórico, pois havia um preconceito de que “a História não se interessaria pelos ‘conceitos’ e pelas ‘regras’”; nesse contexto, a obra de Meyer “oferece aos especialistas das disciplinas vizinhas a possibilidade de entrar em contato com toda uma série de questões, a fim de resolver certos problemas lógicos que são compartilhados com os ‘historiadores’ no sentido estrito” (WEBER, 1999, p. 155). Outros nomes, como os de Windelband, Rickert, Marx, analisados por Weber, compõem as análises de JHR no capítulo.

2.5.3. Filosofia e história: O conhecimento histórico.

A história tem particularidades distintivas das ciências da natureza, e a filosofia lhe é essencial. Antes, vimos o desenvolvimento da ideia de história, culminando no processo de constituição e autonomia da história com padrões de cientificidade. Do início da idade moderna até o século XIX é o período abarcado por JHR, discutindo como a filosofia acompanha os desenvolvimentos da ideia de história.

Para JHR, Descartes, Kant, o Iluminismo, problematizaram e levantaram barreiras epistemológicas nas questões de método e de cientificidade para a história. A defesa da matemática, com suas certezas e evidências, sua lucidez lógica e universalidade, no *Discurso de Método* definiu, por longo tempo, o que seria um método válido para as ciências e a metafísica. A história, sem a capacidade de fazer demonstrações matemáticas e geométricas, ficava ao lado do ideal cientificista cartesiano. Kant, herdeiro crítico do cartesianismo, corrobora que a ciência deve encontrar leis universais para além das particularidades dos fatos históricos. “Repisando o pensamento cartesiano, ele diria não ser possível caráter científico numa disciplina a não ser que nela entrasse a matemática” (RODRIGUES, 1978, p. 64).

O Iluminismo, escreve JHR, e a busca pelo cientificismo historiográfico estimularam a naturalização do conhecimento histórico. Isso implicava em investigar a história com as lentes emprestadas da física, da matemática e outras ciências naturais para encontrar regularidades e leis determinantes do processo histórico. JHR elenca Comte, o positivista inglês Henry Thomas Buckle, o “controverso” Karl Lamprecht (BURKE, 1997, p. 20; WEBER, 1999, p. 158) e Marx como representantes do pensamento naturalista em história. Do Brasil, cita Pedro Lessa, que em seu livro *A história é uma ciência?* de 1900, afirmava que a história ainda não era científica porque não encontrou as leis, sendo seus métodos restritos à coleta de informações e documentos.

No século XIX, diversos sistemas de correlações e oposições se integravam nos debates teóricos e metodológicos da história. Havia, por um lado, o esforço em naturalizar o conhecimento histórico, para adequar a história aos padrões das ciências naturais; por outro, o empenho em construir uma ciência histórica com suas próprias especificidades, técnicas de procedimento e análise. A par disso, JHR analisa uma gama selecionada de pensadores, das mais diversas ciências humanas, que marcaram o processo do desenvolvimento do cientificismo na história, conjugando filosofia e historiografia, substanciando a emergência do *historicismo*.

JHR credita ao historicismo a edificação de uma história científica. Define o historicismo como o “movimento humanista e filosófico que, em oposição ao naturalismo,

busca na história o fundamento de uma nova concepção de mundo”. Caracterizando-o assim como expressão máxima dos debates entre história, filosofia e ciência (RODRIGUES, 1978, p. 66). O principal pensador do historicismo, selecionou JHR, foi Wilhelm Dilthey (1833-1911).

Dilthey teria pensado as questões do cientificismo histórico a partir da própria história e não das ciências naturais. JHR sublinha os conceitos heurísticos de *explicação* e *compreensão* da obra diltheyana. A *explicação* capacita a ciência a intervir e transformar a natureza e seus objetos de estudos, missão impossível para a história que não lida com fatos que obedecem à regularidade das leis. A *compreensão* é um trabalho hermenêutico de interpretação da cultura, das ações históricas, as manifestações de vida, que não são determinadas positivamente por relações necessárias de causa e efeito. A *vida espiritual* não obedece a princípios repetitivos dos quais se abstraem leis gerais, mas isso não quer dizer que não há objetividade e precisão. Objetivamente, a história esforça-se por esclarecer as expressões de vida no tempo. Assim, não há uma hierarquia entre os saberes científicos; são formas diferentes de procedimento e análise que não se sobrepõem hierarquicamente.

Por considerar Dilthey como o representante maior do historicismo, vale a pena comparar outras leituras com a de JHR para observar melhor como suas ideias e propostas dialogam com a historiografia.

Em um livro conhecido e comentado por JHR, *Teorias da História*, organizado por Patrick Gardner, na introdução que faz a Dilthey, notam-se pontos convergentes sobre a relevância do autor de *A compreensão dos outros e das suas manifestações de vida*: “preocupação com as diferenças entre a metodologia das ciências naturais e a dos estudos humanos, e com a determinação da natureza do conhecimento histórico” (GARDNER, 1995, p. 262). Seus conceitos de compreensão, os juízos históricos, as ações e expressões de experiência, a valorização da psicologia, são colocados como o cerne essencial de sua obra. Sobre as repercussões das teorias de Dilthey, aponta suas riquezas e limitações. Para Gardner:

Admitimos que é grande a tentação para repudiar ou ignorar Dilthey: ele foi um lógico fraco e um estilista impossível; mas foi também um bom historiador prático e foi enorme a diferença entre ele e os outros historiadores seus colegas. A estes bastavam-lhes simplesmente exercer a sua profissão; mas Dilthey deu-se ao trabalho de definir muito cuidadosamente o que é que exactamente o pensamento histórico implicava, e de calcular – de um modo interessante e original – o seu valor e significado (GARDNER, 1995, p. 257-258).

Ao dissertar sobre os pensadores que se ocuparam em mostrar o poder do presente sobre o conhecimento do passado, José D’Assunção Barros enaltece Dilthey. No século XIX, Nietzsche “antecipa, pioneiramente, a ideia de que cada presente reinventa seu passado”; no

XX, essas ideias reaparecem no presentismo de Reinhart Koselleck. A perspectiva relativista data da “época de Nietzsche, particularmente a partir da terceira geração de historicistas, sendo especialmente notáveis as contribuições de autores como Gustav Droysen e Wilhelm Dilthey” (BARROS, 2013, p. 213).

Remo Bodei também coloca Dilthey entre os principais nomes do historicismo. Passa pelos mesmos lugares da obra de Dilthey traçados por JHR. Com Bodei, é interessante ver como Dilthey estava inserido nas discussões de sua geração. Dando a palavra ao historiador italiano,

Com Wilhelm Dilthey, e sucessivamente com Meinecke, o historicismo desenvolve-se na Alemanha com a intenção de substituir as filosofias da história com esquemas prefixados por um justo sentido histórico. O dever da filosofia da história torna-se assim para Dilthey o de abandonar esquemas racionais pré-fabricados (enquanto, invertendo o ditado de Hegel, para Dilthey vale o princípio segundo o qual “tudo que é real é irracional”) e de entender a “vida” no seu caráter enigmático. A obra de interpretação histórica, nunca concluída, conseguirá projetar alguns raios de luz sobre este pressuposto opaco e terrível da consciência humana. E já é muito [...] (BODEI, 2001, p. 56).

Pelo destaque que JHR dá a Dilthey, fiz um breve diálogo com outros pensadores para ver as correlações de sentido de suas ideias com outras produções historiográficas. Nos autores apresentados, é compartilhada a perspectiva de Dilthey enquanto pensador que entrelaçou história, filosofia e ciência. Suas contribuições tidas por seminais no campo do historicismo, levando ao florescimento de novas possibilidades de teoria e método para história, seja entre aqueles que se filiavam em sua valorização hermenêutica da compreensão das formas de vida, ou entre seus críticos.

Leitor de Max Weber, JHR aborda Dilthey e o historicismo de forma muito semelhante ao que se encontra em *Metodologia das Ciências Sociais*. Semelhanças não só na interpretação, mas na própria estrutura didática e seleção dos pensadores e propostas.

Na introdução à edição brasileira dos volumes de *Metodologia das Ciências Sociais*, Maurício Tragtenberg escreve sobre as influências do historicismo no desenvolvimento da sociologia weberiana, destacadamente Dilthey. Weber “toma posição ante o debate metodológico sobre a classificação das ciências, ao qual participavam Dilthey, Windelband, Wundt, Rickert, os positivistas e muitos outros” (TRAGTENBERG, 1999, p. XVI). E como esses pensadores influenciaram Weber: “no plano das ideias, os manuais de sociologia ressaltam a influência de Dilthey, Simmel, Rickert e Windelband como significativa para a compreensão de Weber”. Sobre a contribuição de Dilthey, destaca:

[...] Reagindo ao positivismo, Dilthey trabalha para a compreensão do significado da experiência simbólica; Weber, com a compreensão do significado do sujeito.

Diferentemente de Weber, em que os fenômenos da “vida” ou da “vivência” tendem a ser submetidos a uma inteligibilidade de seu andamento ou processo, Dilthey concede ao conceito vida um valor metafísico, na medida em que é indefinível (TRAGTENBERG, 1999, p. XIX-XV).

Depois de Weber, JHR se dedica ao filósofo Willhelm Windelband (1848-1915). Esticando a linhagem teórica iniciada por Dilthey, Windelband teria sido o responsável por aprofundar as distinções entre as ciências. Defendia a necessidade da filosofia para conhecer todas as formas de pensamento e estabeleceu uma classificação entre *ciências de leis* e *ciências de acontecimentos*. As primeiras, em suas explicações, recorrem às regularidades das leis, enquanto as segundas procuram por outros fatos. “Os caracteres distintivos dos fatos históricos são, segundo Windelband, os seguintes: serem únicos, individuais e não sujeitos à repetição” (RODRIGUES, 1978, p. 69).

Depois de Dilthey separar as ciências do espírito das ciências naturais e Windelband consolidar as distinções, é a vez de Heinrich Rickert (1863-1936). Haveria entre as ciências distinções radicais e Rickert teria traçado linhas divisórias nítidas. Os valores, a individualidade, as particularidades são preocupações das ciências culturais e que não existem nas ciências de explicação da natureza, voltadas para generalizações, totalidades e repetições que possam ser explicadas por equações e fórmulas gerais.

JHR acentua o conceito de *valor* em Rickert. A pesquisa histórica é a busca pelas relações de valores, que são individuais e coletivos. O historiador, com seus valores, procura compreender os valores que motivaram as ações do passado. Compreendendo os valores que guiam as ações, pode-se ter um quadro geral da cultura de toda uma época. Os valores teriam em história, um caráter muito semelhante ao das leis generalizadoras nas ciências naturais, o que tornou seu autor alvo de muitas críticas de seus contemporâneos. Um desses críticos foi o historiador romeno Alexandru Dimitrie Xenopol (1847-1920), que sugeriu o conceito operatório de *eficácia* no lugar de valor; ao fim, segundo JHR, resultaria em denominações diferentes para problematizações semelhantes.

Xenopol escreveu *Teoria da História* (1908) e aparece no capítulo pela classificação científica que fez distinguindo as ciências que estudam *fatos de repetição* e as dos *fatos de sucessão*. As ciências da repetição procuram por regularidades e leis de funcionamento, enquanto as da sucessão se concentram nos fatos particulares que se desenrolam no tempo. A temporalidade é fator indelevelmente distintivo entre as ciências. Para compreender os fatos de sucessão, deve-se criar séries evolutivas que possibilitam conhecer o desenvolvimento do processo histórico.

Destacam-se da teoria de Xenopol as críticas a ele dirigidas. Para seus críticos, não explicitados quem são, as proposições teóricas de Xenopol partem de estudos muito específicos para ter pretensões de formulações mais generalizantes. Pensador da causalidade histórica, foi criticado ao diferenciar por critérios de importância a causalidade nas ciências da natureza e nas ciências de sucessão.

Na exposição que começa com Descartes até chegar em Xenopol, JHR traça uma genealogia da constituição de uma ciência histórica, que tanto melhor se define quanto mais se estreitam seus laços com a filosofia e a filosofia da história. O discurso científico de inspiração cartesiana, com as ciências da natureza sendo hegemônicas e referenciais a todas as formas de conhecimentos que se pretendem científicas desde o início da idade moderna; no século XIX, as ciências humanas desenvolvem suas próprias teorias e métodos. Sobre a formação dos novos paradigmas teóricos, JHR defende:

(...) uma nova classificação das ciências aparece, rompendo completamente com critério das anteriores. As de Bacon, d'Alembert, Comte são todas inspiradas no naturalismo. O que caracterizava a ciência em geral era a existência de leis naturais. A contribuição de Dilthey e Rickert está em que, pela primeira vez, se vê aparecer, ao lado do mundo da natureza, o mundo da história e, ao lado da ciência natural, uma ciência histórica, social ou cultural, filosoficamente justificada. A novidade dessa classificação está em que ela quebra com toda a tradição da lógica aristotélica. Desde Aristóteles era aceito unanimemente, inclusive pelos historiadores, que uma disciplina científica não admitia o particular, o individual. A ideia de universalidade, como pressuposto da ciência, ficou definida por Descartes e por Kant, como vimos. Das investigações de Dilthey e de Rickert percebe-se, antes de tudo, o fato de que existe outro proceder científico distinto formalmente da ciência natural (RODRIGUES, 1978, p. 76).

A ciência histórica não só se distinguiu e especificou como era no historicismo, mas possibilitou a história e a historiografia fornecer um repertório reflexivo e metodológico importante também para a inovação das ciências da natureza. Segundo JHR, “hoje se diz que o que há de novo nas ciências naturais deriva do que a história lhes forneceu” (RODRIGUES, 1978, p. 78).

O historicismo também é histórico e JHR ocupa-se em narrar essa história do conceito. Começa com Karl Werner, o primeiro a utilizar a palavra ao estudar Vico. Karl Lamprecht, sujeitando a história ao campo das ciências naturais, não teria compreendido o seu significado naquele momento. Um sentido mais definido foi dado por Karl Mannheim, ao defini-lo como o “conhecimento da produtividade formadora do nosso espírito”. Em 1922, Troelsch colocou o historicismo como o sistema de pensamento do século, sendo ele “a própria compreensão do espírito enquanto se trata de sua produção na história. [...] não nos parece que possa haver

melhor definição e o tratamento de Troelsch não teve ainda quem o superasse” (RODRIGUES, 1978, p. 78-79).

O historicismo é a afirmação do humanismo, diz JHR. Passando por Croce, Tothacker, Karl Popper, Meinecke, JHR conclui que o historicismo se caracteriza por ser uma concepção de mundo, teoria do conhecimento científico e filosófico da vida e da história. “Significa que a vida é história (não historiografia) e não natureza, e só conhecemos através da história (passado e vida presente). Procura elaborar os fundamentos da razão histórica” (RODRIGUES, 1978, p. 81).

Com o historicismo, ou historicismos, uma vez que o conceito é composto por abordagens e pensadores muito variados, o conhecimento histórico acentua suas particularidades. O método analítico das ciências naturais e humanas se diferenciam e se afirmam reciprocamente. Sobre Dilthey e Rickert, principalmente, JHR define o fato histórico como singularidade, particularidade, irreversibilidade e individualidade. Mesmo que exista o universal, tão procurado nas ciências naturais, o fato histórico é sempre a busca pelo específico.

JHR traça uma linha evolutiva do conhecimento histórico, primeiramente, com Ranke, em seguida, a história se define como uma ciência particular, porém sem perder seu caráter interpretativo, uma das joias do historicismo. A objetividade do conhecimento histórico não é cega para a necessária subjetividade dos agentes envolvidos em sua produção.⁶⁵

A leitura que JHR faz do historicismo seria mais uma parte da herança recebida de Capistrano de Abreu. A formação teórica e historiográfica de Capistrano é marcadamente germânica. Era um momento no qual o romantismo e o cientificismo forneciam as regras do discurso do método historiográfico. Isso é lido no artigo de Francisco José Calazans Falcon, em *Capistrano de Abreu e a historiografia científica: entre o positivismo e o historicismo*.

⁶⁵ Paul Veyne, com o radicalismo epistemológico de *Como se escreve a história*, afirma que o historicismo chamou a atenção para a subjetividade no processo e no conhecimento histórico, porém, não encontrou uma resposta satisfatória ao problema que formulou. Segundo Veyne, “Para sair do historismo, é suficiente afirmar que tudo é histórico; se o levamos às últimas consequências, o historismo torna-se inofensivo. Ele limita-se a constatar uma evidência: surgem a cada instante acontecimentos de toda a espécie e o nosso mundo é o do devir; é vão acreditar que alguns desses acontecimentos tenham uma natureza particular, sejam “históricos” e constituam a História. Ora a questão inicial que o historismo colocava era esta: que é que distingue um acontecimento histórico de um outro que não o é? Como se reconheceu rapidamente que esta distinção não era fácil de fazer, que não podia ater-se à consciência ingênua ou nacional para fazer a separação, mas que não se chegava a fazer melhor do que ela e que o objecto do debate escapulia por entre os dedos, o historismo concluiu que a História era subjectiva, que era a projecção dos nossos valores e a resposta às questões que lhe queiramos pôr”. O grande mérito do historicismo foi, segundo Veyne, o de “[...] trazer à luz as dificuldades da idéia de História e os limites da objetividade histórica [...]” (VEYNE, 1984, p. 194). Em minha dissertação de mestrado discuti as críticas de Veyne, em 1971, ao historicismo e a todos os sistemas de pensamentos que pretender dotar a história de sentido e cientificidade. Enquanto JHR enaltece as contribuições do historicismo, Veyne o ataca (VEYNE, 1984, p. 142).

Falcon tece uma sintética biografia intelectual de Capistrano. Passa por sua formação autodidata, a mudança para o Rio de Janeiro, seus empregos, o reconhecimento entre os pares, a relação com os documentos e a crítica. Não passa despercebida a presença de JHR pelo texto em várias passagens, sendo designado como “seu mais importante biógrafo e admirador”. Sobre o historicismo de Capistrano, escreve:

Logo ao início deste trabalho, perguntamos pelo caráter inovador ou não de Capistrano a propósito do ofício de historiador. Indagamos também pelo lugar do historicismo em face do cientismo do ponto de vista da própria historiografia de Capistrano. À primeira questão responderam sempre de maneira afirmativa os seus admiradores, principalmente José Honório Rodrigues (1961). Afirmar o caráter inovador, no entanto, pode significar coisas muito diferentes conforme tenhamos em vista uma ideia de inovação no sentido de abordagens, temas, métodos e problemas (Pereira, 2002), ou a entendamos do ponto de vista teórico-metodológico (FALCON, 2011, p. 159).

Inovador nas abordagens, temas e fontes, no que diz respeito à teoria, não defendeu ou evidenciou claramente suas escolhas teóricas, afirma Falcon, mas identifica um triplo aspecto teórico-epistemológico na produção de Capistrano. São “alguns remanescentes do positivismo evolucionista da sua juventude, uma profunda convicção empirista e um certo historicismo haurido provavelmente a partir de suas leituras germânicas” (FALCON, 2011, p. 161).

O historicismo de JHR afigurar-se-ia como uma sistematização potencializada da herança deixada por Capistrano. Se Capistrano inovou pouco em teoria da história por não a evidenciar, *Teoria* inova ao fazer uma sistemática das teorias da história, inclusive as do Brasil. No entanto, JHR, do mesmo modo que Capistrano, não evidencia suas escolhas teóricas. Em *Teoria*, o historicismo emerge como um contraponto crítico e filosófico ao cientificismo positivista com pretensões de neutralidade, objetividade e imparcialidade. Dessas confluências, a formação do historiador se fundamenta no trabalho objetivo e material das fontes e na capacidade teórica de interpretação crítica dos documentos e do tempo presente.

As relações entre história e filosofia adentram o século XX. JHR apresenta autores e textos para compreensão filosófica da história, entre eles Troeltsch, Croce, Collingwood, Ortega y Gasset, Karl Jaspers, o positivismo lógico, que “pela primeira vez desenvolveu a ideia de que a epistemologia não é senão o estudo lógico da linguagem na qual se expressam os resultados científicos” (RODRIGUES, 1978, p. 90). Esses pensadores e sistemas de pensamento teriam se apropriado dos ensinamentos de Dilthey e Rickert, ampliando seu campo de abrangência e possibilidades das relações entre história, ciência e vida.

Das veias abertas do historicismo, JHR salienta aspectos que considera vitais em sua caracterização. As formas de pensar a causalidade, a positividade do conhecimento histórico, a

convicção histórica, as certezas, como a “queda do Império Romano, ou a Independência do Brasil, em 1822, são fatos positivos sobre os quais possuímos certeza”. Mesmo que as causas atribuídas e formas de compreensão desses fenômenos possam variar e ser contestadas, algumas certezas são inelutáveis e não estão sujeitas às abstrações da subjetividade.

JHR conclui o capítulo com a defesa de que a ciência histórica possui aspectos de objetividade e de subjetividade, que há sempre confluências de propósitos entre o historiador e seu objeto, ainda que em temporalidades diferentes, ambos se expressando pelas linguagens, vivendo e pensando de acordo com as condições do presente e da vida. Nas palavras de JHR,

Porque não se desconhece a insegurança das referências às formulações verbais e simbólicas, que se ligam a palavras como interações, planos, desejos – embora possamos obter essa espécie de informação, é que se diz que não se trata de certeza, mas da convicção, que livremente o historiador forma da interpretação dos fatos históricos. A própria experiência do historiador no processo vivo da história do seu tempo sugere as hipóteses para colher os elementos de convicção, os guias para descobrir e interpretar as razões e os propósitos de alguém. Para sua maior segurança, ele verifica, como ensinou Weber, que a interpretação subjetiva coincide com o curso concreto do acontecimento (RODRIGUES, 1978, p. 111).

Este capítulo sobre filosofia e história é o mais longo do livro. Nele JHR conecta os temas dos capítulos anteriores, sobre os problemas e o desenvolvimento das ideias de história, para chegar ao ponto da constituição de uma história científica no século XIX. Para JHR, a história é científica, com particularidades, que foram estabelecidas pelo historicismo. A partir disso, a história pode formular suas próprias teorias e métodos, rompendo com as abordagens naturalistas, resultantes dos empréstimos feitos das ciências da natureza, que eram, até então, os modelos de cientificidade.

As transformações da história e da historiografia foram possíveis pelo estreitamento dos vínculos com as outras ciências e a filosofia da história, possibilitando à história concentrar-se e definir as singularidades do conhecimento histórico.

Traçando uma trajetória evolutiva da história, em um percurso progressivo que se inicia nos primeiros relatos aos padrões de cientificidade, o próximo capítulo é relativo a um dos problemas específicos do saber e fazer da historiografia: as periodizações.

2.5.4. Periodização.

A questão historiográfica, pensada conceitual e metodologicamente no capítulo, pode ser sintetizada na frase: “Pensar em história já é, certamente dividi-la, periodizá-la, pois, como

lembra Croce, pensamento é organismo, dialética, drama e, como tal, tem seu princípio meio e fim e todas as outras pausas que um drama comporta e requer” (RODRIGUES, 1978, p. 112). É parte constitutiva, portanto, da produção de conhecimento histórico, a divisão temporal.

JHR inicia o capítulo com reflexões sobre o que é periodizar. Segundo o autor, as periodizações são necessárias e voluntárias. Qual é o ponto de cisão que marca o término de um período e o início de outro? Como estabelecer o limite entre o fim da metade e o começo do meio? Os fatos estão inter-relacionados e não se sucedem por recortes demarcados de tempo. Dentro de cada período, colocam-se os fatos que lhe são mais característicos, a cultura de uma época, os padrões e pessoas em suas mais diversas expressões de vida. O presente está respondendo ao que veio antes e o que se projeta de expectativa para o futuro.

É preciso que o historiador saiba, nesse processo do conhecimento histórico com suas periodizações, ir além da colocação superficial dos acontecimentos dentro de uma linha temporal e compreender, a partir disso, o que caracteriza essencialmente uma época. Isto é, para JHR, a competência do historiador, “é aqui, ainda, onde ele mostra se é um pedante, um rato de biblioteca, um burocrata da história ou realmente um historiador” (RODRIGUES, 1978, p. 113).

Em suas reflexões, como já visto nos capítulos anteriores, JHR elabora um cânone de pensadores e ideias fundamentais. Destaca as críticas de Troelsch às censuras e colagens que são feitas para conectar os períodos e criar uma história universal. Marx, vivendo no momento em que a história estava se definindo como científica e postulando critérios, contribuiu para quem quisesse “libertar-se desse esquematismo em busca de formas mais duradouras deve mergulhar muito mais profundamente nos segredos da teoria da estrutura-superestrutura, que vem de Marx” (RODRIGUES, 1978, p. 118).

A divisão dos períodos históricos acontece de acordo com as sociedades, necessidades, relações entre ser humano, natureza, poder, mentalidade, transcendência, técnicas, pondera JHR. Com Huizinga, diz que a necessidade de divisão dos períodos não se origina na própria historiografia, mas na astrologia e cosmologia; no cristianismo que a sucessão das épocas passa a ser pensada historicamente. Dessa nova forma de periodização, consagrou-se a divisão da história em quatro impérios: Assíria, Pérsia, Macedônia e Roma.

JHR direciona sua narrativa para os vários traçados de linhas do tempo. No início da modernidade, Jean Bodin e humanistas do Renascimento rejeitaram a idade dos impérios. Antonio Vieira foi parar no Tribunal do Santo Ofício por sua teoria sobre o Quinto Império⁶⁶.

⁶⁶ No capítulo “Antônio Vieira, doutrinador do imperialismo português”, que está em *História e Historiografia*, ressalta Vieira como figura fundamental para o pensamento social brasileiro.

Cristovão Cellarius definiu a Idade Antiga até Constantino (337) e Idade Média até Constantinopla (1453). Para Pirenne, a Idade Média se iniciava com o Islã, em 622. Outras divisões são ideológicas, como as épocas de Vico (divina, heroica e humana), Comte (teológico, metafísico, positivo) e Marx (feudalismo, capitalismo, socialismo), “sucedem-se qualitativamente em toda história universal. Eles se repetem e são inevitáveis” (RODRIGUES, 1978, p. 117).

Outras periodizações são sumarizadas por JHR. São citados Spengler e as culturas comparadas, Toynbee e a “botanização” naturalista das culturas (nascimento e morte, gênero e espécie), Weber e as distinções entre asiático-ocidental e mediterrânea-asiático-ocidental europeia. Assim, JHR indica ao leitor quais seriam as principais formas elaboradas para dividir os períodos históricos, mas, se esse leitor deseja se aprofundar na caracterização fundamental dessas periodizações, terá que procurar por outros livros.

O conceito de geração também é abordado no capítulo. Cita brevemente vários autores em um parágrafo, destaca Ortega y Gasset sobre o tempo de 15 anos de cada geração. Aponta para a dificuldade de aplicação e extensão do conceito, pois “nem todos os contemporâneos são coetâneos” (RODRIGUES, 1978, p. 121).

No solo germânico que vimos brotar o historicismo e a construção de uma história científica nos capítulos anteriores; é nele também que JHR vê frutificar as discussões e regras acerca dos períodos históricos. Quanto ao que se produzia sobre periodizações na França, nos *Annales*, no Estruturalismo⁶⁷, não são mencionadas no capítulo, por isso aparecem no posfácio da quinta edição.

Este terceiro capítulo sobre periodização é bem menor que os anteriores. Discute a necessidade de divisão do tempo histórico, sistematizando autores e momentos. O próximo capítulo concentra-se nas divisões dos tempos do Brasil.

⁶⁷ François Dosse, em *A história em Migalhas: dos Annales à nova história*, explora as discussões multidisciplinares sobre as temporalidades históricas, com a história lutando para manter a hegemonia do saber nas ciências humanas. Em uma passagem sobre Braudel, escreve: “a história braudeliana pretende ser antes de tudo síntese como a Antropologia, mas com a superioridade do pensamento espaço-temporal. Retoma a herança da primeira geração dos *Annales*. A duração condiciona todas as ciências sociais e confere um papel central à história” (DOSSE, 2003, p. 166). Não apresentar essas produções sobre as durações históricas em *Teoria* foi uma ausência comentada no posfácio da última edição, mostrando, mais uma vez, como se opera o trabalho de atualização constante do livro.

2.5.5. A periodização na história do Brasil.

Está nos primeiros livros de história do Brasil a preocupação de cindir periodizações, escreve JHR. Não eram preocupações de ordem teórica, ideológica ou filosófica, mas didática e lógica. Para o autor, as discussões epistemológicas surgiram com a fundação do IHGB, presente na pauta da primeira reunião em 1838.

JHR apresenta as lutas na constituição de um campo historiográfico brasileiro, centrado no IHGB, seus membros e esforços por estabelecer e consagrar uma periodização hegemônica capaz de contar a história da nação.

As periodizações, datas e marcos temporais consagrados sempre despertam polêmicas e não era de outra forma no IHGB. Cunha Mattos propôs uma divisão em *aborígenes e autóctones, descobrimento e administração colonial, Independência*, aplicando essa periodização ao estudo de cada província, para depois compor uma história da nação. José Inácio de Abreu e Lima postulou oito períodos e teve como parecerista de sua proposta Francisco de Adolpho Varnhagen, quando “originou-se uma das mais violentas polêmicas da historiografia brasileira” (RODRIGUES, 1978, p. 127).⁶⁸

Outras periodizações são apresentadas por JHR. Henrique Luis de Niemeyer Bellagarde, com seis períodos e bem recebida pelo IHGB, mesmo com uma divisão inferior à de Abreu e Lima. Visconde de Cairu escreveu, a pedido de d. Pedro I, uma narrativa heroica, centrada nos aspectos político-administrativos⁶⁹. Karl F. P. Von Martius foi premiado pelo

⁶⁸ Varnhagen, em seu parecer, escreveu que Abreu e Lima cometeu plágio, imprecisões e *erros imperdoáveis* em sua proposta. Na resposta de Abreu e Lima, “concebida em termos tão violentos” e tendo “ultrapassado todos os limites da decência”, foi motivo de nota na imprensa que não seria respondida pelos IHGB por “não estar escrita em termos”. Enquanto isso, Varnhagen publicou sua *Réplica apologética de um escritor caluniado e Juízo final de um plagiário difamador que se intitula general*, e considerava a discussão encerrada.

⁶⁹ Valdeí Lopes de Araújo, no texto *Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830)*, analisa a obra de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, e as diversas apropriações e representações na historiografia brasileira. Cairu foi apresentado de forma simplista e desqualificadora por uma gama de historiadores, que vai de Varnhagen a JHR. Um trabalho memorialístico, com uma periodização político-administrativa, tecido com fatos heroicos, são aspectos apontados por JHR que desabonam a obra de Cairu. O texto de Araújo é interessante por colocar *Teoria* como fundador de discurso, ao qual se deve recorrer, seja para corroborar ou contestar suas ideias. A ênfase na necessidade de releitura da obra de Cairu, defendida por Araújo, aplica-se também aos escritos de JHR. Araújo escreve: “Não se pode apenas dizer que juízos como os de Varnhagen ou José Honório Rodrigues sejam injustos ou incorretos. Do ponto de vista de uma história da formação mítica da historiografia moderna no Brasil eles se justificam, pois de fato o modelo historiográfico que se hegemonizou em torno do IHGB não poderia reconhecer na complexa e ambivalente historiografia de Cairu suas origens. O problema desses juízos é a tendência a naturalizar um modelo historiográfico como o único possível, fruto de uma evolução necessária da ciência histórica, negando mesmo o título de historiografia a tudo aquilo que escape ao cânone. O trabalho de uma história da historiografia capaz de colaborar efetivamente para nosso conhecimento sobre o passado deve levar a sério a tarefa de constante reescrita da história, bem como o inevitável valor documental que se agrega às obras históricas do passado. Portanto, devemos reler nossa historiografia não como quem busca a justificativa para nossa própria ciência, mas procurando reconstruir os contextos específicos nos quais ela fazia sentido e atuava como força histórica. A partir desse deslocamento de foco, a História da Historiografia tem deixado de ser uma atividade complementar e justificativa para se tornar um importante instrumento no conhecimento das transformações históricas” (ARAÚJO, 2010, p. 3). Pelo citado, fica mais claro como JHR seleciona e apresenta autores, ideias e obras de acordo com seus propósitos em *Teoria*.

IHGB em concurso com propostas de como se deveria escrever a história do Brasil. Martius desenvolveu conjuntos analíticos (as três raças brasileiras, o caráter português e suas instituições, a história regional), que mesmo que não postulando periodização, contribuiu significativamente para as futuras divisões temporais. Varnhagen, além de reunir materiais sugeridos por Martius, foi o que melhor arrolou os fatos e os investigou, embora sem muitas inovações, alega JHR.

Como se viu e verá, ao tratar da historiografia brasileira, Capistrano de Abreu é referencial para JHR. A periodização feita por Capistrano é apontada como uma das mais inovadoras da virada para o século XX. Conseguiu interpretar os mais variados aspectos da história do Brasil e teria ido além do positivismo, determinismo e evolucionismo da historiografia conservadora, “a ser ultrapassada só tem olhos para a ‘história colonial’, não sendo capaz de desenvolver aquilo que seria o seu oposto: a ‘história nacional’”. O revisionismo de Capistrano, para JHR, escreve Rebeca Gontijo, teria fundado uma “ ‘nova’ tradição de estudos históricos nacionais” (GONTIJO, 2011, p. 283-284).

O projeto de Capistrano era o de escrever uma história da história do Brasil, que resultou efetivamente na publicação de *Capítulos de História Colonial* e outros textos que não contemplaram outros períodos. Portanto, Capistrano é “um exemplo de erudito, que em vida era considerado o maior historiador do país, mas cuja produção era bastante dispersa – a ponto de o historiador carregar a pecha de não ter escrito, efetivamente, uma história do Brasil”. Em meio à dispersividade da produção de Capistrano, JHR “tomou para si a tarefa de organizar-lhe a obra a ser lida e lembrada como um marco da história da história” (GONTIJO, 2011, p. 287).

Ainda que a obra de Capistrano não abarque os vários períodos da história do Brasil, é pelo modo de fazer, pela ousadia inovadora “do mais caboclo dos nossos historiadores, [...] um símbolo da brasilidade ou como um modelo de intelectual genuinamente brasileiro”, que JHR ressalta sua contribuição, também, nos estudos dos períodos a partir das problemáticas nacionais.

Outras periodizações foram feitas por Joaquim Nabuco, João Ribeiro, Oliveira Lima, que “é um dos mais poderosos conjuntos de interpretação da vida brasileira, especialmente nas fases pré-independência e independência”. Oliveira Viana, mesmo com ideias superadas como a da evolução da raça, escreve JHR, *A Evolução do povo brasileiro*, “foi um marco na evolução da história brasileira e na periodização” (RODRIGUES, 1978, p. 139).

Finalizando o rol de autores, propostas e diatribes, focaliza as obras da “geração de 1930”, seus contemporâneos Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. *Casa Grande & Senzala* foi, segundo JHR, “o estudo mais exaustivo e mais completo da família brasileira sob

o regime de uma sociedade patriarcal, que possuímos até hoje”, fornecendo uma caracterização geral da sociedade ainda inexistente no pensamento social brasileiro.

A outra contribuição teórica fundamental foi a obra de Sérgio Buarque de Holanda. Sua análise incluía as mentalidades, o cultural, de cada período da história. Chamava a atenção para o processo de transição de períodos, que não ocorre da mesma forma em diferentes partes do país. “O puro critério histórico tempo fica, portanto, mais ligado ao critério espaço, que não é só físico, mas cultural” (RODRIGUES, 1978, p. 143).⁷⁰

Esses autores e livros que expressam o radicalismo intelectual e revolucionário da historiografia brasileira estavam entre os referenciais formativos dos cursos universitários de história que se expandiram e repercutiram na produção historiográfica do século XXI. Para JHR, ressaltar Freyre e Holanda era uma forma de também se inserir nesse rol de *intérpretes* do Brasil, fazendo o que nenhum dos dois fizeram: sistematizar e teorizar as periodizações da história do Brasil.

JHR disse que os cinco primeiros capítulos são fundamentalmente teóricos. São abordados os compromissos da história com a vida e o presente, o desenvolvimento da ideia de história, a semântica das palavras e dos conceitos, a relação com as ciências e a naturalização do conhecimento histórico até a constituição de uma história científica no século XIX. Problemática cabal nessas searas teóricas foi a da periodização, como primado necessário para se escrever e pensar a história. O último desses cinco capítulos mais teóricos aborda a periodização da história do Brasil, pois “é quase impossível na história do Brasil obedecer exclusivamente a um critério uniforme de classificação de períodos”. Seu trabalho era o de compor e expor as diversas e sucessivas periodizações historiográficas em 1949.⁷¹

Depois de definidos os conceitos, métodos e problemáticas essenciais das teorias da história, nos próximos dez capítulos, são discutidos os gêneros, metodologias, fontes históricas,

⁷⁰ Gilberto Freyre e Sérgio Buarque são expoentes da geração de 1930, consagrados entre os principais responsáveis pela renovação dos estudos históricos no Brasil. Em *O significado de “Raízes do Brasil”* (1967), escrito por Antônio Cândido na abertura do livro, é feito um balanço consagrador da contribuição desses pensadores do Brasil. Colocando-se na perspectiva de uma geração seguinte, Cândido escreve: “Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo” (HOLANDA, 1995, p. 10).

⁷¹ O objetivo das periodizações é conhecer mais decompondo a sucessão temporal. Deve-se ficar atento para não se ater somente aos recortes temporais, como se representassem dimensões absolutas com começo meio e fim que se encerram entre datas exatas. Veyne usa uma metáfora interessante para dizer que a periodização precisa fazer mais que indicar os fatos no tempo: “descobrir que um trem se dirige para Orleans não resume nem explica tudo o que podem fazer os viajantes no interior dos vagões” (VEYNE, 1984, p. 39). JHR estava preocupado com a direção (o sentido da linha do tempo), e os viajantes (acontecimentos).

interdisciplinaridade e diversas formas de crítica. São as partes que se complementam, a primeira é sobre o que é preciso saber e outra sobre como fazer história.

2.5.6. Diversos gêneros da história.

Os períodos são divisões temporais, os gêneros são recortes temáticos. Dentro do tempo recortado, delimitado, tudo é interessante. Os gêneros, por sua vez, definem o que será estudado dentro de uma totalidade temporal. Em ambos os casos, há seleção e fragmentação da “unidade complexa da vida”. Relativo a essas divisões, JHR adverte das distinções:

Deve-se, deste modo, distinguir clara e logicamente a periodização da divisão da matéria histórica. Na primeira não há divisão; há apenas distinção. A vida humana é apreendida na multilateralidade dos seus aspectos fundamentais. Na segunda há uma mutilação da unidade, porque o historiador revela apenas os aspectos da vida que o interessam na sua especialização. Além disso, a própria continuidade histórica não é percebida totalmente, mas aparentemente, sob a base daquele aspecto unilateral, que se elegeu como objeto de narrativa. Assim, a eleição de um aspecto da atividade humana, como objeto da história, representa não só uma relativa quebra da continuidade, como uma ruptura da unidade complexa da vida. A especialização não é um erro, mas expõe o historiador a graves perigos (RODRIGUES, 1978, p. 145).

Os recortes temáticos e temporais propiciam uma análise mais aprofundada da problemática escolhida, mas também podem afetar e limitar a capacidade de observação do historiador. O especialista que se concentra em um determinado gênero, tema, tende a dirigir sua visão para aspectos seletivos e limitados da realidade, sob o risco de retalhar sua compreensão, elegendo causas determinantes e unívocas, partes que explicam o todo, com isso “sua visão é tão estreitamente reduzida que a vida histórica fica amesquinhada” (RODRIGUES, 1978, p. 147).

JHR alerta para algumas especializações que implicam em escolhas limitadoras da pesquisa e interpretação histórica. São elencadas quatro especializações perigosas: a escolha pela *matéria*, que é um corte na totalidade histórica; a *periódica*, quando se concentra em um período sem remetê-lo a conexões temporais mais abrangentes e significativas; o *espaço*, que é sempre local, regional, quando o ato e o fato podem ser explicados considerando apenas o lugar, cegando para a visão de horizontes mais vastos ou generalizando algo muito específico ao tentar ver mais longe; por último, a *biografia*, nesta há o aspecto personalista, correndo o risco de narrar a história de muitas vidas a partir de um único indivíduo, ou seja, “todos os homens são

indivíduos, mas nem todos pessoas. Reunidos, em massa, têm personalidade coletiva, potencial” (RODRIGUES, 1978, p. 147).

Como apresentado por JHR, os gêneros históricos estão muito sujeitos a recortes arbitrários e empobrecedores, mas isso é parte constituinte da produção do conhecimento histórico e inevitável. Trata-se de notar os riscos, para poder enriquecer sempre mais o repertório de questões do historiador. “Os riscos que apontamos em todas as especializações não impedem a sua legitimidade e que elas abram novos caminhos de conhecimento”.

Dito isso, JHR se estende nas próximas setenta páginas do capítulo a fazer a história da história dos diversos gêneros da história.

No tópico *Os gêneros históricos na história do Brasil*, são selecionados pelo autor os gêneros que “Qualquer que seja a classificação adotada ou a adotar, não se pode deixar de considerar os gêneros aqui apresentados”. Didaticamente são expostos e elencados os gêneros desenvolvidos na historiografia brasileira:

A título provisório poder-se-ia propor a seguinte classificação: 1) História geral, compreendendo a história geral do Brasil, que considera especialmente os fatos políticos, embora não despreze totalmente os administrativos, constitucionais, legais, diplomáticos, militares, econômicos, sociais, religiosos e intelectuais; 2) História particular ou local, limitada à descrição de uma província, um Estado, uma cidade, de acordo com os princípios da primeira; 3) História política (administrativa, legal, constitucional, de partidos políticos), que descreveria apenas os aspectos administrativos, legais, constitucionais, desprezando quase totalmente os outros fatos. É evidente que se poderia adotar ao invés de história política uma história administrativa, uma história constitucional, uma história da legislação. É por medida de economia de classificação, tendo em vista especialmente a pobreza da história inteiramente dedicada a cada um desses aspectos que se considera melhor reuni-los num só item. 4) História diplomática; 5) História do exército, da marinha e da aeronáutica; 6) História social e econômica; 7) História cultural, intelectual e das ideias, compreendendo a história literária, a científica, a da educação, a artística, a da música, a da imprensa e opinião pública, a história da história e a história das ideias econômicas, sociais e políticas; 8) História religiosa; 9) História territorial, compreendendo a expansão geográfica e a conquista do território; ela abrangeria desde problemas das fronteiras até a formação de seções, tendo em vista especialmente a geografia (RODRIGUES, 1978, p. 149).

Cada item dessa classificação se desdobra em outros subitens, acompanhados de suas respectivas bibliografias. Dirige sua análise principalmente para a historiografia brasileira. Diz que se pesquisa e escreve mais sobre a história local que a história geral no Brasil, o que leva à fragmentação do conhecimento. A história local pode ser modernizada e mais conectada com a realidade nacional se houver investimento em formação, nos Institutos de Pesquisa Histórica estaduais; outro “estímulo seria a criação da cadeira de História de cada Estado nas faculdades de filosofia” (RODRIGUES, 1978, p. 153).

Essa classificação apresentada por JHR, deve, portanto, servir como uma referência de especialização na escolha e compreensão de cada gênero histórico. Mais ainda, se o objetivo é fazer com que existam diálogos entre as várias formas de pesquisa local, micro, seu texto, apresentando os diversos gêneros, com bibliografias, poderia servir para alinhar esses diálogos. Essa proposta é encontrada não só em *Teoria*, mas se desdobra por todo seu *projeto triptico*.

Alguns gêneros nem são comentados, apresentando somente a bibliografia, como é o caso da história da tipografia; noutros, toma seu próprio trabalho como referência historiográfica, como “uma História diplomática do Brasil (está escrita desde 1956), resultados de nosso curso no Instituto Rio Branco” (RODRIGUES, 1978, p. 169). Sobre história do exército, naval e aviação, afirma que “tem reunido muito material para um guia bibliográfico de história militar”. Reclamava outros temas ainda sem receber as atenções historiográficas à época, como “a história da educação no Brasil ainda não foi escrita”.

Dentro desse campo, alguns historiadores são considerados fundamentais para o desenvolvimento dos gêneros históricos no Brasil. Segundo JHR, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre são inovadores e inspiradores para os estudos regionais e de formação territorial e cultural; Toynbee é referência para o estudo das estratégias militares; Varnhagen teria produzido bons trabalhos sobre biografia; Lucien Febvre deve ser estudado para compreender a importância da arte e os valores artísticos, em suas formas de recepção estética e cultural; com Caio Prado Júnior, a análise se apropria do conceito marxista de classe.

Depreende-se da leitura que para JHR os gêneros históricos podem produzir análises interessantes e inéditas, mas trazem perigos também. Os recortes temáticos, por brotarem da vontade e escolha individual do pesquisador, podem mutilar e reduzir demasiadamente o alcance analítico.⁷² Mas não parece haver uma história problema nele. Pelo menos, isto parece super opaco e é forte em um contemporâneo

⁷² Definir os gêneros históricos existentes e os praticados na história da história do Brasil era um trabalho conectado com as questões historiográficas de sua geração. A história-problema, defendida pelos *Annales*, privilegiava os recortes temáticos mais que os temporais, muito associados à história-relato tradicional. François Dosse, escrevendo sobre o “esmigalhar da história”, destaca a ênfase dada aos recortes temáticos naquele momento. Leia-se: “Outro aspecto inovador dessa escola dos Annales localiza-se na valorização da história-problema. O historiador, para Marc Bloch e Lucien Febvre, não pode se contentar em escrever sob o ditado dos documentos, deve questioná-los, inseri-los em uma problemática. Contra a história-relato de Langlois e Segnobia, preconizam a história-problema, matriz teórica da conceituação futura da história estrutural. O recorte histórico não se articula mais segundo os períodos clássicos, mas segundo os problemas postos em evidência e dos quais se busca a solução” (DOSSE, 2003, p. 112-113). Esse destaque de Dosse foi feito para relacionar o trabalho de JHR com as questões de sua geração, onde *Teoria* possibilitaria ao estudante de história conhecer sumariamente gêneros históricos desenvolvidos pela historiografia. Em *História, corpo do tempo*, o autor justifica que “na *Teoria da História do Brasil*, nos capítulos sobre os vários gêneros de História, reuni alguma informação crítica que pode servir de orientação ao iniciante” (RODRIGUES, 1976, p. 21). *Teoria* não desenvolve uma história-problema, “limitando-se” a fazer conhecer o que existe sobre os gêneros; o que se perde em profundidade, ganha-se em extensão.

Vistos os desenvolvimentos da ideia de história, a divisão dos períodos e gêneros, é a vez de tratar das questões de métodos.

2.5.7. A metodologia histórica.

A metodologia é orientadora de como proceder quando se escreve história. JHR especifica o que é metodologia da seguinte forma: “Como o historiador não se limita a transcrever os documentos, mas deve interpretá-los, a metodologia histórica aponta-lhe a necessidade de conhecer as teorias históricas, com as quais ele vai comparar e interpretar as fontes já criticadas” (RODRIGUES, 1978, p. 222).

Para JHR, as teorias da história sugerem metodologias, num processo sempre dinâmico e em evolução. Começa com os referenciais metodológicos europeus. Como exemplo de teoria e método, cita o pioneirismo de Ranke, que fundamentou os estudos de metodologia histórica de Ernest Bernheim e Gabriel Monod. Charles Langlois e Charles Seignobos escreveram “o grande manual francês de introdução aos estudos históricos, universalmente adotado desde muito tempo”. Henri Pirenne, em seu curso de metodologia, ensinava como a história deveria dialogar com as ciências auxiliares. Theodor Mommsen, com sua história de Roma, dedicou-se ao estudo das fontes e da crítica de textos.

No Brasil, segundo JHR, embora se debatesse e escrevesse sobre metodologia, não havia ainda uma sistematização dessa produção. No capítulo *Duas obras básicas de Capistrano de Abreu: Os capítulos de história colonial e Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, JHR remonta os debates metodológicos aos primeiros anos do século XX ao escrever: “Capistrano de Abreu, a quem tanto devem a crítica e a metodologia históricas do Brasil, era, em 1907, justamente o mais importante historiador brasileiro” (RODRIGUES, 1986, p. 81). No pequeno livro *A luta metodológica e Ideológica*, resultado da conferência proferida na aula magna da Universidade Federal da Paraíba, no ano de 1980, a discussão se desenvolve em torno daquelas que o autor considerava as problemáticas metodológicas da época, pois “há muitos anos vem se desenvolvendo uma luta acirrada entre os partidários de Marx e os discípulos de Weber” (RODRIGUES, 1981, p. 11).

A falta de um trabalho sistemático sobre teoria e metodologia era prejudicial na formação e na pesquisa histórica, o caminho para superar a defasagem dos estudos de metodologia na historiografia brasileira passava pela obrigatoriedade da disciplina de metodologia nos cursos especializados de formação em história. Com a formação

metodológica, “o que se pretende é libertar a história do diletantismo, do autodidatismo, [...] é uma compreensão mais larga e mais sã dos métodos que se impõem a toda ciência digna desse nome” (RODRIGUES, 1978, p. 229). Nesse processo, seus livros do *tríptico* serviriam como referência necessária.

O capítulo sobre metodologia é bem curto, mas não se esgota nele, pois é uma das problemáticas mais caras a JHR e perpassa toda sua obra. Depois de abordar os desenvolvimentos, gêneros, especializações, periodizações da história, tendo já municiado o leitor de conceitos, abordagens e propostas teóricas, é o momento de análise das fontes históricas: definição, identificação, tipos e críticas.

2.5.8. As fontes históricas.

As fontes são os “meios de conhecimento” da história⁷³. *Heurística*, escreve JHR, é o nome que se dá ao procedimento de indicação do que são fontes e como reconhecê-las. Depois disso, é preciso fazer o exame crítico das fontes, interpretação, composição e reconstituição histórica a partir desses documentos.

O documento não conta a história e, orienta JHR, “nunca esquecer que transcrever documentos não é fazer história, mas apenas tornar enfadonha e insípida a narrativa, que é a essência da história” (RODRIGUES, 1978, p. 236). A fonte exige a interpretação, a escrita, a teoria.

Todo documento tem valor histórico. Nenhum documento é mais ou menos histórico. Atestada a veracidade do documento, o historiador, amparado pelos conhecimentos que possui de crítica, teoria e metodologia, arbitra sobre a validade e valor de cada documento em sua narrativa. Como exemplifica JHR, numa história da Independência do Brasil, perguntar sobre como estava vestido o príncipe e como era seu cavalo, pode não ter nenhuma relevância na história política, mas “a pergunta seria essencial para a história da moda e para a história dos preços” (RODRIGUES, 1978, p. 238).

Sobre as fontes, termina dizendo que, para mais informações, deve-se consultar a segunda edição de *A pesquisa histórica no Brasil*⁷⁴.

⁷³ Todos os próximos tópicos foram expandidos nas três edições de *A pesquisa histórica no Brasil* (1952, 1969, 1978).

⁷⁴ Uma parte de *A pesquisa histórica no Brasil* é dedicada às fontes históricas. JHR classifica os documentos em econômicos e sociais; diplomáticos e consulares; documentos públicos, geral e os do executivo, legislativo e judiciário; jornais, revistas, periódicos; filme; literatura. Os tipos de documentos são sumariamente caracterizados e acompanhados de bibliografias.

2.5.9. Disciplinas auxiliares da história.

São disciplinas auxiliares aquelas que prestam algum tipo de apoio aos estudos históricos. Concentra-se naquelas áreas de conhecimento que auxiliam, principalmente, no tratamento com as fontes: identificação, veracidade e falsificação, autenticidade.

De início, traceja JHR, foi no Renascimento e na Reforma que apareceram as preocupações em atestar a veracidade dos documentos. Os cronistas e o Estado voltaram-se para a paleografia e a diplomática, com a finalidade de confirmar a validade dos documentos, relativos ao conhecimento histórico e à posse de bens da Igreja, da nobreza ou da burguesia.

As ciências auxiliares e suas contribuições à história são esmiuçadas ao longo do longo capítulo. A epigrafia, que teve em Alexandre von Humboldt o “primeiro que considerou atentamente as inscrições lapidárias no Brasil”; a paleografia, tendo Mabillon como inspiração mundial. No Brasil, “não se cultivou a paleografia senão a partir de Varnhagen” (RODRIGUES, 1978, p. 244-245).

Outras ciências auxiliares são a heráldica, a genealogia, a numismática, sigilografia, cronologia, bibliografia e cartografia. O objetivo do capítulo é indicar didaticamente em que essas ciências auxiliam a história, numa perspectiva interdisciplinar. No contexto historiográfico de *Teoria*, apresentar as relações interdisciplinares da história pode ser entendida como uma estratégia de hegemonia da história nas ciências humanas⁷⁵.

Neste capítulo é o que se percebe melhor a “escrita de si” de JHR. Seu objetivo era o de elaborar um trabalho original que servisse como referência para teoria da história no campo historiográfico brasileiro; para isso, além do domínio sobre o que considera ciências auxiliares, ressalta sua própria experiência de pesquisador na BN. Conciliando teoria e prática de pesquisa, estabeleceria um modelo que poderia ser seguido, como quando escreve sobre seu próprio texto: “A Historiografia e a bibliografia do domínio holandês, de José Honório Rodrigues, é a mais extensa bibliografia de um capítulo da nossa história geral” (RODRIGUES, 1978, p. 274)⁷⁶.

⁷⁵ A interdisciplinaridade possibilitou aos *Annales* se apropriarem das inovações das outras ciências para manter sua hegemonia nas ciências humanas da França. Para Dosse, “seu sucesso é resultado de uma estratégia de captação dos procedimentos, das linguagens das ciências sociais vizinhas, de uma capacidade notável de apoderar-se das roupagens dos outros, para revestir uma velha dama indigna que se tornou antropofágica” (DOSSE, 2003, p. 23). JHR não desenvolve o capítulo nesses termos, mas por participar também de um contexto de disputas no campo historiográfico, a citação doa mais sentido aos propósitos de *Teoria*.

⁷⁶ Na continuidade do tríptico, em *A pesquisa histórica*, sua presença e conhecimento dos arquivos perpassa todos os capítulos. Na parte *A evolução da pesquisa pública histórica brasileira*, instituições e pesquisadores que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa histórica sobre Brasil são elencados em ordem numérica. Marcando posição dentro dessa “evolução da pesquisa” coloca nome e sua obra entre os últimos, os mais evoluídos dentro dessa linha progressiva.

No passo seguinte, ver-se-á como se dá a relação com as disciplinas auxiliares especificamente que diz respeito à crítica.

2.5.10. Crítica histórica.

A crítica “é a parte principal da metodologia da história”. Citando Dilthey, JHR escreve que “a primeira condição para edificar o mundo histórico é a depuração das confusas e desfiguradas recordações do gênero humano sobre si mesmo, mediante a crítica, que se acha em correlação com a interpretação” (RODRIGUES, 1978, p. 308).

Alexandre Herculano e F.A. Varnhagen são os dois principais personagens do capítulo. Varnhagen teria iniciado a crítica histórica no Brasil, mas “às vezes incapaz de interpretar, por insuficiência filosófica e teórica”. Sobre Herculano, este seria “o modelo, a lição, a doutrina, em língua portuguesa, das regras da crítica histórica”, colocado na condição de ser o “maior historiador português na descoberta da verdade e na reconstituição do passado” (RODRIGUES, 1978, p. 311).

Depois dos dois historiadores, transcreve as regras da crítica formuladas por Herculano e as principais etapas da crítica: data, localização, autoria, análise, integridade e credibilidade. Expõe também o que seriam críticas internas ou superiores e crítica externa ou inferior.

Uma das regras da crítica é a datação. A datação auxilia na verificação de autenticidade dos documentos, principalmente os manuscritos, se as informações neles contidas são verdadeiras. A data marca indelevelmente que algo aconteceu num momento determinado e não se perdeu no constante suceder do tempo histórico. Como exemplo, apresenta as discussões sobre a autoria do *Tratado descritivo do Brasil*. Os exemplos abordados por JHR servem para mostrar as lutas em torno do discurso e saber histórico “legítimos” na historiografia brasileira (RODRIGUES, 1978, p. 317).

Fazer a crítica para certificar-se da datação é etapa anterior à busca pela autenticidade dos documentos, tema do próximo capítulo.

2.5.11. Autenticação e forjicação⁷⁷.

Os estudos e técnicas de verificação de autenticidade têm como objetivo atestar se não houve alterações nas informações contidas nas fontes. São apresentadas e exemplificadas as espécies mais recorrentes de falsificação. Um documento pode ser forjado por falsificações externas ou internas. As externas ou materiais são as que produzem supressão, alteração, simulação e manipulação no conteúdo dos documentos, podendo ocorrer na própria produção ou transcrição dos documentos. A falsificação interna ou ideológica é a que tem por objetivo induzir ao erro, mentira, calúnia, injúria. A falsificação “é usada para enganar, é o erro. Engano e erro estão em relação de causa e efeito. Conduzindo ao erro, a falsidade conduz também ao dano, ao abuso de credibilidade particular ou pública, à injúria, à trapaça, à fraude” (RODRIGUES, 1978, p. 322).

Juridicamente, mostra como o Código Filipino, o Código Criminal Brasileiro (1830) e o Código Penal (1890), puniam as falsificações de documentos. Essa preocupação em determinar o que é falsificação e suas penas deixa ver como a questão é, ao mesmo tempo jurídica, social, cultural, econômica e histórica. São citados exemplos de forjicação. A *Doação de Constantino* e a prova de falsificação de Lorenzo Valla, as cartas de G. Washington, A. Lincoln, de San Martí e de S. Bolívar, forjadas para campanhas difamatórias. A *Carta de Toscanelli*.

Casos de falsificação de documentos no Brasil também são analisados. São arrolados inúmeros títulos dos tempos da chegada dos portugueses e início da colonização. Os exames minuciosos de documentos feitos pelo IHGB, como no caso das *Sextilhas de frei Antão*, de Gonçalves Dias, em que, propositalmente, o poeta a atribui a outro autor, cabendo ao Instituto atestar sua veracidade e autoria.

As *Cartas falsas*, que teriam sido escritas pelo candidato à presidência do Brasil Artur Bernardes, é um dos casos mais detalhados. Nessas cartas, publicadas pela imprensa entre 1921 e 1922, Bernardes atacava frontalmente seus opositores, conta JHR. Intelectuais, juristas e outras personalidades públicas foram convidadas para avaliar a veracidade dos documentos, entre eles, Rui Barbosa, que “escusou-se de servir como árbitro e afirmou, apesar de sua conhecida e universal ojeriza ao candidato oficial” não assumiria tal responsabilidade; Candido

⁷⁷ Expressão utilizada para intitular o capítulo, referente à falsificação de documentos, o significado de *forjicação* no dicionário Houaiss é: ato ou efeito de forjicar; contrafação, imitação ou alteração fraudulenta de um instrumento genuíno, visando a obter uma vantagem ilícita; falsificação de um documento de interesse histórico.

Rondon, “árbitro acima de qualquer suspeita”, convidado, recusou a missão (RODRIGUES, 1978, p. 334-335).

Por fim, encontrado o autor-falsificador das cartas, o episódio teve consequências políticas. Na presidência, a agitação causada pelos documentos falsos, resultou na “suspensão das garantias constitucionais e as sucessivas prorrogações do estado de sítio que caracterizaram todo o governo do Sr. Artur Bernardes” (RODRIGUES, 1978, p. 337). As disciplinas auxiliares, a crítica, as técnicas de conferência de autenticidade têm uma função intelectual, mas que é sempre política e social, relacionada aos destinos da nação.

Outro caso abordado é o *Plano Cohen*. Por ser um documento procedente de um órgão de governo, sem questionar sua origem, foi publicado na imprensa em 30 de setembro de 1937. A partir do documento, Getúlio Vargas pedia autorização para declarar estado de guerra, pois haveria uma ameaça de golpe comunista. Com esse documento falso, Vargas “inaugurou o Estado Novo e suspendeu as garantias constitucionais até 1945” (RODRIGUES, 1978, p. 340).

Essas falsificações materiais e ideológicas apontam para os meios (técnicas) e fins da falsificação (objetivos). O capítulo termina com quase o alfabeto inteiro de exemplos de utilização da crítica para averiguar os problemas de autenticidade.

Nesses capítulos sobre o trato das fontes, JHR recorre abundantemente a casos específicos. Apresenta a *A carta de Toscanelli*, dos casos brasileiros, discute as “cartas falsas”, o Plano Cohen; o estudo das Cartas de Vespúcio, realizados por Varnhagen; a autenticidade da carta de Pero Vaz de Caminha, analisada por Capistrano de Abreu (RODRIGUES, 1978, p. 344). Pode ser para mostrar erudição, legitimar seus argumentos ou ainda para indicar ao leitor que além do domínio teórico, sabe o que são e onde estão as fontes e suas interpretações. Nessa linha, a crítica agora é de atribuição de autoria, à qual cabe definir a natureza, a inteireza e o estatuto da verdade definido pelo historiador.

2.5.12. Crítica de atribuição.

Atribuir a autoria de uma obra a um indivíduo não é só colocar um nome no texto. Por meio da atribuição de autoria, valoriza-se o testemunho de quem escreveu, seu contexto, suas experiências e ideias. JHR escreve:

Trata-se, assim, de um problema epistemológico de extraordinário interesse, que denuncia as relações entre o conhecimento e o autor, do mesmo modo que a crítica interna descobre os contatos entre o conhecimento e a situação social. Vê-se logo as

íntimas e estreitas ligações que unem as duas espécies de crítica. A revelação da autoria ensina quais as exatas funções do responsável pelo escrito no quadro social e, conseqüentemente, suas possibilidades de conhecimento nesse ou naquele aspecto, nesta ou naquela estrutura (RODRIGUES, 1978, p. 349).

Depois de dizer como essa preocupação está presente na historiografia e nas pesquisas europeias e brasileiras, são apresentados casos de atribuição na historiografia brasileira. Afonso Pena Júnior, “o mestre consagrado da crítica de atribuição em língua portuguesa”, Varnhagen e Capistrano de Abreu são outros nomes tidos como fundamentais para a crítica na historiografia brasileira, que convergiram, muitas vezes, seus olhares e técnicas para questões comuns, como a da autoria de *Notícias do Brasil*, que, depois de muitos envolvidos e discutidos, “por diligência e capacidade crítica de Varnhagen, restituiu-se o nome do autor a um dos livros mais importantes da historiografia brasileira do século XVI” (RODRIGUES, 1978, p. 355).

Indicar a autoria é importante para legitimar as fontes com que se trabalha na historiografia. Então, outros textos analisados são a *Relação do piloto anônimo*; as obras de Fernão Cardim; a *Prosopopeia, A relação do naufrágio da nau Santo Antonio* (1565) e os *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618); *Cultura e opulência do Brasil*, “que quem descobriu a autoria foi, ainda, Capistrano de Abreu”; *A arte de furtar*, de 1652.

Na indicação da autoria e das discussões em torno dela, JHR desenha um quadro historiográfico preciso. Quando expõe nesses capítulos as críticas às fontes, o autor não apenas demonstra seu domínio técnico sobre como escolher, determinar e analisar as fontes, mas classifica e determina quais seriam as fontes autênticas a serem utilizadas para se escrever a história da história do Brasil.

O capítulo é finalizado com uma listagem de casos de críticas de atribuição.

2.5.13. Crítica de textos e a edição de documentos históricos.

Depois de localizar, datar, autenticar, determinar a autoria e fazer a crítica, conforme visto nos capítulos anteriores, os passos seguintes são a crítica de texto e sua edição. Crítica de texto, de acordo com JHR:

(...) pode ser definida como o exercício capacitado e metódico da inteligência humana no estabelecimento dos textos. Entende-se por texto o documento escrito em linguagem mais ou menos conhecida do investigador e que se admite tenha forma e sentido que foram ou podem ser determinados. O objeto do crítico de textos é restaurá-los tanto quanto possível à sua forma original, ou seja, à pretendida pelo seu autor (RODRIGUES, 1978, p. 378).

A restauração do texto exige perícia técnica e intelectual, defende JHR. Editar um texto é transcrever para outros públicos a vontade, os valores, o pensamento, o estilo de seu autor. Maior atenção é dada à edição de documentos escritos, principalmente os manuscritos.

Segue-se no capítulo o padrão desses capítulos sobre fontes e crítica: questões técnicas e teóricas e os estudos de caso. Apresentarei alguns itens que são interessantes para refletir no sentido dessas ideias e propostas.

Pelas técnicas de trabalho, começa dizendo que há três tipos de edições: *mecânica*, *diplomática* e *crítica*. A primeira se dá por meio da fotografia ou fototipia, usadas para editar mapas e livros raros, porém “nenhuma fotografia, por mais perfeita, pode dispensar o original, necessário, por vezes, nas incertezas de uma leitura”; a diplomática exige a cópia exatamente igual ao que está no texto, sem alterações; por último, a crítica é quando se compara o documento a outros com o apoio das ciências auxiliares.

Das instituições de arquivos e pesquisas, JHR menciona o IHGB e os institutos estaduais, a Biblioteca Nacional, o Arquivo de São Paulo, onde eram realizadas as discussões e edições de documentos históricos no Brasil. Nesses lugares, as etapas da edição são: seleção, regras de transcrição, indícios de modificações no texto, ordenação, anotação. Nem sempre esses procedimentos eram de conhecimento geral, porque “Infelizmente, no Brasil não temos regras estabelecidas, que em matéria de transcrição, quer de publicação, usando cada editor dos critérios que lhe aprazem” (RODRIGUES, 1978, p. 388).

O próximo passo é o estudo de edições críticas. No Brasil, a edição crítica “tem sua origem nas já referidas *Reflexões críticas* de Francisco Adolfo de Varnhagen” (RODRIGUES, 1978, p. 391). Com experiência de pesquisador no Brasil e no exterior, realizou inúmeros trabalhos de edição de documentos e textos clássicos. Varnhagen teve grande influência no Brasil inaugurando e estabelecendo princípios da crítica que “vão ser seguidos e desenvolvidos por Capistrano de Abreu” (RODRIGUES, 1978, p. 396).

São destacadas por JHR as edições feitas por Varnhagen e Capistrano, como figuras hegemônicas no campo historiográfico no que diz respeito à edição e crítica. São modelares. Conclui destacando que há também exemplos de “mau modelo”, como os *Documentos holandeses*, que Joaquim Caetano reproduziu de arquivos da Holanda. Sugere, então, “vide nota de José Honório Rodrigues”, sobre a bibliografia e crítica aos documentos holandeses.

Na última nota de rodapé do capítulo, propõe seu trabalho como um modelo de crítica. Sugere ainda na nota outros modelos de edições críticas, com Varnhagen e Capistrano. Merece destaque que neste capítulo ele se coloca entre as autoridades reconhecidas na edição e crítica de documentos.

Nos capítulos que tratam mais diretamente da documentação, JHR mostra ser o arquivo seu lugar de pertencimento. O arquivo funciona como um lugar estratégico para JHR, uma vez que os documentos são considerados essenciais para a escrita da história, exigindo cuidados e conhecimentos na produção, definição, reprodução e crítica documental, que ele possui e traz para as páginas de *Teoria da História do Brasil*.

2.5.14. Crítica interna.

A crítica interna é a crítica ao testemunho. “Esta última é o ponto mais alto de todo o processo”. Trata-se de ter a capacidade de ver o maior número possível de características de quem produz o documento e o que nele pode se apreender do fenômeno.

Tem-se que fazer um questionamento sistemático e metódico a respeito das inclinações morais, estéticas e religiosas; interesses econômicos e pertencimento institucional de seu produtor; se foi um testemunho direto; se foi forçado ou espontâneo; a quem se dirige; quais são as outras testemunhas. Nesse ponto, JHR está mais próximo do que seria uma abordagem interdisciplinar sobre o ser humano no tempo.

O documento, preponderantemente escrito, é tido na dupla perspectiva da objetividade (materialidade e métodos de análise) e subjetividade (o testemunho), que serve como prova. “O documento, o testemunho não é prova, como já dissemos, mas instrumento de prova; ele contém erro e verdade” (RODRIGUEZ, 1978, p. 413).

Os testemunhos se apresentam de formas diferenciadas conforme o tipo da fonte, orienta JHR. A autobiografia, na forma de diários e memórias, é um gênero que foca o olhar para uma pessoa, e seu estudo “é altamente difícil, pois é mais fácil pecar que confessar o pecado”. Sobre as memórias, carregada de propósitos de quem as escreve, “exige um exaustivo exame crítico. Elas são, na opinião quase unânime dos metodologistas, as mais indignas de fé de todas as fontes” (RODRIGUES, 1978, p. 414)⁷⁸.

Outras fontes são as cartas, jornais, relatos de viajantes. Sem autoria definida, têm credibilidade também as fontes orais, como cantigas, provérbios, lendas, boatos, piadas.

Identificados os documentos, feita a crítica, é o momento de realizar a síntese.

⁷⁸ Retomando a crítica às biografias e ao personalismo, escreveu em *A pesquisa histórica*: “A personificação da história conduz à biografia, e a história do Brasil, por exemplo, tem sido uma suma biográfica desde o período colonial aos nossos dias. [...] Pseudo-atos, pseudo-personalidades, tão indiferentes à função criadora da História quanto a roupa que vestiam, enchem a História, são biografados, quando deviam ser eliminados dos quadros sintético-interpretativos” (RODRIGUES, 1978, p. 30-31).

2.5.15. A compreensão e a síntese históricas.

O historiador não se pode limitar à pesquisa e ao exame crítico das fontes. Deve interpretá-las; deve extrair do texto histórico a plenitude da vida que foi e que permanece nas formas presentes. Deve recompor o conjunto orgânico, pensando e sentindo, a fonte ou fontes que a crítica julgou limpas e certas. Se a história não quiser ser um jogo de títeres tem que compreender o acontecimento, sentir e pensar a grandeza e humildade das personagens, penetrando no seu íntimo, fixando as decisões, os impulsos, os atos de vontade libertados dos sucessos. Deste modo, ele não se pode aprisionar ao sentido gramatical e literal dos textos, aceitando sem restrições a velha lição de que estes nada deixam ao arbítrio do historiador, pois a história já está escrita em textos autênticos, nos quais não há incerteza (RODRIGUES, 1978, p. 419).

Último capítulo do livro. Tudo o que foi visto converge para este ponto: interpretação, compreensão e síntese. Municiado de teoria e método, utilizando-se das técnicas de pesquisa, o historiador deve ter capacidade de sintetizar todo o conhecimento e a sensibilidade de fazer compreender o outro e a si mesmo na história e na historiografia.

Foi no século XIX que essas preocupações encontraram condições para florescer e crescer. A construção de um discurso de cientificidade do conhecimento histórico teve como efeito negativo limitar o campo de percepção pela utilização de critérios muitas vezes estreitos para dar conta da complexidade das fontes; por outro lado, foi nesse mesmo ambiente que se desdobraram as mais sofisticadas e abrangentes teorias da história, explica JHR.

Fazer a síntese de todo processo historiográfico e compreender o indivíduo e a história é uma tarefa que só pode ser atendida satisfatoriamente com uma formação teórica que possibilite esse desempenho. Em defesa da teoria, JHR escreveu:

As teorias vão, os textos ficam. E é por isso que os historiadores, diante de uma tarefa concreta e prática, tratam com extremo cuidado os documentos e desprezam as teorias. Mas nesta atitude eles também se equivocam, porque a verdadeira história é prática e teoria; a pura pesquisa é uma tarefa mutilada porque é só prática. As teorias são também fatos históricos, são formas de compreensão concebidas pelo presente, e como tal representam as inquietações econômico-sociais, morais, intelectuais e religiosas do presente. O texto é sempre examinado de acordo com os interesses do presente e por isso a história é reescrita, e não só por causa da descoberta de novos documentos, como temos acentuado no decorrer deste livro. (RODRIGUES, 1978, p. 426)

O capítulo é encerrado com a ênfase na valorização da teoria, da relação entre a história e a vida. “A vida é história, o resto é natureza”. A história tem a capacidade de conhecer a vida e agir sobre ela a partir do que se conhece historicamente; é uma ciência a serviço da vida. Em síntese, compreende que o que caracteriza a história é sua necessidade de “repensar o que se pensou, ressentir o que se sentiu, refazer o que se fez, rever o criador e o criado, o dirigente e o

dirigido, a sociedade, a vida econômica, em suas formas históricas [...] Com isso está exausta sua tarefa científica” (RODRIGUES, 1978, p. 428).

2.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEORIA DA HISTÓRIA.

JHR se empenhou em atualizar *Teoria* ao longo do tempo, sempre do ponto de vista do presente. Nos anos de 1970, havia uma série de críticas epistemológicas a respeito do conhecimento histórico, com o retorno da narrativa, a emergência de novos problemas, novos objetos, novas abordagens, mas, no livro, não se modifica ou questiona a convicção do autor de que a história é uma ciência.

Com *Teoria da História do Brasil*, JHR pretendia colocar-se entre os “mestres” da historiografia brasileira. Na luta por reconhecimento no campo historiográfico de sua época em âmbito nacional, buscando seu lugar nesse patamar canônico ao tratar de um ramo pouco explorado e sistematizado até então: a teoria da história. A novidade estava não só na apresentação e análise das teorias da história, mas, fundamentalmente, na originalidade que foi a sistematização das teorias da história da história do Brasil. O ambicioso projeto honoriano é definido muito bem por Cesar Leonardo Van Kan Saad, quando escreve que é “Como se Rodrigues fosse o profeta que guarda consigo os caminhos para a salvação, e neste caso, a salvação da historiografia” (SAAD, 2016, p. 62).

Esse empreendimento honoriano de construção de si mesmo para estar no mesmo patamar de reconhecimento de seus contemporâneos e “mestres” fundadores de novas tradições historiográficas, é bem percebido também por Rebeca Gontijo. Ela escreve:

Mais que analisar os referenciais teóricos presentes na historiografia brasileira, apontar seus principais nomes e obras, destrinchar seus métodos e traçar um panorama de pesquisa histórica em nosso país, apresentando seus principais arquivos e fontes documentais, o fim último que José Honório parece visar é a construção de uma tradição historiográfica em meio à qual, talvez, ele mesmo pudesse se inserir, não apenas como um entre outros historiadores, mas como aquele que organiza o legado e aponta caminhos para futuras pesquisas. Supostamente, ao construir sua versão da história da história, ele também reservou um lugar para si, pois tinha consciência do valor de sua obra e esperava, sem modéstia, figurar no futuro entre os grandes da História e da Historiografia brasileiras (GONTIJO, 2011, p. 287).

As palavras de Gontijo sintetizam perfeitamente os propósitos de JHR com *Teoria*. Não se trata apenas de apontar os elementos constitutivos da historiografia brasileira, mas de construir uma “tradição historiográfica”, inserindo-se nessa *tradição intelectual*, conforme

Ângela de Castro Gomes, como um de seus fundadores, que organiza o que se produziu no passado, compromissado com o presente e indicando como devem ser feitas as pesquisas e a história no futuro. Da perspectiva deste tempo presente, é interessante compreender como JHR se esforçou por construir tradições, versões da história da história do Brasil, com lugares especiais reservados para si. Isso é importante para conhecer melhor JHR e sua obra, assim como as abordagens e lutas pela hegemonia na forma de estudar, ensinar e conhecer a história do Brasil.

Pedra de toque entre todos os estudiosos de JHR, a resenha de França critica a falta de sistematicidade, de reflexão filosófica, de posicionamento crítico, de clareza e inovações, omissões e decepções. As constatações de França são muito pertinentes e é instigante pensar porque JHR nunca explicitou de modo claro quais eram suas escolhas, predileções e objetivos em *Teoria da História do Brasil*.

A resenha de França é interessante também por possibilitar contextualizar as discussões sobre o que era teoria da história na dobra da segunda metade do século XX. Saad destaca da resenha o “tom provocativo e, por vezes irônico e zombeteiro, de França é a marca de sua maneira de argumentar” (SAAD, 2016, p. 214). Na tese de Aryana Lima Costa *De um curso d’água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP*, a autora examina o contexto e afirma: “Há aí, ainda no início da década de 1950, uma visão que engloba no mesmo conjunto tanto a nascente pesquisa universitária quanto aquela já realizada em outros lugares”. Na *Revista de História*, o primeiro artigo de França foi a resenha do livro de JHR, que ele elogia no início por sua rebeldia, mas logo passa a criticar as fraquezas do livro: falta filosofia e método na exposição e desenvolvimento; ausência dos franceses, tanto a *Synthèse Historique*, capitaneada por Henri Berr, quanto os *Annales*. Sobre o “plano” crítico de França, Costa escreve:

As críticas ao livro partem de um referencial que cada vez mais vai se tornando claro: a oposição entre uma visão pragmática americana e uma europeia, até mesmo romântica. [...] O resto da resenha, como sói [sic] acontecer a qualquer outra coisa, é uma janela para os posicionamentos de França. [Para França] José Honório subjuga o historiador à tirania da prova material, por isso que se aproxima da grande ilusão do cientismo (sic) do século XIX [...] (COSTA, 2018, p. 117).

Em outra resenha de *Teoria*, escrita por Richard Konetzke (1897-1980), publicada em uma revista alemã em 1959 e traduzida pela *Revista de História*, vincula a obra honoriana com a necessidade de reconstrução da historiografia no Brasil e na Europa. Escreve Konetzke:

O historiador europeu que tem consciência como Rodrigues de que a mudança temporal de 1945 exige uma revisão de nossa história, verá a história brasileira também como uma parte do passado

européu e que ele tem de ocupar-se dela, pois não pode esconder-se que o futuro destino da Europa também será determinado pelo além mar (KONETZKE, 1960, p. X).

No “além mar”, a obra de JHR deveria ser valorizada pelo que pode ensinar⁷⁹. Isso mostra como o projeto honoriano se articulava com as questões de seu tempo e do mundo. Como a “história europeizante” foi profundamente abalada pelas guerras mundiais, com a barbárie acontecendo na civilização, com a crise do neocolonialismo e as lutas pela independência de nações africanas, a Guerra Fria, a história precisava se comprometer com uma abordagem mais globalizante, produzida a partir das formações sociais de cada país. A abordagem mais globalizante de JHR corresponde a uma história nacional que contempla as relações internacionais.

Tendo como propósito ser referência no que diz respeito às teorias da história na historiografia brasileira, de certo modo, pode-se concordar que JHR atingiu esse objetivo. Pouco estudado até a virada para o século XX, hoje, nas discussões de história da história do Brasil, seja para corroborar ou negar a sistematização das teorias feita por ele, sua obra é cada vez mais citada.

As teorias vão, os textos ficam. Sentidos extraídos do livro, seus lugares originais de produção e circulação, os discursos, as disputas, as propostas, as teorias, envolvidos em sua escrita e edições podem ficar desatualizados, silenciados ou esquecidos na incontornável passagem do tempo; de tal modo que as teorias se *vão*. Mas o livro *fica* enquanto arquivo permanente, como um documento exigindo novas interpretações e significados, sentidos e lugares. As tecnologias, os tipos de documentos, teorias passaram por várias transformações desde 1949, mas determinados princípios relativos ao *métier* historiográfico registrados nas páginas de *Teoria da História do Brasil* permanecem: saber o que são teorias da história, métodos, períodos e periodizações, fontes documentais, relação passado, presente e vida, interpretação e crítica.

No próximo e último capítulo trabalharei, com os documentos que amealhei nas pesquisas em arquivos, com documentos do próprio JHR e o que existe sobre ele. O objetivo é perceber a construção de pertencimentos e “escrita de si” depreendidas dos documentos sobre JHR disponíveis em diversas instituições de pesquisa.

⁷⁹ Essa vinculação dos problemas brasileiros com os europeus remete à observação feita por Saad, de que “as tomadas de posição de José Honório pela defesa da especialização dos estudos históricos tendo como modelo de ciência histórica, seus códigos e linguagem a maneira europeia, em detrimento de pensadores brasileiros [...]” (SAAD, 2016, p. 203). Saad destaca a inspiração europeia “fora de lugar” nos referenciais historiográficos de JHR, no entanto, os problemas, temas e autores analisados são brasileiros.

3. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES EM ARQUIVOS: ENTRE DOCUMENTOS PÚBLICOS E O ARQUIVO PESSOAL.

Neste capítulo, o objetivo é analisar os lugares de JHR no campo historiográfico brasileiro com base na documentação pesquisada nos arquivos. São documentos escritos, com raríssimas fotos e nenhum outro tipo de fonte. Constatam artigos de imprensa, recortes diversos e dispersos, correspondências, publicações, registros de vínculos empregatícios. Muitos desses documentos foram produzidos e guardados em seu arquivo pessoal e nas instituições por onde passou. As instituições pesquisadas foram o *Instituto de Estudos Brasileiros*, da Universidade de São Paulo (IEB-USP), a *Biblioteca Nacional*, *Arquivo Nacional*, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), a *Academia Brasileira de Letras* e o *Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas* (SIARQ-UNICAMP).

Não se trata aqui de um trabalho de catalogação da documentação. Raquel Glezer realizou um trabalho minucioso de contagem e classificação dos documentos honorários, em 1977, mas não são esses mesmos propósitos que movem esta análise. Como nos tempos de Glezer, os documentos estão disponíveis em formato físico, impresso, original, tendo que ir até as instituições arquivísticas para pesquisá-los. Glezer destacou também a falta de suportes de pesquisa para encontrar e registrar a documentação, mas nestes tempos de arquivos e pesquisas digitais a situação é diferente em relação a isso. Os documentos disponíveis sobre JHR estão indicados, catalogados e cadastrados nos *sites* da maioria das instituições arquivísticas, com informações de localização, de conteúdo; por isso, fazer um quadro descritivo dos documentos de cada instituição pode ser redundante e reducionista. Desse modo, escolhi construir o capítulo com a análise da documentação pesquisada e selecionada. Na última parte do capítulo estão anexadas imagens de determinados documentos pesquisados, com a finalidade de colocar o leitor em contato direto com a documentação e as questões tratadas no texto.

Os arquivos são lugares de memória. Os documentos formam uma memória ainda com muitos hiatos de silêncio, pois inexplorados em sua maioria. Para problematizar a noção de *documento* e como fazer a crítica documental, Michel Foucault expõe de forma esclarecedora como utilizar e abordar a massa documental. Nas primeiras páginas da *Arqueologia do Saber*, Foucault escreve a história:

[...] mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unicidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela

tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações (FOUCAULT, 2000, p. 7).

O documento, conforme orienta Foucault, não é a verdade materializada e inerte capaz de reconstituir o que aconteceu⁸⁰. É preciso inserir o documento em um campo de análise e diálogo mais abrangente, com outras fontes, outros documentos e interpretações. Foucault fornece categorias analíticas que alertam contra a naturalização do olhar sobre os documentos a respeito de JHR e para a necessidade de observar as relações possíveis que podem ser estabelecidas a partir da massa documental.

Um dos caminhos de análise é investigar os documentos como um tipo de “escrita de si”, que JHR teria produzido na confecção de seu arquivo pessoal. Não há nenhum documento de natureza autoral, autobiográfico, memorialístico feito por ele, mas recortes de sua trajetória expressos em publicações suas, sobre ele e seus textos, edições, críticas, convites, homenagens, que não formam uma unidade interpretativa e clara.

Quem mais produziu a partir do arquivo pessoal de JHR foi sua esposa Lêda Boechat Rodrigues⁸¹. Movida por um esforço memorialístico⁸², Lêda esforçou-se por traçar uma trajetória biográfica de JHR, destacando aspectos mais intimistas e pessoais do autor, seus hábitos, relacionamentos, sociabilidades, amizades e inimizades. Não se pode deixar passar despercebido, como Sirinelli já apontou, que os documentos de ordem mais íntima podem iluminar os microclimas, afetividades envolvidas nas sociabilidades, tão importantes na história dos intelectuais (SIRINELLI, 2003).

Lêda escreveu a história mais biográfica de JHR. Selecionou, comentou e publicou a *Correspondência de José Honório Rodrigues* (2000) e a *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues* (2004); no âmbito do IHGB, escreveu a *Bibliografia de José Honório*

⁸⁰ Em *Como se escreve a história*, Paul Veyne enfatiza a importância da erudição na análise dos documentos. Segundo Veyne, “o trabalho do erudito consiste em pôr os documentos diante do leitor de maneira a ver tudo o que se pode perceber deles [...], após o que cada um pode ver no documento a riqueza do passado de que é pessoalmente capaz de fazer” (VEYNE, 1998, p. 245-276).

⁸¹ Sobre como o casal se conheceu e uniu, Lêda escreve: “Conheci José Honório em julho de 1935, numa ‘embaixada de estudantes’ à Bahia, organizada pela diretoria do *Centro Cândido de Oliveira*. Éramos quatro moças e dezesseis rapazes, alunos do 1º ao 5º anos da Faculdade de Direito do Catete. Nosso namoro começou em Salvador e firmou-se a bordo do navio Pedro II, que nos trouxe de volta ao Rio. Eu tinha dezessete anos e era segundo-anista; José Honório tinha vinte e um e era terceiro-anista. Casamo-nos em 3 de março de 1941” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 18).

⁸² É como se Lêda tivesse se incumbido da responsabilidade de fazer (re)conhecer a vida e obra de JHR no campo intelectual brasileiro, através da exploração das memórias compartilhadas. Esse empenho pode ser notado na citação a seguir: “Eu admirava sobretudo a maneira magistral de terminar vários dos seus escritos. Era o toque mágico do escritor, do grande historiador e grande historiógrafo que ele foi. O próprio José Honório demonstrava total confiança no lugar que lhe estará reservado na história e na historiografia brasileiras” (RODRIGUES, 1988, p. XXX).

Rodrigues (1955), mas não há registro de publicação desse material. Em *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*, traçou uma trajetória biográfica ascendente do “menino levadíssimo, pouco estudioso e gago”; na adolescência, “era um rapazinho franzino, sujeito a constantes crises de febre alta, causadas pelas amígdalas, que há muito deveriam ter sido extirpadas, ameaçando-o de tuberculose. Depois de operado, a conselho médico, praticou natação e remo no Clube de Regatas do Flamengo”. Quando jovem, “já transformado em um rapaz sadio, de largas espáduas, com uma faixa branca nos cabelos castanhos, ingressou em 1933 na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 17).

O livro *Um historiador na trincheira* foi escrito em parceria com José Octávio de Arruda Mello (1940), que é o arquivo-vivo sobre JHR. Mello, graduado em Direito e História pela Universidade Federal da Paraíba, com doutorado pela USP (1992)⁸³, é autor de muitos textos sobre JHR, além de guardar muitos documentos enviados a ele por Lêda. É liderança destacada no *Grupo José Honório Rodrigues*, fundado em 1967, responsável por muitos debates a respeito da obra honoriana na UFBA (Universidade Federal da Paraíba) e em muitas outras instituições, como IHGB e ABL (Imagem 7). As relações de sociabilidade entre os casais José Octávio de Arruda Mello e Amável Maria Targino da Rocha Mello (1941), JHR e Lêda eram intelectuais e pessoais.

Mello descreve, em 1994, os objetivos do *Grupo* nos seguintes termos:

O Grupo, na verdade, não pretendeu ser uma seita, ser uma igreja, ter uma palavra final em termos de dogma. O Grupo pretendia ser um fermento em massa! A esta altura, a gente está muito diluída, mas sente que a nossa mensagem propagou-se, que as nossas teses se consolidaram, que as nossas ideias foram aproveitadas pela sociedade (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 8)

No artigo *José Honório Rodrigues e a Paraíba: correspondência e análise crítica*, Mello traça um panorama intelectual dos diálogos do *Grupo*, destacando as repercussões da obra honoriana entre diversos intelectuais de diferentes lugares. Segundo Mello,

(...) observe-se que a mensagem honoriana, sob esse aspecto mais ampla que a de Varnhagen e Capistrano de Abreu, aos quais sucedeu, alcançou o coração da nacionalidade, pela constituição de discípulos que terão renovado a prática e ensino de História nesses últimos quarenta anos. A observação vale para Milson Holanda no Maranhão, Odilon Nunes no Piauí, José Alfredo de Souza Montenegro e Eduardo Hoornaert no Ceará, Enélio Petrovitch e Marlene Mariz no Rio Grande do Norte, Armando Souto Maior, Amaro Quintas e Manoel Corrêa de Andrade em Pernambuco, José Ibarê Dantas e Maria Thetis Nunes em Sergipe, José Calazans na Bahia, Gabriel Bittencourt no Espírito Santo, Francisco Iglésias e Norma Góes Monteiro em Minas Gerais, Yeda Leite Linhares e Eulália Lobo no Rio de Janeiro, Clóvis de Moura, Amaral Lapa, Odilon Nogueira de Matos, Maria Luiza Marcílio e Sebastião Witter

⁸³ Dados biográficos de Mello disponíveis no site: <http://www.ihgp.net/memorial6.htm>. Acesso em: 30 jan. 2021.

em São Paulo, Yaponan Soares e Walter Piazza em Santa Catarina, e Décio Freitas, Ennedy Till e José Vicente de Freitas, no Rio Grande do Sul, entre centenas de cientistas sociais espalhados pelos diversos recantos do território brasileiro (MELLO, 1994, p. 19).

Com uma perspectiva biográfica que se aproxima do trabalho de Lêda, mas por outros caminhos, Mello insere JHR em um lugar de grande relevância para a historiografia nacional, citando nominalmente pessoas das mais variadas regiões do Brasil que acompanhavam e dialogavam com a produção honoriana.

Os depoimentos orais de Mello, além de seus textos e correspondências, trazem para esta pesquisa sua leitura e o traçado de um perfil intelectual de JHR que, se explorado, será muito enriquecedor, com novidades factuais e heurísticas.⁸⁴

O acervo documental de JHR está fragmentado em instituições e outros lugares desconhecidos. O IEB-USP ficou como depositário da maior parte do acervo. Carlos Guilherme Motta foi amigo próximo de JHR, que esteve em sua banca de defesa de doutorado, participando com ele de inúmeros eventos acadêmicos. Mota, Iglésias e Mello estão entre os que mais publicaram na imprensa sobre a obra honoriana, tanto que foi a Mota, quando diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP, que Lêda confiou a biblioteca de JHR, “porém, após controvérsias, o acervo encontra-se, atualmente, sob a guarda do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros)” (UHIARA, 2014, p. 43).

A biblioteca e o acervo pessoal estavam sendo negociados - não se especifica com quem - quando JHR faleceu, em 1987. Depois disso, as negociações ficaram em suspenso, e Lêda se empenhou em doar a biblioteca para alguma instituição que se responsabilizasse pela guarda e preservação do material⁸⁵. Por fim, a biblioteca e o arquivo pessoal acabaram divididos entre várias instituições. Além de doar para o IEA-IEB (1994), Lêda também fez uma doação para o *Delfos* – Espaço de Documentação e Memória Cultural, da PUC-RS. No site do *Delfos*, explica-se:

O Acervo José Honório Rodrigues, incorporado ao DELFOS em 2008, compõe-se de cerca de 100 pastas com documentos variados, tais como: cartas, notas de pesquisa, referências de fontes e de arquivos (nacionais e estrangeiros), mapas, fotos, recortes de jornal, etc. Deve-se salientar, no entanto, que esses documentos se constituem apenas numa pequena parte do total do acervo de José Honório Rodrigues, a qual

⁸⁴ Não realizei entrevistas estruturadas com Mello, nossa conversa foi principalmente por telefone. Os depoimentos obtidos nessas conversas são memórias entendidas como documentos válidos e valiosos para esta pesquisa. François Dosse escreve de forma esclarecedora sobre a importância dos depoimentos orais. Segundo Dosse, [...] Ele [o “historiador do presente”] dispõe de fontes orais que são um trunfo certo, mesmo que estas devam ser tratadas com prudência e distância crítica, pois são ‘uma fonte sobre um tempo passado, e não, como numerosas fontes escritas, contemporâneas do acontecimento’. Essa interatividade, que põe o historiador diante de uma pesquisa de campo, à maneira do sociólogo, coloca-o em boa posição para ‘fazer uma história objetiva da subjetividade’ (DOSSE, 2001, p. 93-94).

⁸⁵ Sobre negociações da biblioteca de JHR, ver imagens 16 e 17.

estava sob a guarda de Ricardo Seitenfus, que fez a doação para a PUC-RS (PUC-RS, s/d).⁸⁶

Em nenhuma das duas instituições se encontra uma definição, catalogação ou descrição do que seria o arquivo pessoal de JHR original. Não há fichas, nem informações sobre como estava organizado o arquivo pessoal, de modo a se ter uma noção geral e mais específica de como o arquivo foi formado e configurado. No *Delfos*, por exemplo, há a catalogação precisa dos documentos de JHR sob sua guarda, mas não dá para determinar de modo mais contundente o significado dessa documentação dentro do arquivo pessoal de JHR.

Muitos trabalhos têm surgido do acervo documental sob a guarda do *Delfos*. Amanda Araújo de Araújo e Luciano Aronne de Abreu publicaram, em resumo de comunicação de evento científico, que a configuração do *Acervo José Honório Rodrigues*, o processo de higienização, organização e elaboração de fichas temáticas até a disponibilização do acervo online ainda não ocorreu (ARAÚJO & ABREU, 2009). Em artigo, Abreu detalha a situação do acervo. Segundo a autora, “pouco se sabe a respeito de sua história, a não ser por informações esparsas encontradas em algumas bibliografias ou mesmo em alguns documentos que dele fazem parte”. Afirmar que Lêda “se manifesta descontente com o cuidado e o tratamento dispensados ao acervo por ela doado ao IEA”, e que “algumas pastas do AJHR contêm materiais timbrados do IEA [Instituto de Estudos Avançados], o que evidencia o início de seu trabalho de higienização e catalogação de documentação recebida em doação” (ARAÚJO & ABREU, 2009, p. 322). É sobre os documentos dispersos de JHR que esses trabalhos têm sido produzidos.

Mas a dispersão do arquivo pessoal de JHR não se limita a essas instituições. Documentos desse arquivo pessoal original foram distribuídos também entre intelectuais e amigos. Um caso específico e ilustrativo dessa dispersão documental e do convívio doméstico entre o casal e intelectuais que frequentavam o apartamento, é mencionado por Mello, comentando sobre as reuniões que eram realizadas na cobertura e apartamento do casal Rodrigues. Disse ele que havia lá “um óleo do mestre, de autoria do pintor Manuel Bandeira”, e:

Segundo a nova governanta Maria da Penha, esse óleo foi um dos primeiros bens retirados por quem, no primeiro semestre de 2012, se dispôs a afastar livros e patrimônio do apartamento da Paul Redfern, para custear o tratamento de Dra. Lêda. A biblioteca foi encaixotada em *containers* (MELLO, 2014, p. 54).

⁸⁶ Ricardo Seitenfus (1948) era um dos frequentadores do apartamento de Lêda e JHR. Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1981), onde lecionou e ocupou cargos diretivos, sua produção está voltada principalmente para temas de relações internacionais, um dos campos de interesse de JHR.

Presentemente, o arquivo pessoal de JHR está distribuído em múltiplas direções. Pela dispersividade do arquivo pessoal original de JHR, não há uma unidade definida a ser compreendida e analisada, mas uma multiplicidade de possibilidades de arranjos e definições do que constituiria o acervo documental de JHR.

Os documentos não contam a história por si mesmos e não narram os fatos como realmente aconteceram. As fontes documentais são a matéria-prima da análise, cabendo a quem pesquisa dar vida aos vestígios de passado colados aos documentos. Nesta tese, investigo JHR, suas relações e posições no campo historiográfico. Deste modo, a análise documental é feita nessa perspectiva de observação e compreensão da massa documental. Não se trata de usar o documento para afirmar um pressuposto; ao contrário, foi a leitura da documentação que me levou às escolhas de abordagem.

Sobre como lidar e definir a documentação, Michel de Certeau fornece importante contribuição instrumental ao tratar da formação dos arquivos, as técnicas procedimentais, metodológicas e epistemológicas. A começar, a criação do documento. Designar algo como documento já é parte de um processo de seleção e escolhas, em que “tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho” (CERTEAU, 2011, p. 68). A documentação sobre JHR deve ser lida como um processo constante de composição e distribuição.

JHR era um profissional de arquivos. Organizou e publicou compilações documentais sobre intelectuais, historiadores, políticos e temas, lançou livros sobre o assunto, sugerindo até a criação de um *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica*; concomitantemente, formava seu próprio arquivo em casa. Quais eram seus objetivos e propósitos na composição de seu arquivo pessoal? Definir e fornecer os documentos para a pesquisa histórica? Ser uma referência em pesquisa, teoria e interpretação? São hipóteses a serem verificadas, mas de difícil confirmação, haja vista as múltiplas formas de separação, reunião, distribuição cultural sofridas no esfacelado arquivo pessoal de JHR.

A importância de JHR para os estudos de arquivologia no Brasil é destacada por Angélica Alves da Cunha Marques, no artigo *Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues: dos Archives de Sarthe para o Arquivo Nacional*, no qual aborda a recepção do arquivista francês por JHR, para curso técnico-científico de formação em arquivologia, em um primeiro momento dirigido aos funcionários do *Arquivo Nacional*, e estreitar os vínculos e intercâmbios entre Brasil e França nos estudos de arquivologia.

Para a autora, JHR tinha um projeto modernizador da pesquisa histórica no Brasil. Como diretor do *Arquivo Nacional* (1958-1964), “Três meses depois da sua posse, ele altera a estrutura do Arquivo Nacional, mediante a aprovação de um novo regimento interno, que objetivava alinhar a instituição à moderna arquivologia europeia e à norte-americana” (MARQUES, 2021, p. 71). A renovação do arquivo visava uma atuação maior do arquivo administração pública e na pesquisa. Porém, não é possível tratar do arquivo pessoal com os mesmos padrões de trabalho de JHR em arquivos públicos. O trabalho realizado por JHR no Arquivo Nacional está registrado na instituição, já o arquivo pessoal não possui esses mesmos registros.

JHR, “historiador de perfil intelectual internacionalista [...] Com sua erudição e intelectualidade ativa e engajada politicamente” (MARQUES, 2021, p. 74), foi responsável pela criação de cursos de formação em arquivologia, como fez no Arquivo Nacional sob sua direção. JHR definiu o plano do curso de Branche: número de alunos, bibliografia a ser indicada e traduzida, público-alvo. O curso começou a ser ministrado em 1959; no ano seguinte foi criado o *Curso Permanente de Arquivos* (CPA); em 1976, o curso foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj). Das contribuições de JHR nesses processos, Marques escreve:

A recepção ao arquivista francês, por um historiador, no Arquivo Nacional, consolidou a parceria técnico-científica entre o Brasil e a França no campo dos arquivos. Dos trabalhos realizados por Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues, foi firmada uma parceria que marcou a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil, definindo os trilhos da sua institucionalização e apontando as trilhas que a levariam à sua identidade como disciplina [...] Do legado de Rodrigues e das contribuições de Boullier de Branche, a arquivologia brasileira conquista seus espaços na universidade, propiciando, além da formação de arquivistas, a realização de pesquisas, na graduação e na pós-graduação, sobre a disciplina e seu objeto de estudo – os (documentos) arquivos (MARQUES, 2021, p. 83-84).

JHR dirigiu e modernizou o Arquivo Nacional e atuou nesse sentido em outras instituições, como a Academia Brasileira de Letras, da qual se tornou diretor do acervo em 1970. Promoveu intercâmbios técnicos e intelectuais, desenvolveu cursos de formação em arquivologia, escreveu sobre pesquisa histórica no Brasil enquanto compunha seu arquivo pessoal. Todos esses aspectos convergem e dialogam na vida, na obra, nas sociabilidades de JHR, e cada um deles pode criar inúmeras outras séries narrativas, esclarecer ideias e fazer ver o que ainda não foi notado. Escolhi trabalhar com os documentos pesquisados nos arquivos, mas sem perder de vista as características de seu autor como um profissional de arquivos.

Os documentos não contam só uma história, mas podem ser agenciados e interpretados de diferentes perspectivas nas narrativas construídas com eles. Cada análise “consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos

mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto” (CERTEAU, 2011, p. 69). Os significados atribuídos aos documentos são multiplicados, potencializando a produção de diferentes problematizações e abordagens, “produzindo uma transformação dos instrumentos de trabalho, redistribui as coisas, redefine unidades de saber, instaura um lugar de recomeço, construindo uma ‘máquina gigantesca’ (Pierre Chaunu) que tornará possível uma outra história” (p. 71).

De acordo com Certeau, não há uma origem primordial, um gesto fundador, nem uma unidade permanente que a análise dos documentos, coleções e arquivos devem encontrar. São diferentes materiais, escolhas, interpretações, significações que cada pesquisador explora em sua ida aos arquivos, podendo, assim, sobre um mesmo material surgir outras séries narrativas. Sem fazer “remissão infinita às origens” ou constituir um *corpus* documental definido, importa reconhecer os processos de constituição do que é um documento e o que se pode explorar em cada um deles. Portanto, a ausência de um conjunto, de uma totalidade, não é um impedimento à análise, pois esta pode se fazer sobre os documentos particulares

Investigar nos arquivos o que JHR produziu em seu tempo é uma forma de construir, por meio da documentação e da narrativa histórica, seus lugares na historiografia de hoje. “O morto é a figura objetiva de uma troca entre vivos” (CERTEAU, 2011, p. 41). Escrever sobre JHR e suas intenções na criação e alimentação de seu arquivo pessoal é falar de uma ausência, e “o seu sentido é o de ser uma linguagem entre o narrador e seus leitores, quer dizer, entre presentes”. Os documentos agenciam leituras e interpretações possíveis do autor, da obra e da época a partir das perspectivas do presente, sendo impossível recuperar o sentido do arquivo pessoal conforme as intenções de seu próprio criador.

JHR esforçou-se para indexar seu nome junto aos “mestres” da historiografia nacional no campo da pesquisa histórica. Publicou livros como *A pesquisa histórica no Brasil*, organizou e publicou acervos, e escreveu inúmeros artigos de caráter biográfico. Foi responsável pela publicação comentada do *Catálogo da Coleção de Visconde do Rio Branco* (1953, em 2 volumes) e a *Correspondência de Capistrano de Abreu* (1954-1957, em 3 volumes)⁸⁷. Muitos de seus textos biográficos foram publicados em artigos de revistas e jornais, posteriormente, reunidos em livros.

⁸⁷ Essas coleções publicadas por JHR eram parte de seu projeto de renovar os estudos históricos nas décadas de 1940 e 1950, como escreve Freixo: “a configuração deste material documental e sua difusão (impressa) correspondiam às estratégias de Rodrigues quanto à organização de um campo de saber historiográfico profissionalizado no Brasil. O lugar institucional assumia, pois, uma função dentro das iniciativas renovadoras de uma nova cultura historiográfica emergente nas décadas de 1940 e 1950. Ele fomentava a produção e a divulgação de informações históricas, autorizando fontes e intérpretes para as novas páginas da história do Brasil” (FREIXO, 2014, p. 235).

Pode-se destacar alguns livros de JHR surgidos de adaptações de publicações na imprensa, muitos deles abordando biografias. Em *História, corpo do tempo*, encontra-se a biografia de Tiradentes, Frei Caneca, Getúlio Vargas (RODRIGUES, 1984); em *Vida e História*, estão José Bonifácio, Raimundo José da Cunha Matos, Martius, Sir Charles Webster, Pierre Monbeig, Charles R. Boxer, Paroissen, Burckhardt, Henri Pirrene, Meinecke, Dewey (RODRIGUES, 1986); em *História e Historiografia* são estudados Max Weber, Antonio Vieira, D. Henrique, Afonso Taunay, Serafim Leite. Sem deixar de mencionar as obras por encomenda, como os discursos de Carlos Lacerda, “o maior orador da minha geração”, reunindo no volume “algumas de suas orações proferidas durante o exercício de seu mandato político na Câmara dos Deputados” (RODRIGUES, 1982, p. 24).⁸⁸

Em *História Combatente*, de 1982, a última parte do livro é dedicada a estudos biográficos. São eles: *Os oitenta anos de Alceu Amoroso Lima*; *Os oitenta anos de Sobral Pinto*; *Os oitenta anos de Barbosa Lima Sobrinho*; *Saudações ao Senador Petrônio Portella*; *José Américo, Patriarca da Democracia Brasileira*; *Hermes Lima, um Pensador Político*; *Ernst Bloch, o Filósofo da Esperança*; *Marcuse, a Razão e a Revolução*. Nesses textos é notório o destaque dado a esses pensadores defensores da liberdade e do liberalismo. A apresentação de Alceu Amoroso Lima dá a tônica desses escritos:

O liberalismo está hoje sob o fogo cruzado de todos os liberticidas. Ao lado dos partidários declarados dos regimes de exceção, das ditaduras qualificadas, positivistas, proletárias, fascistas, nazistas, franquistas, militaristas e muitas outras, inspiradas por princípios ideológicos ou apenas motivadas por ambições desmedidas de poder, germinam à vontade pelo chamado Terceiro Mundo, subdesenvolvido ou em desenvolvimento, como marias-sem-vergonha, os cínicos advogados do liberticismo.

Uma política subdesenvolvida ou em desenvolvimento, tal como uma força arma subdesenvolvida ou em desenvolvimento, é capaz de justificar a existência da ditadura alegando todas as razões falsas ou fidedignas [sic.] (RODRIGUES, 1982, p. 339).

Nesses textos, fica patente como JHR traça as trajetórias biográficas concatenadas à realidade histórica. Essas produções são relevantes por evidenciar a valorização de biografias por JHR para fazer e compreender a história. São artigos de jornais, necrológicos (como o de Otávio Tarquínio de Souza, em versão datilografada na Academia Brasileira de Letras e Biblioteca Nacional). Dialeticamente, as biografias só podem ser relevantes se potencializam a compreensão histórica. Embora valorize as biografias e a criação do arquivo pessoal seja uma

⁸⁸ Na apresentação do livro *História e historiografia*, escrita por José D’Assunção Barros, o autor comenta a respeito “desta obra original” de JHR e que seus ensaios biográficos “são muito importantes nos dias de hoje os estudos sobre grandes historiadores do passado, como Varnhagen, Capistrano de Abreu ou Arnold Toynbee, para já citar alguns daqueles que José Honório Rodrigues aborda nos textos reunidos nesta coletânea” (GOMES, 1999, p. 9).

forma de “escrita de si”, não há qualquer escrito autobiográfico feito por JHR, contextualizando sua vida e obra no campo historiográfico e no Brasil de seu tempo.

Philippe Artières, ao escrever sobre a criação de arquivos pessoais, afirma tratar-se de um processo de “se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÈRES, 1998, p. 3). Arquivista de ofício, organizou, publicou e comentou coleções, levando esse *modus operandi* de trabalho para casa, compondo seu próprio arquivo. Ao publicar sobre personagens da história (da história) do Brasil – em textos e compilações documentais⁸⁹ –, tinha como objetivo ser referência necessária para quem se dedica a pesquisar a documentação por ele publicada. Objetivos semelhantes deviam envolver a criação e ordenação do próprio arquivo, como uma formulação de si, um modo de escrita de si.

JHR era um teórico e estudioso de arquivos. Escreveu abundantemente sobre o tema, como se vê em *A Pesquisa Histórica no Brasil*. Na primeira parte do livro JHR define o que é pesquisa histórica, bibliografia, fato histórico, seleção dos fatos, crítica e julgamento; a segunda parte “A evolução da pesquisa pública histórica brasileira”, destaca a importância de institutos para a constituição da pesquisa histórica, a começar pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os Institutos Estaduais, o Instituto Rio Branco e a Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil, da qual participou ativamente no período de elaboração de *Teoria da História no Brasil*; além das instituições são citados quase 50 nomes que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil, e entre esses nomes o seu, destacando suas pesquisas realizadas na Europa.

Na terceira parte de *A pesquisa Histórica no Brasil*, JHR discute os instrumentos do trabalho histórico, como a identificação das fontes, definição de patrimônio histórico, cópia microfilmada de documentos. Depois, disserta sobre as fontes da história moderna e contemporânea, como documentos diplomáticos, consulares, públicos, jornais, revistas, periódicos, filmes, literatura. Na quinta parte, “Arquivos e Bibliotecas”, são arrolados diversos tipos de arquivos, como os públicos (nacionais, estaduais, municipais), museus, faculdades, irmandades, tanto do Brasil quanto do estrangeiro, como os europeus, soviéticos, japoneses, americanos. Por último, o projeto de criação do *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica*.

⁸⁹ Lêda lança luzes sobre as formas de trabalho de JHR. “Tudo aquilo que, ainda que de longe, pudesse interessar à história ou à historiografia ele fichava ou recortava dos jornais. Sua coleção de recortes é enorme [...] Certa vez um jornal de São Paulo pediu-lhe um artigo sobre o ex-presidente Geisel. José Honório disse: ‘Não posso responder agora. Por favor, telefone-me amanhã’. Recorreu à sua coleção de recortes e lá encontrou cinco pastas cheias, fichas, indicações sobre Geisel. Quando lhe telefonaram no dia seguinte, informou: “Podem mandar buscar o artigo. Está pronto”. Sempre que havia urgência era eu a datilógrafa. Eu fazia, mas detestava tal tarefa, porque sou péssima datilógrafa” (RODRIGUES, 1988, p. XXVIII).

A Pesquisa Histórica no Brasil é o livro que melhor expressa a relação de JHR com os arquivos, área na qual atuou e obteve notoriedade. Continuando *Teoria da História do Brasil*, seu objetivo é ser uma referência no que diz respeito também à pesquisa histórica, criticando o ensino e a pesquisa na universidade e propondo a criação de um instituto no qual ensinaria como fazer pesquisa histórica no Brasil.

Por saber que JHR possuía grande domínio sobre a constituição e funcionamento de arquivos, torna ainda mais interessante compreender como compôs seu próprio arquivo. As formas de produção de arquivos são muito variadas, como a diferença entre arquivo público e privado, institucional ou pessoal. As motivações do arquivamento são múltiplas, como expressa muito bem Philippe Artières:

Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, colocamos em enxergo certas passagens. Num diário íntimo, registramos apenas alguns acontecimentos, omitimos outros; às vezes, quando relemos nosso diário, acrescentamos coisas ou corrigimos aquela primeira versão. Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante certo tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma nova triagem. O mesmo acontece com as nossas próprias cartas: guardamos cópia de algumas, seja em razão do seu conteúdo, seja em razão do seu destinatário. Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas (ARTIÈRES, 1998, p. 5).

O trabalho de seleção, montagem e destinação do arquivo pessoal de JHR contou também com o protagonismo de Lêda Boechat Rodrigues. Ela foi a mediadora cultural do arquivo e da produção de JHR. Desde 1955, Lêda produzia trabalhos bibliográficos sobre JHR, conforme escrito em seu currículo (Imagem 5). Lêda se faz ver pela presença viva e afetiva, na contribuição intelectual, nas experiências compartilhadas entre o casal, registradas nos livros de JRR, quase todos dedicados a ela. Muitos trabalhos o casal produziu em parceria. Há muitas notas em que ela aparece nas traduções, como esta: “*Os arquivos públicos e bibliotecas*, Rio de Janeiro, *Arquivo Nacional*, 1960. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues” (RODRIGUES, 1978-b, p. 124); percebe-se aqui como JHR fazia do apartamento um lugar de sociabilidade intelectual, envolvendo Lêda nos trabalhos dele⁹⁰. O casal participava de publicações de

⁹⁰ Em conversa com José O. A. Mello, relatou-me um episódio no qual JHR ficou responsável por fazer uma pesquisa sobre as revistas do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)* e o *Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*, como parte de um projeto de Rubens Borba de Moraes. Em Pernambuco a pesquisa foi feita assim que retornaram dos EUA. Depois, no Ceará, JHR adoeceu e quem fez toda a pesquisa no estado foi Lêda, porém seu nome não aparece na publicação. Naquele momento, ela acreditou que seu nome havia sido retirado pelos organizadores da publicação. Após a morte de JHR, encontrou correspondência na qual ele pedia que o nome dela não aparecesse na publicação. Entrou então em contato com o organizador e seu nome e contribuição foram inseridos na edição seguinte (SILVA, 2009).

terceiros, como no livro de Pierre Moreau e Roulox Baro, *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias*, com JHR responsável pela nota introdutória e Lêda pelas traduções e notas. Na nota da tradutora, Lêda expõe seu trabalho nos seguintes termos:

Que não se veja em minhas notas qualquer pretensão a conhecedora de um assunto que conta com especialistas tão ilustres. Elas refletem apenas a consciência profissional de uma tradutora de mais de vinte anos atrás, que hoje, dominada por outros interesses intelectuais, jamais repetiria tal façanha. E que me desculpem os doutos qualquer engano de tradução e má interpretação dos textos originais (MOREAU & BARO, 1979, p. 11).

Lêda tinha esmerada formação acadêmica e intelectual. Lia e escrevia com fluência em inglês, francês e alemão, pois fora estimulada desde cedo pelo pai, cafeicultor em Carangolas, Minas Gerais, a aprender vários idiomas. Em currículo entregue para concorrer à sócia do IHGB, datado de 20.05.1989, apresenta sua formação acadêmica e atuação profissional:

Nascida em Carangola, MG, em 7 de dezembro de 1917. Curso primário e ginásial feitos em Carangola, sempre com distinção em todas as matérias. Primeiro lugar no vestibular para a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, 1934. Todo o curso de Direito feito com distinção, o que lhe valeu a Medalha França Carvalho. Graduada na turma de 1938, que no dia 1º de dezembro de 1938 festejou seu cinquentenário. Em 1939-1940 cursou e formou-se em Biblioteconomia no curso da Biblioteca Nacional, tendo tirado o primeiro lugar e sido nomeada para a Biblioteca Nacional. Nomeação que não aceitei porque já em novembro de 1936 fora nomeada, mediante concurso de provas e títulos, taquígrafa do Supremo Tribunal Federal, onde recebia quase quatro vezes o salário de uma bibliotecária. Em 1939-1941 cursei Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia, sempre com distinção, mas a não frequência às aulas de 'Fundamentos da Matemática', de 7 às 9 da manhã, me impediu de concluir o curso. O Diretor da Faculdade, San Tiago Dantas, declarou que sem apresentar o certificado de Fundamentos de Matemática eu não poderia sequer fazer as provas do terceiro ano. A opinião de meu recém-casado marido, José Honório Rodrigues, foi decisiva para eu abandonar o curso: Eu já era bacharel em Direito e Ciências Sociais. Para que ser de novo bacharel em Ciências Sociais? Estes os cursos que constam do meu currículo.⁹¹

No currículo pode-se notar a capacidade intelectual e produtiva de Lêda, transitando em meios predominantemente dominados por homens, como o ensino superior (foi aprovada em primeiro lugar no vestibular e laureada na formatura). Sempre aparecendo publicamente como coadjuvante no trabalho com o marido, na apresentação do currículo apresentado ao IHGB, dois anos depois da morte de JHR, o texto assume um tom de afirmação de si na reivindicação da vaga para sócia do instituto. Assim ela se apresenta:

Dr. Valdir Cunha

⁹¹ Disponível no acervo da Biblioteca Nacional (I-02, 24, 85).

Prezado consócio,

Venho, por meio desta valiosa carta, pedir o seu voto na próxima eleição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para o meu nome na vaga de Sócio Efetivo ocorrida com a promoção do Dr. Lourenço Luiz Lacombe, elevado a Sócio Benemérito.

Junto a esta o meu curriculum vitae no que tem de essencial.

É concorrente comigo à mesma vaga a sócia honorária (há dois anos; eu há dez) Maria Cecília Ribas Carneiro. Soube que o dr. Hélio Silva está desenrolando uma campanha incrível em favor da sua colaboradora, que, entretanto, é mais moça que eu – tenho 71 anos –, mais nova no Instituto, e cujo currículo penso que dificilmente poderá se igualar ao meu.

Espero do seu senso de justiça o seu apoio ao meu nome, apresento-lhe os meus atenciosos cumprimentos.⁹²

Após se formar em Direito, numa turma depois da de JHR, Lêda foi aprovada em concurso para taquígrafa no Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro. Bem posicionada na carreira do serviço público, trabalhou na instituição até a aposentadoria. O Supremo era seu lugar de sociabilidade e sobre o qual escreveu “a melhor história sobre esta instituição”, segundo JHR.

A professora-pesquisadora de Direito Laila Maia Galvão, no artigo *Protestos do Supremo Tribunal Federal na Primeira República – o julgamento do habeas corpus 8800 e o conflito entre os poderes judiciário e executivo*, enfatiza a importância do trabalho escrito por Lêda:

Uma das obras mais significativas sobre a história do Supremo Tribunal Federal é, sem dúvida, o conjunto de quatro livros redigidos por Lêda Boechat Rodrigues (1965, 1968, 1991 e 2002), sendo três deles sobre o período da Primeira República. A autora trabalhou por vários anos no próprio Supremo Tribunal Federal e, inspirada nos trabalhos históricos realizados sobre a Suprema Corte dos EUA, decidiu realizar semelhante empreitada a respeito da mais alta corte brasileira. Trata-se de obra de fôlego, que primou por uma abordagem mais historiográfica e analítica, em vez da abordagem mais próxima da crônica que prevalecia até então. A obra de Lêda Boechat sobre a história do Tribunal se mantém como importante referência para o estudo do Poder Judiciário na Primeira República (GALVÃO, 2005, p. 62).

No posfácio da *Nova correspondência de José Honório Rodrigues*, escrito pelo cientista político, pesquisador e professor emérito da Universidade de Brasília Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento (1934), o apartamento do casal é classificado como *salão José Honório- Lêda*, onde aconteciam reuniões frequentes, com intelectuais, editores, estudantes, de diferentes partes do país e estrangeiro. O casal “de algum modo lembrava seus antecessores no gênero no Rio de Janeiro, o historiador Octavio Tarquínio de Sousa e a historiadora literária Lúcia Miguel-Pereira”. JHR era “vibrante, até apaixonado”; Lêda é caracterizada e contextualizada por Chacon assim:

Lêda apresentava a outra face daquele casal admirável: ela – a historiadora número um do Poder Judiciário brasileiro em sua instância máxima, o Supremo Tribunal

⁹² Carta datilografada disponível no arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (I-02, 23, 84).

Federal – significava, e sempre significará, a defensora do Estado democrático de Direito no Brasil, ao lado, mais militante, de Sobral Pinto, Evaristo de Moraes Filho (os dois irmãos), Evandro Lins e Silva, Raymundo Faoro, Seabra Fagundes, Josaphat Marinho e outros mais jovens naqueles tempos difíceis (RODRIGUES, 2004, p. 246).

Mello, frequentador do *salão*, afirma que “as reuniões do cenáculo ocorriam na própria sala de estar do casal, à vista de um óleo do mestre, de autoria do pintor Manuel Bandeira. Só quando o número de convivas, mesmo sem jamais ultrapassar os doze, crescia, é que nos deslocávamos para o terraço, à vista do mar de Ipanema” (MELLO, 2014, p. 50). Nessas reuniões, “Honório revelava predileção por dois tipos de ouvintes – jovens e jornalistas. Os primeiros porque perenizariam sua obra e os outros porque a amplificavam”. Ao descrever a rotina de JHR, pode-se notar como era seu método e condições de trabalho, estudos, produções, relações com Lêda e sociabilidades. As palavras são de Mello:

O salão dos Rodrigues ancorava na constância de hábitos do marido. Este, que acordava cedo, costumava caminhar pela praia de Ipanema, onde conversava – mais que conversava, discutia – após o que, em casa, de café tomado, punha-se a escrever. Aproveitando os levantamentos bibliográficos habitualmente procedidos pela esposa, JHR redigia a mão com caligrafia de letra irregular, mas facilmente legível. Com esta, preenchia resmas de um comprido papel que, enquanto durasse o estudo, eram colocados em gavetões, depositários dos inéditos [...] Era assim pela manhã que JHR mais produzia. Conforme ele próprio, tal se impunha porque, com isso, já ganhava o dia. A descida à cidade verificava-se pelas catorze horas, quando seu destino eram as instituições a que pertencia – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Letras e Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, em cuja Carta Mensal colaborava – além de sebos, livrarias, e por vezes os Arquivo Público e Biblioteca Nacional (MELLO, 2014, p. 49).

Na *Biblioteca Nacional*, há uma carta enviada por Lêda a Affonso Romano de Sant’Anna, de 7.9.1991. O relevante dessa carta é perceber como JHR era um vínculo de sociabilidade para Lêda anos depois de sua morte. A autora disse se inspirar em um artigo publicado pelo escritor em *O Globo*, intitulado “Eu vi a história acontecer”, sobre a derrocada da União Soviética. Conta a ele sua experiência em Moscou, seus passeios pelo país, visitas a museus, metrô e igrejas, o espetáculo no balé Bolshoi, com o “antigo camarote real ocupado pelo *crème de la crème* dos dirigentes comunistas”. Termina a carta comentando sobre a viagem e a respeito de JHR:

Não foi uma experiência fantástica? Eu, pelo menos, não consigo esquecê-la. Não foi História, no grande sentido que o senhor presenciou. Foram cenas banais de um dia-a-dia corriqueiro, mas que revelaram qualidades raras numa sociedade não tremendamente competitiva como a sociedade capitalista dos 7 Grandes. José Honório Rodrigues foi convidado em 1966 para ser professor titular, com estabilidade, da Univ. do Est. de N. York, no novo campus Stony Brook, com 22.000 dólares por 9 meses. Rejeitou. O reitor mandou segunda carta: Penso que o senhor não entendeu minha oferta. “Entendi sim. Sou historiador do meu País e para entendê-lo devo morar

no Brasil”. Cada ano José Honório tinha o wishful thinking que naquele ano iria terminar a ditadura militar. Desanimado, via passarem os anos, o salário de professor dele se amesquinhar cada vez mais, e começou a dizer que se arrependia de não ter respondido afirmativamente ao convite dos EUA. Era tarde. A hora passara. Já escrevi demais. Desculpe uma carta tão comprida de uma desconhecida. Cordiais saudações.⁹³

Assinado o nome, escreve também “viúva de José Honório Rodrigues”. É interessante nessa carta notar as sociabilidades de Lêda e como ela se tornou uma memória viva de JHR.

Não tiveram filhos. Em conversa telefônica, com Amável Maria Targino da Rocha Mello (1941), esposa de José Octávio de Mello, disse-me ela que Lêda estava grávida em 1943, quando JHR recebeu a bolsa da Fundação Rockefeller para pesquisar nos Estados Unidos, mas não poderiam viajar por causa da gravidez, então decidiram que Lêda faria um aborto e depois disso não puderam mais ter filhos. Segundo Amável, o aborto e a consequente impossibilidade de ser mãe era um tema sempre comentado com lamento por Lêda. Para José Octávio, “JHR sacrificava tudo pela carreira dele; ele era capaz de fazer qualquer coisa ter sucesso na carreira e ela capaz de fazer tudo por ele”. Ao chegarem nos EUA, a fundação de financiamento da bolsa advertiu JHR de que ele não deveria ter levado a esposa, porém, segundo o casal Rocha-Mello, JHR a levou porque não dominava o idioma inglês e precisava de Lêda para auxiliá-lo nas comunicações. Esses fatos íntimos são importantes por ampliar a compreensão das relações entre o casal e o quanto Lêda se esforçou e sacrificou pelo sucesso do marido. O assunto é demasiado complexo, mas o modo como Lêda organiza a narrativa do acontecimento para amiga é significativo do sentido e vinculação entre vida familiar e profissional do casal.

Depois da morte de JHR, em 1987, tornou-se a responsável pelo seu acervo pessoal. Quase dez anos depois da morte de JHR, Lêda continuava a discutir o destino incerto do arquivo. Nesse ínterim, o arquivo foi se dispersando entre pessoas e instituições. Vale destacar que a destinação do arquivo de JHR era tema frequente em publicações da imprensa carioca. Em artigo intitulado “Biblioteca na ponte aérea”, de 13.03.1996, no *Jornal do Brasil*, a colunista Celina Córtes expôs a destinação dispersa e pouco cuidadosa do acervo. Escreveu Córtes:

Surpresa e indignação. Ao tomar conhecimento, através de reportagem publicada no *Caderno B*, no último dia 6, do descaso com que estão sendo tratados os sete mil volumes da biblioteca do historiador carioca José Honório Rodrigues (1913-1987), doados em 1988 à Universidade de São Paulo (USP), a viúva do pesquisador, a advogada Lêda Boechat Rodrigues, 77 anos, não titubeou. Ainda esta semana ela envia um ofício ao reitor da universidade solicitando o retorno ao Rio das raridades que compõem um conjunto de 27 mil volumes. A biblioteca é composta principalmente por livros de História do Brasil, mas há também centenas de obras de filosofia, sociologia e ciência política. “Ao invés de aplicar em imóveis, sempre que sobrava um dinheirinho investíamos em livros”, relata a viúva, contando que acervo

⁹³ Documento datilografado disponível no arquivo Brasileira de Letras.

estava na cobertura do casal, em Ipanema, onde era visitado apenas pelos amigos. Os exemplares cedidos ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP hoje estão dispersos e inacessíveis ao público, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), também na USP. Em São Paulo, a denúncia provocou mal-estar na universidade e o atual diretor do IEA, Umberto Cordani [...] fez um apelo ao reitor Flávio Fava Moraes para resolver a questão [...].⁹⁴

Intelectuais, acadêmicos e profissionais de arquivo atribuíam esse *descuido* com o arquivo de JHR pelo erro de ter doado os livros para instituições paulistas. A solução seria levar o acervo de volta para o Rio de Janeiro. Segundo Córtes:

Entre personalidades cariocas, o pouco caso com o legado do acadêmico também provocou revolta. “José Honório era um carioca legítimo. Não foi uma boa ideia doar sua biblioteca para um estado concorrente”, polemiza o criminalista Evaristo de Moraes Filho, também proprietário de uma biblioteca de 27 mil volumes. O escritor e jornalista Moacyr Werneck de Castro concorda com Moraes: “José Honório era muito cioso de sua condição de carioca. Com certeza preferiria que a biblioteca continuasse no Rio”, opina. “A biblioteca de José Honório era especializada. Ele foi um grande historiador e colecionava em especial documentos referentes ao Brasil”, completa Evaristo de Moraes. O escritor Guilherme Figueiredo é outro que apoia a volta dos livros: “Dirijo a Biblioteca da UniRio e sei que se não há uma guarda adequada pode ocorrer um desastre”, diagnostica. Frequentador da cobertura, o acadêmico Afrânio Coutinho endossa: “Acho que a biblioteca deve voltar para o Rio. Ficar em São Paulo para quê?”

Por que, então, a biblioteca foi parar em São Paulo? Córtes explica:

Às vésperas de sua morte, o acadêmico negociava a venda de sua biblioteca para a Universidade de Miami, nos Estados Unidos, por US\$350 mil. Com a perda do marido, D. Lêda interrompeu as negociações. Segundo conta, era impossível imaginar a cobertura sem a presença daqueles que foram como os filhos que o casal não conseguiu gerar. A maior parte dos volumes que seguiram para a USP estava em Petrópolis. D. Lêda lembra que achou uma boa ideia enviar os livros para São Paulo, já que a socióloga Celina do Amaral Peixoto não tendo se mostrado interessada na sua adoção para o Arquivo Nacional, proposta feita pela própria D. Lêda a Celina. Pouco depois, a viúva viajou para São Paulo. Ela conta: “Em 1987, estava almoçando em São Paulo com o historiador Carlos Guilherme Mota (*à época diretor do IEA*), que sugeriu a transferência dos livros para a USP”, diz. D. Lêda alega que a transferência foi quase imposta, sem que ela tivesse tempo para pensar. “Carlos Guilherme levantou-se, telefonou ao reitor e voltou sorridente, como se o acordo estivesse selado. Assinamos a doação e o entusiasmo era geral. De repente, ninguém mais quer a biblioteca, que está jogada de um lado para o outro”, lamenta.

Por que a biblioteca ficou “jogada de um lado para o outro”, fragmentando assim a totalidade do arquivo de JHR? O desinteresse poderia ter ocorrido pela natureza dos documentos do arquivo, como xerox e outros recortes sem referência. Mas isso é uma hipótese, pois não é mencionado em lugar algum. O arquivo ficou dividido entre diferentes instituições (IEB-USP, DELFOS-PUC, ABL), indivíduos (Arruda Melo) e *containers*. A dispersão do

⁹⁴ Disponível na Biblioteca Nacional, recorte sem referências de onde fora retirado.

arquivo pessoal de JHR coloca um problema de definição e análise, pois não há como definir de modo mais exato como seria esse arquivo pessoal.

A investigação da documentação deve ser feita observando as formações enunciativas engendradas pelas fontes disponíveis. Para trabalhar com esse arquivo pessoal, formado ao longo de mais de meio século, por JHR e Lêda, tenho como referencial teórico para esta problemática a maneira como Michel Foucault desenvolveu a questão sobre a dispersividade das formações enunciativas em *Arqueologia do Saber*.

Mesmo que Foucault não trate especificamente do arquivo material, mas de enunciados, o autor dá margem para pensar o problema do arquivo pessoal de JHR.

O problema da dispersão é abordado por Foucault ao tratar das regras de formações discursivas. Os discursos são formados de enunciados heterogêneos, dispersos, selecionados, exaltados ou silenciados, distintos e os que ainda não tiveram lugar em nenhuma narrativa. Os documentos sobre JHR são enunciados a serem analisados em sua individualidade e pensados em quais formações discursivas que podem ser tecidas na análise. Para Foucault,

Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege a repartição, como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e sua substituição (FOUCAULT, 2000, p. 43).

Não se trata então de procurar por uma unidade ou princípio formativo de um discurso coerente e determinado, que seria o arquivo em sua totalidade. Outra contribuição de Foucault é de mostrar como é possível abordar um documento e o que este enuncia de diferentes perspectivas e possibilidades. Cada análise documental caracteriza, individualiza as heterogeneidades, reparte e posiciona os enunciados, construindo interpretações e narrativas com outras séries documentais e enunciativas.

Continuando a problemática dos arquivos pessoais, para além de Certeau e Foucault, pensadores franceses de fins do século XX, há atualmente no Brasil uma vasta bibliografia de trabalhos realizados sobre arquivos pessoais.

Luciana Quillet Heymann, no artigo *O indivíduo fora do lugar*, problematiza o que caracteriza um arquivo pessoal. Segundo a autora, “os arquivos pessoais ocupam uma zona de fronteira”, porque conceitos e referenciais metodológicos utilizados para pensar os arquivos pessoais são, muitas vezes, oriundos de estudos sobre arquivos públicos e privados. Porém, a lógica de criação e organização dos arquivos públicos e privados (produzidos por entidades profissionais, arquivísticas) não são as mesmas dos arquivos pessoais (criados por pessoa física de direito privado) (HEYMANN, 2009, p. 43).

Heymann observa que no estudo dos arquivos pessoais pode ser reducionista e é forçoso explicar a composição do arquivo a partir das funções institucionais e profissionais de seus criadores. Os arquivos institucionais “podem ser identificados com base nas atividades, funções e repartições do organismo produtor [...]”, mas nem sempre o agente produtor é motivado por questões institucionais. É preciso contextualizar o processo de criação dos arquivos pessoais e que se:

Atente para a especificidade da acumulação documental produzida por indivíduos, procurando incorporar ao trabalho de contextualização ao qual se dedica dimensões que remetam à lógica de construção desses arquivos, diferente daquela que opera nos ambientes institucionais, sejam públicos, sejam privados [...] Se o exercício de funções e o desempenho de atividades no domínio profissional podem, de alguma forma, ser aproximados do desempenho de atividades por um órgão ou entidade, ainda assim os critérios e as estratégias de guarda dos documentos podem ser bastante distintos (HEYMANN, 2009, p. 44-45).

Mesmo que exista uma dimensão profissional na formação dos arquivos pessoais, vincular o acervo pessoal ao trabalho nos arquivos institucionais e públicos é uma abordagem funcionalista, temática, tipológica, atribuindo uma ordem na composição do arquivo que pode não estar de acordo com os propósitos e objetivos de seus criadores. Mais importante é conhecer o contexto de produção do arquivo e dos documentos que os compõem, o que gera uma série de outras dificuldades e riscos, como expõe a autora:

Não nos parece simples, porém, a tarefa de identificar os contextos em que são criados e utilizados todos os documentos passíveis de integrar os arquivos pessoais, já que tais conjuntos documentais se caracterizam por comportarem uma variedade sem limites de tipos de documentos, incluindo os que remetem à vida pessoal, à intimidade, mas também às idiossincrasias e ao cotidiano dos titulares. Isso significa que o conjunto que resulta da acumulação documental realizada por um indivíduo pode conter tanto documentos “identificáveis” do ponto de vista das atividades que os originaram como outros, de mais difícil localização no tempo e no espaço, cujos conteúdos mesmo são imprecisos, escapando a uma abordagem de tipo funcional (HEYMANN, 2009, p. 48).

No caso do arquivo pessoal de JHR, uma outra dificuldade se impõe: seu arquivo não existe como um “conjunto orgânico”, pois está fragmentado. Não há uma unidade a ser pesquisada e da qual se possa identificar os vínculos com as atividades profissionais, idiossincrasias, a imagem de si mesmo que se forma da massa documental reunida. Esses aspectos tão importantes para a compreensão do que é o arquivo pessoal de JHR, passa pelo “tratamento individualizado dos documentos” (HEYMANN, 2009, p. 48). Para estudar os documentos em sua individualidade e contexto, Heymann indica:

(...) os procedimentos que, hoje, me parecem mais importantes, encontram-se o levantamento da história de cada fundo, o contato com as pessoas envolvidas na

acumulação, ordenamento e guarda dos papéis – antes e depois da morte do titular –, bem como o investimento nas intenções, projeções e expectativas depositadas no arquivo por esse último, tanto no momento em que seleciona documentos para serem guardados como depois, ao vislumbrar a possibilidade de atribuir a seu acúmulo documental um valor histórico ou patrimonial (HEYMANN, 2009, p. 55).

A relevância do contexto na análise documental dos arquivos pessoais é frisada também por Ana Maria de Almeida Camargo, no artigo *Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais*. Para Camargo, “o documento arquivístico não dispõe de autonomia, nem prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem [...], importa conhecer o vínculo orgânico entre o documento e a ação que nele se materializa a título de prova ou evidência” (CARMARGO, 1998, p. 171).

Nesta pesquisa, os documentos sobre JHR são abordados tendo como objetivo conhecer a relação entre a documentação, o conteúdo, o contexto e o processo de arquivamento de material realizado por seu autor “a título de prova ou evidência” das experiências vividas, como recortes sobre seus trabalhos, trajetória, convites, publicações na imprensa. Em outro texto, Camargo escreve sobre a importância de entender o que são os recortes que fazem parte do arquivo. Recortes, para Camargo,

compreende notícias e outras matérias que, uma vez destacadas dos periódicos em que foram publicadas, passam a formar séries dotadas de funcionalidade diversa: a própria colaboração do titular como articulista ou a apreciação crítica de sua obra, caso em que os documentos são invariavelmente preservados; a cobertura sistemática de eventos de que participou ou que julgou relevantes; e os diferentes assuntos pelos quais manifestou interesse, por dever de ofício ou gosto (CAMARGO, 2009, p. 29).

Muitos dos documentos disponíveis arquivados por JHR são recortes. Na abordagem desses recortes, há que considerar que eles se encontram hoje disponíveis e catalogados em instituições de pesquisas, diferentes do lugar e do tempo em que foram produzidos, “já que as razões de seu ingresso numa instituição de custódia são alheias às que presidiram à formação do arquivo”. Para o caso de JHR, a unidade original do arquivo se esmigalhou entre instituições, implicando em dificuldades para contextualizar tanto a formação quanto às formas de recepção nas instituições de custódia.

O arquivo é sempre um meio e não um fim em si mesmo, pois “se o arquivo pessoal fosse atividade finalística, empenhada na construção de determinada imagem, deixaria de ser arquivo” (CAMARGO, 2009, p. 36). O arquivo pessoal de JHR, ainda que disperso e fragmentado, abre possibilidades de interpretação e significação sobre sua formação, seus entes produtores e destinação.

É preciso “descolonizar” os estudos teóricos, no caso, da história dos intelectuais e história da historiografia, fundamentando as pesquisas sobre a vasta e rica literatura produzida no Brasil sobre o tema. Esta é uma das sugestões de Paulo Teixeira Iumati e Thiago Lima Nicodemo no artigo *Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico* (2018). O texto de Iumati e Nicodemo é muito elucidativo dos procedimentos teóricos e epistemológicos do trabalho com arquivos pessoais. Os autores destacam o aumento do interesse atual por arquivos pessoais, com reflexões e pesquisas multidisciplinares, envolvendo teoria da história, história da historiografia, história dos intelectuais, teoria literária, sociologia. Esses estudos problematizam os arquivos pessoais em seus contextos, nas instâncias e práticas de construção de discursos e identidades, as relações com o poder político e social, as formas de sociabilidade. “Essas questões vêm sendo estudadas em pesquisas acadêmicas sobre a obra e a trajetória de historiadores específicos, sobre grupos ou gerações de historiadores e sobre os espaços institucionais mais amplos pelos quais a produção do conhecimento histórico é amparada e veiculada” (IUMATTI & NICODEMO, 2018, p. 98).

Escrito nos dias atuais, o artigo atualiza as bibliografias nacionais e internacionais sobre o estudo de arquivos pessoais e também o interesse por esse tipo de abordagem. Não se trata de um aumento do interesse em voltar os olhos para os intelectuais do passado, mas sim de um fenômeno inerente às condições de aceleração e circulação de documentos na cultura digital, do *online* e dos *big-datas*, que estão formando os “hiperarquivos”. Sobre a proliferação dos arquivos pessoais de intelectuais em instituições e o crescimento das pesquisas sobre eles, “é um claro sintoma de transformações profundas, em nível global, que têm levado a uma multiplicação das formas e da velocidade dos sistemas de produção e circulação de informações e a uma revolução de seus suportes” (IUMATTI & NICODEMO, 2018, p. 99).

Segundo os autores, os arquivos pessoais jogam luzes sobre as “redes intelectuais” a serem observadas. Analisar as redes nas quais os intelectuais estão inseridos possibilita compreender “melhor como se situa determinado autor ou trajetória em relação aos seus ‘pares’ oferece indício para configurarmos as redes frequentemente muito dinâmicas e heterogêneas nas quais se projetavam [...] sendo assim, entender a circulação implica entender os valores, pressupostos e protocolos da própria produção do conhecimento” (IUMATTI & NICODEMO, 2018, p. 100).

Além de atualizar os debates teóricos sobre história da historiografia, história dos intelectuais, os autores aqui arrolados mostram como essas questões estão resultando em pesquisas empíricas. Seja na discussão teórica ou na análise de trabalhos sobre arquivos

peçoais, as reflexões e sistematização dos autores balizam os atuais debates sobre pesquisa e arquivos, enriquecendo também o questionário a respeito de JHR.

JHR por certo tinha uma noção das fontes que deveriam compor seu arquivo pessoal. Porém, com a dispersão do arquivo e com a completa falta de informações de como se formou e com quais propósitos, o recurso para compreender a lógica de montagem do acervo é através da análise da massa documental disponível.

Lêda Boechat foi a “mediadora cultural” da memória de JHR, definindo-o também como um “servidor dedicado” aos arquivos e à historiografia. Sendo a responsável pelo arquivo pessoal de JHR, Lêda dispersou o arquivo por várias instituições. Lêda lidou com o arquivo de JHR sozinha e sem herdeiros.

Com a dispersividade do arquivo pessoal e de como os documentos estão disponíveis nos arquivos de pesquisa, o caminho é se concentrar na análise dos documentos, já que não há uma série a ser conhecida e capaz de ordenar, seriar, definir com precisão o que é o arquivo pessoal de JHR.

Se não é possível identificar no arquivo de JHR as séries que o configuram, o conceito de série é de grande valor operatório para organização e estruturação desta pesquisa sobre documentos honorários. Elaborar séries para estudo dos documentos afigura-se como o melhor caminho para explorá-los em sua dispersividade e individualidade. A documentação será abordada em três séries: *correspondências*; *publicações e imprensa*; *relações de trabalho*. Essas séries não foram definidas por JHR, nem estão assim constituídas nos arquivos, resultam do material pesquisado.

Muitas das cartas trocadas foram selecionadas e publicadas em livros por Lêda, para compor uma trajetória biográfica de JHR⁹⁵. Nos arquivos pesquisados, as correspondências encontradas são relativas às questões profissionais, pedidos de remessas de livros e materiais, congratulações formais, despachos ordinários de ofício; muitas cartas não têm respostas. Por isso, a análise contempla as correspondências e também o trabalho já publicado em livros por Lêda.

Estudiosos de JHR exploraram as relações entre sua atuação profissional nos arquivos públicos e sua escrita⁹⁶. Ainda inexplorados em grande parte, os documentos disponíveis sobre

⁹⁵ Outra fonte documental essencial é a fotografia, porém a destinação das fotos do acervo do casal é desconhecida. Há fotos de JHR em atividades profissionais nos arquivos (Imagem 4), mas as que deviam existir no arquivo pessoal do casal não podem ser determinadas.

⁹⁶ Entre seus estudiosos há páginas dedicadas aos documentos publicados por ele (GLEZER, 1977); aos seus vínculos com a Escola Superior de Guerra e sua adesão ao nacionalismo liberal (ALVES JR., 2010). Freixo escreveu artigo sobre o trabalho realizado por JHR na Biblioteca Nacional. No resumo, Freixo define: “O presente estudo analisa os volumes 71 a 110 da Série Documentos Históricos e os de número 66 a 74 os Anais da Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro (1946-1955). Todos

JHR nos arquivos não foram objeto de análise; assim sendo, esta pesquisa se dedica ao estudo dessa documentação inédita. Isso não significa deixar de lado sua atuação profissional, pois os documentos de contratos e locais de trabalho, formalidades e despachos burocráticos, são importantes para entender mais sobre sociabilidades, produtividade, *status* e capital simbólico, remunerações, escolhas profissionais e formas de escrita de JHR.

A última parte do capítulo reproduz e comenta uma série de documentos pesquisados. O fabrico do arquivo pessoal é um trabalho de seleção, recorte e arquivamento de aspectos do passado, transformando a experiência histórica em documentos. Quando esses documentos produzidos vão para outros lugares, como os arquivos onde estão, novos significados e práticas emergem. Os documentos selecionados dialogam com as problemáticas do capítulo, permitindo ao leitor perceber como se opera a interpretação dos mesmos e atribuir novos processos de significação que possibilitem conhecer melhor os lugares de JHR na historiografia e na história dos intelectuais do Brasil.

A seguir, a análise das séries documentais.

3.1. CORRESPONDÊNCIAS.

JHR foi um missivista profícuo. Suas correspondências abordam relações profissionais e pessoais, oferecendo maiores possibilidades de observação das sociabilidades, processos de produção intelectual, formas de trabalho e interlocuções com diversas instituições e personalidades (Imagem 14). Os aspectos mais íntimos são trazidos à luz nas publicações das missivas realizadas por Lêda Boechat Rodrigues. Não há como saber se existem outras correspondências guardadas, doadas, descartadas por Lêda. Percebe-se que a inventariante selecionou as cartas, publicou a maioria das que se tem acesso para pesquisa, restando poucas delas nos arquivos. Por isso, começarei abordando as correspondências publicadas por Lêda.

De acordo com Ana Maria Camargo, a publicação de correspondências tem como um de seus objetivos atestar os relacionamentos dos missivistas. As cartas “sobretudo, constituiriam ‘prova’ das relações existentes entre eles, desenhando o contexto no qual as

foram preparados, editados e publicados durante o período em que José Honório Rodrigues (1913-1987) foi Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da BN. O objetivo aqui é apresentar como a configuração deste material documental e sua difusão (impressa) correspondiam às estratégias de Rodrigues quanto à organização de um campo de saber historiográfico profissionalizado no Brasil. O lugar institucional assumia, pois, uma função dentro das iniciativas renovadoras de uma nova cultura historiográfica emergente nas décadas de 1940 e 1950. Ele fomentava a produção e a divulgação de informações históricas, autorizando fontes e intérpretes para as novas páginas da história do Brasil”.

informações contidas nos documentos deveriam ser interpretadas” (CAMARGO, 2009, p. 53). É com essa perspectiva que se pode ler as cartas de JHR publicadas por Lêda.

Em *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*, encontram-se muitas correspondências publicadas e comentadas por Lêda. A autora justificou o projeto assim:

José Honório tinha plena consciência da importância das correspondências, e guardou as cartas trocadas com historiadores e professores nacionais e estrangeiros com o maior cuidado, em arquivos de aço, organizadas em ordem alfabética. Quinze dias depois de sua morte, resolvi prepará-las para publicação, pois conhecia os nomes ilustres dos correspondentes e os assuntos históricos tratados. Gastei dois anos de dedicação integral nessa tarefa. Adotei, no arranjo das cartas, a ordem cronológica, em vez da ordem alfabética em que se encontravam.

Aqui aparecem trechos rigorosamente selecionados [...] Neles despontam dados biográficos de José Honório e a apreciação de sua obra [...] (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 31).

Nesse ponto, é importante destacar, além do material produzido por JHR, o trabalho realizado por Lêda. Na citação, ela enfatiza o tempo e a dedicação despendidos para a seleção e publicação das cartas, de tal maneira que o estudo das correspondências deve passar necessariamente pelo que foi feito por Lêda. É como se ela reivindicasse uma memória compartilhada no que diz respeito aos documentos do arquivo pessoal constituído enquanto casal e na casa deles.

Em nenhuma das pesquisas sobre JHR, a participação ativa de Lêda é destacada. Ana Paula Cavalcanti Simioni e Maria de Lourdes Eleutério, ao estudarem os arquivos pessoais femininos, problematizam as hierarquizações sociais e intelectuais que privilegiam os homens como protagonistas do “teatro da memória”, relegando a mulher ao lugar de coadjuvantes despercebidas. Nessas análises, as mulheres ficaram “ausentes daquilo que certa tradição historiográfica considerava digno de ser percebido, e por conseguinte narrado, não se deve estranhar que as presenças femininas tenham sido pouco retidas no âmbito dos arquivos” (SIMIONI & ELEUTÉRIO, 2018, p. 21). Mesmo que o arquivo pessoal de JHR não exista mais como um conjunto documental único reunido sob um mesmo teto no qual se possa ver a atuação de Lêda, pode-se destacar o trabalho de memória feito por ela a partir de materiais do arquivo, o quanto ela escreve com ele e a gestão da sociabilidade partilhada.

Do material do arquivo, Lêda publicou cartas trocadas que evidenciam, entre outras coisas, as sociabilidades de JHR no campo intelectual e historiográfico. Em 1946, o professor Clarence H. Haring, da Universidade de Harvard, apresenta um estudante que viria estudar história social e econômica brasileira, e solicita: “qualquer coisa que puder fazer para ajudá-lo neste plano será por mim profundamente apreciada” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 32).

O professor da Universidade de Londres, Robin A. Humphreys, em carta de 1959, comunica “que um jovem estudante meu, de nome Leslie Bethell, está fazendo aqui uma tese de doutoramento sobre a abolição do tráfico escravo no Brasil [...] Acima de tudo, desejo que ele trabalhe com você, se você concordar em dar-lhe seus conselhos. Não posso imaginar ninguém que possa ajudá-lo mais” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 42)⁹⁷. Em várias entrevistas, JHR disse que sempre recebia estudantes estrangeiros⁹⁸, em seu apartamento, como exposto por Lêda.

Outras cartas destacam o reconhecimento do trabalho de JHR no exterior e em universidades brasileiras como o contato do diretor da *Hispanic American Historical Review*, comentando a necessidade do contato por ser JHR o maior especialista em civilização holandesa no Brasil, o que destaca o reconhecimento de um dos aspectos da produção honoriana no campo historiográfico. Em outra carta, ao diplomata Roberto Luís Assumpção de Araújo, JHR indica uma lista de livros para comprar em Paris. Com Frei Agostinho Keijzers, da Ordem do Carmo, trata de sua viagem à Holanda e traduções de documentos. Em 1981, Humphreys diz que ele e a esposa estão “encantados em saber do doutorado *Honoris Causa* da Universidade de Pernambuco e da imensa atividade de publicações de José Honório”. Em troca de cartas com o professor Amaro Quintas, da Universidade Estadual de Pernambuco, escreve sobre seu posicionamento político e a situação do país em 1965:

Penso como você: não é possível ficar neutro, nem alheio ao retrocesso da vida política brasileira, especialmente à aliança que conduz à submissão. Estes acontecimentos têm me levado a estudar mais a política brasileira, o papel de nossas lideranças, as Forças Armadas, especialmente do Exército. É para mim muito valiosa sua opinião sobre Conciliação e Reforma [...] (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 55).

Em outras cartas selecionadas por Lêda, talvez para dar um trato institucional ao acervo do marido, reafirma o reconhecimento de JHR no campo historiográfico. São sobre trocas de documentos, funcionamento de arquivos de pesquisa, inúmeras viagens, pedidos de artigos de

⁹⁷ No 5º *Ciclo de Conferências*, da Academia Brasileira de Letras, há uma interessante conferência de Leslie Bethel sobre “José Honório Rodrigues: historiador erudito, historiador combatente”. Nela, Bethel traça uma trajetória intelectual de JHR, a partir da obra e da convivência que tiveram.

⁹⁸ Em *História Combatente*, JHR escreveu sobre os *brazilianists* e suas relações com eles, aqui e no exterior: [...] a expansão dos estudos brasileiros, amparados com recursos do Executivo nas universidades e bibliotecas, cursos novos, professores brasileiros, bolsas, ajuda para pesquisa nos Estados Unidos e no Brasil, e amparo do Congresso e das fundações privadas. Desde então, muitos professores brasileiros foram anualmente contratados, e eu, pessoalmente, recebi convites constantes: em 1966 recebi a oferta de um professorado com estabilidade, e o salário de 25.000 dólares anuais. Aceitei os convites de um semestre e nunca de um ano, pois achava que dedicando-me ao estudo do Brasil, não poderia permanecer fora do meu país; sujeitei-me, assim, aos ordenados inferiores dos professores brasileiros de ensino superior, com a exceção recente dos da Universidade de São Paulo e de Brasília. Foi este desenvolvimento que produziu 600 *brazilianists* e a colossal produção bibliográfica que, se não é toda de boa qualidade, como é natural, contribui sempre, mesmo quantitativamente, para mostrar nossa própria deficiência” (RODRIGUES, 1982, p. 56-57).

jornal, dos mais variados, como o do embaixador Joaquim de Souza Leão, dizendo que “apreciaria muitíssimo se você aceitasse preparar a usual notícia obituária de Otávio Tarquínio de Souza” (RODRIGUES & MELLO, 1994, p. 78).

Trabalho semelhante a esse foi feito por Lêda em *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues* (2004). As correspondências estão publicadas em três grupos: “Membros da Academia Brasileira de Letras”: Ivan Lins, Menotti Del Picchia, Otto Lara Resende, Sérgio Corrêa da Costa; “Alguns correspondentes brasileiros”: Rubem Rosa, Instituto Hans Staden, Eurípedes Simões de Paula, Fran Martins, Senador Men de Sá, Mario Neme, Amaro Quintas, Orlando Leite Ribeiro, Mario Calabria, Enio Silveira, Vivaldi W. Moreira, Orlando M. Carvalho, Raymundo Souza Dantas, Temístocles Brandão Cavalcanti, Nelson Saldanha, Alfredo Souto Malan, Paulo Sérgio Pinheiro, Norma Goes Monteiro, Ricardo Antônio Silva Seitenfus, Lourenço Dantas Mota, Mário Quintana, Odilon Nogueira de Matos, Rubem Braga, Rubens Borba de Moraes, Vamireh Chacon; o terceiro grupo “Alguns correspondentes estrangeiros”: Percy Alvim Martin, E. Taylor Parks, Magnus Mörner, E. Coonaert, Harry Meier, Eugenio Pereira Salas, Virginia Rau, Ricardo R. Caillet-Bois, Vitorino Nemésio, Howard F. Cline, Revista Política, The Royal Institute os International Affairs, André Mansuy, Rafael Segovia, John Petersen, Frederick Hall, John W. F. Dulles, Ernest Hambloch, Raymond Sayers, Ver. Dr. W. L. A. Don Peter, Alfred Hower, A.J.R. Russel-Wood.

Dessas, destaco as trocas de cartas com Eurípedes Simões de Paula, pois são as que duraram mais tempo. Não há elementos que evidenciem porque são as correspondências mais longevas, uma hipótese seria em razão da atuação proeminente de Eurípedes no campo historiográfico brasileiro como professor universitário, pesquisador e organizador de revistas especializadas. A primeira carta é datada de 1954 e as trocas vão até o falecimento de Eurípedes em 1976. A partir de então passa a corresponder com a viúva Maria Regina Simões de Paula, até 1981. Nessas cartas, tratam principalmente dos textos que JHR tinha se comprometido a escrever sobre Eurípedes. Numa das cartas, Maria Regina escreve: “antecipando nossos agradecimentos e aguardando com a emoção de sempre a complementaridade de sua magnífica participação no ‘In Memoriam’ subscrevo-me, cordialmente”. Noutra, de 03.09.1981, dirige-se a ele elogiosamente: “Pois dentre os seus múltiplos e merecidos títulos, o de ‘professor’, em sua plenitude, é o que mais me toca. E ao nosso saudoso Eurípedes também [...] Um abraço da sua aluna e admiradora” (RODRIGUES, 2004, p. 52-53). Interessante a notar nessas correspondências é que escritos *in memoriam* ficaram sob a responsabilidade de JHR, pontuando seu reconhecimento entre intelectuais da USP, instituição que criticou em mais de uma oportunidade.

Os assuntos travados com Eurípides Simões de Paula são sobre trabalho, viagens, universidade, publicações em revistas, orientações sobre financiamentos de pesquisas, como na carta de julho de 1968, na qual “desejava pedir-lhe o obséquio de informar-me quais são as condições para obter um auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa [...]”; em resposta, Eurípides escreve que “devo informá-lo que a Fundação de Amparo à Pesquisa somente auxilia pesquisadores radicados em São Paulo, por ser uma fundação estatal, mantida com verba orçamentária do Estado [...]” (RODRIGUES, 2004, p. 40). Interessante notar que, enquanto JHR criticava a situação da universidade brasileira, como a falta de pesquisa e financiamento, em seus apêndices da edição de 1968 de *Teoria*, nas correspondências procurava por auxílio financeiro junto a um professor da USP para escrever sua *História da História do Brasil*.

JHR correspondia com professores da América Latina e do Norte, Europa. São muitas de agradecimento pelo recebimento de documentos e livros, convites para participar de eventos e revistas, como a do professor Odilon Nogueira de Matos, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Depois de falar sobre remessas de livros, convida JHR a participar de sua revista:

O que vale em tudo isso, meu prezado amigo, é o seu interesse pelo meu modesto trabalho. É a melhor paga que poderia receber ver o maior historiador brasileiro dos nossos dias – e o único de renome internacional – (não digo isto com segundas intenções, pois V. sabe que não as tenho) interessar-se pela revista que, há 14 anos, venho editando com muito carinho, mas certamente sem a capacidade que trabalho dessa natureza exigiria. Ocorre-me a frase final do livro de Macabeus: Se estou agradecendo, é justamente o que desejo; se não agrado, é porque não posso fazer melhor (RODRIGUES, 2004, pp. 140-141).

As correspondências, com a educação formal do senso acadêmico da época, mostram um tom de respeitabilidade e cuidados no trato com JHR. Isso pode ser resultado das escolhas de Lêda e a imagem social que ela planejou projetar postumamente de JHR, mas deixa ver também, ainda que de modo muito oblíquo, os cuidados dos interlocutores em lidar com uma personalidade idiossincrática e sem muito senso de humor⁹⁹.

Outras correspondências foram trocadas com Rubens Borba de Moraes (1899-1986). Moraes atuou em importantes instituições de pesquisa, participou ativamente da Semana de Arte Moderna de 1922 e dez anos depois lutou na Revolução Constitucionalista; bibliófilo,

⁹⁹ Contemporâneos de JHR definiam sua personalidade como idiossincrática, atribuindo a dificuldade de trânsito em determinadas instituições, como a universidade, por seu humor e forma de sociabilidade. No *Discurso de recepção de Barbosa Lima Sobrinho*, na ABL, o amigo de longa data deixa entrever tratar-se de um sujeito polêmico e de socialização intrincada. Entre muitas coisas Sobrinho diz em seu discurso, como a contribuição de Lêda, a sistemática da obra, o liberalismo, fala sobre os “filtros acadêmicos”: “que ele chamava “triaga”, um específico antigo contra mordeduras venenosas. Eu recomendaria antes beberagens, que contivessem doses maciças de tolerância. Porque há que admitir aqui a verdade de cada um, de que falava Pirandello. E quando todos esses recursos viessem a falhar, não nos faltariam ainda tradições alentadoras. Como a tradição que nos ficou da Cadeira 35, a Cadeira que os dois Rodrigo Octavio dignificaram” (O JORNAL. 1969). No IHGB, em conversa com Pedro Tordman, funcionário e que o conheceu muito bem, falou-me que JHR tinha um temperamento de difícil trato, citando até caso em que JHR esmurrou um desafio seu em evento social.

dirigiu bibliotecas e teve significativa produção na área. Sobre Moraes, Cristina Antunes escreve:

Em 1939 foi estudar biblioteconomia nos Estados Unidos com bolsa da Fundação Rockefeller. Ao voltar para o Brasil, tornou a trabalhar no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Depois disso foi diretor da Biblioteca Nacional entre 1945 e 1947 e, a partir de 1948, dirigiu a biblioteca e o centro de informações da Organização das Nações Unidas em Nova York e Paris, por mais de dez anos. Foi professor dos cursos de Biblioteconomia da Escola de Sociologia e Política, da Biblioteca Nacional e também da Universidade de Brasília (ANTUNES, 2017, p. 12).

Desde 1936, a Harvard University Press publicava, em parceria com o Comitê de Estudos Latino-Americanos, o *Handbook of Latin America Studies*. Moraes e William Berrien ficaram encarregados de escrever o *Handbook of Brazilien Studies*, em 1939. No prefácio, Berrien justifica o projeto dizendo que “seus diretores planejaram uma bibliografia crítica e seletiva, que pudesse servir de guia introdutório aos estudos brasileiros”. Tal empreendimento bibliográfico atendia às exigências da época, conforme Berrien:

Já em 1939, bem antes de Pearl Harbor, deveriam refletir-se nas Américas os efeitos da crise por que passava a Europa. A complexidade crescente dos acontecimentos, em todo o mundo ocidental, se fez sentir por meio de uma atmosfera de emergência, que modificou profundamente os padrões das atividades intelectuais e acadêmicas, criou sérios problemas no que se refere ao intercâmbio internacional, indispensável aos programas de pesquisas em cooperação, e tornou impossível a participação ativa de vários pesquisadores de estudos brasileiros, cujos nomes haviam se destacado nos debates bibliográficos de poucas semanas antes (MORAES & BERRIEN, 1998, p. 10-11).

JHR foi convidado a participar do projeto logo no início. Em carta de 28.11.1941, Moraes cobra a entrega de resultados: “Ficar-lhe-íamos, portanto, muito gratos se pudesse nos mandar a parte de sua colaboração que estiver pronta, informando-nos ao mesmo tempo sobre o andamento de seu trabalho”. Em 21.07.1942, escreve sobre o que já estava pronto e “fica faltando o resto... Como a sua parte (holandeses, etc.) como pronta [...] Fica faltando o resto!!! Como é?” (RODRIGUES, 2004, p. 144-145).

Em outra carta, de 27.04.1943, Moraes cobra as fichas de pesquisa de JHR: “Dê um jeitinho nisso. Mande as fichas logo. Que diabo, rapaz, não precisa burilar as fichas. Mande como estão. Aposto que estão ótimas”. E termina a carta reiterando a cobrança: “Quanto às fichas, nem se fala. É chover no molhado, pois já deviam estar comigo há muito tempo” (RODRIGUES, 2004, p. 149-150). Nessas correspondências de Moraes, sem as cartas de JHR dirigidas a ele, fica claro o ritmo desencontrado e nem sempre pontual de atividades de JHR.

As próximas correspondências são as encontradas nos arquivos em que pesquisei. São missivas de conteúdo técnico, profissional, sociabilidades de pesquisa e problemas

contemporâneos. No IEB, tem cartas para Caio Prado Júnior, uma de Sérgio Buarque de Holanda e outra de Eduardo Hoornaert.

As cartas para Caio Prado Jr.¹⁰⁰ são de 1944 e 1977. Em 11.9.1944, escreve sobre seu retorno dos EUA, da estada de Caio Prado Jr. no Rio de Janeiro, reclama da “crise de moradia”, mas que, depois poderá recebê-lo; diz estar também muito interessado em história econômica e “ouvi dizer que você anda trabalhando muito com estes problemas, especialmente com a questão da reforma agrária”. Subir nora 12 para trabalhar lugar de enunciação e trajetória de outros intelectuais.

Na carta de 3.11.1944, JHR se refere a documentos sobre o Brasil açucareiro e sua importância até o século XIX, “não há dúvida que o critério usado por você na *Formação*, da periodicidade das depressões e as reações da conjuntura histórica da nossa economia, deve ser aplicado em seu novo trabalho”. Depois, pergunta sobre a possibilidade de publicação de seus textos por Caio Prado na *Editora Brasiliense*:

Não sei se você terá os artigos que tenho publicado no Brasil Açucareiro, antes e depois da publicação das minhas notas sobre o seu livro. São ao todo, descontando algumas notas, doze artigos. Penso em juntá-los e publicá-los em forma de livro, acrescentando três artigos sobre a literatura açucareira dos séculos XVI, XVII e XX refundindo os já publicados. Interessaria à sua nova editora? Diga-me com liberdade e franqueza, pois não cuido disso e pode não estar dentro dos seus objetivos.¹⁰¹

No *post scriptum* da carta, em 6.11, JHR afirma que já encontrou local para publicação: “Atrazei [sic.] um pouco na remessa desta carta. Ontem estive com o Sérgio que combinou comigo publicar os artigos de que lhe falei sobre história açucareira numa coleção que vai dirigir para o Martins”. Pela carta, nota-se também o interesse de JHR em encontrar editoras para publicação de seus livros.

Na carta de 5.11.1970, o tema é a prisão de Prado Jr. Após retornar do Chile, Prado Jr. foi preso; na carta, JHR diz estar mobilizado junto a personalidades dos três poderes para conseguir uma petição de prisão domiciliar, o que não aconteceu, cumprindo a pena na casa de detenção Tiradentes, transferido depois para o quartel de Quitaúna, até sua soltura em agosto

¹⁰⁰ No livro *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*, Paulo Henrique Martinez apresenta Prado Jr., sua importância e reconhecimento no campo historiográfico: “Caio Prado Jr. é um homem de seu tempo e além dele. Já é senso comum que, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. compõe uma tríade que influenciou gerações. Esses três brilhantes intelectuais, trilhando vertentes distintas, tornaram-se representativos de uma geração que, sob o impacto da chamada ‘revolução de 1930’, procurou compreender o Brasil e refletir sobre o País muito mais profundamente do que uma mera unidade geográfica, linguística e política que se apresentava como produto da ação isolada de ‘gênios da raça’, ‘estadistas’ etc. Coube a Caio Prado Jr., fazendo uso do marxismo, captar e pensar o Brasil como resultado de uma ação coletiva, onde se mesclavam componentes formativos e indutores de sua evolução e articulavam-se os mundos do trabalho, da distribuição e do consumo sob o olhar do materialismo histórico”. Esta citação evidencia bem o lugar de Caio Prado Jr. na historiografia de sua época e as sociabilidades intelectuais de JHR.

¹⁰¹ Carta disponível no IEB-USP.

de 1971. Em tempos que se exigia *Atestado de Ideologia* (Imagem 9), a carta datilografada tem uma assinatura diferente de JHR, talvez para evitar rastreamentos ou censuras. Não há nenhuma carta de Caio Prado Jr. para JHR.

Em 18.3.1947, Sérgio Buarque de Holanda enviou uma carta para JHR sobre os relatos de viajantes “seu processo de aclimatação nos trópicos”. São garatujas manuscritas a lápis num papel timbrado do Museu Paulista, com indicação de obras em vários idiomas e os documentos que deve procurar no Rio de Janeiro para sua pesquisa sobre os holandeses.

A outra é do belga radicado no Brasil Eduardo Hoornaert (1930), escrita no Recife em 21.1.1973. Trata-se de um convite para escrever no projeto de “edição de uma história geral da igreja na América Latina [...] Para mim foi claro desde o início que não podia dispensar a sua presença nesta reunião [...] Quis escrever logo esta carta para garantir sua presença conosco”. Em correspondência de 12.3.1973, Hoornaert agradece o aceite e diz ter recebido os exemplares de *O Parlamento e a Evolução Nacional*. A presença de JHR seria importante porque “a Igreja Católica no Brasil precisa por demais conscientizar-se dos erros do passado para partir para um futuro mais evangélico, mais engajado nos anseios do povo. Por isso precisamos reunir pessoas que fazem historiografia por vocação e por convicção”. Termina enviando saudações a Lêda e “desejo-lhe uma ótima viagem ao Panamá. Neste pequeno país se revela o drama da exploração do nosso mundo de maneira particularmente clara”. Não há nenhuma referência posterior sobre JHR ter participado efetivamente do projeto.

Há algumas correspondências trocadas com o professor Charles Anderson Gauld, brasilianista da Universidade Stanford, tratando do envio de documentos históricos e encomendas de textos. Essas correspondências são relevantes por mostrarem um pouco das redes de sociabilidade mobilizadas enquanto JHR trabalhou na Biblioteca Nacional. Escritas em 1962 e 1963, sem especificar de quais escritos se tratava, sempre citavam as conversas tidas com Assis Chateaubriand. “Logo após o envio da minha carta recebi”, escreve JHR, “enviado pelo dr. Chateaubriand, cópia da carta que Carlos Rizzini lhe escreveu em nome do embaixador”. Em 1963, “estive com o Dr. Chatô e entreguei-lhe o livro. Ele pediu-me para ficar com o volume afim de ler [...] Chatô mandou-me de São Paulo a carta, que você escrevera e a cópia da minha resposta, ambas deixadas com ele quando da minha visita”¹⁰². Essas trocas de missivas mostram como não envolviam apenas o emissor e o receptor da carta, mas se ramificam em outras sociabilidades e personagens de participação difusa e não dita, embora importantes entre os missivistas e as questões envolventes.

¹⁰² Arquivo Nacional (27, A, 6, nº 9).

Essas correspondências apresentadas traçam, de forma mais precisa, selecionada e nominal, redes de sociabilidade de JHR, como ele se relacionava com diversos campos, indivíduos, hierarquias e instituições. De toda documentação, as cartas publicadas por Lêda formam o conjunto mais sistemático e expressivo. Nas demais fontes, pode-se ver um pouco mais das estruturas, das formações enunciativas heterogêneas, dos lugares e procedimentos, que se operam nos processos de pesquisa, escrita e vida de JHR e da historiografia brasileira.

O foco, a partir daqui, será o desenvolvimento da “escrita de si” em artigos e outras publicações de imprensa, mídia e academia.

3.2. PUBLICAÇÕES JORNALÍSTICAS.

JHR tinha uma produção muito ativa na imprensa, escreveu sobre assuntos diversos, por meio século. Em um currículo, sem data, no item *Artigos em jornais e revistas*, declarou ter escrito “Cerca de 400 artigos em jornais e revistas, sobre assuntos de História do Brasil, História Econômica, Teoria da história, Metodologia da história, Filosofia da história, e assuntos brasileiros em geral”¹⁰³. JHR atuou em várias instituições, deixando, além das publicações documentais e arquivísticas, numerosos artigos de jornais e revistas.

Começamos com os recortes guardados por JHR, que versam principalmente sobre as configurações do campo intelectual, política, debates de temas, educação, economia, lançamentos de livros, opiniões, revisionismos. Em *Vargas e os intelectuais: depoimentos de homens de letras sobre a posição histórica de Getúlio Vargas*, JHR sublinha os nomes dos estudiosos do varguismo, mapeando quem e o que cada um diz sobre Getúlio, figura constante em seus textos. Outro artigo, do filósofo e professor Euryalo Cannabrava (1906-1979), sobre o método dialético marxista e como era praticado na União Soviética. É interessante acompanhar essas discussões que ocorriam nos primeiros anos da Guerra Fria, quando o autor afirma que a “ontologia histórica do marxismo representa talvez a sua maior contradição e desenvolvimento anticientífico da filosofia moderna”¹⁰⁴. De 1954, artigo de Antonio Candido, Informação sobre a sociologia de São Paulo, com um balanço dos estudos sociológicos lançados; outro artigo é recorte do I Congresso Brasileiro de Sociologia¹⁰⁵. De Alberto Guerreiro Ramos, *Sociologia como instrumento de autodeterminação nacional* é sobre seu livro recém-lançado, comentado

¹⁰³ Há currículos de JHR na ABL, na Biblioteca Nacional, IEB e SIARQ.

¹⁰⁴ Publicado em 27.5.1951, localização: JHR – D015-002.

¹⁰⁵ Publicado em 27.6.1954, localização: JHR – D015-006.

por Abdias do Nascimento em *A sociologia “desaculturada”*, no qual disserta sobre sua luta com Teatro Experimental do Negro e o que se produzia sobre o negro nos estudos brasileiros (O JORNAL, 1954). Esses artigos são balanços sobre a produção de conhecimento histórico e social. Por meio deles, pode-se ver mais de perto como JHR acompanhava o desenvolvimento da historiografia e das “ciências vizinhas” no Brasil.

Os temas dos artigos variam bastante, mas o que mais interessa aqui é traçar, em linhas gerais, quem produzia naquele momento. Além dos citados acima, textos de Modesto Carone, Nelson Werneck de Castro, Francisco Iglésias, Carlos Guilherme Mota, tratando de temas variados compõem o acervo pessoal de JHR. Os recortes arquivados são relevantes para saber com quem JHR debatia as interpretações do Brasil e quais eram seus posicionamentos e opiniões.

Críticas aos trabalhos de JHR também eram arquivadas. Chama a atenção o artigo de Geraldo Mello Mourão (1917-2007). Em artigo intitulado *José Honório, um exemplo de plágio literal e direto* (FOLHA DE SÃO PAULO, 1982, p. 35). JHR é acusado de plagiar um texto sobre H. Marcuse. Mourão denuncia:

O leitor poderá cotejar os dois textos. Sem aspas, sem citação de fonte, sem cerimônia, o sr. José Honório Rodrigues apresenta como seu o texto de George Lichthelm, numa tradução literal, “verbum ad verbum”. O artigo (reproduzido à esquerda), publicado pelo Jornal do Brasil, tem uma única diferença do texto original (à direita): está em inglês, em bom inglês, diga-se de passagem, enquanto o do sr. José Honório Rodrigues está em português. Em português ruim – diga-se também de passagem. Como no 1º parágrafo da 2ª coluna, onde o acadêmico brasileiro diz: “Habermas é claramente muito afeiçoado a Marcuse, cujo encanto é difícil de resistir”. Ele certamente queria dizer “a cujo encanto é difícil de resistir” [...].¹⁰⁶

Mourão faz uma exposição dos sentidos etimológicos da palavra *plágio* e como são as punições para tal crime em diferentes países. Na França e Itália, havia tribunais de honra, responsáveis por julgar o crime de plágio e, se o crime fosse comprovado, “o réu é declarado morto para a vida cultural do país. Seu nome é simbolicamente enterrado e apagado do rol dos vivos, para que seu cadáver não fique fedendo entre os escritores que conviveram com o plagiário”. Se existisse um tribunal desses no Brasil, JHR “teria de ser declarado imediatamente morto”. Mourão afirma que foram os leitores os primeiros a reconhecer o plágio e conclui o artigo nesses termos:

Houve um tempo em que as pessoas eram levadas a dar alguma importância ao sr. Honório Rodrigues, louvadas na exacerbada promoção pessoal do “historiador”, esperto em bajular as esquerdas e mamar nas tetas da direita. A falta de seriedade de

¹⁰⁶ Recorde de jornal disponível na Academia Brasileira de Letras: JHR-D081-002.

sua obra passou a ser verificada, e parece que o plágio do presente “affaire” não é o primeiro: um crítico lembrava, há pouco tempo, que ele se apropriara de interpretações históricas originais sobre revoluções brasileiras, apresentadas por primeira vez pelo historiador Joaquim Ponce Leal, em seu livro “Os homens e as armas”, apresentando-as como suas, sem sequer citar a fonte [...] Não temos em mãos o plágio praticado contra o autor de “Os homens e as armas” e aqui o referimos apenas como ilustração, sob a fé de terceiros.

Não foram encontradas outras publicações sobre o caso. Por não haver texto de defesa de JHR, é difícil saber se a discussão prosseguiu. Apesar disso, o artigo é detalhado e interessante por si mesmo, pois lança luz sobre as maneiras como JHR era visto por colaboradores e críticos no campo intelectual brasileiro. Mais ainda, pode-se perguntar qual valor teria esta polêmica para intelectuais como JHR e Mourão. E também, porque Lêda manteve esse recorte entre os documentos do arquivo de JHR? Ela queria dizer, mostrar, alguma coisa, uma falha, uma prática do falecido marido-historiador?

A política é uma constante nas publicações de JHR. Um dos recortes de jornal guardado por JHR é sobre o “ex-sociólogo” Gilberto Freyre relativo às “suas atividades macartistas no Recife” (Imagem 3). “Gilberto Freire foi escolhido pelos intelectuais pernambucanos e paraibanos para presidente de honra da ‘Ordem do Dedo Duro’, posto que lhe assenta muito bem”¹⁰⁷. A expressividade desse recorte avulso está no acompanhamento do que se dizia sobre as relações entre os intelectuais e o poder, a partir do golpe de 1964.

Em 1977, JHR teve uma coluna na Folha de S. Paulo, intitulado *Os direitos humanos e sua história*. Os jornais o apresentam frequentemente como um defensor do liberalismo (Imagem 8) e nessas colunas discorria sobre o nascimento dos direitos humanos na Inglaterra e “as revoluções inglesas do século dezessete, mostrando que elas não deram sanção legislativa aos direitos do homem, mas a ideia dos direitos comuns a todos os homens” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1977). Outros são dedicados à Revolução Americana, à cidadania, às lutas contra o despotismo. O tema dos direitos humanos era muito caro no Brasil desde fins da década de 1970.

JHR escreveu muitos textos biográficos e necrológicos em jornais e revistas. Na *Biblioteca Nacional* há vários esboços, rascunhos, pesquisas anotadas, sobre personalidades como Afonso Arinos de Mello Franco; o necrológico de Octávio Tarquínio de Souza; o centenário da morte de José Tomás Nabuco de Araújo (1813-1878), que teve a vida “admiravelmente escrita pelo seu filho Joaquim Nabuco, num dos livros que é a síntese da

¹⁰⁷ O documento, do IEB, não possui nenhum dado, exceto a data de 11.9.1964, escrita a lápis.

história política do Império, ainda por escrever”¹⁰⁸. Há trabalhos sobre Augusto Meyer e Hermes Lima. Os artigos sobre o governador Chagas Freitas (RODRIGUES, 1981) se transformaram em livro¹⁰⁹.

Essas publicações e participações nos debates de imprensa, que envolvem e transcendem as discussões dos grupos intelectuais, dão o plano de fundo no qual JHR vivia e escrevia, suas sociabilidades, entrelaçando vida e história. Porém, de tudo o que foi coletado, muita coisa é referente à sua própria produção, que passo a explorar nos próximos parágrafos.

Nos textos jornalísticos, o principal sistematizador da obra honoriana foi Francisco Iglésias. JHR é inserido por ele numa linhagem historiográfica fundada por Capistrano de Abreu, “sua grande admiração, que tem como mestre e do qual é continuador, na mesma linha de quem faz História e se preocupa com as fontes, trata de preservá-las e editá-las”. Sobre os estudos historiográficos, “é mais um campo em que se tornou pioneiro e que hoje é moda: ninguém, no entanto, escreveu tanto e tão bem sobre a matéria, de modo que sua produção é a mais importante”. Define o autor e obra como “um pensamento orgânico, coerente, reafirmando o pesquisador que não se detém e o revisionista combatente”. Foi “também o que mais trabalhou pelo aprimoramento de Arquivos e pela racionalidade dos cursos de história”¹¹⁰.

Amaro Soares Quintas (1911-1998), no texto *Um historiador brasileiro*, faz resenha do livro E. Bradford Burns, *Perspectives on Brazilian History*, da Universidade de Colúmbia, em que se destacam as contribuições de JHR. A historiografia brasileira “ainda mostra a pequena inclinação dos brasileiros para estudos históricos e muito menos para problemas filosóficos de história, excetuando José Honório, ‘que muito tem escrito e muito bem sobre tópicos historiográficos’”.¹¹¹

¹⁰⁸ Versão datilografada, disponível nos arquivos da Biblioteca Nacional.

¹⁰⁹ No livro, Antonio de Pádua Chagas Freitas (1914-1991), governador da Guanabara e do Rio de Janeiro entre os anos de 1970 e 1982, é apresentado como amigo e com experiências compartilhadas: “Na faculdade de Direito conhecemos os dois professores Edgardo de Castro Rebelo e Leônidas de Rezende, ambos marxistas, que tiveram grande influência sobre os estudantes. Carlos Lacerda, que pertenceu no primeiro ano, aos companheiros formados em 1935, mas não concluiu o curso, escreveu que esses professores e mais Hahnemann Guimarães, este mais positivista que marxista, dominavam a Faculdade” (RODRIGUES, 1992, p. 21). Após falar da amizade de longa data, insere o governo de Chagas Freitas na história do Rio de Janeiro e do Brasil. Sobre as relações de Freitas com os militares no poder desde 1964, diz que era “combatido pelos seus inimigos, na maioria inferiores a ele, que soube manter uma solidariedade entre as virtudes públicas e privadas, e reconheceu os constrangimentos que sua posição estatal recebia do poder federal”. A respeito de suas posições políticas, “fez parte da Esquerda Democrática, que se transformou posteriormente no Partido Socialista, ao qual não se filiou”. Quanto à política com os militares, JHR justifica tratar-se de uma estratégia de ação: “Para Chagas Freitas manter-se como única oposição consentida ao regime pós-1964 era necessário sustentar-se com muita cautela, muita discrição, muita seriedade, e só assim poderia defender pragmaticamente as aspirações do povo que ele representava e governava, um mal menor do que opor-se e, como consequência, ser deposto e deixar indefeso os seus aliados de anos, entregues às repressões que viriam como vieram e que procurou conter no que estava ao seu alcance” (RODRIGUES, 1992, p. 94). Do antecessor de Chagas Freitas recebeu, no ano de 1969, “como presente do governo da Guanabara o ‘fardão’ com que se empossará na Academia Brasileira de Letras. O Governador Negrão de Lima decretou abrindo o crédito especial de 5 mil cruzeiros novos na Secretaria de Educação” (Imagem 6).

¹¹⁰ IGLÉSIAS, Francisco. O historiador José Honório Rodrigues, Última Hora, Rio de Janeiro, Cultura/Livros, 21 nov. 1976.

¹¹¹ Sem referências além do título e autor. Encontra-se na Biblioteca Nacional.

Na Academia Brasileira de Letras, onde foi nomeado diretor do arquivo da instituição em 1970, está o maior número de publicações a respeito de JHR e sua obra. São centenas de recortes de jornais sobre lançamento de livros, participação em eventos, cursos dados, convites. A ABL possui o registro da circulação de JHR e suas ideias em matérias de imprensa de praticamente todos os estados brasileiros.

Em 12.1.1947, JHR publicou para *O Jornal*, o artigo *A historiografia brasileira em 1946*. Reclama da queda de publicações de livros de história no Brasil no ano anterior:

Quem quiser traçar um quadro geral da produção histórica brasileira no ano findo de 1946 há de ficar, de início, chocado com sua insignificância, não só numérica, mas qualitativa. O que impressiona ao observador é o abandono a que foi votada a história no ano de 1946. [...] Os principais editores que se dedicavam especialmente aos livros históricos também quase pararam suas atividades.¹¹²

Expõe, em seguida, os principais títulos publicados naquele ano. Entre os livros destacados, *Folclore dos Bandeirantes*, de Joaquim Ribeiro. Em 1938, lançaram juntos *Civilização Holandesa no Brasil*, e pelo artigo percebe-se que ambos continuavam ativos no debate historiográfico. A avaliação feita enaltece os objetivos do livro, distingue o que é folclore e história, com pontos de vista novos, mas “é de lamentar, contudo, numa obra de tão larga importância, a insignificância e certeza dos capítulos, que mais parecem esboços ou minutas do que estudos”. Do vasto material documental mobilizado por Ribeiro, “ao invés de oferecer um substancial prato, deixa-nos apenas uma lasca, uma pequena pílula envolvida em camada açucarada”. Em outro artigo, de 9.3.1947, volta ao tema dos livros publicados em 1946, ressaltando dessa vez que o pouco número de publicações ocorreu também em países europeus e EUA.

JHR, nesse artigo, teria identificado uma ausência de produção historiográfica, com as editoras republicando obras clássicas ou livros com resultados deficitários, como na resenha feita do livro de Ribeiro. Ao enfatizar a falta de publicações, JHR explora os vazios no mercado editorial a ser preenchido. O baixo número de publicações poderia ser consequência da falta de preparo dos historiadores em fazer pesquisa, tudo isso é observado enquanto *Teoria da História do Brasil* está em processo de elaboração, de modo que seria um livro projetado para responder às necessidades teóricas da historiografia e conhecimento da nação.

Nos meses seguintes, são publicados artigos que mais tarde aparecerão em *Teoria*. Em *O Jornal*, estão artigos sobre *A. Toynbee e a filosofia da história na Inglaterra*, outro sobre *A periodização na história do Brasil*, com a segunda parte relativa ao papel do IHGB (18.5.1947);

¹¹² Recorte disponível no arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Novos rumos da metodologia histórica (22.12.1947). A *historiografia brasileira e o atual processo histórico*, neste JHR reclama da falta de sintonia entre a historiografia brasileira e os problemas nacionais, meramente contemplativa diante dos imperativos do presente (JORNAL DO BRASIL, 1948). Apresenta-se como “irmã gêmea do capitulacionismo é também a historiografia discursiva, oratória, galante, ornada, cuja visão comum da vida nacional é sempre rósea, como a de um viajante que vê o panorama do para-brisa de um carro de passeio. Ela é a responsável pela omissão do povo na história, pela nostalgia do passado”.

A produção acadêmica e jornalística de JHR se retroalimentam. A cada livro lançado, encontram-se muitos recortes de matérias e resenhas, premiações disputadas com as publicações (Imagem 14). Da pena do próprio autor saía na imprensa o que seria transformado em artigo de revista especializada ou em partes de livro. Portanto, a inspiração para os temas vinha muitas vezes das encomendas feitas, tanto que “o historiador José Honório Rodrigues se queixa de que nos últimos dias se sente extenuado, em função das várias solicitações que já recebeu e continua recebendo para realizar diversos trabalhos dentro do campo da sua especialidade” (JORNAL DO BRASIL, 1972).

Há sempre o esforço em costurar suas análises com as situações do presente. Isso pode ser notado, em 1974, quando lançou seus trabalhos sobre a independência e sobre a África. Ao lançar os cinco volumes de *Independência: revolução e contrarrevolução*, disse em entrevista que “este livro é o começo da minha História Moderna do Brasil. Ele abandona completamente uma concepção de história centralizada em personagens e questões pessoais”. Perguntado se as questões do livro refletem a atualidade, respondeu:

O livro é muito atual porque estamos vivendo uma época equivalente de choques ideológicos, de movimentos de libertação, de lutas entre vanguardas e conservadores, de independência dos povos. Se a pessoa refletir sobre o passado poderá entender um pouco do presente. Como determinados fatos predominam nos destinos da Nação? Você entende, então, que o fato de não se ter superado determinadas etapas entrava o processo de desenvolvimento. Ao ficar ligado ao absolutismo, ao colonialismo, o processo de desenvolvimento do Brasil foi travado (BERABÁ, 1976, p. 10)¹¹³.

No mesmo ano, foi lançado *A Assembleia Constituinte de 1823* do próprio JHR. Mário Barata diz ser um livro que “deixa claros os motivos da dissolução da Constituinte, na marcha de Pedro I para um absolutismo que entrou em choque com as necessidades e impulsos do país, liberais e constitucionalistas” (BARATA, 1974, p. 10). Interessante ver este tipo de afirmação do livro no Brasil da transição do governo Garrastazu Médici para Ernesto Geisel. A respeito de como surgiu o projeto do livro, Cecília Camargo de Simone contextualiza:

¹¹³ Documento disponível no arquivo da Biblioteca Nacional.

Esta nova publicação de José Honório Rodrigues, patrocinada pela Câmara dos Deputados, surgiu de uma conferência apresentada na Academia Brasileira de Letras, quando da comemoração dos cento e cinquenta anos de instalação do poder legislativo no Brasil (1823-1873). Ao mesmo tempo, explica o historiador, um estudo sobre a Assembleia Constituinte compunha um capítulo de “A Revolução e a Contra-revolução da Independência”, primeiro volume da História Moderna do Brasil, obra em preparo. Ao ser elaborado, o tema cresceu e adquiriu autonomia própria. O resultado foi este livro (JORNAL DO COMÉRCIO, s/d).

Esses livros constituem a tese honoriana da história *cruenta* do Brasil. Tese iniciada em *Aspirações Nacionais*, em que defende “que a Independência não foi só cordialidade, composição, conciliação, um desquite amigável, como quiseram Oliveira Lima e Oliveira Viana. O resultado desses estudos “não passou despercebido ao Congresso Nacional que teve a feliz iniciativa de encarregar o historiador de elaborar o monumental estudo sobre a evolução do parlamento nacional. Santo remédio para a memória fraca do *stablishment*” (VILLAÇA, 1976, p. 10).

Outros temas recorrentes encontrados nas documentações dos arquivos são sobre estudos de África na historiografia brasileira. Em caderno especial do *Jornal do Brasil*, a “questão africana” é debatida por vários intelectuais, como Carlos Guilherme Mota, “que anseia pela restauração da memória perdida da África nos anais da universidade brasileira” (ARTAXO, 1981, p.4). No artigo *Abertura africana*, é discutida com JHR a política externa brasileira e os países africanos, “a abertura – diz ele – é hoje uma necessidade econômica, de política interna e de política externa. Só com a abertura poderá se construir uma política nacional, brasileira, verdadeiramente coerente e esclarecedora” (HELENA, 1981, p. 6). Para avançar nas aproximações e aberturas, diz “para que não se incorra novamente no erro de Jânio Quadros, cujo governo contrastava abertura para o exterior e uma política interna [...] que em nada favorecia os pobres e a classe média”, e elogia “o ‘pragmatismo responsável’ do presidente Geisel como fator decisivo para aproximação com os africanos – como também para os povos árabes”. Milton Santos trata das riquezas mineiras africanas, lamenta ser “uma pena que a maior parte dos brasileiros – incluindo as camadas cultas – seja tão profundamente desinformada do que a África representa, do que ela quer ser e, mais do que isso, das condições dramáticas em que busca construir uma nova história” (SANTOS, 1981, p. 9). Moacyr Werneck de Castro escreveu sobre o racismo fascista no apartheid africano. “O conceito de apartheid traz embutido o princípio da supremacia racial ou, mais precisamente, da supremacia branca. Nesse sentido, traduz em idioma africano a ideologia do nazismo e do fascismo” (CASTRO, 1981, p. 11).

O livro *Brasil-África* foi bastante comentado nesses artigos sobre África. Início da década de 1980, o livro publicado em 1966 mantinha-se atualizado, com nova edição ampliada

sendo lançada em meio a esses debates. Uma das veredas para estudar a obra honoriana pode ser a de seus estudos sobre as relações internacionais entre América Latina e África. Textos e autores foram citados aqui para que se possa também ter uma ideia dos lugares ocupados por JHR nos debates da história contemporânea.

Outra série de recortes de textos é sobre educação. Um desses documentos é a portaria ministerial, nº 598, de 6 de dezembro de 1945, nela “Expede programas de história geral e do Brasil e respectivas instruções metodológicas, e determina sua execução no curso colegial do ensino secundário”. Nesse período JHR era membro da comissão para elaboração do *Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros* e esboçava outros livros, sempre atento às necessidades e exigências do mercado editorial brasileiro. Outros artigos são sobre o *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*, a respeito do ensino universitário e há também textos relativos à implantação do ensino de Educação Moral e Cívica no Brasil (JORNAL DO COMÉRCIO, 1955). Embora não tenha feito carreira como docente, JHR se interessava muito pelos rumos da educação brasileira, pois, além do mercado editorial, era dentro da educação que a história deveria formar uma consciência e práticas transformadoras no presente.

A política foi tema de muitas publicações de JHR. Em 1978, JHR “lidera o grupo de intelectuais brasileiros decididos a apoiar Euler Bentes à Presidência da República”. Entre os apoiadores citados no artigo, estão Hermes Lima, Hélio Jaguaribe, Maria Vitória Benevides e Antonio Houaiss. O grupo se reuniu com Euler Bentes Monteiro (1917-2002), e “José Honório desculpa-se por não poder revelar o local do encontro”, debatendo problemas do Brasil de então. Disse JHR sobre o encontro:

De um modo geral, colocamos como tarefas prioritárias a anistia política, a Constituinte, a confraternização civil-militar e a questão das liberdades sociais. O item anistia foi amplamente debatido, porque chegamos naquela controvérsia sobre quem deveria ser anistiado. Eu, pessoalmente, defendi o ponto-de-vista de que este era um assunto que deveria ser visto e revisto pelo Congresso, mas nem todos concordaram. De qualquer forma, o General achou este ponto também prioritário (O POPULAR, 1978, p. 10).

Em artigo intitulado “Gaúcho, para presidente, só em 2033”, José Cândido de Carvalho¹¹⁴ sugere no texto que JHR, “um dos historiadores brasileiros de sempre, mestre de escrever e de pensar, oferece a receita para o Brasil sair da crise dos dias de hoje”; prossegue:

[...] de saída – afirma o grande historiador – deve ser aprovada uma emenda constitucional proibindo gaúchos na Presidência da República nos próximos cinquenta anos, responsáveis que são, a meu ver, pelo Brasil de agora, uma nação

¹¹⁴ A única referência é a data de 13.12.1983. Encontra-se na ABL.

encalacrada, sempre de pires na mão, extraindo dinheiro de uns e de outros. Quem governa este País é o FMI. A verdade é que retrocedemos ao Brasil dos vice-reis ou perto disso, quando recebíamos ordens de Portugal (1983).

Caminhos para a saída da crise começavam a ser trilhados com os cariocas no poder: “E digo mais: a famosa abertura só foi possível porque João Figueiredo não nasceu no Rio Grande do Sul. É carioca da gema, do bairro de São Cristóvão. E quem nasce assim, num bairro tão brasileiro e democrático, não pode ser ditador. São Cristóvão não deixa”.

Detentor de significativo capital político, era consultado e opinava sobre questões políticas com bastante frequência, principalmente na década de 1980. Em 1985, visitou o presidente José Sarney, entregando a ele alguns livros seus, mas “lamentou, a saída, que a conversa não tenha enveredado pela política” (JORNAL DO BRASIL, 1985, p. 6) (Imagem 18). Em 1986, fez campanha para Dilson Funaro, um dos principais responsáveis pelo Plano Cruzado, “se o plano econômico der resultados, José Honório já tem em Funaro seu candidato à Presidência da República” (SCHILD, 1986, p. 8). Em um recorte intitulado *Historiador quer vigilância sobre direita no Brasil* (24.5.1986), alertava “na Escola Superior de Guerra sobre a possibilidade de haver um recrudescimento da direita no Brasil [...] Ele disse que as atividades da direita terão de ser objeto de fiscalização e acompanhamento por parte da própria imprensa, inclusive para verificar quem a financiará”.

Em 1987, com a morte de JHR, numerosos textos foram publicados abordando o legado da sua obra e como sistematizá-la (Imagens 19 e 20). Na ABL, há centenas de necrológicos sobre o falecido *imortal* da cadeira 35. De seu legado, uma questão que se impôs foi a destinação de sua biblioteca.

O trabalho com documentos muito variados, ego-arquivos, distribuídos em diferentes instituições é um trabalho complexo. O recorte não significa esgotamento, mas um ponto de vista e uma possibilidade. Meu objetivo é analisar os lugares de JHR no campo historiográfico brasileiro, dar a ver melhor com quem dialogava, convivia, escrevia, trabalhava, dentro de redes específicas de sociabilidade. Não se pretendeu aqui fazer um mapeamento preciso, como numa escalação de jogadores de uma partida de futebol, qual o lugar de cada intelectual, sua função, o grupo ao qual pertence. O que fiz foi uma tentativa de visualizar a produção e relações de JHR com as publicações de imprensa, seja sobre ele, dele mesmo, do contexto, da vida e da obra.

Dando continuidade ao propósito de conhecer JHR e suas relações com o campo intelectual e historiográfico brasileiro, passo a explorar os documentos relativos aos seus vínculos de emprego.

3.3. VÍNCULOS DE TRABALHO.

JHR teve muitos vínculos de trabalho. Em um *curriculum vitae*, sem data, no tópico *Cargos de Direção*, apresenta esses vínculos de trabalho:

- Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1946-1958) e Diretor interino da mesma Biblioteca em várias ocasiões.
- Diretor da Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores (1948-1951).
- Diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (1958-1964), tendo promovido extensa reforma de seus serviços.
- Secretário Executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (Rio de Janeiro, 1964-1968), e editor da Revista Brasileira de Estudos Internacionais.

Como professor, consta no currículo:

- (De História do Brasil, História Diplomática do Brasil, História Econômica do Brasil e Historiografia Brasileira).
- Professor do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, para a formação de Diplomatas (1946-1956).
- Professor do Ensino Superior do Estado da Guanabara (desde 1957).
- Professor visitante da Universidade do Texas, EUA: Long Semester, 1963-1964; Spring Semester, 1960.
- Professor visitante da Columbia University, New York, EUA: Spring Semester, 1970.
- Convidado em 1958 pela Universidade de São Paulo para lecionar, por Contrato, Introdução aos Estudos Históricos.
- Professor de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. [sem data]
- Professor do Doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. [sem data]

Em muitos aspectos, pode-se vincular a produção honoriana aos lugares nos quais ele atuava; porém, essa vinculação é muito fluída. Carlos Guilherme Mota, contextualizando as tendências do pensamento historiográfico brasileiro, definiu JHR como um modernizador das pesquisas arquivísticas. Para Mota:

Os textos de Jose Honório Rodrigues representariam, nesse contexto, a vertente erudita do trabalhismo varguista, opondo-se de maneira candente à produção elitista dos institutos históricos e geográficos, e ao saber esclerosado – um “modernizador” nacionalista e pugnador do *revisionismo histórico* [...] (MOTA, 2011, p. 58).

Seu trabalho como docente também não permite pensá-lo inserido no campo acadêmico e universitário de modo a definir suas temáticas e abordagens. Sempre manteve uma relação dialeticamente conturbada com o ensino universitário. Sugeriu componentes curriculares que estariam mais preocupados com as questões de método e fontes, projetou a criação de um instituto de pesquisa histórica, para formação de historiadores. Mota expõe essa complexa

relação que JHR e outros intelectuais de sua geração tiveram com a universidade, no texto *O historiador brasileiro e o processo histórico*, originariamente proferido como oração de paraninfo, na Universidade Federal de Minas Gerais, em dezembro de 1974. Em seu depoimento, lê-se:

Minha geração (se posso falar em geração), como a de vocês, jovens colegas, viu-se privada da convivência crítica de intelectuais e professores como Caio Prado Júnior, José Honório Rodrigues – dois dos maiores historiadores de todos os tempos. São nossos contemporâneos, estão vivos, são reais... mais viveram e vivem apartados de nossa convivência, trabalharam fora dos centros universitários mais dinâmicos do país: não tivemos a presença desses mestres dinamizando nossas preocupações com o estudo do passado. Mais sorte tiveram alunos de universidades como Oxford, Columbia ou Austin, por exemplo, que chegaram a ouvir suas aulas (MOTA, 2011, p. 216).

Caio Prado Jr., assim como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, conseguiram reunir pesquisadores em torno de suas ideias e obras; o mesmo não aconteceu com JHR. Em uma das correspondências que troquei com José Octávio de Arruda Mello, ele destacou a dificuldade em lidar com os humores de JHR. Segundo Mello, “no fundo, no fundo, José Honório era retraído em casa com a mulher, mas, no geral, era bastante individualista e isso dificultava suas relações. Se bem que aberto, ele não era um aglutinador, como por exemplo, Hélió Jaguaribe”.

As fontes encontradas nos arquivos não possuem robustez suficiente para esboçar seu modo de trabalho e rendimentos de forma mais aprofundada (Imagem 15). São documentos burocráticos, sobre empréstimos de livros; obtenção, transferência e reprodução de documentos; regras internas de funcionamento das instituições; contratos de trabalho. Mesmo assim, a meta é ver com mais proximidade o modo como atuava nas instituições.

Muitos documentos são assinados por Rubens Borba de Moraes, diretor da *Biblioteca Nacional* quando JHR atuava na seção de obras raras (Imagem 1). Há diretivas, portarias e designações sobre como deveria ser a organização, acesso ao acervo e circulação pelas dependências da biblioteca, empréstimo de livros e cópias de documentos (Imagem 2). Um catálogo com a descrição detalhada do que é a Divisão de Obras Raras evidencia uma sistematização formal sobre as atribuições de JHR na *Divisão* e na *Biblioteca*.

Dos vínculos de trabalho como docente, o conjunto mais completo de documentos que encontrei foi sobre sua passagem pela UNICAMP. Esteve na instituição entre os anos de 1971 e 1972 (Imagens 10, 11 e 12). O processo de contratação pela reitoria é de 30.6.1971.

No currículo entregue, descreve em um “Adendo”, sobre “Professorado”:

Convidado em 1958 pela Universidade de São Paulo para lecionar, por contrato, Introdução aos Estudos Históricos.

Convidado pela Universidade de São Paulo para participar de banca examinadora do concurso para catedrático de Ciência Política (1969).
Membro da banca examinadora de defesa de tese de doutoramento em História de Carlos Guilherme Mota, na Universidade de São Paulo (1970).

O professor-coordenador Fausto Castilho apresentou a proposta de contratação de JHR à reitoria nos seguintes termos:

É excusado dizer a Vossa Magnificência a importância do recrutamento de tão eminente historiador, dos de maior nomeada que o Brasil possui presentemente, para a instituição não apenas do Mestrado em História dentro da Pós-Graduação de Estudos Brasileiros, em organização no IFCH, como também e, principalmente, dada a comprovada experiência do candidato em matéria de documentação histórica brasileira, para o bom êxito em matéria da implantação do CEDEB – Centro de Documentação para Estudos Brasileiros, cujo projeto foi elaborado, em conjunto, pelos historiadores do IFCH, Drs. Carlos Guilherme Motta, Paulo de Moraes Sarmiento Pinheiro, Michael Hall e Prof. Fernando Novaes, - tendo o prof. José Honório Rodrigues tomado conhecimento do mesmo em sua última fase, o qual merece a sua aprovação (CASTILHO, 1971, p. 2).

No contrato de trabalho, a comissão de ensino decidiu, em documento de 20.7.1971, sobre a contratação “junto ao IFCH, por 360 dias, em regime de 24 horas semanais, em nível MS-6, do conhecido historiador prof. José Honório Rodrigues”, destacando a competência, interdisciplinaridade, produção e participação nos debates nacionais e internacionais. No parecer assinado por Odelar Leite Linhares, de 21.7.1971, destaca as contribuições de JHR para historiografia e para a instituição:

Em suma, trata-se de pessoa altamente qualificada para a função que deverá desempenhar junto ao IFCH. Sua presença na Universidade de Campinas, como docente, só servirá para elevar ainda mais o nome da universidade. Parabéns ao prof. Castilho, digno coordenador do IFCH, por tão honrosa aquisição. Pena é que o prof. José Honório Rodrigues não possa colaborar em RDIDP.

O parecer foi aprovado pelo presidente da Comissão de Ensino, F. G. Brieger, em 11.8.1971. JHR deveria atuar na organização do curso e do centro de pesquisa, essa articulação seria feita através da disciplina de História Moderna e Contemporânea a ser ministrada. O coordenador João Paulo de Almeida Magalhães assim definiu o curso:

História Moderna e Contemporânea constitui uma das principais disciplinas do curso de Pós-Graduação em Estudos Brasileiros (atualmente em fase de organização). No caso do referido curso de Pós-Graduação, essa disciplina estará mais diretamente voltada para questões de História Brasileira Contemporânea (período republicano). Nesse sentido, se desenvolverá em estreita conexão com o CEDEB – Centro de Documentação para Estudos Brasileiros, cujo anteprojeto já foi elaborado. O pessoal docente da disciplina colaborará efetivamente para a implantação desse Centro.

A contratação, com data de 02.12.1971, estabelecia salário mensal de CR\$2.900,00, com “dedicação integral ao trabalho correspondente ao mínimo de 40 horas semanais”. Pelas cláusulas contratuais, deveria tomar posse do cargo “no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias”, a contar da data de 25 de outubro de 1971. Em documento de 07.02.1972, encaminhado para apreciação do diretor, era notificado que “o prazo de 1 (um) mês após a publicação já se expirou e até a presente data, o interessado não assinou o contrato”. Em maio do mesmo ano, “foi elaborado ato tornando insubsistente, a contratação do Dr. José Honório Rodrigues”.

Pela documentação, é possível perceber o capital simbólico que JHR possuía junto ao corpo docente da universidade. Pedagogicamente, a historiografia honoriana engajava as questões teóricas com a vida presente, a necessária formação dos estudantes junto aos arquivos de pesquisa, propósitos reconhecidos como úteis e importantes para a composição e organização do curso de pós-graduação. Mesmo com essa sintonia, o contrato foi cancelado. O que teria desmotivado a desistência de JHR, que reclamou em *Meu sonho de ser professor*, do esforço frustrado em ser professor por mais de três décadas? Para Carlos Guilherme Mota, JHR não queria deixar o “Rio querido, onde Lêda também trabalhava, onde estavam seus livros e fichários e onde o seu clube Flamengo jogava” (MOTA, 2010, p. 333).

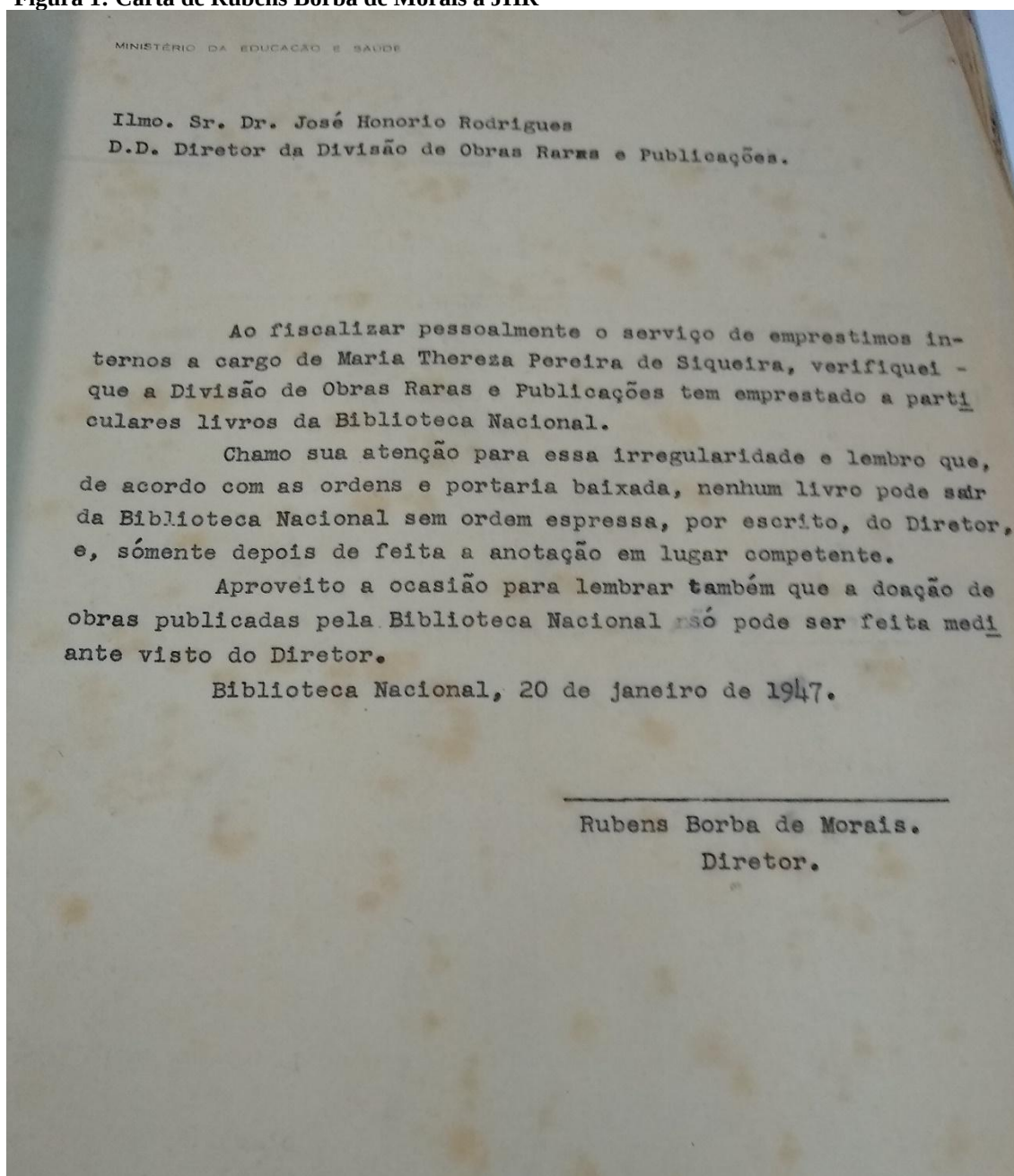
Pode ser mesmo que a questão da locomoção tenha sido um fator muito relevante para desistência. No Rio de Janeiro, andando a pé, poderia ir de uma instituição a outra em poucos minutos por sua vida toda; para ir até Campinas, no início da década de 1970, com contrato de 40 horas semanais, implicava em um difícil trânsito interestadual. De qualquer modo, a passagem pela UNICAMP é exemplar porque expõe a relação que JHR manteve com a universidade. Se não se tornou professor, não foi somente por causas externas, como justificou, mas também por escolhas pessoais.

Para explorar mais a documentação amealhada e aprofundar a interação com as fontes, anexarei e comentarei determinados documentos no capítulo.

3.4 HISTÓRIA EM DOCUMENTOS: AS FONTES DE/SOBRE JHR.

Neste item do estudo são apresentados os documentos levantados em pesquisa pelo autor.

Figura 1: Carta de Rubens Borba de Moraes à JHR



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

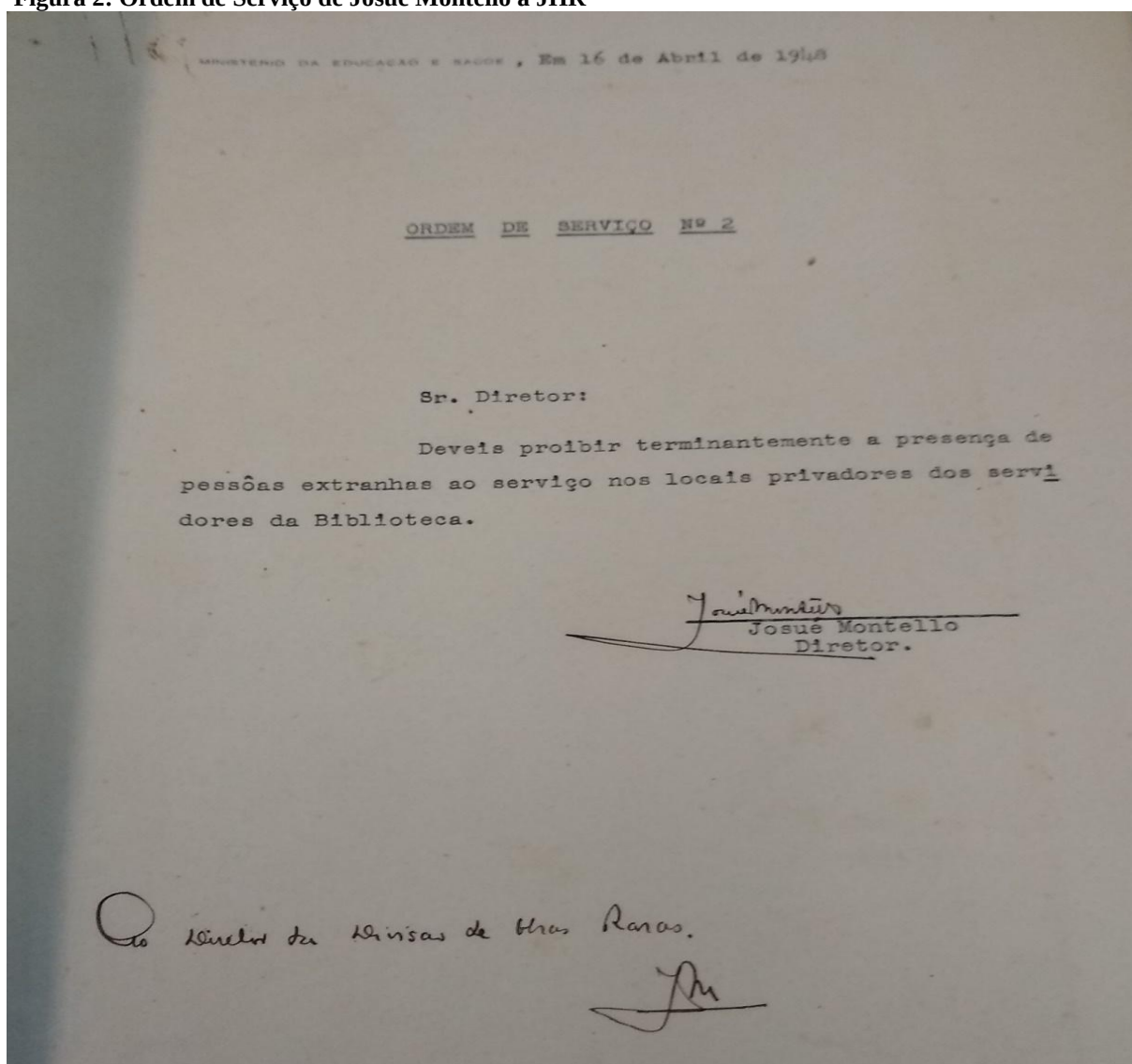
Rubens Borba de Moraes chama a atenção de JHR para as regras de funcionamento da Divisão de Obras Raras e Publicações. São vários registros relativos a empréstimos, doações feitas, circulação de pessoas, sem a autorização do diretor da Biblioteca Nacional. Esses registros são formalidades exigidas institucionalmente, mas lidos hoje como documentos, atinam para as relações entre diretores atuantes na *Biblioteca Nacional*, os conflitos de poderes e atribuições presentes nas práticas sociais e institucionais.

José Octávio de Arruda Mello, em uma de suas cartas, disse-me que JHR tinha comportamento irascível e agressivo. Perguntei a ele sobre as relações de JHR com os intelectuais de seu convívio, Mello escreveu:

a relação de José Honório com os intelectuais de sua época era *enviesada* por conta de seu temperamento arisco, algo agressivo. Iglésias revelou-me uma vez que lhe faltava *tolerância*, e isso é fato. Ele, de certa feita, desferiu um soco em Rubem Borba de Moraes, em pleno Arquivo Nacional, e, de outra feita, na rua, disse as últimas ao desembargador Oscar Tenório, reitor de uma universidade. Como resultado, apesar de sua *extraordinária disponibilidade*, os colegas *temiam* mais que *estimavam* a José Honório. (Imagens 21 a 24).

Pelo que se narram nos documentos, os conflitos entre JHR e Moraes, seu chefe e diretor da publicação do *Manual*, acabaram resultando em violência.

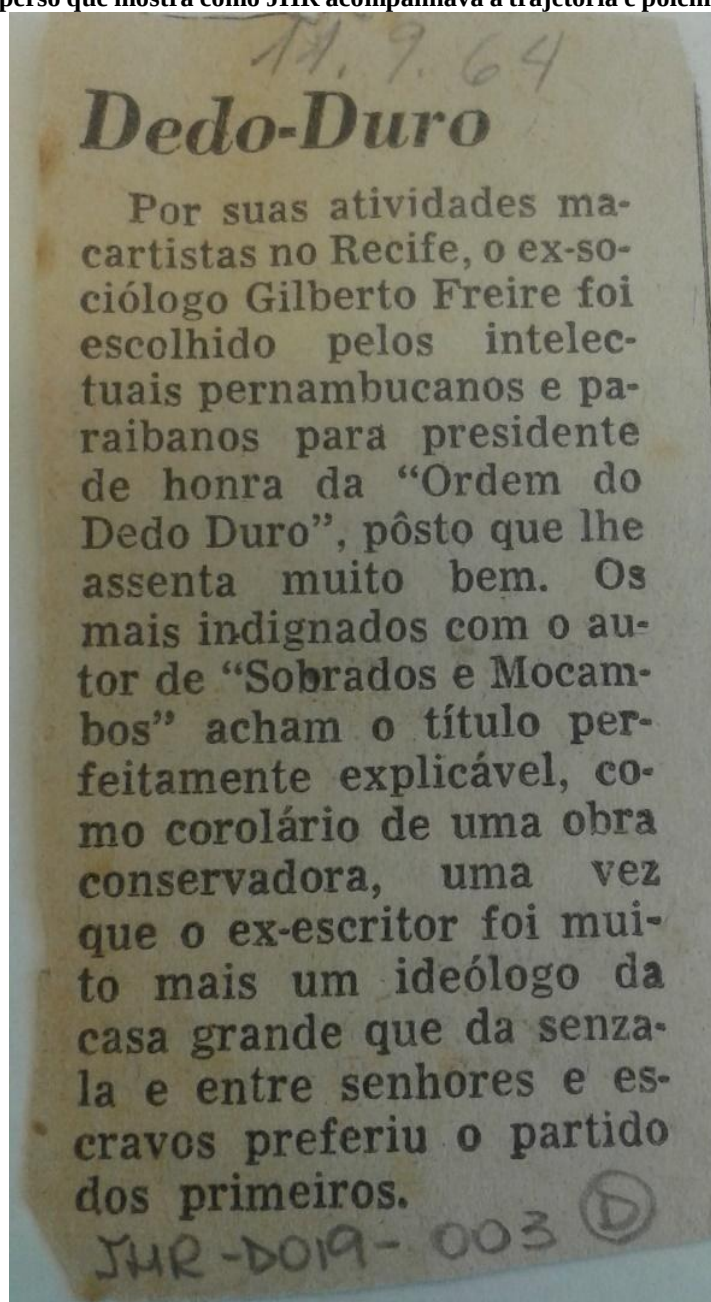
Figura 2: Ordem de Serviço de Josué Montello à JHR



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

No ano seguinte, em 1948, agora com a Biblioteca Nacional sob a direção de Josué Montello, é pedido a JHR que observe e controle a circulação de “pessoas estranhas” em áreas restritas da Biblioteca. Quem seriam essas pessoas? Pesquisavam para JHR ou alguma outra instituição, projeto? Como era essa circulação e os modos de sociabilidades aí implicados? Poderiam ser atos de desafio e desrespeito às hierarquias institucionais? De qualquer modo, percebe-se que as relações conflituosas de JHR continuavam sob outras direções da instituição.

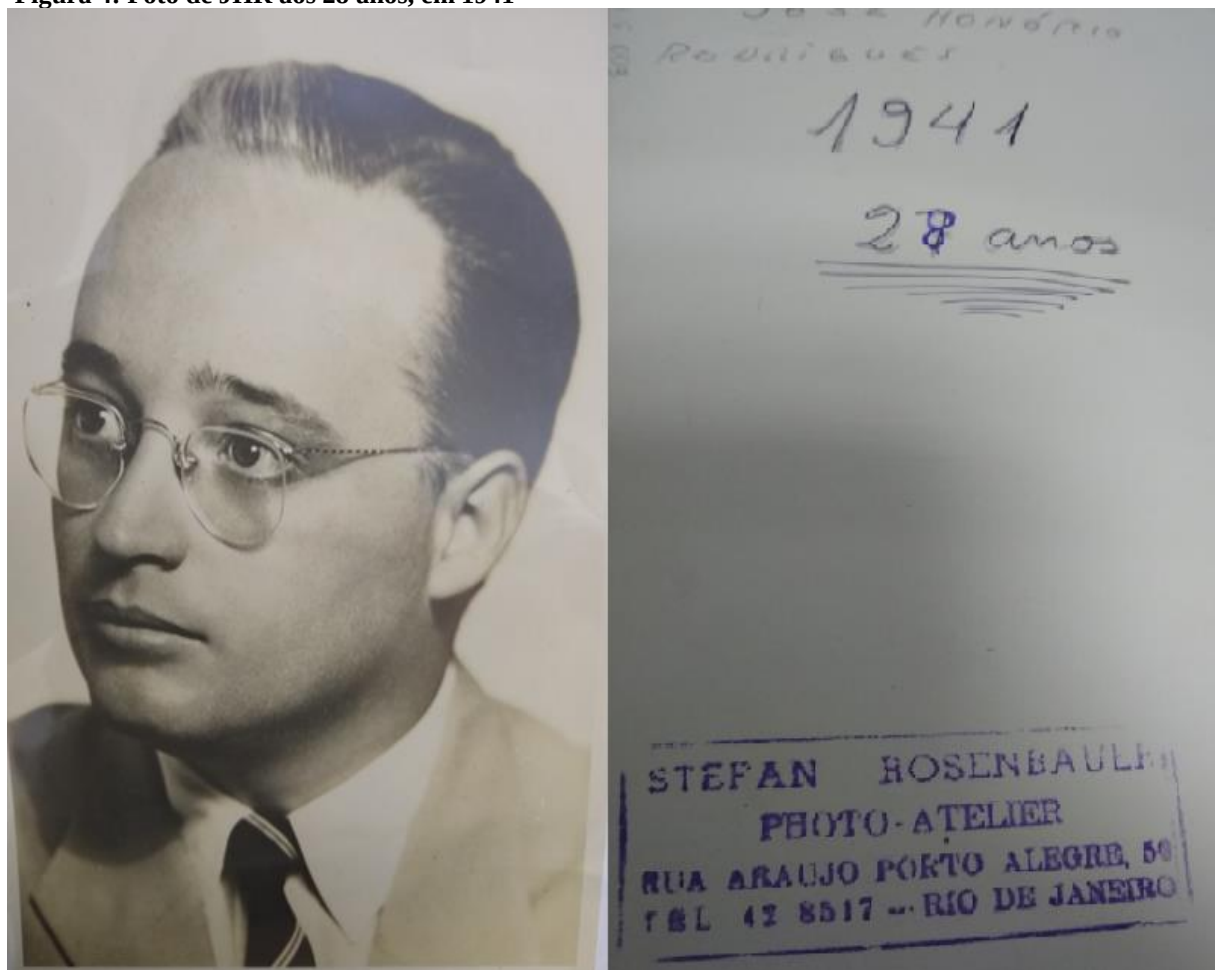
Figura 3: Recorte disperso que mostra como JHR acompanhava a trajetória e polêmicas de Gilberto Freyre



Fonte: IEB – USP.

Recorte de matéria sobre Gilberto Freyre, sem referência de origem, somente com a data registrada por JHR¹¹⁵. Gilberto Freyre é presença permanente na vida e obra de JHR, pode ser que a matéria tenha sido recortada para arquivar o clima político e intelectual do Brasil de 1964. Cabe perguntar por que JHR teve a necessidade de arquivar esse tipo de material?

Figura 4: Foto de JHR aos 28 anos, em 1941

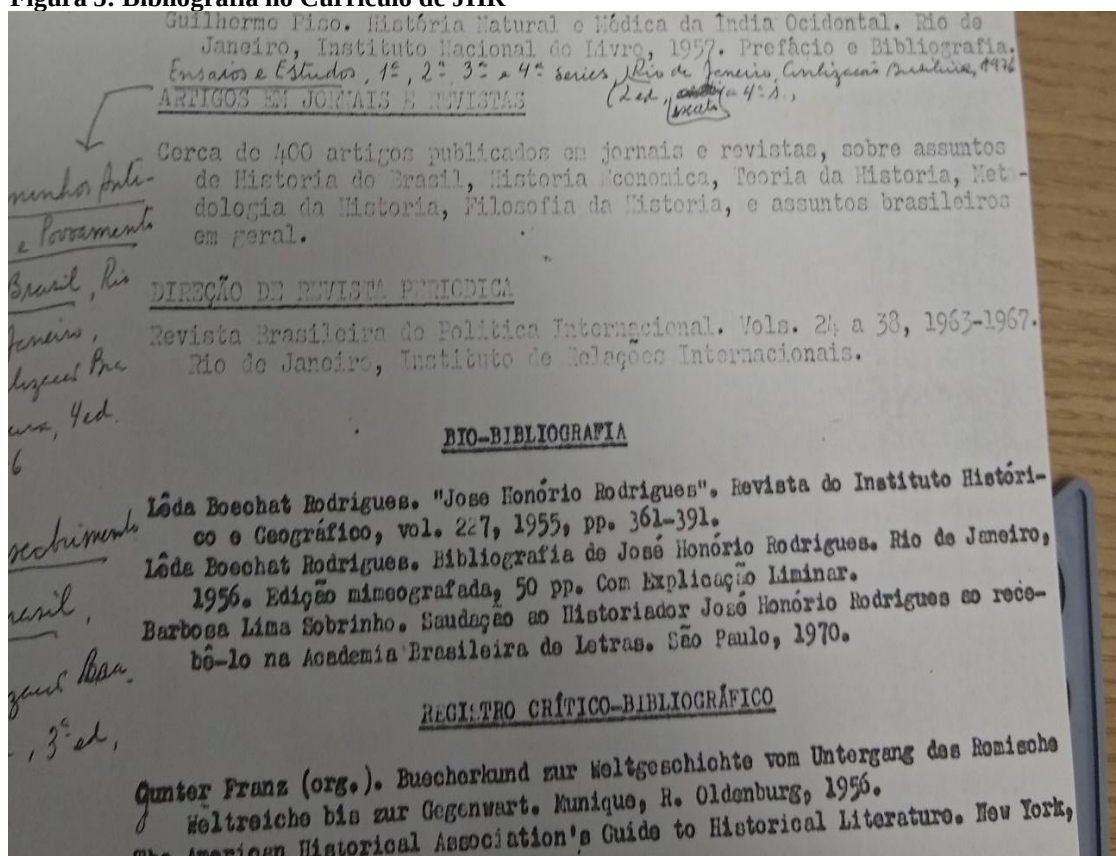


Fonte: Acervo da ABL

São raras as fotos de JHR. Esta está disponível no arquivo da ABL.

¹¹⁵ Disponível no IEB-USP.

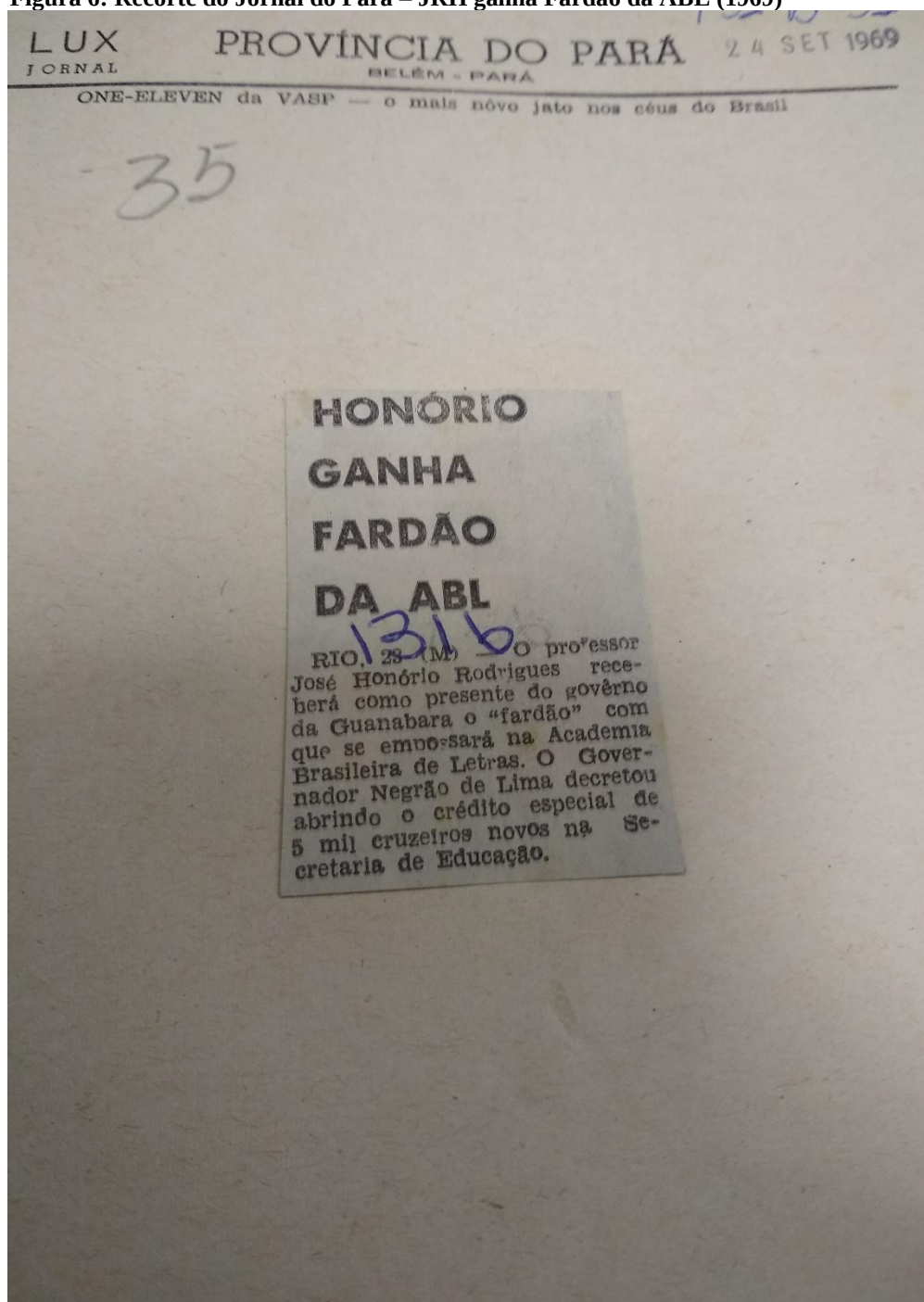
Figura 5: Bibliografia no Currículo de JHR



Fonte: Acervo da ABL

Em currículo, JHR destaca os trabalhos de biobibliografia feitos por Lêda desde 1955. As publicações memorialísticas feitas por Lêda após a morte de JHR era o desdobramento de um processo com mais de trinta anos de empenho e cuidado que ele vinha elaborando.

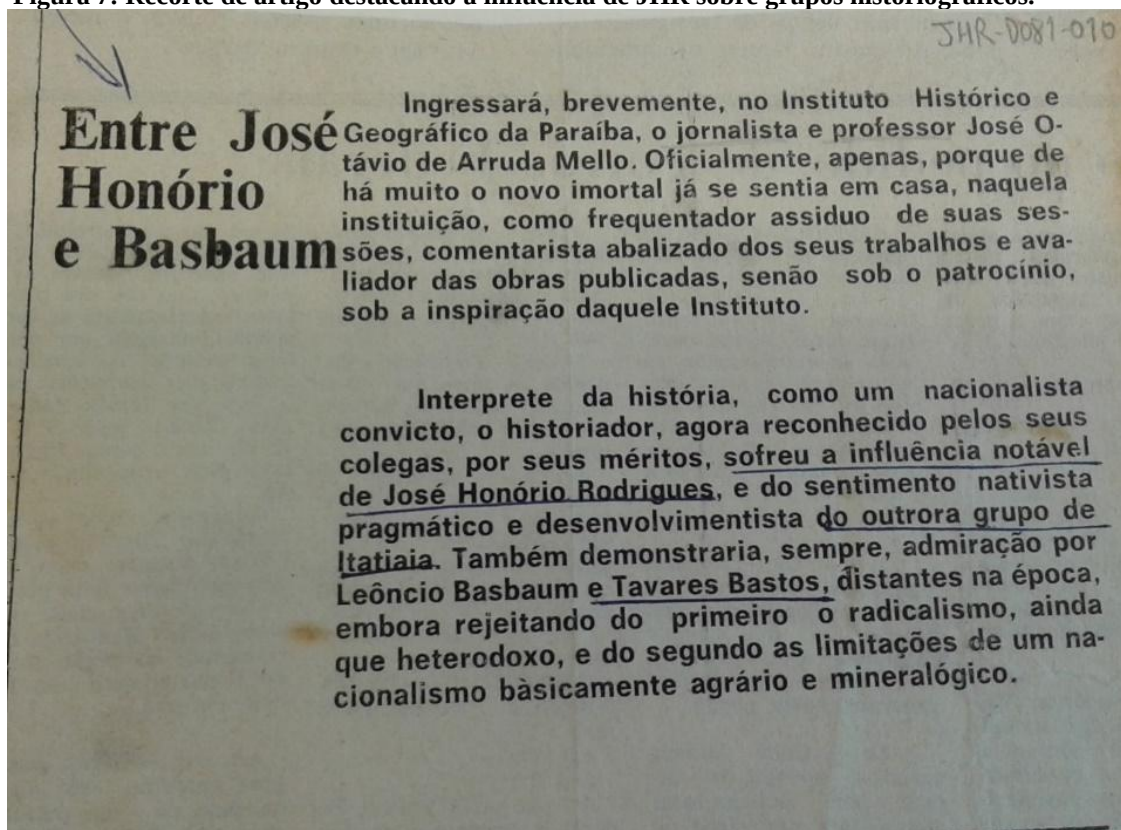
Figura 6: Recorte do Jornal do Pará – JRH ganha Fardão da ABL (1969)



Fonte: Acervo da ABL

A ABL possui o maior acervo sobre JHR. São matérias e recortes publicados ao longo dos anos, nas mais diversas regiões do país. Neste documento, um jornal do Pará noticia a posse de JHR na ABL e o “fardão” recebido de presente do governador da Guanabara Francisco Negrão de Lima (1965-1971).

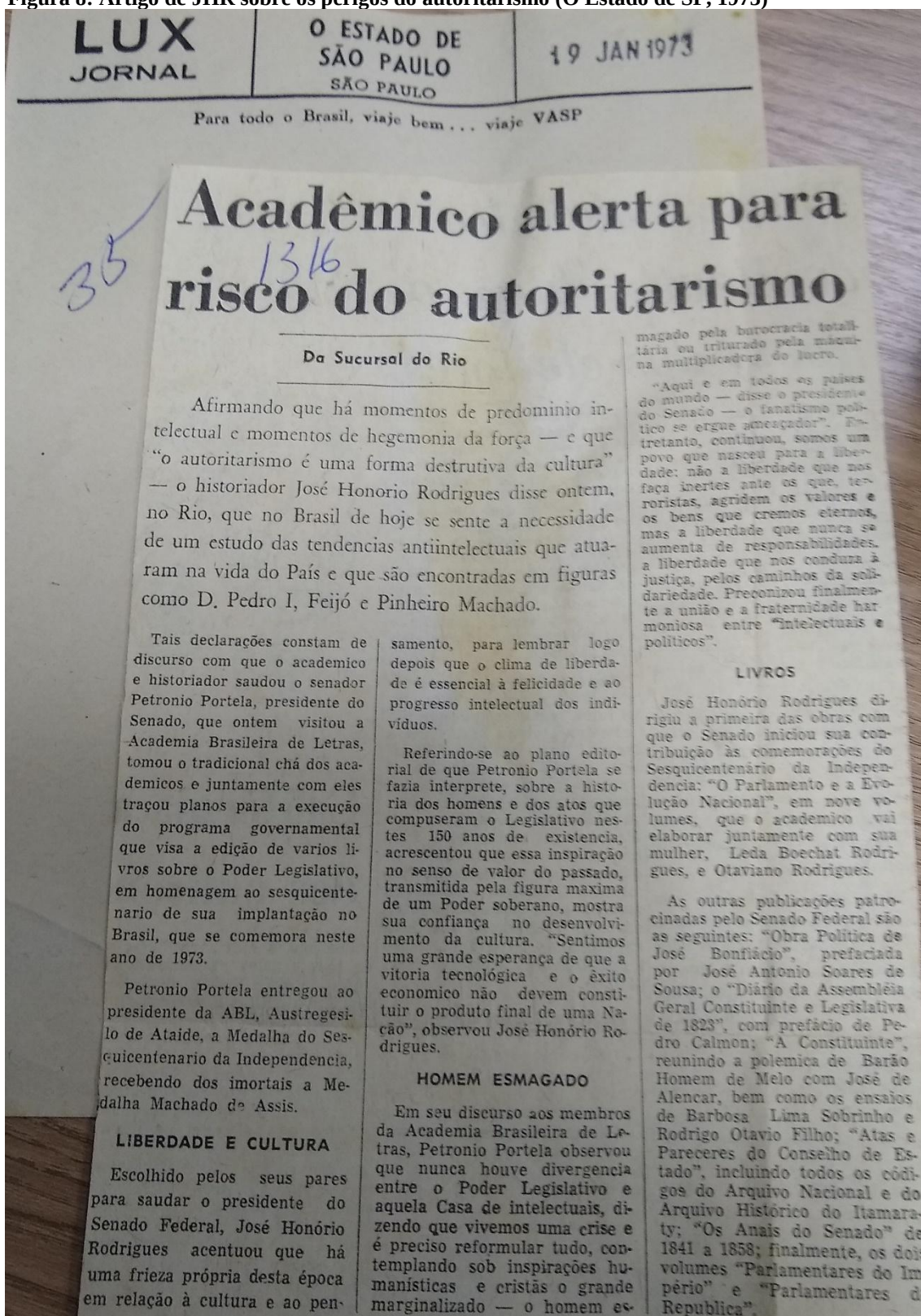
Figura 7: Recorte de artigo destacando a influência de JHR sobre grupos historiográficos.



Fonte: Acervo da ABL

Neste artigo, a influência que JHR exercia na historiografia brasileira de sua época.

Figura 8: Artigo de JHR sobre os perigos do autoritarismo (O Estado de SP, 1973)



Fonte: Acervo da ABL

Em artigo de 1973, JHR comenta sobre os perigos do autoritarismo no Brasil de 1973 e da “necessidade de um estudo das tendências anti-intelectuais que atuaram na vida do País”.

Por este artigo, é possível perceber as redes de sociabilidade e lugares de JHR com os campos intelectual e político de seu tempo.

Sobre a situação política, Mello destaca os textos censurados de JHR durante o regime militar. De acordo com Mello:

No caso *Labour*, José Honório publicou artigo sobre o embargo de armas e créditos pelo governo trabalhista ao regime militar brasileiro. Intitulado “O Partido Trabalhista Britânico e o Brasil” viu-se prontamente vetado pela censura, com o público dele tomando conhecimento mediante inserção na coletânea *Tempo e Sociedade*.

Não foi essa a única vez em que o historiador se viu às voltas com restrições ao pensamento. Perseguido pelo sistema que suspendeu a edição de *Revista do IBRI*, pela Imprensa Nacional, em vista da editoração honoriana, viu colocados no índice seus estudos sobre Frei Caneca, encomendados pela revista *Manchete*. Ambos somente foram publicados, anos depois, no livro *História, Corpo do Tempo* (1976). Expressão do *liberalismo radical* que José Honório esgrimia contra o *generalismo autoritário*, frei Joaquim do Amor Divino Caneca era “a luz gloriosa do martírio” [destaques do autor] (MELLO, 2014, p. 51).

Figura 9: Atestado para fins de prova (Universidade Federal Fluminense, 1976)

Para uso da repartição

Protocolo n.º **313429**

Em, 1 / 19 TAXA PAGA PELA GUIA n.º Série

Nome JOSE HONORIO RODRIGUES

Filho de HONORIO JOSE RODRIGUES

e de JUDITH PACHECO RODRIGUES

Nacionalidade BRASILEIRA Naturalidade RIO DE JANEIRO

Nascido em 20 de SETEMBRO de 1913

Estado Civil CASADO Profissão PROFESSOR

Portador da Cart. de Identidade n.º 388374 expedida pelo FELIX PACHECO

Residente na RUA PAUL REDFERN, nº 23 - C.O. - RIO DE JANEIRO

ATESTADO PARA FINS DE PROVA JUNTO A (O) UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ATESTADO NO VERSO

ATESTADO DE IDEOLOGIA
(Art. 108, n.º 2 - II - D. L. n.º 8, de 18.03.75)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO GERAL DE INVESTIGAÇÕES E COMISSÃO
CIVIL DE ARQUIVOS

ATESTO, em razão do despacho expedido pelo Diretor-Geral da DGEI, no requerimento protocolizado sob o n.º 09/313 429-76, que JOSE HONORIO RODRIGUES .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x., retreqüerido, não registra ANTECEDENTES DESABONADORES nesta Divisão.

Rio de Janeiro, RJ, 3 de novembro de 1976.

Humberto R. Quinto
Humberto Ribeiro Quinto
Delegado de Polícia "A" - Mat. 19229
Diretor da Divisão de Arquivos da DGEI

Obs.: Este documento perderá o seu valor se não for apresentado, como prova dentro dos 03 (três) dias, imediatamente posteriores à sua expedição.

Fonte: Acervo da ABL

O documento acima lança luzes sobre a situação política do país em 1976. Sem especificar as finalidades, o “Atestado para fins de prova junto a (o) Universidade Federal Fluminense” é comprobatório de que JHR não possuía nenhum registro de atividades consideradas suspeitas pelos órgãos burocráticos de vigilância e controle do Estado¹¹⁶.

Figura 10: Processo contratual de JHR (Unicamp, 1971)

ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS, 10 DE JUNHO DE 1971.

Dependência: IFCH
MEM. 222/71.

MAGNÍFICO REITOR,

Universidade Estadual de Campinas
Entrada 20/06/71
Registro 6754
Processo 2216/71
Dist. 6R

TENHO A HONRA DE PROPOR A VOSSA MAGNIFICÊNCIA A CONTRATAÇÃO DO PROF. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, CUJO CURRICULUM - VITAE SEQUE ANEXO, PARA EXERCER, A PARTIR DE 10 DE JUNHO DE 1971, A FUNÇÃO DE TITULAR MS-6 DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA, JUNTO AO IFCH, EM REGIME DE 24 HORAS DE TRABALHO SEMANAIS, PELO PRAZO DE 360 DIAS. É EXCUSADO DIZER A VOSSA MAGNIFICÊNCIA A IMPORTÂNCIA DO RECRUTAMENTO DE TÃO EMINENTE HISTORIADOR, DOS DE MAIOR NOMEADA QUE O BRASIL POSSUI PRESENTEMENTE, PARA A INSTITUIÇÃO NÃO APENAS DO MESTRADO EM HISTÓRIA DENTRO DO PÓS-GRADUAÇÃO DE ESTUDOS BRASILEIROS, EM ORGANIZAÇÃO NO IFCH, COMO TAMBÉM É, PRINCIPALMENTE, DADA A COMPROVADA EXPERIÊNCIA DO CANDIDATO EM MATÉRIA DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA, PARA O BOM ÊXITO DA IMPLANTAÇÃO DO CEDEB-CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO PARA ESTUDOS BRASILEIROS, CUJO PROJETO FOI ELABORADO, EM CONJUNTO, PELOS HISTORIADORES DO IFCH, DRS. CARLOS GUILHERME MOTTA, PAULO DE MORAES SARMENTO PINHEIRO, MICHAEL HALL E PROF. FERNANDO NOVAES, - TENDO O PROF. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES TOMADO CONHECIMENTO DO MESMO EM SUA ÚLTIMA FASE, O QUAL MERECEU A SUA APROVAÇÃO.

SIRVO-ME DA OPORTUNIDADE PARA APRESENTAR A VOA MAGNIFICÊNCIA PROTESTOS DE ELEVADA ESTIMA E CONSIDERAÇÃO.

PROF. AUGUSTO CASTILHO
COORDENADOR

EXMO. SR. PROF. DR.
ZEFERINO VAZ
MAGNÍFICO REITOR DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Fonte: SIARQ.

¹¹⁶ O Atestado de Ideologia, criado por G. Vargas em 1931, foi um instrumento de controle político dos sindicatos e se estendeu para a vigilância burocrática de outras atividades da vida pública e privada brasileira. Em um texto datilografado e digitalizado de Rubem Braga, datado de 19.6.1948, o escritor que com o atestado “está reconhecido o crime de pensar”. Citando o caso de uma mulher “fichada”, escreveu que “essa senhora é tão comunista como o general Eurico Gaspar Dutra; mas tem ficha. Estará atrapalhadíssima se amanhã precisar desse documento que se inventou agora, e que tem o gracioso nome de ‘atestado de ideologia’. Documento monstruoso, pelo qual um ‘tira’ qualquer, semianalfabeto como são muitos, declara o que existe ou não existe no espírito de um determinado cidadão. Não se trata de indagar se uma pessoa está condenada por este ou aquele crime político; trata-se de determinar suas convicções. E determinar, está visto, sem consultar o interessado [...] Ora, quem tem a ‘ficha’ não recebe o ‘atestado’. E quem tem o ‘atestado’ não pode ser várias coisas ou não pode fazer várias coisas”. Em 1952, o atestado foi “extinto”. Recriado em 1967, perdurou e se ampliou até 1979. “O Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais, também conhecido como *Atestado Ideológico* ou *Atestado de Ideologia Política*, era um documento expedido pelas DOPS e fornecido àqueles que não eram fichados pelo órgão, ou seja, não eram considerados ‘subversivos’. Este documento era exigido por muitas empresas durante o regime militar como requisito para a contratação de funcionários e era obrigatório para a escolha de dirigentes sindicais. Os fins para os quais se solicitava os atestados eram os mais diversos: “porte de arma, habilitação de motorista, habilitação para seguranças privados, habilitação de detetives particulares, ingresso no serviço público, ingresso em empresas privadas, registros de empresas, cargos eletivos em sindicatos, saída e entrada no país, ingresso no magistério estadual e municipal, licença para caça, etc.” (O documento é uma fotocópia, sem referências, disponível na Biblioteca Nacional).

No SIARQ, está o processo contratual de JHR para o corpo docente da UNICAMP. Na carta de propositura da indicação de JHR como docente para pós-graduação, mesmo sem possuir mestrado ou doutorado, é sugerido por um conjunto de historiadores, o que ilumina um pouco mais suas sociabilidades, reconhecimento e lugares no campo historiográfico do início da década de 1970.

Figura 11: Página Vencimentos do processo contratual de JHR (Unicamp, 1971)

DESPESA

ITEM	UNIDADE	VALOR
NÍVEL 115-6	REGIME DE TRABALHO	2.450,00
GRATIF. PREV. DEC. 41.611/63	CRS	1.900,00
DESPESA MENSAL	CRS	2.900,00
ATC DEZEMBRO	24 dias	2 MESES
VENCIMENTOS	CRS	4.350,00
GRATIF. PREV. DEC. 41.611/63	CRS	421,04
TOTAL	CRS	4.771,04

DGA-12-30, setembro 1971

Encaminhe-se à DGA-3, para comprometer recursos, nos termos do disposto no ofício DGA-41/71, de 29/02/71.

Campinas, 30 de setembro de 1971.

DESPESA

ITEM	UNIDADE	VALOR
NÍVEL 115-6	REGIME DE TRABALHO	2.900,00
GRATIF. PREV. DEC. 41.611/63	CRS	2.900,00
DESPESA MENSAL	CRS	2.900,00
ATC DEZEMBRO	24 dias	2 MESES
VENCIMENTOS	CRS	4.350,00
GRATIF. PREV. DEC. 41.611/63	CRS	421,04
TOTAL	CRS	7.676,70

DGA-12-29, novembro 1971

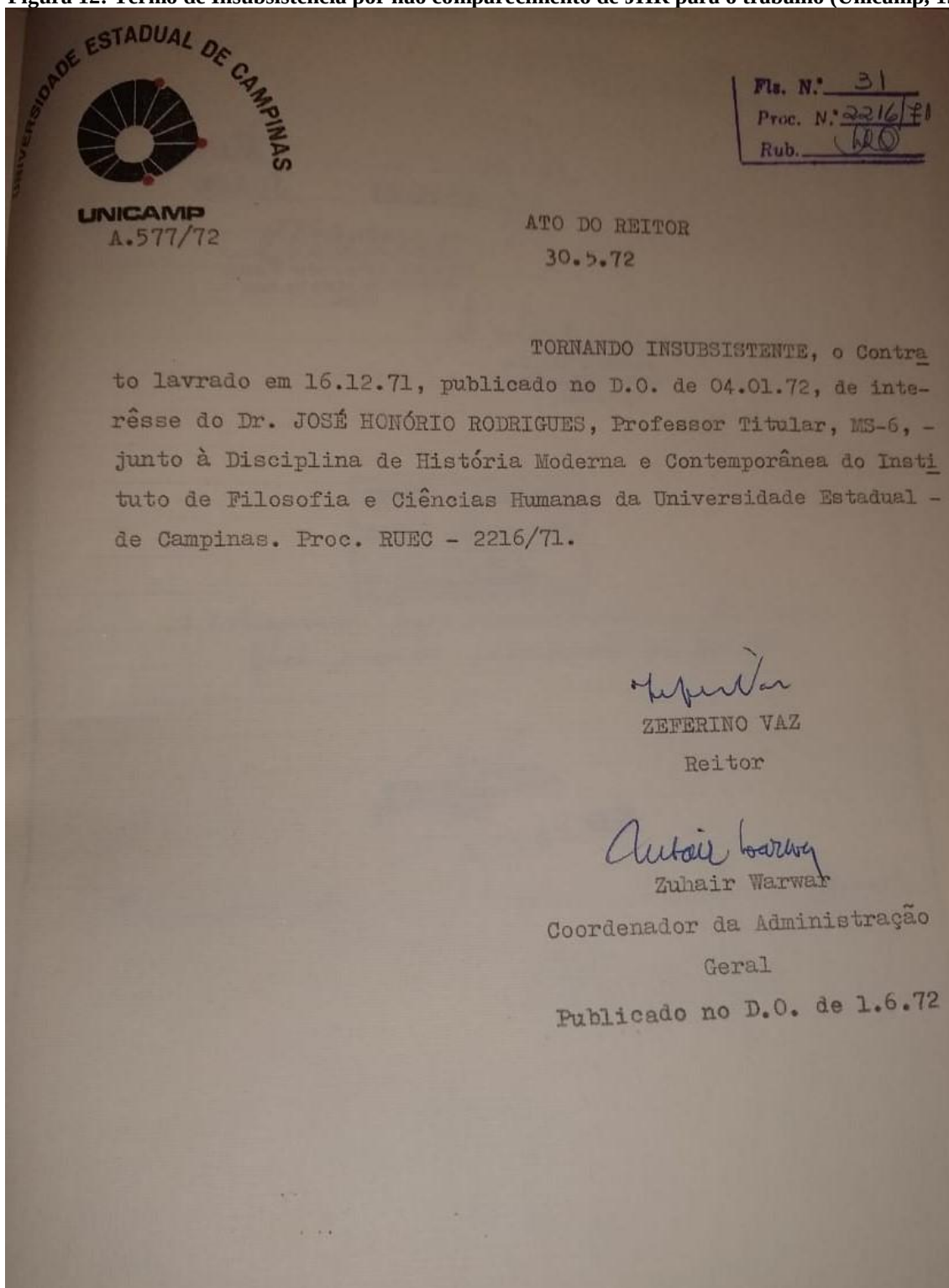
Encaminhe-se à DGA-3 para comprometer recursos, tendo em vista o disposto no ofício DGA-41/71, de 29/1/71.

Campinas, 6 de dezembro de 1971.

Fonte: SIARQ.

Entre as páginas do processo contratual, as duas acima tratam dos vencimentos. É possível observar uma mudança nos valores entre setembro e dezembro de 1971. Além da mudança da jornada de 24 para quarenta horas semanais, há esses diferentes valores sobre vencimentos. O que teria levado a essas alterações? Isso poderia ter sido uma das causas para que a docência não se efetivasse na instituição?

Figura 12: Termo de Insubsistência por não comparecimento de JHR para o trabalho (Unicamp, 1972)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

UNICAMP
A.577/72

Fls. N.º 31
Proc. N.º 2216/71
Rub. 620

ATO DO REITOR
30.5.72

TORNANDO INSUBSISTENTE, o Contrato lavrado em 16.12.71, publicado no D.O. de 04.01.72, de interesse do Dr. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, Professor Titular, MS-6, - junto à Disciplina de História Moderna e Contemporânea do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual - de Campinas. Proc. RUEC - 2216/71.

Zeferino Vaz
ZEFERINO VAZ
Reitor

Zuhair Warwar
Zuhair Warwar
Coordenador da Administração
Geral

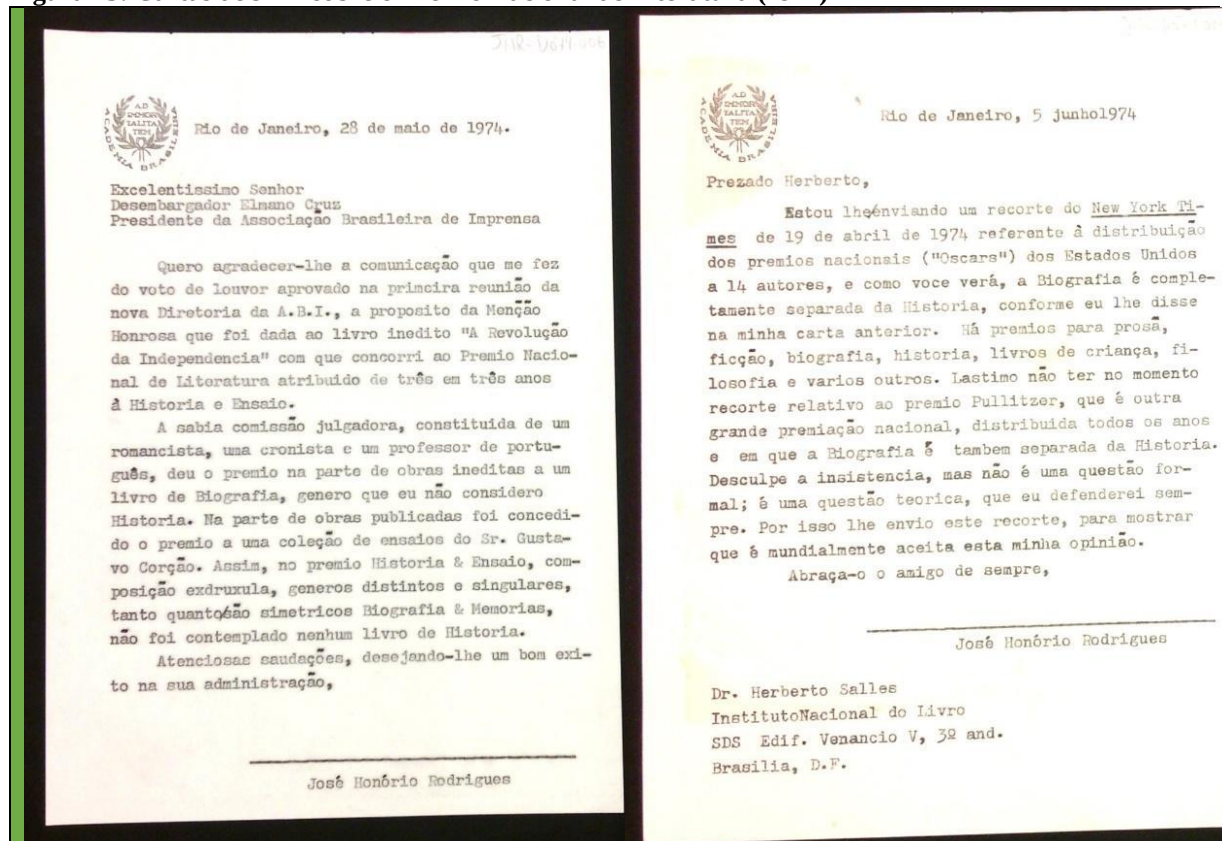
Publicado no D.O. de 1.6.72

Fonte: SIARQ.

Depois do contrato lavrado, sem as assinaturas de JHR, em maio de 1972, por não ter aparecido para assumir a vaga, o reitor tornou insubsistente a contratação. Difícil hipostasiar uma causa explicativa da rescisão contratual e saber por que JHR não se apresentou para trabalhar na UNICAMP em 1972. Do que já foi dito, a hipótese mais plausível é de que sua

vida profissional e familiar estava no Rio de Janeiro e os deslocamentos para Campinas exigiriam mudanças que ele nem Lêda estavam dispostos a fazerem.

Figura 13: Cartas de JHR sobre o Prêmio Nacional de Literatura (1974)



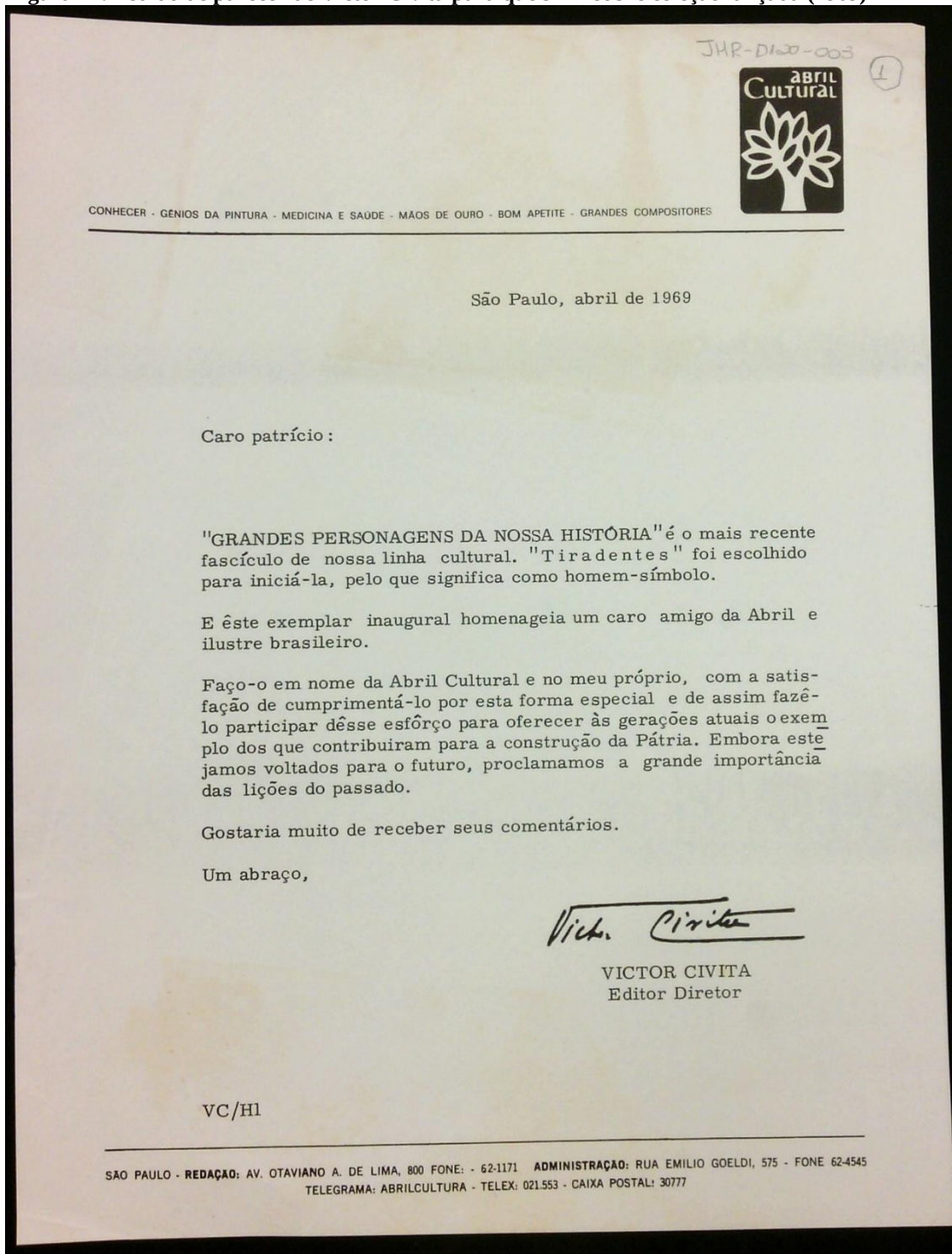
Fonte: Academia Brasileira de Letras.

Nas cartas acima, JHR reclama do resultado do *Prêmio Nacional de Literatura*, ao qual concorreu na seção de *História e Ensaio*, recebendo apenas menção honrosa. Questiona o comitê julgador, formado por “um romancista, uma cronista e um professor de português”; portanto, insinua JHR, que não havia qualificação para avaliá-lo, tanto é que escolheram “um livro de Biografia, gênero que eu não considero História”. Dias depois, envia outra carta, reportando o concurso nos EUA, no qual a “Biografia é completamente separada da História, conforme eu lhe disse na minha carta anterior”. Termina reiterando que separar biografia e história “não é uma questão formal; é uma questão teórica que eu defenderei sempre”.

Estudar os lugares de JHR no campo historiográfico e intelectual brasileiro exige atentar para os recursos mobilizados por ele para obter reconhecimento e capital simbólico. A carta com papel timbrado da ABL indica o lugar de onde se reclama; o conteúdo insiste em seu domínio sobre o tema do concurso e julga quem o julgou na comissão. Com esse documento,

pode-se perceber um pouco das lutas de JHR para figurar entre os premiados intérpretes do Brasil.

Figura 14: Pedido de parecer de Victor Civita para que JHR sobre coleção lançada (1969)



Fonte: Academia Brasileira de Letras.

Acima, um pedido de Victor Civita para que JHR dê um parecer sobre a coleção lançada pela editora Abril. Na documentação de JHR, há um grande número de correspondências,

formais e informais, tratando de assuntos editoriais, o que mostra sua participação no mercado editorial nacional, mediante suas publicações, edições e remunerações.

Figura 15: Cheque referente a contratação de JHR com a Folha da Manhã (1984)

Ao BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A.
 029 SP-CPOS. ELISIOS
 AV. DUQUE DE CAXIAS, 501
 C.G.C. 061065421/0032-91

SÉRIE A 160 N° 892912 BANCO 392 Cr\$ =40.000- (1)

PAGUE POR ESTE CHEQUE A QUANTIA DE Quarenta mil cruzeiros.

A José Honório Rodrigues.

S. Paulo, 20 DE Novembro DE 19 84.

EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A.
 264.411-8 C.G.C. 60579703/0001-48

Empresa Folha da Manhã S.A.

000892912 01839202901 000002644118

Fonte: IEB – USP.

Em 1984, foi assinado um contrato com a empresa *Folha da Manhã*, com o valor de quarenta mil cruzeiros para cada artigo publicado. Classe média, de família carioca tradicional, com apartamento em Copacabana e casa em Petrópolis, não é possível dizer quanto nem quais eram os rendimentos mensais de JHR, mas pode-se notar que possuía diversas fontes de renda.

Figura 16: Recorte sobre a venda da biblioteca de JHR 1

Obra que falta

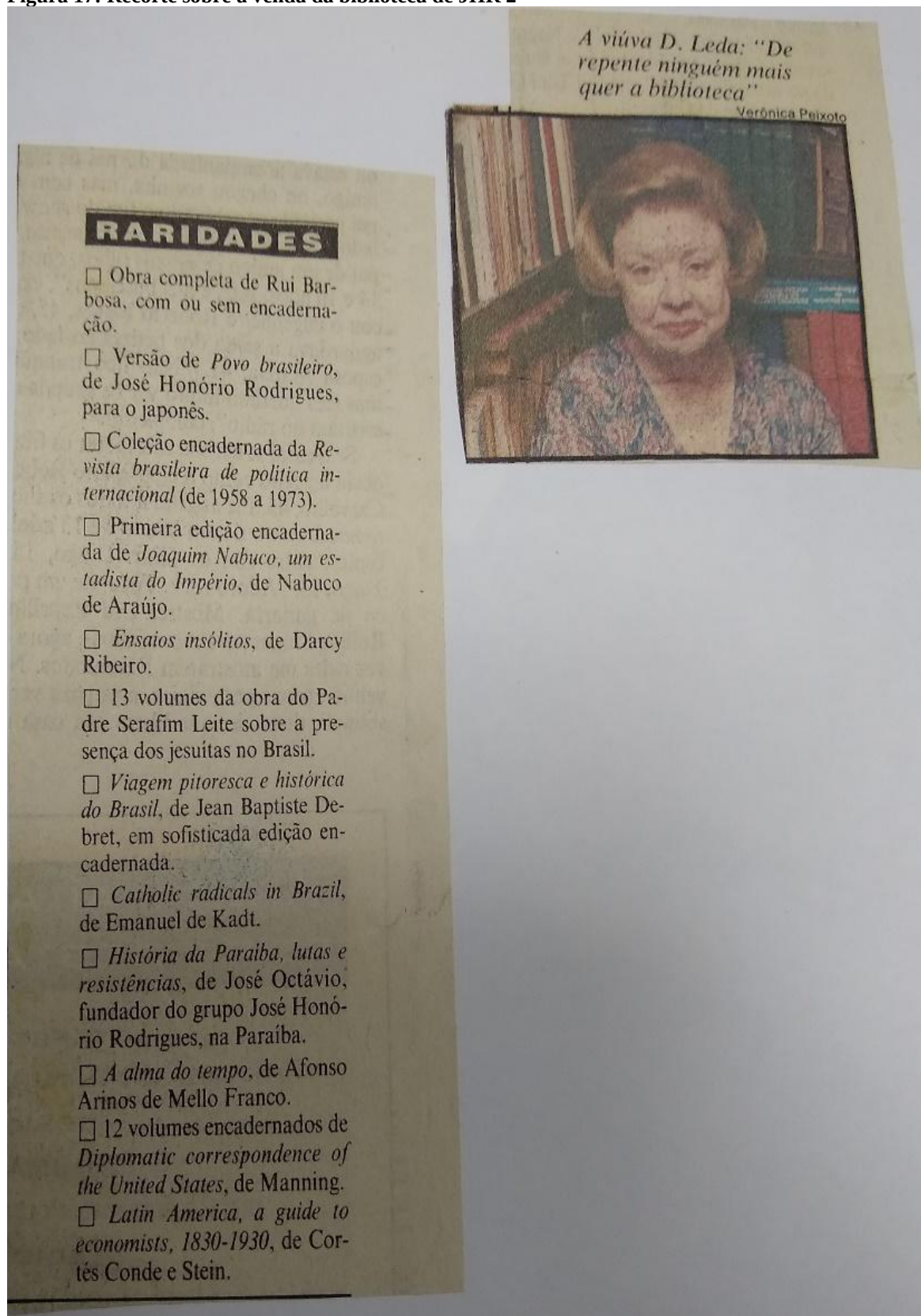
O acadêmico e Historiador José Honório Rodrigues quer vender sua magnífica biblioteca, conservando, entretanto, até sua morte parte dos livros, necessários ao preparo de algumas obras em que pretende concentrar seu talento.

A torcida rubro-negra lastima que entre essas obras o seu inflamado correligionário não tenha incluído uma “História Geral dos Poyos e da Nação Rubro-Negra”.

Fonte: Academia Brasileira de Letras.

A venda da biblioteca pessoal de JHR era uma questão que vinha sendo discutida desde 1984, conforme notícia do recorte acima.

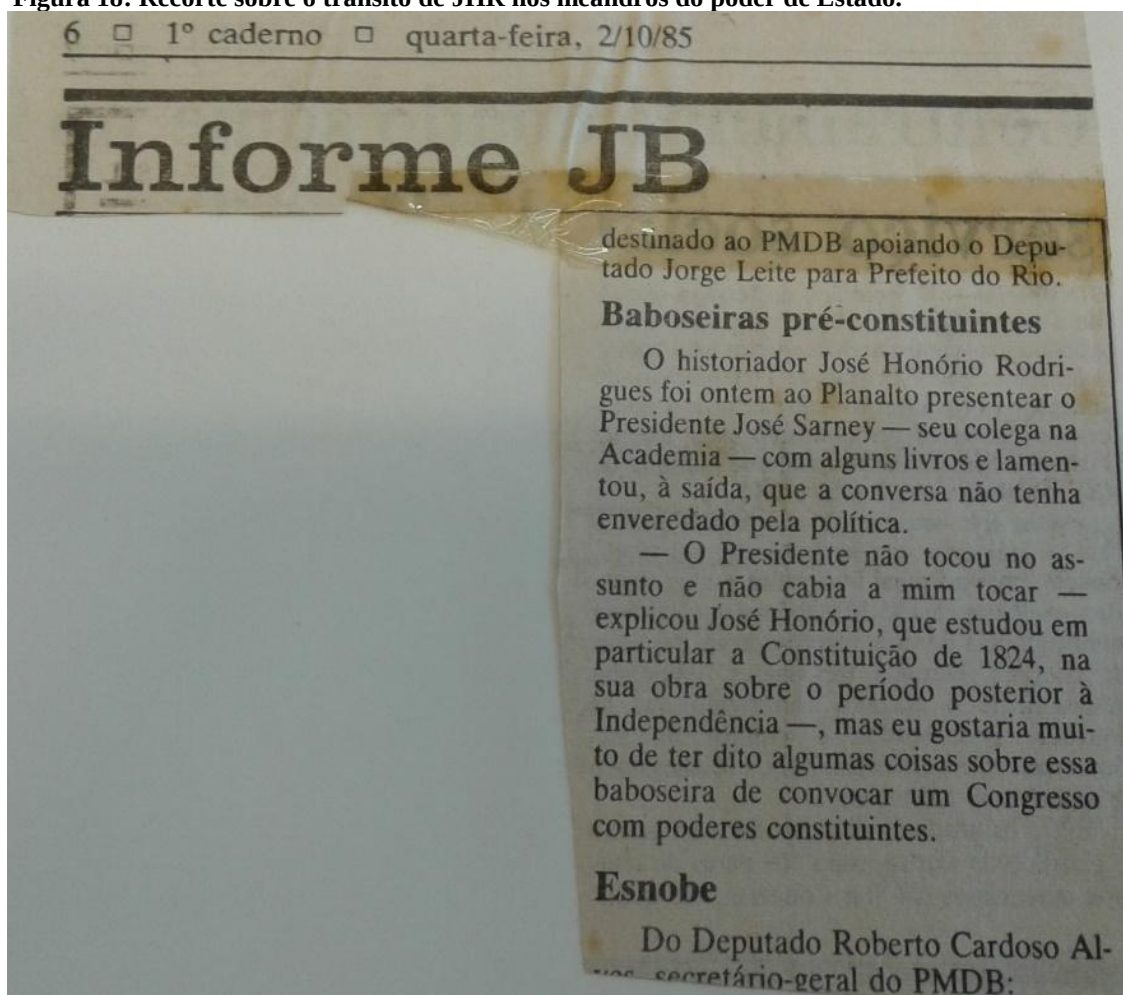
Figura 17: Recorte sobre a venda da biblioteca de JHR 2



Fonte: Academia Brasileira de Letras.

Neste outro, os livros raros da biblioteca e o reclame de Lêda: “De repente ninguém mais quer a biblioteca”. Muitos outros artigos de jornal foram publicados discutindo as destinações da biblioteca de JHR, que acabou se fragmentando, como o restante de seu arquivo pessoal.

Figura 18: Recorte sobre o trânsito de JHR nos meandros do poder de Estado.



Fonte: Academia Brasileira de Letras.

Das sociabilidades políticas noticiadas na imprensa, neste documento, nota-se o trânsito de JHR nos meandros do poder de Estado.

Figura 19: Recorte sobre a morte de JHR 1

198



Austregésilo de Athayde faz a despedida a José Honório na ABL.

Morre aos 73 anos o historiador José Honório Rodrigues

Aos 73 anos de idade e vítima de insuficiência cardíaco-respiratória, morreu ontem, no Rio, o historiador e acadêmico José Honório Rodrigues, que há 18 anos ocupava a cadeira de número 35 da Academia Brasileira de Letras. Seu corpo foi sepultado à tarde no mausoléu da entidade, no Cemitério São João Batista, após o velório realizado no Salão dos Poetas Românticos na sede do Petit Triamon.

Autor de uma vasta obra sobre, principalmente, a História do Brasil, José Honório, que nasceu no Rio no dia 20 de setembro de 1913, foi, nos últimos 10 meses, internado três vezes e há muito seus amigos sabiam que seu estado de saúde era delicado. Foi justamente por isto que ele não pôde ser nomeado pelo presidente José Sarney para o cargo de adido cultural da embaixada brasileira em Londres, a quem ajudou ser eleito para a Academia.

Mesmo assim, segundo sua esposa, Leda Boechart Rodrigues, ele não chegou a perder a lucidez e nos períodos que passava em casa, em um apartamento em Ipanema que tem vários cômodos ocupados por sua biblioteca, lia muito e não deixava de escrever. A doença, entretanto, acabou vencendo o acadêmico que na manhã do último domingo teve que ser internado às pressas no Hospital Samaritano.

José Honório, que apesar de ser historiador era formado em direito, morreu na madrugada de ontem, após permanecer algumas horas em coma. Rosas vermelhas adornando seu caixão e uma bandeira do flamengo — ele sempre dizia que não era um torcedor doente pelo clube, mas “um torcedor sadio” — foram, segundo a família, suas exigências.

Vários acadêmicos e o governador do Estado, Moreira Franco, acompanhado da esposa, Celina, e do secretário de Polícia Civil, Marcos Heusi, estiveram presentes ao velório e assistiram Dom Irineu, do Mosteiro de São Bento, encomendar o corpo. A seguir, o caixão foi conduzido por membros de sua família para o carro fúnebre que o levou para o Cemitério São João Batista.

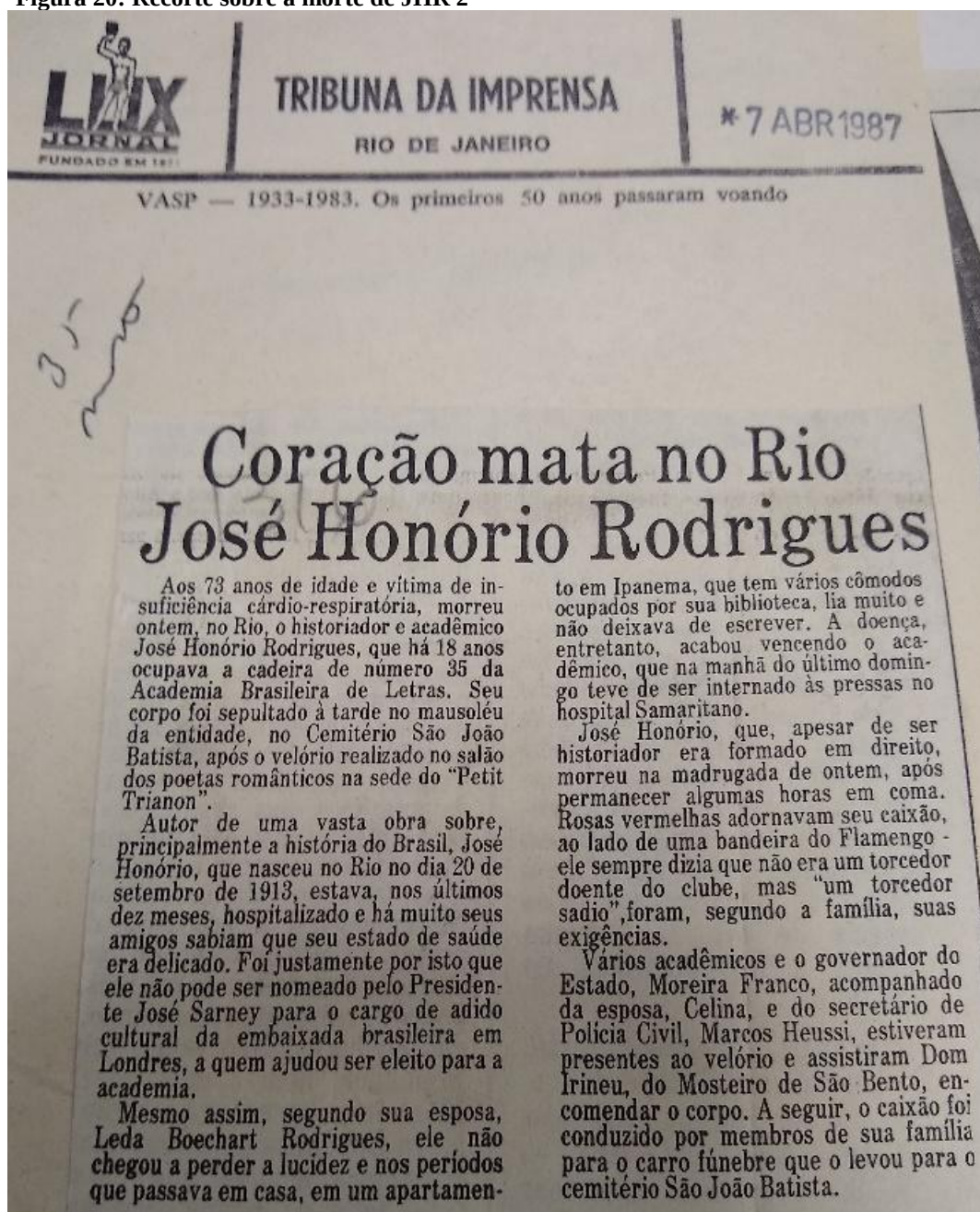
Freyre, na UTI, reage bem

RECIFE — O escritor Gilberto Freyre, 87 anos, está internado na UTI do Centro Cardiológico do Hospital Português, no Recife, depois de se ter submetido na sexta-feira, ao meio-dia, a uma intervenção cirúrgica para receber um marcapasso. “De coração biônico e ânimo elevado”, segundo seu filho Fernando Freyre, o autor de *Casa Grande e Senzala* está se recuperando bem e a previsão dos médicos é de que hoje ele deixará a UTI para ocupar um apartamento do hospital e no final da semana volte para sua casa.

Há pouco mais de um mês, Gilberto Freyre teve um A.V.C. — Acidente Vascular Cerebral. De acordo com seu filho, o processo isquêmico o deixou sem movimentos na perna e no braço direitos, atingindo também a fala. Atendido pelo amigo e neurologista Paulo Niemeyer, que esteve no Recife para um congresso, o sociólogo recuperou os movimentos e 70% da fala. Há cerca de 12 dias, segundo Fernando, que é presidente da Fundação Joaquim Nabuco, ele deve ter tido uma embolia pulmonar. Uma junta médica, formada pelo cardiologista e clínico geral Edgar Vito, o urologista Salvador Vilar e o neurologista Ataíde Jr., pensou, em princípio, numa infecção urinária ou pulmonar.

Fonte: Academia Brasileira de Letras.

Figura 20: Recorte sobre a morte de JHR 2



Fonte: Academia Brasileira de Letras.

Nos recortes, a morte de JHR. Na matéria do *Jornal da Tarde*, está a notícia também do estado de saúde de Gilberto Freyre, que faleceu três meses depois, aos 87 anos. Muitos dos intelectuais da "geração de 1930" faleceram na década de 1980, como Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Jr. (1907-1990).

Por último, está inserida uma das cartas que troquei com o professor José Octávio de Arruda Mello.

Figura 21: Carta de José Octávio de Arruda Mello (2019, pág. 1/4)

João Pessoa, 4 de novembro de 2019.

Collega Albertti :
 Espero ~~que~~ haja recebido os estudos que lhe remeti, com uma carta.

No conjunto, eles respondem a algumas de suas proposições, como a dicotomia 1930-1960, de José Honório. Entendo que a Rachel Glezer considerou bem a questão. JHR vem de 1938, com o prêmio da Civilização Holandesa mas o que lhe definiu a vocação foi o curso nos Estados Unidos (1943/44), realizado c/ a mulher, Leda. Ele, então, tornou-se historiador profissional, ou seja, de ofício.

1960 é precedido pela experiência da Escola Superior de Guerra, em 55, em alguns trabalhos ele fala nisso. A ESG fê-lo voltar-se para a realidade nacional, abrindo as portas, na década seguinte, para a História Combatente (via Lucien Febvre)... contra a ESG... Isso, a partir de 64, com os manifestos anti-Governo do pessoal da Civilização Brasileira, contidos nas revistas desta.

É aí que ele se torna mais que historiador, um ideólogo, categoria reservada a sociólogos como Gilberto Freyre, Câmara Cascudo, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso e economistas Caio Prado e Celso Furtado. O único historiador até então incluído é Sérgio Buarque de Holanda.

Como ideólogo, JHR não abdica da História. Mas a situa como instrumento de crítica ao Brasil de então, o que é próprio da trilogia Aspirações Nacionais, Conciliação e Reforma do Brasil e Interesse Nacional e Política Externa. Foram esses os livros que mais sensibilizaram nosso grupo, datado, na intercessão deles, de 1967.

Isso pôste passe a, objetivamente, responder a suas perguntas.

1) Luiz Antônio Albertti. Qual seria o motivo da ausência de JHR na historiografia até a virada para o século XXI

José Octávio. Sua (dêle) ^{md} condição de out-sider anotado por Freixe(?) na qualificação de Albertti. Ele era out-sider funcional por não ser formado em História, sem dispor de mestrado e doutorado, e ideológico por distanciar-se dos marxismo e regime militar.

Explique melhor : a partir dos anos sessenta, com o incremento da pós-graduação, o ensino da História corporativizou-se com os mestres e doutores

Fonte: José Octávio de Arruda Mello.

Figura 22: Carta de José Octávio de Arruda Mello (2019, pág. 2/4)

-2-

olhando de soslaio para os que não dispunham dessa condição. Preliminarmente formado em Direito (Ciências Jurídicas e Sociais) também fui vítima disso.

Ao mesmo tempo, um marxismo sacral, dogmático e sem espírito crítico, apropriou-se da Universidade, hostilizando as outras correntes. Fui igualmente alcançado por esse preconceito. No caso de JHR, reformista mas não revolucionário e antes rebelde que carbonário, como maiusculamente cunhado por Albertti, às páginas 42 e 43 da qualificação, tal também o inquinou.

Outrossim, o estamento militar, apropriando-se da academia, hostilizou JHR que não o aceitava. Na Paraíba, dos honorários, só eu - e sabe Deus como... - ingressei como professor da Universidade...

O curioso é que, segundo Iglésias, nos anos setenta, os principais historiadores brasileiros - José Honório, Victor Nunes Leal (protesto de Leda), Raymundo Faoro, Celso Furtado e... (?) eram todos bacharéis. Na Paraíba os mais definidos historiadores eram igualmente formados em Direito, o que não ^agradava a Academia...

2) Luiz Albertti. Parece haver um silêncio eloquente, proposital, em torno de JHR. Ele foi muito lido, debatido e publicado em sua época, mas parece ter havido um esquecimento proposital, um silenciamento em torno do autor, da obra e de suas contribuições à historiografia brasileira. Pode-se dizer que houve esforços em produzir um silêncio em torno de JHR?

José Octávio. Retifico a pergunta. Em sua época, JHR não foi propagado como deveria. Se alguns segmentos, como nosso grupo, o ressaltava, o grosso da Academia não o discutia - o convite de França constitui expressão disso...

Hoje, a coisa piorou e muito, havendo mesmo a intenção de sepultá-lo. Vami-
reli Chacon, blagueando, sustentou em seminário que, quando JO falecesse (sic) JHR também desapareceria...

Creio que tal se deve à incompatibilidade da Academia - forjada de positivismo, clericalismo e marxismo - com o liberalismo radical que JHR representava. A própria Rachel Glezer disse uma vez que não conhecia essa categoria. No fundo, há uma preocupação finalista com a História, tal como percebido por Popper. Como José Honório não pactuava com ^{ela} ~~ela~~, desponta esse esquecimento proposital a que você se refere...

3) Luiz Albertti. JHR sempre manteve uma relação conflituosa com a Universidade. Por que?

Fonte: José Octávio Arruda Mello.

Figura 24: Carta de José Octávio de Arruda Mello (2019, pág.4/4)

-4-

Apesar do temperamento irascível, José Honório possuía admiradores e até colaboradores, em cada um dos Estados brasileiros, a saber :

- João Alfredo Montenegro e Paulo Bonavides, no Ceará; Enélio Petrovitch e Marlene Mariz, no Rio Grande do Norte; governadores Tarcísio Burity e Ernani Satyro, bem como todo Grupo José Honório e Lopes de Andrade, na Paraíba, Estado onde suas idéias penetraram mais; Armando Souto Maior, Manuel Corrêa de Andrade, Vamireli Chacon, Amaro Quintas, Paulo Cavalcante, Mauro Mota e Fernando Coelho, em Pernambuco; Douglas Apratto Tenório, nas Alagoas; Luiz Antônio Barretá, no Sergipe; José Calazans, Tales de Azevedo e Consuelo Pondé, na Bahia; Gabriel Bittencourt e Renato Pacheco, no Espírito Santo; Barbosa Lima Sobrinho, Bernardo Cabral, Cleantho de Paiva Leite e Cândido Mendes e Herberto Sales, no Rio de Janeiro; Maria Luiza Marcílio, Carlos Guilherme Motta, Paulo Sérgio Pinheiro, José Sebastião Witter e Alice Canabrava, em S. Paulo; Francisco Iglésias (o segundo d'ele) e Norma Góes Monteiro, nas Minas Gerais; Cecília Westphallen e Altiva Balhana, no Paraná; Walter Piazza em Santa Catarina e Décio Freitas e Mário Maestri, no Rio Grande do Sul, entre alguns mais. Falta-se dizer Clóvis Moura em São Paulo, Nelson Saldanha no Recife e ex-governador Oswaldo Trigueiro de A. Mello na Paraíba/Rio de Janeiro.

Mas seus inimigos eram também poderosos, tais como Miguel Reale e o grupo d'ele, em São Paulo, Raul Fernandes (cuja polêmica aparece em Interesse Nacional), Gláucio de Paiva, com quem arengava todas as manhãs na praia de Ipanema, Juracy Magalhães e professor de Teoria da História..... (Depois me lembro) no Rio, José Glaucio Veiga em Pernambuco e Earl McCarthy e Helga Piccolo, no Rio Grande do Sul. Em Brasília, eram seus grandes amigos Octacíano Nogueira, Arnon de Melo, Petronio Bortela e Geraldo Ireneu Jeffily, paraibano ali radicado. Há ainda José Gabriel da Costa Pinto, que pesquisava para ele, e Afonso Amorim, frei, no Rio.

Fonte: José Octávio Arruda Mello.

Os documentos reproduzidos, citados e comentados foram inseridos no capítulo como uma forma de aproximar as fontes e as interpretações possíveis. Com o documento à vista, pode-se extrair outras possibilidades de abordagem e significação de JHR e seus lugares na história da historiografia brasileira.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.

O objetivo deste capítulo é analisar os lugares de JHR no campo historiográfico brasileiro mediante documentos pesquisados em instituições de arquivo. Mencionado mais de uma vez, não houve qualquer pretensão de totalidade da análise ou de abarcar toda a documentação. Pela própria dispersão da documentação, a atenção se concentrou na investigação de documentos escolhidos com muito cuidado, destacando aqueles considerados significativos para conhecer mais sobre JHR e a historiografia brasileira.

Toda análise explora e limita, conecta partes distintas para tecer as tramas da narrativa. Hayden White, ao tratar dos *trópicos* do discurso presentes nos relatos históricos (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia), destacou a metonímia como um recurso que consiste em tomar a parte pelo todo, em um trabalho de unir fragmentos e *reduzir* a totalidade a algumas de suas partes constitutivas. Segundo White:

Na metonímia os fenômenos são implicitamente apreendidos como tendo relações entre si na modalidade dos relacionamentos de parte com parte, como base na qual se pode efetuar uma redução de uma das partes à condição de aspecto ou função da outra. Apreender qualquer conjunto dado de fenômenos como existente na modalidade de relações de parte com parte (não, como na metáfora, relações objeto-objeto) é impor ao pensamento a tarefa de distinguir entre aquelas partes que são representativas do todo e aquelas que são simplesmente aspectos dele. [...] Pela metonímia, portanto, pode-se simultaneamente distinguir entre dois fenômenos e reduzir um à condição de manifestação do outro [...] (WHITE, 1995, p. 49).

Não é exagero ou extravio conceitual encarar os vestígios da experiência histórica contida nos documentos como partes de uma totalidade. A abordagem das fontes documentais implica em distinguir o que é representativo para a análise dos lugares de JHR e quais são os diálogos e relações que essas partes selecionadas podem estabelecer com as estruturas e conjunturas do mundo em que foram produzidas e agora interpretadas.

Com documentos escritos como regimentos e burocracias de trabalho, muitos recortes avulsos de jornais, vários sem informações de origem, convites e congratulações, manuscritos, cartas, espero ter trazido para a pesquisa uma abordagem nova e original sobre um material

praticamente inexplorado. Pela documentação, procurei mostrar como JHR participou de debates, instituições, dos problemas de seu tempo e da vida nacional brasileira, com seu objetivo de compor um nome a se tornar um referencial para a pesquisa histórica e a historiografia nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese é sobre JHR e seus lugares no campo historiográfico brasileiro. Historiador de grande produtividade e reconhecimento em seu tempo, é hoje uma referência necessária nos estudos de história da história, teoria, método e pesquisa histórica, arquivística; está entre os *intérpretes do Brasil*, como sempre desejou e se esforçou para isso.

Nos três capítulos da tese, esforcei-me por analisar os lugares, apropriações e significações da obra de JHR. O percurso da tese compreende a abordagem de textos do próprio JHR, seus intérpretes e análise documental.

No primeiro capítulo, são abordados os intérpretes e representações da obra honoriana, de 1977 (com a tese de Glezer) até os dias atuais. Por tratar-se de uma obra muito vasta, seus estudiosos operam diferentes recortes analíticos, pois a potência e abrangência da obra possibilitam muitos caminhos analíticos. Há, hoje, uma profusão de pesquisas sobre as ideias e textos de JHR, de tal modo que tentar realizar uma análise totalizante sobre sua obra ou dos trabalhos que emergem dela é uma tarefa inescapavelmente reducionista.

Ao estudar o livro *Teoria da História do Brasil*, no capítulo dois, o objetivo é aprofundar a leitura e análise de um livro essencial dentro da obra honoriana. Explicar esmiuçadamente o livro é uma forma de entrar em contato direto com o texto honoriano. *Teoria* funciona como uma espécie de moeda de troca entre seus intérpretes, todos o citam, mas, embora muito comentado, não encontrei uma análise mais aprofundada do livro, por isso o empenho em explorar o texto em sua relação com o autor, o contexto, as sociabilidades, ao longo das mais de três décadas de (re)edições.

Por último, das pesquisas que realizei em arquivos, selecionei e analisei a massa documental que consegui amealhar. Com os documentos, muitos deles criados por JHR em seu arquivo pessoal, é possível adentrar mais profundamente no contexto da época em que o autor viveu e escreveu. A documentação possibilita abrir novos caminhos de problematização, construir outras séries narrativas e problematizações.

Os estudos de *Teoria da história*, tem cada vez mais espaço nas universidades, simpósios, publicações. Com o aumento do interesse em pensar e escrever sobre teoria da história, JHR coloca-se como um referencial indispensável, um *fundador de discurso*: seja para destacar suas contribuições ou suas limitações nas áreas que estudou e publicou, seu nome é mencionado.

JHR conheceu poucos trabalhos dedicados exclusivamente à sua obra, mas vem se tornando teoricamente relevante na historiografia brasileira. O número de trabalhos sobre JHR

crecem vertiginosamente desde o início do século XXI. Nos últimos anos, adensam e é cada vez mais comum encontrar novas recorrências sobre o autor nas dinâmicas dos arquivos digitais *online*. Manter-se atual foi uma preocupação de JHR ao longo das décadas de sua atuação no campo historiográfico brasileiro, e essa atualidade se mantém. É cada vez mais consultado, conhecido e comentado; problemas do Brasil que não desapareceram, como as políticas de conciliação e reforma, o domínio das elites, a persistência do atraso e o sufocamento do desenvolvimento, a vitória da contrarrevolução, as tentativas de compreender o caráter nacional; as questões relativas à teoria, método e pesquisa histórica por ele discutidas são repercutidas nas produções historiográficas hodiernas.

A importância de estudar JHR não é de extrair lições úteis do passado para orientar o presente, mas de entender o processo histórico e ampliar os horizontes de expectativas e possibilidades de pensamento e de ação no mundo da vida.

BIBLIOGRAFIA

ALVES JR., Paulo. *Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil*. Araraquara: Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 2010.

ANTUNES, Cristina. Rubens Borba de Moraes: anotações de um bibliófilo. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: 1994.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: Lucia Maria Bastos Pereira das Neves; Rebeca Gontijo; Lucia Maria Paschoal Guimarães, Marcia de Almeida Gonçalves. (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARAÚJO, Amanda Araújo de Araújo; ABREU, Luciano Aronne de Abreu. *História da nossa história: o acervo de José Honório Rodrigues*. X Salão de Iniciação Científica. Porto Alegre: 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Humanas/Hist%C3%B3ria/70493-AMANDAARAUJODEARAUJO.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARTIÈRES, Phillipe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, Rio de Janeiro, 1998.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, Orlando de. A propósito de Por que não escrevo história contemporânea. *Revista da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional*, 127, 2014.

BASTOS, Ana Luiza Marques. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.

BESSA, Karla. *(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira - 1961-1996*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BETIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César. *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Multifontes, 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2021

BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Bauru: EDUSC, 2001.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Trad. Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Florianópolis: UFSC, 2017.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales: a Revolução Francesa na Historiografia (1929-1989)*. São Paulo: EdUNESP, 1997.

CAMPATO JR., João Adalberto. *Língua Portuguesa, Literatura e Artes: Produção de Sentidos na Escola*. 1. ed. São José do Rio Preto: HN Editora, 2017. v. 1. 178p .

CARMARGO, Ana Maria de Almeida. *Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais*. Estudos Históricos, n. 21, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.2, jul./dez, 2009.

CARDOSO JR., Hélio Rebello. *Enredos de clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne*. São Paulo: EDUNESP, 2003.

CASTRO, Moacir Werneck de. O hitlerismo revivido. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 1981.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COSTA, Marcos. *Sérgio Buarque de Holanda: Escritos coligidos*. v.1. São Paulo: Perseu Abramo e Ed. Unesp, 2011.

COSTA, Aryana Lima. *De um curso d'água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: EDUNESP, 2001.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.

FALCON, Francisco José Calazans. Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo. In: GONTIJO, R; GUIMARÃES, M. L. et al. *Estudos de Historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FONSECA JR., Gelson. “Política Externa Brasileira: padrões e discontinuidades no período republicano”. In.: *Relações Internacionais* (Lisboa), v. 6, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. *O que é um Autor?*. Coleção Passagens. Veja: Lisboa, 1992.

FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. “A teoria geral da história: considerações a propósito de um livro recente”. *Revista de História*, v.3, n.7, 1951.

FREIXO, André Lemos. *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2012.

FREIXO, André Lemos. “José Honório Rodrigues, a Série Documentos Históricos e os Anais da Biblioteca Nacional (1946-1955)”. Vozes, Pretérito & Devir: *Revista de história da UESPI*, v. 3, 2014.

GARDNER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, L. M. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora* (UNISC), v. 11, 2005.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, n. 2, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric Jay. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric Jay. *A era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. “José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira”. *Estudos Históricos*, v.1, n.1, 1988.

IGLÉSIAS, Fancisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KONETZKE, Richard. Resenha de Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica). *Revista de História*, v. 21, n. 43, 1960.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACOMBE, Américo Jacobina. Elogio aos sócios falecidos. *Revista do IHGB*, out./dez. de 1987.

LAPA, José Roberto. *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues: dos Archives de Sarthe para o Arquivo Nacional. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Dossiê: História da Arquivologia no Brasil: instituições, atores e dinâmica social, v. 34, n. 1, 2021.

MELLO, José Octávio de Arruda. Entrevista: Na trincheira da história. Ponto de Cem Réis. *A União*, ano I, n. 12, 1994.

MELLO, José Octávio de Arruda. No cotidiano de um historiador: um mestre e seu salão. *Revista do IHGP*, n. 43, 2014.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Fonte: Senado Federal: 1998. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1023>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias*. São Paulo: EDUSP, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. *História e Contra-História: perfis e contrapontos*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

MOTA, Carlos Guilherme. *Educação, contraideologia e cultura: desafios e perspectivas*. São Paulo: Globo, 2011.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos Santos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NICODEMO, Thiago Lima; IUMATTI, Paulo Teixeira. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*. v. 38, n. 78, 2018.
PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada. *Os historiadores: clássicos da história do Brasil: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues*. 4. Petrópolis: Vozes, 2018.

PONTES, Heloísa. *Destinos Mistos*. Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUC-RS. José Honório Rodrigues. *Acervo*. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/delfos/acervos/historicos/jose-honorio-rodrigues/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais: interpretação histórico-política*. São Paulo: Fulgor, 1963.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: interpretação histórico-política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1968.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969-a.

RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969-b.

RODRIGUES, José Honório. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. *Revista de História*, n. 81, 1970.

RODRIGUES, José Honório. Introdução à Correspondência de Capistrano de Abreu. In: ABREU, C. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978-a.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1978-b.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil: Historiografia Colonial* (1ª parte). São Paulo: Companhia Nacional, 1979.

RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

RODRIGUES, José Honório. Chagas Freitas, colega e amigo (1). *O Dia*. Rio de Janeiro, 6 fev. 1981.

RODRIGUES, José Honório. *Discursos Parlamentares: Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RODRIGUES, José Honório. *História Combatente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RODRIGUES, José Honório. *História: corpo do tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

RODRIGUES, José Honório. *Tempo e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1986.

RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil - A metafísica do Latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Viana*, v. II, Tomo 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

RODRIGUES, José Honório. *Ensaio Livres*. São Paulo: Imaginário, 1991.

RODRIGUES, José Honório. *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 2008.

RODRIGUES, Lêda Boechat. Bibliografia de José Honório Rodrigues. *Revista IHGB*, v. 227, abr.-jun. 1955.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: ABL, 2000.

RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *Nova correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: ABL, 2004.

RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização Holandesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1940.

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012.

SAAD, Cesar Leonardo Van Kan. *Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939-1949)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SILVA, Roberto Cândido da. *O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade*. Tese de Doutorado (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2008.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará* (do tomo CXII ao CXXII). Revista do Instituto do Ceará, 2009.

SILVA, Verônica Rocha da. A intelectualidade e o folclore no Brasil: A participação de Joaquim Ribeiro no Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964). *Anais da Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado*, 14 ed. v.5, 2019.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Mulheres, arquivos e memórias”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 71, 2018.

SIMON, Zoltán Boldizsár. *Os teóricos da História têm uma teoria da história?* Reflexões sobre uma não-disciplina. Coleção Fronteiras da Teoria, v. 1, Vitória: Editora Milfontes, 2019.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Saudação de Barbosa Lima Sobrinho ao acadêmico José Honório Rodrigues. *Revista de História*, n.81, jan.-mar. 1970.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro, 2011.

TRAGTENBERG, Maurício. A atualidade de Max Weber - Nota introdutória. In: WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: EDUNICAMP, 1999.

TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e Memória Disciplinar: reflexão sobre um gênero. *História da Historiografia*, v. 6, n. 13, nov. 2013.

UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 2014.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1984.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília: EdUNB, 1998.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. Parte 1. Campinas: EDUNICAMP, 1999.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EdUSP, 1995.